

Sumário dêste número

EDITORIAL: A Volta do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História — **CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO** (pág. 1665).

COMENTÁRIO: As Três Características do Ensino Geográfico — **Prof. DELGADO DE CARVALHO** (pág. 1667).

TRANSCRIÇÕES: Transportes Arcaicos do Brasil — **JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS** (pág. 1670).
— Geografia Cultural do Brasil — **VIII — Dr. B. BRANDT** (pág. 1678).

RESENHA E OPINIÕES: Cartógrafo mecânico (pág. 1686). — “Ofensiva de paz” junto aos Xavantes ! (pág. 1686). — A geopolítica das nossas fronteiras (pág. 1689). — Amigos de São Francisco (pág. 1690). — Porque “Juiz de Fora” ? (pág. 1691). — Boa vizinhança (pág. 1693). — População recenseada e população estimada do Estado do Rio de Janeiro (pág. 1694). — Sugestões em torno do X Congresso Brasileiro de Geografia (pág. 1690). — Febre de mineração (pág. 1697). — II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia (pág. 1698). — Paraguai (pág. 1700).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Noções Gerais de Climatologia — **Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES** (pág. 1703).

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS: Nonagésima segunda tertúlia, realizada em 2 de janeiro de 1945 (pág. 1711). — Nonagésima terceira tertúlia, realizada em 9 de janeiro de 1945 (pág. 1720). — Nonagésima quarta tertúlia, realizada em 16 de janeiro de 1945 (pág. 1733). — Nonagésima quinta tertúlia, realizada em 23 de janeiro de 1945 (pág. 1733). — Nonagésima sexta tertúlia, realizada em 30 de janeiro de 1945 (pág. 1739).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 1749). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 1750). — Ministério da Aeronáutica (pág. 1752). — Ministério da Agricultura (pág. 1752). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 1753). — Ministério da Marinha (pág. 1756). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 1756). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 1757). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Academi Brasileira de Ciências (pág. 1757). — Associação Brasileira de Imprensa (pág. 1758). Clube de Engenharia (pág. 1758). — Instituto Cartográfico Canabrava Barreiros (pág. 1760). — Instituto Nacional de Ciência Política (pág. 1760). — Sociedade Nacional de Agricultura (pág. 1761). — CERTAMES — Centenário do Barão do Rio Branco (pág. 1761). — Conferência Econômica Internacional (pág. 1762). — X Congresso Brasileiro de Esperanto (pág. 1763). — Os Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia (pág. 1763). — UNIDADES FEDERADAS — Amazonas (pág. 1764). — Goiás (pág. 1764). — Minas Gerais (pág. 1765). — Paraná (pág. 1765). — Pernambuco (pág. 1765). — Piauí (pág. 1765). — Rio Grande do Sul (pág. 1766). — Santa Catarina (pág. 1766). — São Paulo (pág. 1766). — MUNICÍPIOS — Alpinópolis (pág. 1768). — Cacequi (pág. 1769). — Campos (pág. 1769). — Canela (pág. 1769). —

Guarantã (pág. 1769). — Itaboraí (pág. 1769). — Itaparica (pág. 1769). — Limoeiro do Norte (pág. 1770). — Macapá (pág. 1770). — Osório (pág. 1770). — Palmital (pág. 1770). — Piracitaba (pág. 1770). — Porto Alegre (pág. 1771). — Ribeira (pág. 1771). — Salvador (pág. 1771). — Santos (pág. 1771). — São Luis (pág. 1772). — São Paulo (pág. 1772). — São Vicente (pág. 1772). — Sarandi (pág. 1772). — Sorocaba (pág. 1772).

BIBLIOGRAFIA: REGISTOS E COMENTARIOS BIBLIOGRAFICOS — Livros (pág. 1773). — Periódicos (pág. 1774). — Mapas (pág. 1775). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Brasil — Relação de mapas apresentados na Exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia — II (pág. 1780). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — Revista Marítima Brasileira — Relação, por autor dos trabalhos de caráter geográfico, publicados na Revista Marítima Brasileira (1881-1943) — IV (Letra R) (pág. 1784). — Mapoteca Central do C N G — Catálogo geral — XIII — (Mapas de ns. 816 a 830) (pág. 1787).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no mês de janeiro de 1945 (pág. 1788). — Integra da legislação de interesse geográfico — Decretos-leis (pág. 1792). — Decretos (pág. 1794). — Atos diversos (pág. 1797). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 1808). — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Integra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 1811). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Junta Executiva Central — Ementário das Resoluções ns. 172 a 203 aprovadas no ano de 1944 (pág. 1813). — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Ementário das Resoluções aprovadas pelo Diretório Central em 1944 (pág. 1815). — Integra das Resoluções ns. 160 a 165 (pág. 1816). — DIRETÓRIOS REGIONAIS — Rio de Janeiro — Integra das Resoluções ns. 6 a 10 (pág. 1820).

Boletim Geográfico

Ano II

FEVEREIRO, 1945

N.º 23

Editorial

A Volta do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História

É o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, sediado na cidade do México, sólida instituição inter-americana.

Teve sua origem na VI Conferência Internacional Americana, que a União Pan-Americana realizou em Havana, em 1928.

Particularidade digna de nota é o fato de ter-se dado no Rio de Janeiro, em 1932, a 1.ª Assembléia Geral do Instituto, o que vale dizer que no Brasil se inaugurou a atuação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História a pleno efeito.

Na cidade do México instalou-se o Instituto em edifício próprio que lhe foi doado pelo governo mexicano, em uma demonstração generosa de aprêço à instituição inter-americana.

Do Instituto fazem parte todos os países americanos, menos a Argentina, cujo ingresso se processa, e a sua atividade é considerável: reúne valiosa e alentada documentação sobre geografia, história e cartografia das Américas; publica três revistas periódicas e já editou dois mapas e cerca de oitenta monografias sobre assuntos geográficos e históricos americanos; executa pesquisas científicas especializadas; realiza reuniões pan-americanas e participa dos certames internacionais de interesse cultural.

O Brasil — que deu casa à inauguração do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em 1932 — foi um dos seus fundadores e, com a maioria dos países americanos, permaneceu por longo tempo como membro aderente do Instituto, pagando anualmente a sua quota, aliás a mais elevada depois dos Estados Unidos da América, porquanto de acôrdo com o Regulamento, a anuidade dos países americanos era e é proporcional às respectivas populações.

Assim foi, desde o início do Instituto até 1939, portanto durante 10 anos, o Brasil fêz parte do I.P.G.H. entretanto, infelizmente, a sua participação a bem dizer se limitou a pagar a quota anual, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

Em 1939, decidiu o governo brasileiro reexaminar a situação do Brasil no Instituto, tanto mais porque se estabelecera no país uma nova organização geográfica, cuja atuação haveria de dar novos rumos à participação do Brasil nos cotejos culturais de âmbito internacional, dentro da especialização.

Retirou-se então o Brasil do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em 1939, para voltar em 1944, sob o influxo do Conselho Nacional de Geografia.

A volta deu-se de maneira solene, do dia 29 de maio de 1944, pois foi efetivada por emissário especial do Brasil em uma reunião solene da Diretoria do Instituto, presidida pelo embaixador do Brasil no México, com a presença do corpo diplomático acreditado naquele país.

Logo após o seu reingresso, prestou o Brasil, através do seu Conselho Nacional de Geografia, um grande serviço ao Instituto Pan-Americano de Geografia e Cartografia, o qual foi realizar a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, promovida pela Comissão de Cartografia do Instituto.

Porque, efetivamente, a II Reunião, realizada oficialmente pelo governo do Brasil, congregou autoridades e técnicos dos países americanos em torno de uma iniciativa fecunda do Instituto que assim se engrandeceu perante os governos dos países das Américas.

A volta do Brasil ao Instituto inspirou-se sobretudo no propósito de uma participação efetiva e ativa nos seus empreendimentos, e iniciativas de natureza técnica e cultural.

Ao encerrar-se a II Reunião fêz o Brasil o oferecimento ao Instituto para instalar e movimentar a Comissão de Geografia Aplicada, cuja criação a II Reunião propusera.

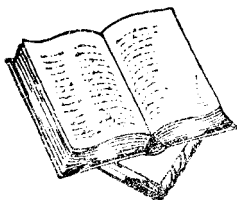
Com isso, o Instituto passará a atuar por intermédio de duas grandes Comissões: a de Cartografia, entregue aos cuidados dos Estados Unidos da América e a de Geografia Aplicada, da qual deverá ocupar-se o Brasil, conforme justificadamente se espera.

Em futuro, que se acredita próximo, terá o Instituto de criar a Comissão de História, completando-se assim um excelente trio de setores das suas atividades

Em conclusão, reflete-se no Instituto Pan-Americano de Geografia e História a eficiência e excelência do sistema dos serviços geográficos brasileiros, em inspirada hora instituída pelo Presidente Getúlio Vargas, sob a égide do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO

Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia



As Três Características do Estudo Geográfico

Prof. DELGADO DE CARVALHO
Membro do Diretório Central do Conselho
Nacional de Geografia e professor da
Faculdade Nacional de Filosofia

Na primeira palestra em que me foi dado comunicar com o invisível auditório de meus colegas, tive oportunidade de apresentar exemplos concretos de exposição geográfica, em que procurei salientar as características da geografia moderna.

Segundo estou informado, há duas categorias de pescadores: os que pescam por esporte e os que pescam para apanhar peixes — Eu seria tentado a fazer a mesma distinção a respeito dos estudiosos da geografia. Uns se entregam a exercícios de memorização, por amor à arte de memorizar e de enriquecer o seu espírito de sonoras nomenclaturas de montanhas e de rios. São os desportistas da geografia. Eu os invejo. Outros são menos desinteressados, querem alguma coisa em compensação pelo esforço feito, querem resolver problemas, compreender fatos, em suma, querem peixes. Acredito que esteja aqui falando à segunda categoria de pescadores, por isso, vou tratar das três características principais dos peixes ... isto é, do estudo geográfico que apenas mencionei em palestra passada.

Se a geografia pretende o qualificativo de científica, ela precisa ser, como as demais ciências, um conjunto de fenômenos coerentes, entre os quais existam relações constantes e que, dependendo uns dos outros, também as expliquem uns pelos outros. Estrutura, solo, relevo, clima, vegetação, águas correntes, habitações e atividades humanas estão em situação de interdependência que nem sempre é fácil, à primeira vista, estabelecer e comparar.

É pois essencial, preliminarmente, a observação. Ora, como nem sempre é possível a observação pessoal e de primeira mão, esta tem de ser obtida em relatos fidedignos, em descrições. Daí o primeiro elemento, a *descrição geográfica*.

Durante muito tempo, a geografia nova consistiu em multiplicar as descrições. Foi um grande benefício. Foi um passo decisivo mesmo; porém, não era suficiente. Às vezes o uso da descrição levava a excessos: para se tornar mais viva e curiosa insistia sobre detalhes de hábitos e costumes de povos exóticos que revelaram, ou não observação sumária ou um desejo de impressionar. Numa famosa revista geográfica européia que iniciada em 1860 cessou sua publicação em 1913, lembro-me ter encontrado sobre o Brasil, no tempo do Império, descrições de viajantes que realmente permitiram duvidar de sua boa fé. O viajante do século XX é mais prudente, sabe que o mundo é pequeno e que, mais cedo ou mais tarde, suas afirmações podem ser verificadas.

A descrição geográfica, hoje em dia, é grandemente facilitada pelos progressos da arte fotográfica. Uma ilustração é uma descrição falante, que o mestre deve saber utilizar.

Mas, dizia eu, a descrição pura e simples, já não é mais suficiente. A geografia-ciência tem de estabelecer as relações. O espírito do século tornou-se cético; os "porquês" se multiplicam até as crianças querem saber com quem se casaram as estrelas de cinema. Ora é natural, que a geografia, possa interessar os alunos, além de lhe provocar a atenção e a observação, venha lhe trazer explicações.

A segunda característica da geografia é pois a *explicação* — É aí o ponto mais delicado do estudo geográfico — é exatamente o que o torna científico.

Todo e qualquer fenômeno geográfico tem a sua explicação. Nem sempre, porém, nos é dado conhecer a explicação completa, mas é quase sempre possível trazer à discussão um certo número de elementos satisfatórios. Nesta fase do ensino é que cabe ao mestre dosar as suas informações, medir as suas explicações à capacidade do seu auditório, isto é, à sua idade mental e ao seu preparo na matéria.

Tomemos um exemplo: há poucos fatos geográficos que sejam mais eloqüentes e significativos, por meio de explicações adequadas, do que a habitação humana. Nela se refletem tôdas as influências do meio: o solo, a vegetação, o clima, as águas, a economia local, o estado cultural e as próprias instituições sociais. O solo, pelo material com que é construída a casa: pedra, taipa, madeira; o clima, pela inclinação do telhado, pela orientação e as aberturas; a vegetação, pelas madeiras escolhidas, os portais, às vezes, o teto, o fôrro e vigas principais; as águas, pela maior ou menor distância a que a habitação se colocou do rio ou do riacho mais próximo — é também esta resultado do fator *permeabilidade* do solo. A casa revela, por fim, em seus cômodos, em seus planos, o tipo de ocupação da zona, o modo de viver e até o estatuto da família. Dada, pois, a descrição circunstanciada de uma habitação, não é possível que um geógrafo deixe de reconstituir, parcialmente pelo menos, o ambiente a que pertence. Terminada a descrição, se foi bem feita, o nome do lugar e a região se acham perfeitamente caracterizadas, geograficamente.

O nome do lugar, eis o terceiro elemento da exposição geográfica — a chamada *nomenclatura*, que, durante muitos anos, foi o único elemento confiado à memória dos educandos. Nomenclatura não é geografia, mas é indispensável à geografia porque delimita, localiza, precisa. De que serviria uma bela descrição de um cone vulcânico, de suas explosões com bombas, escória, cinzas, lavas, seguida de uma explicação das condições em que se produzem os fenômenos se não é revelado, como tipo dêste mecanismo, o nome do Etna ou do Vesúvio. Se não é tipo de explosão, mas somente de derrame de lavas, qual o interesse da descrição se não é citado o Mauna-Loa, havaiano?

Quem se lembraria de substituir o nome de seus amigos pelos seus respectivos índices cefálicos, estaturas e números de telefone, sob pretexto de ser mais preciso e ... científico?

Um mínimo de nomenclatura é pois necessário. O perigo, para o ensino, é pois dar-lhe exclusividade ou importância exagerada, porque a nomenclatura deve estar a serviço da descrição e da explicação e não a descrição e explicação a serviço da nomenclatura fora casos excepcionais. A nomenclatura é chamada, e não chama. Quando não justifica descrição, nem explicação ela não vem ao caso. Por vezes ela se impõe, como uma lista de cidades muito importantes num certo distrito... deverá ser, então, discreta a restrita. Por exemplo, é possível que descrevendo a região do Ruhr, na Alemanha, um compêndio julgue necessário enumerar centros importantes além de Essen, como Duisburgo, Dortmund, Gelsenkirchen, Wuppertal, Düsseldorf. Se uma descrição de cada um destes centros tornaria a sua inclusão aconselhável, é preciso notar, entretanto que se trata aí de cidades de quase meio milhão de almas, cujos nomes devem ser conhecidos.

Aí, indiretamente a nomenclatura nos vem forçar a mão: é o caso excepcional. Cabe então ao professor elucidar as razões que foram omitidas.

Em conclusão, tocamos aqui num ponto delicado da questão — a contribuição do mestre. Por melhor que seja o livro-compêndio, por maior equilíbrio que haja nos três elementos, descrição — explicação — nomenclatura, de seus estudos geográficos, ele não dispensa a palavra do mestre, porque o livro é forçosamente impessoal. O livro não tem diante de si um auditório especial ao qual deva se ajustar. O papel de ajustador cabe ao professor que segue nos olhos de seus alunos, sua compreensão, seu interesse, seus progressos e suas atividades, a ele cabe distinguir os pescadores por esporte dos pescadores que querem peixes, seja-me permitido responder a um dos pedidos de informação que foi feito à benemerita diretora desta Universidade do Ar. De Jardi-nópolis, onde ensina geografia manifestou a Prof.^a D. Erotildes Vieira da Fonseca o desejo de organizar uma sala-ambiente para sua disciplina. Con-

fesso que, por enquanto, os nossos estabelecimentos comerciais estão mal aparelhados para suprir todo o material desejável. Mapas murais e globos são talvez sua principal contribuição possível, atualmente.

Antes da terminação do curso, meus prezados ouvintes, preparei uma comunicação sobre o assunto, que me parece essencial. A nossa *Revista Brasileira de Geografia*, aliás, publicará em seu próximo número um artigo. Desde já entretanto vou sugerir a D. Erotildes e a meus colegas uma idéia, que tive, que ainda não realizei, que aliás nunca vi realizada em parte nenhuma, a não ser no Waldorf Astória, de Nova York, apesar de não oferecer dificuldades grandes.

A sala destinada à geografia, em Jardinópolis, tem provavelmente um teto branco, pintado ou caiado, possui talvez um *plafonier* central. Pois bem, façamos dêste fôrro branco um uso inesperado para as aulas de cosmografia. Suponhamos que o ponto central seja o pólo sul da esfera celeste; tracemos em pontilhado azul, com diâmetro de quase toda a largura da sala, o equador celeste. Uma faixa cinzenta clara será a via láctea, um pontilhado amarelo o percurso do sol no zodíaco. Em seguida com perceijos de cabeça longa e brilhante coloquemos o Cruzeiro do Sul, o A e B do Centauro, localizemos Sirius e Canopus e assim por diante. Lembro que as três Marias ficam no equador celeste e que, além, desta linha, ficam Procyon, Betelgeuse, Aldebaram, Arcturos e Altair. Aquém da linha, ficam Rigel, Antaris, e Fomalbaut e a Espiga.

Talvez venha ao caso pedir a D. Lúcia Magalhães enviar aos prezados colegas um gráfico mimeografado com as distâncias e posições respectivas das principais constelações e estrêlas de 1.^a e 2.^a grandezas, etc. Creio que será um auxílio para o ensino da cosmografia, visando melhor conhecimento de nosso céu astral: a sala Erotildes será um sucesso. Boa noite.

Transportes Arcaicos do Brasil

Extraído do livro *Res Nostra* —
Estabelecimento Gráfico Irmãos
Ferreaz — São Paulo — 1930

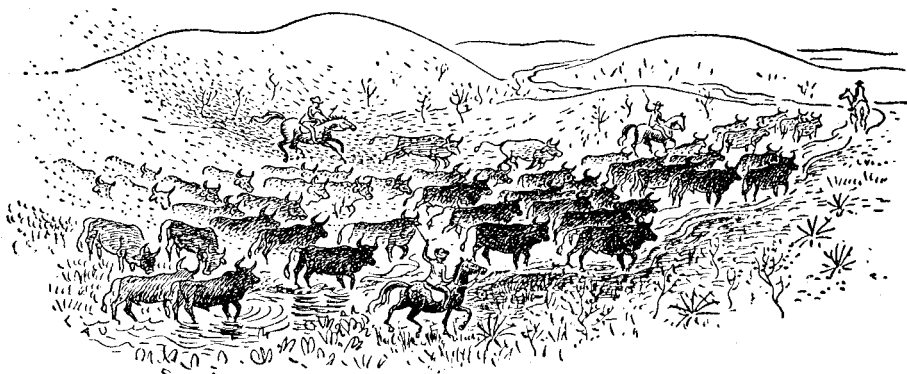
JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS

Certo esforço mental torna-se necessário para compreender a circulação das mercadorias na primeira metade do século XIX. Então, como hoje, um dos problemas maiores da economia nacional era o dos transportes. Tão grande, que, salvo para o ouro e os diamantes cujo valor concentrado facilitava as remessas das longínquas minas do interior, a distância do litoral condenava ao abandono e ao descaso imensas zonas ferazes que só forneciam gêneros baratos.

Café, e açúcar em grau menor, ainda permitiam certa internação das fazendas produtoras.

Mas cereais e coisas análogas ficavam no sertão e por muito tempo continuaram nossos patricios a justificar o conceito dos antigos cronistas, vivendo como caranguejos a arranharem a areia das praias.

O gado, também, caminhando por seu próprio pé, constituiria outra exceção.



Acostumados, nos dias que correm, aos serviços ferroviários, custa um pouco imaginar que se movessem tão grandes massas, há menos de oitenta anos, com os escassos e rudimentares recursos, vindos ainda do período colonial.

E não era, no entanto, insignificante o vulto do escambo.

Só o Rio exportava café, até cercanias de 1830, e as quantidades já avultavam:

1818		11 874 304 libras
1819		8 600 548 "
1820		14 910 240 "
1821		16 861 892 "
1822		24 318 304 "
1823		29 599 168 "
1824		36 688 673 "
1825		29 291 664 "
1826		41 600 000 "
1828		58 871 360 "

Era um movimento ascensional, de 65 000 sacos em 1819, a 445 000 em 1828. A isto, cumpre acrescentar o consumo interno.

Não eram essas as únicas expedições. Rio, Santos e Bahia mandavam açúcar. No primeiro desses portos, a mercadoria chegava em caixas de 50 arrôbas, em caixotes de 20-25 arrôbas, em barricas de 6 a 8 arrôbas, e em sacos de 4 1/2 arrôbas. Do segundo, não há detalhes, mas da Bahia se sabe que as caixas pesavam 40 arrôbas.

As quantidades constam do resumo seguinte:

ANOS	RIO				SANTOS	BAHIA
	Caixas de 50 arrôbas	Caixas de 20-25 arrôbas	Barricas de 6-8 arrôbas	Sacos de 4 1/2 arrôbas	Arrôbas	Caixas de 40 arrôbas
1819.....	—	—	—	—	—	29 775
1820.....	—	—	—	—	—	38 688
1821.....	—	—	—	—	—	48 814
1822.....	—	—	—	—	—	35 660
1823.....	24 185	—	—	10 a 12 000	—	10 272
1824.....	—	—	—	10 a 12 000	450 000	—
1825.....	21 538	1 650	—	10 a 12 000	550 000	—
1826.....	19 855	1 348	—	10 a 12 000	600 000	—
1828.....	19 126	465	13 867	10 a 12 000	—	—

Rio ainda embarcava peles e tabaco:

Anos	Peles	Tabaco
1823	273 540 peles	26 896 rolos de 75 libras
1825	261 910 "	21 165 " " " "
1826	384 178 "	27 064 " " " "
1828	207 277 "	24 620 " " " "

Rio e Bahia tinham também um pequeno comércio externo de algodão:

Anos	Rio	Bahia
1819		29 311 fardos de 150 libras
1820		41 708 " " " "
1821		41 146 " " " "
1822		34 720 " " " "
1823	8 898 fardos de 128 libras	8 302 " " " "
1825	3 401 " " " "	" " " "
1826	4 449 " " " "	" " " "
1828	2 440 " " " "	" " " "

A tôdas estas estatísticas citadas por R. Walsh, acrescentemos as quantidades consumidas no país, e veremos que as toneladas veiculadas não eram minguadas, para a época.

Se excetuarmos o recôncavo baiano, no qual a multiplicidade de rios navegáveis facilitava o emprego de verdadeiras esquadilhas de embarcações, o grande, quase único elemento de transporte utilizado foram os muare.

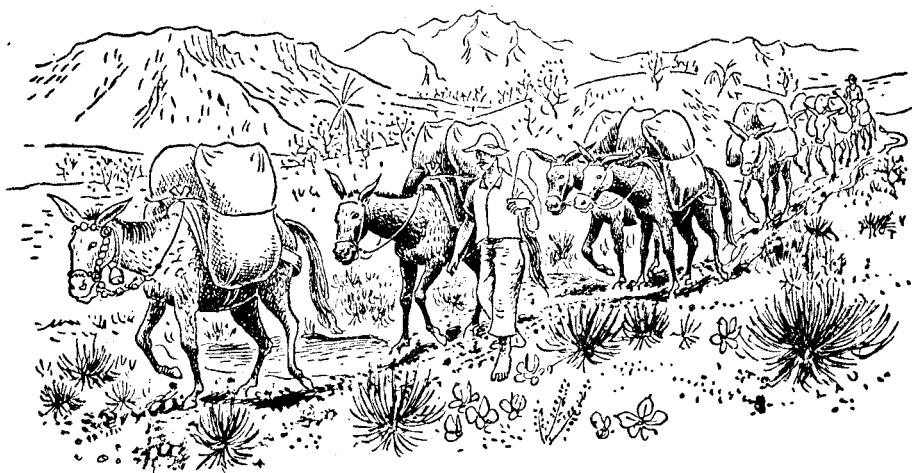
Inúmeras zonas mineiras, fluminenses, baianas e paulistas, criavam mulas para transportes regionais. Não bastavam, contudo. Do sul, tanto do Rio Grande como da mesopotâmia entre Paraná e Uruguai, vinham tropas riograndenses e correntinas, afluindo a Sorocaba que era o mercado distribuidor.

Amansavam-se os animais, ora para sela, ora para cangalha. Dos primeiros exigia-se muito: beleza de formas, isenção de qualquer defeito ou tara, andares e por vêzes requintes de apuro de doma; aos segundos, mais numerosos, pedia-se menos: saúde, fortaleza e resistência.

Com as montadas, percursos diários de seis a sete léguas (nas regiões acidentadas do Brasil Central) poderiam fazer-se durante semanas a fio, não havendo descuido com o lombo e os cascos, geralmente ferrados, e com o forrageamento. Contrário, pois, do que se dá no Norte, onde o cavalo domina e corre mais ligeiro e desferrado: e ainda em oposição com o Sul, no qual, na coxilha, a andadura é mais veloz e os animais de muda são de regra.

Com os cargueiros, o escopo é outro. Não ultrapassam as marchas três a quatro léguas por dia. O essencial é a resistência ao pêso. Em geral de oito a dez arrôbas de 15 quilos, excepcionalmente, doze. Organizar e conduzir um lote requer talento especial e grande prática para não inutilizar os animais quer por excesso de pêso, pisaduras dos arreios ou esforços demasiados. Cumprir acertar com precisão a cangalha, equilibrar o conjunto, nem sempre simetricamente repartido, recorrendo para isto a vários artificios, alceando desigualmente as cargas, ou usando dos contrapesos, a que chamam "dobros", — ou ainda com o "cambito ou arroxo", dando o "apêrto" do lado conveniente.

Cada lote contava sete, nove ou onze bestas, os de sete eram mais comuns na antiga província do Rio de Janeiro; os de nove, em geral, caracterizavam a tropa mineira; os de onze, a tropa goiana. O "arrieiro" usualmente, ia montado, e os camaradas a pé. Quando vários grupos se juntavam, costumava haver um capataz.



Cada grupo de mueres tinha "madrinha", que era ou um cavalo ou uma besta mais segura, a servir de guia na marcha, e centro de reunião dos animais no apascentar noturno. Era hábito velho dar-lhes arreios especiais, com fitas e panos vistosos, e mais guizos e muita prataria nas cabeçadas. Pouco a pouco, a disciplina se firma e espontaneamente o lote se arruma atrás da madrinha, na estrada, ou ao alcance do "cincerro", campanha que se lhe ata ao pescoço, ao serem soltos à tarde nos pastos para descanso e alimentação.

Ai, dão-se manifestações curiosas da economia naturista. Como na fazenda de gado, onde a vaidade e competição residiam no número de cabeças possuídas, na riqueza de alfaia das capelas e das jóias femininas; como na fazenda de cultura, onde sentimento igual se traduzia na extensão das terras e no número de escravos; na tropa o ponto de honra e a superioridade se encontravam na uniformidade do pêlo dos animais, na igualdade de porte e de resistência das unidades componentes, nos ornatos dos arreios e especialmente dos da madrinha.

No conjunto dos sistemas de veiculação, — carros de bois, barcos, muares — o tropeiro e seus auxiliares representavam uma aristocracia. Nos tempos do apogeu da tropa, seu dono era personagem de destaque. Não viajava com seus animais: o capataz de confiança, escravo por vêzes, guiava e cuidava dos lotes, enquanto o dono com uma "comitiva" escolhida de béstas de estimação, com numerosas mudas à destra, arreios faiscantes de prataria e mesmo com peças de ouro, partia dias ou semanas depois, e, viajando mais rapidamente, ia alcançar os primeiros já próximo a seu destino final.

Nem sempre coincidiam os itinerários.

A tropa, aparelhada para viagem, no primeiro dia pouco marchava, apenas o suficiente para acertar as cargas e se colocar nas condições normais de seu trabalho. Do segundo dia em diante começava o ritmo constante que reinaria durante toda a expedição.

De madrugada, ia o camarada com o bernal de milho ou a cuia de sal buscar os animais no pasto, ou no "encôsto" onde haviam sido soltos. Nas primeiras noites, para evitar que "puxassem para trás" pelo hábito de voltarem a suas querências, ficariam peados, quando o campo não fôsse fechado ou seguro. No fim de dois ou três dias, alongando-se a viagem, amadrinhavam-se em torno do "cincerro" e assim o campeiro via sua missão facilitada.

Tocados para o rancho ou, quando êste não existisse ou já estivesse ocupado, para o acampamento improvisado na véspera, atavam-se os animais às estacas que se transportavam muitas vêzes entre o couro da coberta e a sobrecarga. Raspados, amilhados, recebia cada qual sua cangalha e as cargas respectivas, metódicamente empilhadas na véspera, formando corredores e recintos fechados. "suadouros" para o ar, para enxugarem do suor da marcha anterior, posta cada carga fronteira ao arreio respectivo, resguardado o conjunto contra as intempéries pela cobertura dos couros. Ao amanhecer o dia, a tropa estava arrejada e pronta. A camaradagem já tinha comido o feijão e tomado o café de coadouro preparados pelo cozinheiro. Um menino ou um tocador punha a madrinha na estrada, e a poder de gritos guturais, ordenava o séquito; aos recalcitrantes, com retumbantes golpes de arrôxo no couro da cangalha, ou mesmo uma varada nas ancas, reduzia à obediência.

Caminhavam légua e meia ou duas léguas, na fresca da manhã. Na calma do meio dia, desarrejavam à beira de uma aguada, para recomençar o avanço de tardinha, até às quatro ou cinco horas. E assim, durante semanas, percorriam de três a quatro léguas por marcha.

Quando acontecia faltar água no percurso, traziam-na em odres de couro, as "borrachas", e a distribuíam parcimoniosamente aos sedentos cargueiros, quando não preferiam viajar "de água a água", isto é, cruzando sem pausa o trecho árido.

Descarregavam à tarde o lote, sempre com o mesmo método. O cozinheiro, personagem importante, temperava o feijão que já vinha cozido e fazia a "janta", fincava em algum esteio do rancho o "mancebo" com o coadouro, e esperavam, para comerem juntos, que os campeiros voltassem do pasto onde haviam deixado os animais. Caía a noite. Em torno do fogo, apareciam as violas ou as sanfonas, e davam largas à sua inspiração os cantadores, contemplativos ingênuos, poetas natos das estradas sertanejas. Ao lado, o cozinheiro punha ao lume na "trempe", o feijão do dia seguinte, e durante toda a noite o vi-giava.

Essa, a vida monótona, invariável de sol a sol, do pessoal da tropa. Durava meses. Acidentes ou imprevistos, quase não havia. Travessias de rio. Atoleiros, onde animais afundavam. Intempéries. Uma ou outra discussão, que por vêzes desfechava em tiro ou facada, e, no chapadão ou na mata, uma cruz tósca assinalava o túmulo da vítima que havia tombado.

Outra, a viagem do dono da tropa, do "tropeiro" propriamente dito.

Era um mensageiro da civilização. Era o homem que tinha ido à Côte, ou, pelo menos, a lugares nos quais se tinha notícia do que se passava na Côte. Nesse tempo em que raros jornais circulavam, sem assinantes no interior,

linhas postais eram escassas, quando não inexistentes, a tradição oral do interior valia como meio quase único de contacto com os acontecimentos do litoral e do estrangeiro. Coisa muito semelhante ao papel que, na média idade, desempenhavam mercadores ambulantes ou os tropeiros.

Por êles, chegavam ao sertão longínquos rumores dos sucessos litorâneos, isto é, das alternativas políticas pelas quais tanto se interessavam os chefetes regionais, dos preços das mercadorias a comprar e dos gêneros a vender. Por êles fazia encomendas, não sendo das menos importantes as incumbências do elemento feminino das fazendas.



Por êsses tempos, não havia bancos, nem meios de remessa de dinheiro senão por "positivos", "próprios", portadores ou mensageiros especiais. Ainda era o tropeiro, conhecido e abonado, o intermediário normal para tais operações.

Por seu negócio e suas relações comerciais, tanto quanto pelo convívio social forçado, tinha de se aperfeiçoar constantemente. Novos meios, novos horizontes, intercâmbio em círculos sociais mutáveis, tudo agia como fermento para seu progresso contínuo auxiliando e confirmando a superioridade psicológica que o tinha levado a trocar, por uma vida de intensa atividade e movimento incessante, a modorra da propriedade rural ou o quase nenhum bulício da existência nos arraiais. Também, em regra, pertencia à gente melhor da província: para compra das tropas, para registros e direções de sua indústria, era conveniente possuir certa instrução e algum capital, exigência que limitava o recrutamento dos membros de sua categoria e a fixava na classe dos mais abastados. Seleção profissional e social, portanto.

Ainda, para manter e alargar influxo e prestígio, teria de convencer, cativar e aconselhar a quantos freqüentava. Banqueiro dos fazendeiros, tinha de lhes merecer fé. De fato, esta era a base insubstituível de tais relações econômicas no sertão; a confiança recíproca entre vendedores e compradores, no interior e no mercado consumidor, através do tropeiro ouvido e respeitado. O ambiente em que se moviam era da mais estrita e rigorosa honestidade.

Compreende-se, destarte, o ascendente social exercido. Hóspede nas fazendas, querido e ansiosamente esperado, trazia as novidades, aviava as encomendas femininas, geria interesses financeiros do chefe da casa. Todos igualmente lhe votavam amizade, até os escravos de estimação aos quais premiava os pequenos serviços.

Não há como escurecer ou minguar a valia de sua missão progressista. Foram pioneiros de civilização social e de progresso econômico. Desempenhavam funções do mais alto relevo, e não há estranhar o destaque com que, na literatura da época, são descritos pelos melhores romancistas, por Bernardo Guimarães entre outros.

Em país falto de estradas, possuindo meros trilhos nas serranias e apenas, nas chapadas, as largas faixas de percurso do gado, fácil é compreender que os meios de transporte se adaptassem e experimentassem o influxo dos acidentes geográficos.

A tropa, por toda parte, prestava os maiores serviços. Mesmo correndo risco de pilhérias intuitivas, não há negar a imensa dívida do Brasil para com o burro, elemento de prosperidade e de progresso de norte a sul do território. Mas onde sua influência reinou sem contraste, foi na região amorrada das serras do Mar, da Mantiqueira, das Vertentes, no Brasil do Sul e do Centro, em suma. Tinha concorrentes nas demais zonas.

No litoral, nos rios navegáveis, nas bacias fluviais, do Amazonas e mesmo do Paraguai, dominava a embarcação, da canoa ou "montaria", nome significativo, ao transatlântico e ao "gaiola" de hoje, no rio-mar.

Nos caminhos do planalto central — digamos, com exagêro, da margem ocidental do São Francisco para oeste até a floresta amazonense — a largura e a horizontalidade das avenidas naturais facilitavam o trânsito das boiadas e dos carros.

Do fundo de Mato Grosso e de Goiás até os contornos das serras das Vertentes e da Mantiqueira — e eram centenas e centenas de quilômetros, milhares mesmo em alguns casos, — não se cruzavam desnivelamentos apreciáveis, salvo na travessia dos vales erodidos pelas águas dos rios.

Solução ideal para o transporte do gado, tângido a pé pelas comitivas do boiadeiro.

No prazo que precedia de um a dois meses as águas, nos pontos iniciais da entrada para o sertão, iam se formando os magotes de camaradas com suas montadas e animais de custeio, sob a chefia do patrão. Penetravam terras adentro, até os pantanais mato-grossenses, por vezes, até Santa Rita do Paraíba, o Araguaia, ou o sertão das Abóboras em Goiás. Adquiriam o gado e voltavam em marchas pequenas, três léguas em geral, amansando pelo trato as bravias manadas sertanejas, guiando-as. Recolhiam as cabeças tresmalhadas, lutando contra os "estouros", pânico súbitos, por vezes inexplicáveis e irreprimíveis, que derramavam pela "caatinga" e pelo "cerrado" inúmeros rebanhos, a exigirem dias para se agremiarem de novo. Onde não havia pontes nos rios, ou balsas ou barcas de passagem, lançavam n'água os bois, orientados na travessia a nado por um camarada nadador perito, levando na cabeça uma grande armação, método já velho e descrito por Antonil como corrente nas fazendas baianas do século XVII. De cada lado da boiada, no rio, canoas continham e congregavam as reses que fugiam ou eram arrastadas pelas águas. Em breve passo, e com perdas pequenas, chegavam quase todas à margem oposta.

No percurso da volta, até o ponto terminal, encontravam os "verdes", isto é, a vegetação nova, tenra e succulenta, dos campos já então adubados pela cinza das "queimadas". E, assim, na fresca da estação das águas incipientes, por itinerários ricos de pastagens, e fugindo cuidadosamente dos campos "ervados" (onde havia plantas venenosas), chegavam, para descanso e engorda, nas "invernadas". Podia-se contar com mais alguns meses para a manada se refazer da "quebra" sofrida na viagem e se tornar mercadoria de valor venal mais alto. Em regra, boi comprado no sertão, só no ano imediato entraria para o consumo.

Ainda aí, surgia essencial o papel da tropa no campeio do gado, em seu custeio, e na sua condução.

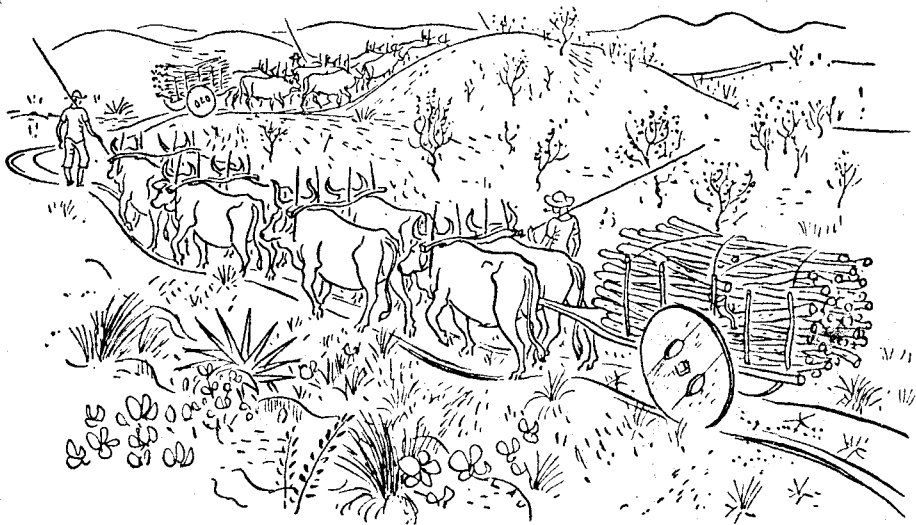
Na zona do planalto, a chapada facilitou o advento do novo meio de transporte: o carro de bois.

Inteiramente construído de madeira de lei pesada, com escassa ferragem além dos aros dos rodeiros cheios, eixo móvel contido entre "cocões" rinchadores, podiam carregar até cem arrôbas. Eram terríveis estragadores de es-

tradas, que não resistiam aos esforços de alavanca desenvolvidos nas curvas pelo conjunto rígido do eixo e das rodas, sob o peso do rude veículo. Dai, pouco durarem as vias de comunicação naturais, formando-se sulcos paralelos, e deslocando-se para o lado a nova trilha. Na planura intermina da chapada, constituíam-se por tais afastamentos sucessivas faixas de centenas de metros de largo, discerníveis de longe em meio da macega alta.

Está ligado ainda ao comércio do sal, o desenvolvimento experimentado no transporte pelo carro de bois.

Na economia naturista, a fazenda, unidade econômica, se supre de tudo com a própria produção. Excetua-se, quase único, o sal. Quando muito, e para os casos de consumo voluptuário, importa-se algum vinho e algum tecido mais fino; mas em geral o álcool é fornecido pela aguardente de cana ou por minúsculos vinhedos locais, e o vestuário pelos teares caseiros, tanto para algodão como para lã. Cardas, fuso e roca encontram-se em todas as velhas casas sertanejas, e urucum, jenipapo e pau-brasil, dão as substâncias tintoriais.



Claro, a tropa pode fazer tais movimentações, de vulto crescente com a ampliação da indústria pastoril, a consumir cloreto de sódio para a salga do gado. Era a maior importação. Hoje, encontra concorrentes na introdução de tecidos, de ferragens, de rolos de arame para cerca e de querosene, à medida que desapareceram as indústrias caseiras de tecidos, de azeite de côco, e se foram extinguindo os fogos das pequenas forjas de preparo do ferro, onde ferraduras, cravos, barras eram feitos para suprimentos regionais. Convém notar que tais produtos da rudimentar siderurgia da época se transportavam em lombo de burro.

Mas o carro de bois se revelou mais econômico, nos chapadões, por efetuar transportes mais concentrados, exigir menos trabalho e melhor resguardar a carga contra as intempéries.

Na carga, uma vez arrumada, não se mexia mais até seu destino final. O couro da tolda protegia contra sol e chuva. A "mesa" do veículo, elevada acima do solo, impedia se umedecessem ou se sujassem as mercadorias.

Vesperando a entrada das águas encaminhavam-se os carros pelas estradas. Iam puxados por juntas de bois, de cinco a doze.

Um menino, o "candieiro", com pequena vara de ferrão, colocava-se à frente dos bois de guia e, puxando-os pela "chifradeira", os punha a caminho. Atrás, o "carreiro", com ferrão maior, excitava as reses, não lhes permitia descansar nem "amuar".

Saíam, mal rompia o dia, e avançavam uma légua. Ai paravam perto de algum ponto de água. Descangavam as juntas, soltando os "ajoujos", mas deixando as chifradeiras para que os bois não se afastassem demais. Empilhavam "cangas" com os "canzís", "cambões" e "tiradeiras". Almoçavam à moda dos tropeiros. A tardinha, traziam de novo os animais que haviam pastado, bebido e ruminado. A partir do "coice" e até à "guia", cangavam sucessivamente as juntas ligadas uma à outra canga pelo cambão e pela tiradeira: e reencetavam a caminhada por mais uma légua.

Ao entardecer, pousavam junto à água. Soltava-se completamente o gado na pastagem de beira-estrada. Escorava-se o cabeçalho do carro, e preparava-se a modesta refeição nos caldeirões equilibrados sobre as trempes. Coado e bebido o café, em torno do fogo se sentavam carreiro e candieiro. Sob a mesa, um couro cru servia de cama ao primeiro. No espaço entre o tóldo e a carga, estendia-se o menino para dormir. Junto à meia luz dos tições, um cão de guarda lavava sobre todos.

Por vêzes, pelo plaino seguiam em fila dezenas e dezenas de veículos, mais de cem em certas ocasiões. Cada qual se distinguia, e era reconhecido por seu dono, pelo timbre especial de sua "cantiga", que era a nota estridula do eixo a atritar contra os cocões. À noite, a linha dos fogaréus semelhava a frente de estranho exército acampado na chapada êrma, tais quais os tropeiros. Violas e violões, sanfonas saíam dos bornais que os guardavam. Ao longo da intermínua coluna, evolavam-se para as estrélas, sob o azul profundo do céu recamado de brilhantes, as canções dos carreiros, a melopéia dos chapadões, a mesma endeiça sentida de nostalgia, de mágua e de amor, da poesia espontânea dos simples e dos solitários.

Algumas variantes locais. O tipo paraguaio, por exemplo, é dirigido de dentro da tolda. Longo agulhão suspenso em equilíbrio sobre a mesa, permite ao carreiro deitado espicaçar uma ou outra das juntas.

Não dependiam de ranchos, como a tropa. Insensível às intempéries, o tóldo dispensava a arrumação diária das cargas sob coberta enxuta. Exigindo pessoal menor que os lotes, o carro abrigava ao candieiro e ao carreiro, entre as rodas, sob a mesa, ou também no interior entre tóldo e carga.

Assim milhares dêles, de outubro a março, procuravam os centros distribuidores do sal, aí traziam os produtos sertanejos e os escambavam com as mercadorias litorâneas indispensáveis à vida do interior.

* * *

Tendem a desaparecer todos êsses processos arcaicos, quase peremptos. Mas a ação eliminatória e substitutiva não é uniforme.

A via férrea não extinguiu, apenas encurtou os percursos da boiada, do carro ou da tropa. Da estação terminal, ou do ponto da linha mais próximo do centro produtor, partem como dantes as comitivas compradoras de gado, os carreiros de sal, de arame farpado ou de querosene, as tropas transportadoras. E esta coexistência do presente e do passado se mantém nas regiões montanhosas de nossa terra.

Não assim, no chapadão, no planalto central. Ali o auto-caminhão matou o burro e o carro de bois. Goiás, graças a isto, passou a distar do Rio, de seis ou sete dias apenas, quando dantes pedia meses de viagem, e, em dias recentes exigia normalmente de quinze a vinte dias de transporte. Nem falemos de páramos mais longínquos, senão para citar que Rondon, em momento de grande pressa, pôde com um Ford, no trecho mato-grossense, vir de Cuiabá ao Rio em seis dias. Vê-se a digressão: mais de seis meses em fins do século XVIII, mais de dois em fins do século XIX, passando pela embocadura do rio da Prata; uma semana em 1926.

A êsse ritmo de aceleração obedecem todos os problemas de transporte no Brasil.

Geografia Cultural do Brasil

Dr. B. BRANDT

CAPÍTULO VIII *

A CULTURA ESPIRITUAL E AS RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Nos usos e costumes e nas produções da ciência e da arte, a cultura espiritual de um país expressa-se, em parte, também de maneira explicável pela geografia. Não obstante encontrar-se o povo brasileiro no seu desenvolvimento constitutivo, os quatrocentos anos da colonização geraram uma cultura pronunciadamente brasileira, comparável com a dos Estados Unidos; num caso como no outro, depara-se-nos um novo mundo, que, ao lado de numerosos aspectos de feição européia, manifesta caracteres específicos.

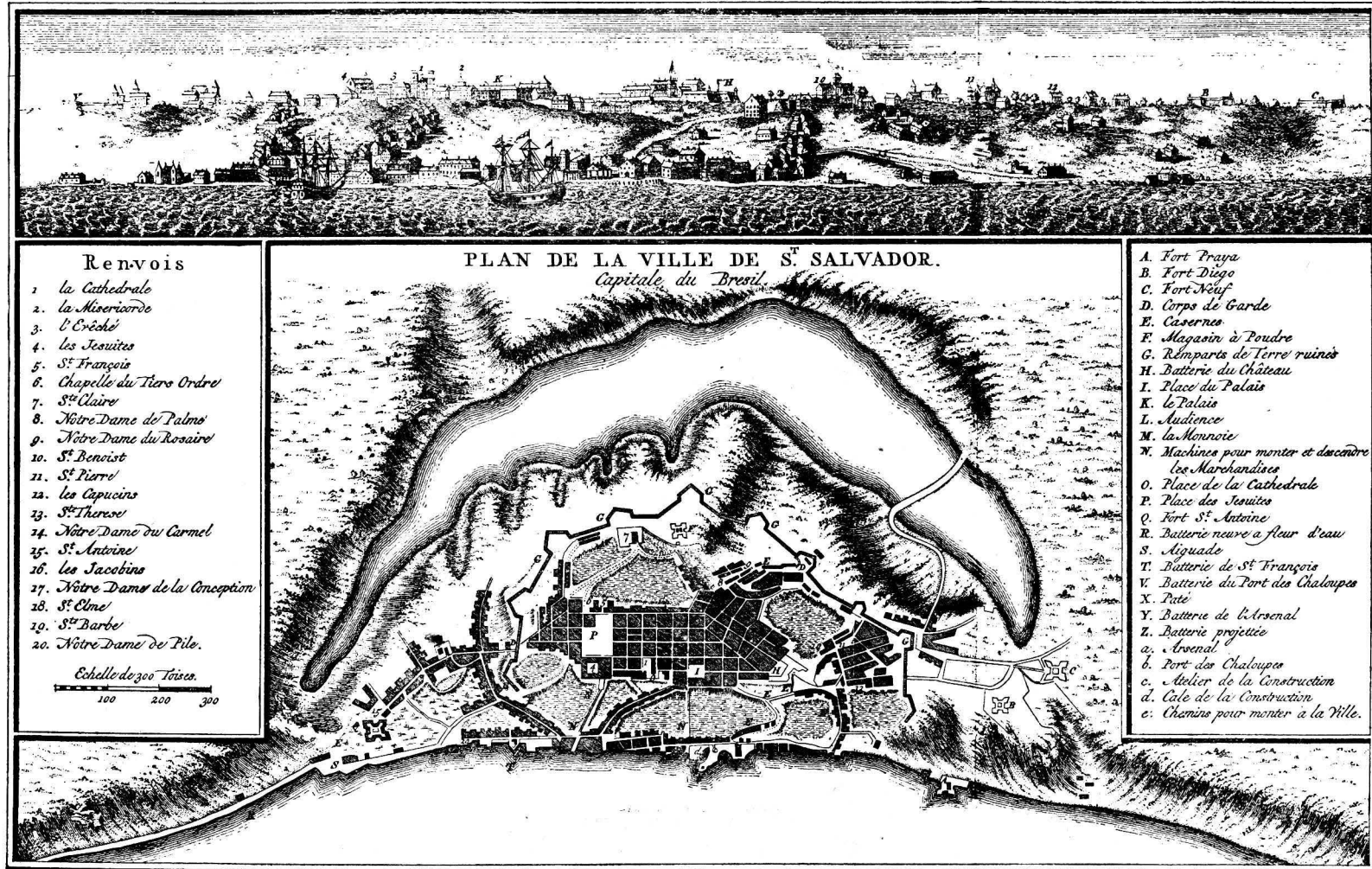
Portugal forneceu o elemento básico da cultura brasileira. Em sua constituição, ao lado do novo espaço, participou o estrangeiro, que, especialmente nos últimos tempos, se esforça por fazer valer sua ação. Como as influências culturais dos países estrangeiros são dificilmente separáveis das influências políticas e econômicas, não podemos desprezar as últimas nesta parte.¹

* N.R. — Os capítulos anteriores foram estampados nos números 16 a 22. — ano II — dêste Boletim.

¹ As relações comerciais com o estrangeiro, tal como se apresentavam antes da grande guerra passada, são documentadas pela tabela abaixo da exportação e importação em 1911 e 1912, em milhões de francos (segundo *Annuaire* 1913):

<i>Exportação</i>	<i>1911</i>	<i>1912</i>	<i>Exportação</i>	<i>1911</i>	<i>1912</i>
Estados Unidos	608	730	Argentina	67	73
Império Britânico	268	242	Bélgica	41	50
Império Alemão	248	267	Uruguai	23	21
França e colônias	142	192	Itália	20	21
Holanda	139	118	Suécia	17	16
Austria-Hungria	88	94	Espanha	9	10
			Portugal	8	4
<i>Importação</i>	<i>1911</i>	<i>1912</i>	<i>Importação</i>	<i>1911</i>	<i>1912</i>
Inglaterra	384	399	Espanha	11	16
Império Alemão	222	273	Terra Nova	14	12
Estados Unidos	178	249	Holanda	8	12
França	117	143	Suécia	5	7
Argentina	101	119	Canadá	5	6
Bélgica	55	85	Dinamarca	3	3
Portugal	71	75	Chile	1	2
Itália	48	62	Rússia	1	1
Uruguai	28	40	Colônias britânicas	0.7	0.8
Austria-Hungria	20	23	Paraguai	0.5	0.6
Suíça	18	20	Nova Zelândia	0.2	0.2
Índia	15	15	Vários	5.2	6
Noruega	12	17			

A série das nações compradoras é muito menor que a das vendedoras; nela só aparecem as marítimas que tomam a si o abastecimento dos demais consumidores. Por isso falta, por exemplo, a Rússia, cuja quota em café, borracha, etc., está incluída nas cifras avultadas da Alemanha e da Grã Bretanha. O consumo aparentemente insignificante da Espanha e da Suécia explica-se pelo abastecimento parcial desses países por portos estrangeiros. Digna de nota é a participação relativamente alta da Argentina e do Uruguai, que se podem suprir dos produtos tropicais brasileiros em condições vantajosas, dada a sua vizinhança. Impressiona na lista de importação a quantidade das nações fornecedoras. O Brasil importa de todas as partes do mundo. As maiores cifras atingem as nações industriais. Entre as não industriais se destacam aquelas de latitude economicamente complementar. Também no caso é saliente a posição da Argentina e do Uruguai. A participação considerável da Terra Nova assenta no bacalhau, que é o prato diário do brasileiro e ao qual também a Noruega deve sua quota relativamente alta. A parte crescente do Chile, baseada no fornecimento do salitre, revela o desenvolvimento da agricultura brasileira. A boa posição de Portugal, quanto às vendas, é índice das estreitas relações com a antiga metrópole, enquanto suas compras, pequenas e ainda por cima de-



Bahia no século XVII (segundo uma gravura em cobre).

A plancha gravada por volta de 1700 mostra a velha capital do Brasil, então chamada Salvador, como uma cidade que, com suas numerosas igrejas, conventos e edifícios monumentais, já não tem mais a singeleza das colônias coloniais e pouco fica a dever aos grandes centros portugueses, Lisboa e Porto. As fortificações construídas com inteligente aproveitamento do terreno, especialmente da lagoa do Garcia, e cujo poderio corresponde à época de guerras dos primeiros decênios do século XVII, já se encontram, no flanco interno, de acordo com a explicação da gravura, arruinadas. O traçado da cidade alta segue o plano quadrado romano, de novo reabilitado pelo Renascimento e que tanto se difundiu no Novo Mundo. A ligação entre a cidade alta e a cidade baixa reservada ao comércio, no sopé da península, faz-se não só por ruas íngremes, mas já também por instalações de elevadores, destinadas ao transporte de mercadorias.

Já falamos das modificações sofridas pelo caráter dos imigrantes portugueses sob o novo ambiente espacial. A feição de certo modo oriental na natureza do brasileiro e sua notável conjunção com o temperamento mediterrâneo foram atribuídas à influência paralisadora de energia do clima. Que esse dualismo, vivacidade herdada e preguiça adquirida, entusiasmo e indiferença, planejamento avantajado e execução deficiente, nas coisas materiais como nas espirituais, é patente no Brasil, provam os fatos já citados e numerosas observações de viajantes.

Dó mesmo modo já se mostrou como e até que ponto os brasileiros se conformaram com o clima, como a ele se adaptaram sob o ponto de vista demográfico e econômico. Apesar de que o calor tropical predominante trace ao desenvolvimento da cultura limites mais estreitos do que os das terras de clima mais suave, sua influência diminuirá na medida em que se conseguir vencer ou atenuar seus efeitos e conseqüências prejudiciais. Os progressos realizados nesse sentido no terreno técnico, médico e higiênico, e que se traduzem tão patentemente no avanço da agricultura para o equador farão certamente com que o Brasil abandone o estágio até agora ainda colonial de sua cultura e atinja um nível que permita possibilidades de desenvolvimento comparáveis com as dos países mediterrâneos. Em síntese, não há, da parte do clima, obstáculo intransponível para o desenvolvimento de uma cultura de tipo europeu.

O não ter sido ainda alcançada essa etapa é, primordialmente, a conseqüência da situação na então insegura costa atlântica do continente, a qual trouxe consigo o secular isolamento do Brasil com respeito ao estrangeiro. Ela impossibilitou uma ligação duradoura e eficaz com o ciclo cultural europeu, protegiu, como se viu, a penetração das idéias do século XVIII e levou o Brasil a satisfazer suas necessidades econômicas e espirituais somente na fonte cada vez mais débil de Portugal que envelhecia. Esse estorvo patenteia-se no todo como nos vários setores: ele deve ser especialmente responsabilizado pelas manifestações evidentes do atraso da administração pública, da vida eclesiástica, da instrução, etc., fatos em que abundam as descrições de viagens.² Como se trata, no caso, de uma influência do espaço já do domínio do passado, essas manifestações diluem-se rapidamente. Os últimos decênios têm operado um notável trabalho produtivo, de modo que sobrevivências desfavoráveis apenas sombreiam o quadro da cultura brasileira como exceções, justamente por isso, tanto mais chocantes.

Entre os velhos bens culturais lusitanos ocupa a língua o primeiro lugar. Com a virtude, própria dos europeus do sul, de penetrar na mente dos povos estrangeiros e fazer-se deles compreender, conseguiram os portugueses impor sua língua aos indígenas, e, bem cedo, consolidar seu predomínio até os limites de sua esfera de autoridade. Como encontraram os colonos do Brasil muitas coisas e idéias que a língua materna não traduzia ou o fazia imperfeitamente, não se evitaram numerosas adoções de termos indígenas e a estas se juntaram outras, não necessárias, as quais, como se observa entre todos os povos colonizadores, se dão pelo gosto da novidade. Esses enxertos, dada a sonoridade da maioria das línguas indígenas, sobretudo o muito difundido tupi, não são ingratos ao ouvido.

Em sua pátria de espaço reduzido, centralizada e homogênea, pouco tocada pelo mundo exterior e mesmo apartada da Espanha vizinha, o ramo lusitano da língua latina tinha-se desenvolvido com rara exclusividade e adquirido em sua pronúncia uma multidão de peculiaridades de difícil assimilação pelos que falam outras línguas. A pronúncia primitiva não pôde fugir às conseqüências advindas do fato de ter a língua devido servir de meio de entendi-

crecentes, caracterizam sua fraqueza econômica. O rápido aumento dos números, que se observou também nos anos precedentes, traduz o considerável progresso econômico do país, o avultar de sua produção e seu crescente poder de compra. Nas várias oscilações, nos aumentos de um lado, nos decréscimos do outro, manifesta-se o vaivém da concorrência.

Essa era a situação até 1914. As modificações da vida econômica dela resultantes ainda não se estabeleceram de modo a permitir uma visão clara do desenvolvimento no futuro próximo. Contudo, nota-se no atual comércio do Brasil uma tendência nítida: o fomento decidido da indústria nacional até agora descurada e, em conexão com ele, o intento da auto-suficiência nos limites do possível.

² Em primeira linha vem Tschudi. Também instrutivas são as recordações do naturalista Fritz Müller (*Werke, Briefe und Leben*. III. Jena, 1920).

mento, no solo do Brasil, de portugueses e índios, negros e mestiços, além de, ulteriormente, um número sempre crescente de estrangeiros. Ela se amoldou, perdeu muitas de suas peculiaridades, fez-se mais regular e mais fácil de aprender. Sobretudo pelo abandono de uma parte dos sons sibilantes tão característicos, tornou-se um dialeto brasileiro, mais suave que o português. Seu uso por tão numerosos elementos raciais assegura à língua portuguesa sua posição, mesmo no futuro, se a maior parte da população não fôr de origem lusitana.

O tempo já passou em que as grandes potências comerciais julgavam poder evitar o uso das línguas transatlânticas e impor suas próprias, como ainda fazem hoje em dia no Oriente e na Ásia oriental. A concorrência, ao contrário, obriga à subordinação e vê-se até uma língua tão poderosa e irreverente como a inglesa ceder diante da portuguesa.

Assim, a língua portuguesa, com a sua transplantação para a América, transformou-se em uma importante língua mundial, que domina um espaço continental, prestígio que, na Europa, nunca lhe teria sido atribuído.

Muitos costumes e usanças traem a herança luso-ibérica. Já se tratou da contribuição metropolitana para a colonização. Cabe aqui, entre outros aspectos, assinalar a situação caracteristicamente subordinada da mulher. Educada sob a égide eclesiástica em horizonte visual estreito, é mantida depois em uma ingenuidade e confinamento que lembram as descrições satíricas de Le Sage e parecem ter raízes no período mouro da história ibérica. Esse estado de inferioridade está a desaparecer, depois que, pela separação da Igreja e do Estado, a influência do clero diminuiu rapidamente e estabelecimentos europeus, principalmente franceses, ocuparam o lugar dos institutos religiosos. Muitas vezes, chegou-se a uma situação de todo oposta, inspirada no conceito norte-americano da função social da mulher. Das outras influências da Igreja, que conseguiu fundar no Brasil uma província de seu poder de todo equivalente à metrópole, há ainda menos que notar, atualmente, na vida social. Seu trabalho passado, indubitavelmente tão útil à civilização e consolidação estatal, deixou, porém, no panorama da cultura brasileira, por intermédio de numerosas construções grandiosas, em parte artísticas, um monumento inapagável. São elas, sobretudo, que dão às cidades antigas seu cunho histórico.

A influência espiritual da metrópole exercia-se também através dos jovens que os brasileiros costumavam enviar para Coimbra, o velho centro universitário português. Contemporaneamente, universidades de outros Estados, Alemanha, França, Estados Unidos, ocupam o lugar de Coimbra.

No geral, os valores culturais da metrópole, radicados na tradição, na igreja, na ciência e na arte, como se viu ao tratar do luso-brasileirismo, esmaeceram no decorrer do último século. Não obstante, nada faz crer num próximo alheamento entre os dois países, porquanto, pelo ir e vir, constantes e regulares, da migração portuguesa, se manterão relações através do Atlântico. Como consequência do nacionalismo, que hoje em dia condiciona tão fortemente os sentimentos de todos os povos cultos e os atos dos seus governos, e da americanização de Portugal pela revolução de 1908,* o qual se aproxima de todo modo do tipo da pequena república sul-americana, avultou consideravelmente o sentimento de solidariedade dos dois países de língua portuguesa aquém e além Atlântico.

A costa portuguesa revela-se em sua natureza e no gênero de vida do homem, de modo evidente, como a *contracosta* do Brasil na Europa. Sob latitude mediterrânea, mas situada no Atlântico, ela tem um clima suave, uniformemente úmido e sujeito a pequenas oscilações, o qual se aproxima mais do tropical do que do subtropical. Em julho reina em Lisboa o mesmo calor que no Rio de Janeiro e a temperatura média da capital fica pouco abaixo da do Brasil meridional. Nos jardins de Lisboa vicejam palmeiras do Brasil enlaçadas pela hera nórdica. Seus papagaios verdes enfeitam as janelas de numerosas casas. Negros e mestiços dão às ruas um cunho sul-americano. Os anúncios das casas de comércio referem-se ao Brasil, que, no movimento de passageiros

* A República Portuguesa foi proclamada a 5 de outubro de 1910. No ano indicado no texto, precisamente a 1 de fevereiro, teve lugar o atentado que vitimou o rei D. Carlos e o príncipe D. Luís Filipe.

e mercadorias do pôrto da cidade, ocupá o primeiro lugar. As esferas armilares da bandeira portuguesa e o firmamento meridional da brasileira destacam-se entre tôdas as bandeiras.

Dos povos estrangeiros que influenciaram duradouramente a população portuguesa, destaca-se na ordem histórica o francês. O estabelecimento huguenote de Villegaignon, no século XVI, conservou-se como colônia no Rio e tornou-se o núcleo de cristalização para novos imigrantes franceses, que, já em 1860, constituíam 7 % dos habitantes e formavam o elemento estrangeiro mais fortemente representado.* As relações políticas entre o Brasil e a França, durante séculos, não foram em nada amigáveis; os franceses não eram de modo algum estimados e considerados. Sua atividade na indústria de luxo, porém, prestou aos brasileiros serviços assinalados e, assim, foi-lhes dada oportunidade para conceder preferência ao gosto francês. Como na Europa, nos séculos XVII e XVIII, também se difundiu a cultura francesa no Brasil, a qual revestiu com verniz estrangeiro a cultura nacional. Enquanto, porém, os países europeus se libertaram dessa dependência e dela só ficaram vestígios, perdura a mesma, intacta, no Brasil ainda incapaz de perfazer formas culturais próprias — tal como em vários países eslavos da Europa.

Simultaneamente com as formas culturais insinuou-se a língua francesa — tanto mais quanto é bem aparentada com a portuguesa. Com elas se tornou, tal como antes na Europa, o bem comum dos círculos cultos e também seu meio de entendimento com as demais nações. Com isso, abriram-se as portas à literatura francesa, de ficção e científica, o que, de seu lado, teve como resultado que o Brasil tomou como padrão as universidades, os manuais e os métodos de ensino da França, assim como muitas de suas instituições públicas.

De mãos dadas com essas relações radicadas nas necessidades brasileiras marcham aquelas que partem das necessidades francesas. Depois do fracasso da fixação no Brasil, a França apareceu com os demais povos europeus como participante do comércio brasileiro. Sob esse aspecto, a posição francesa destacou-se ultimamente, tanto no ardor e inteligência da propaganda de sua terra e cultura, quanto no fomento das informações e do interesse referentes ao Brasil na França. As iniciativas a respeito ultrapassam consideravelmente as de outros países, e são numerosas as instituições estatais e outras de caráter público que desenvolvem uma viva atividade de informação escrita.³

O grande prestígio que circunstâncias favoráveis e o próprio mérito granjearam para os franceses foi contrariado, porém, por dois defeitos nacionais. A sobrançaria para o jovem Estado, naturalmente atrasado em muitas coisas, falha explicável, de que nenhuma das velhas nações européias está completamente isenta, atinge na grande nação um nível insuportável e, assim, sempre houve queixa no Brasil da atitude arrogante e irreverente de seus representantes, mesmo daquelas que exerciam no país missão oficial de relevo. Tão pouco conseguiram os franceses refrear nas transações o imediatismo que lhes é característico. Enquanto outras nações, destacadamente a alemã, porfiam por fornecer produtos perfeitos, o francês, não raro, é pouco escrupuloso no cumprimento dos seus compromissos e sacrifica ao lucro do momento o conceito do seu país.⁴

Os erros assinalados golpearam a posição vantajosa ocupada pela França entre as nações concorrentes; ela trabalha enérgicamente, agora, para reconquistá-la em toda a América do Sul.

Quanto à sua participação na importação e exportação, a França, antes da guerra de 1914, ocupava o último lugar entre as grandes potências mundiais. Essa posição corresponde às necessidades de sua fraca população e à sua indústria pouco desenvolvida em comparação com a da Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Ao contrário, ela aparece, também no Brasil, pela ex-

* O autor engana-se no que diz com respeito à tentativa de Villegaignon, tanto quanto na estimativa do elemento francês no Rio.

³ E. Brandt, *Brasilien vor dem Kriege*. Geogr. Zeitschrift, 24, 11/12.

⁴ Comparar V. Tschudi, op. cit., p. 100, onde se trata dos dois fatos e onde "negócios afrancesados" é a expressão equivalente a transações fraudulentas. Convém lembrar a campanha da imprensa brasileira, após a guerra passada, contra os instrutores franceses e os fornecedores de material de guerra.

posição feita a respeito das estradas de ferro, como fornecedora de capitais, fato em que se reflete a riqueza de sua população dada à poupança e aos negócios com títulos de bolsa.

Aos Estados Unidos liga o Brasil a semelhança da história. Ambos os países foram primitivamente colônias em que não se deparou aos conquistadores a fácil colheita dos frutos maduros, tal como se deu na Índia, Peru e México; em ambos os casos foi necessário o duro trabalho inicial. Os norte-americanos e os brasileiros conquistaram uma extensão de terra que lhes conferiu a expectativa de hegemonia continental e prestígio mundial. O mesmo desenvolvimento tiveram nos dois casos as relações com a metrópole e a luta da independência, a questão negra, a imigração européia maciça e o progresso econômico surpreendentemente rápido do presente. A ambos os Estados é, finalmente, comum o contraste com o Velho Mundo. Uma tal semelhança dos destinos devia resultar igualmente em uma certa concordância cultural, em que os Estados Unidos, pelo seu adiantamento e maior riqueza, são a parte predominante.

As relações mais intensas entre os Estados Unidos e o Brasil datam da declaração da independência deste. Com o estabelecimento da doutrina de Monroe (1823), arvora-se a União Norte-Americana em protetora do Brasil. A aplicação da doutrina traz consigo, no decorrer do século XIX, a hegemonia norte-americana em toda a América do Sul, fato a princípio de consequências benéficas — o Brasil, por exemplo, resolveu pacificamente suas questões de fronteira — às quais, com o tempo, se seguiu uma pressão sensível. Por isso, o entendimento entre os três maiores Estados da América do Sul, os "Estados do ABC", meio de defesa comum contra as intervenções desmedidas da União nas questões sul-americanas. Finalmente, a União, mediante o despertar de um sentimento de comunidade pan-americana, procura subordinar totalmente os Estados sul-americanos, inclusive o Brasil, aos seus próprios desígnios políticos.

Não é de estranhar que a política interior do Brasil tenha tomado frequentemente como modelo a da União, dada a semelhança dos problemas e tarefas essenciais. Depois que, já durante o império, muitos políticos lançaram as vistas para a América do Norte, com a república tornou-se a União o modelo de quase todas as instituições estatais. Já o nome "Estados Unidos do Brasil" bem o sugere. A Constituição de 1891 aproxima-se bastante da carta fundamental da grande república irmã. Ela estabelece três administrações, a União ou Governo Federal, com sede no Rio de Janeiro — futuramente, na Capital Federal a ser fundada no planalto de Goiás, — os Estados, outrora províncias, e os municípios. A competência da União limita-se, em linhas gerais, à legislação, os negócios nacionais e sua representação no exterior. Feita abstração das ingerências da União, advindas de sua competência, os Estados gozam de completa autonomia e possuem Constituições próprias. Também os municípios usufruem ampla autonomia. O direito mais alto do cidadão consiste na sua participação na soberania que se exerce pelo povo; a eleição direta determina a composição das assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado, assim como designa os agentes do Poder Executivo, o Presidente e os Presidentes ou Governadores dos vários Estados, que, comumente, não são imediatamente elegíveis após o período governamental de três a seis anos. A Constituição federal não reconhece diferenças de raça; ela assegura ao estrangeiro a mesma inviolabilidade de seus "direitos de liberdade" que aos brasileiros natos. Como é explicável em um país que precisa de imigração, a aquisição da cidadania brasileira é tornada mais fácil que em qualquer outro Estado. O caráter moderno da Constituição brasileira reflete-se tanto na sua grande liberalidade quanto na completa separação do Estado e da Igreja e na laicidade do ensino.

A vida social das grandes cidades assume progressivamente feição norte-americana: na divisão entre zona comercial e zona residencial, no adensamento do tráfego em certas horas do dia, na consequente sobrecarga dos meios de transporte e noutros fenômenos, para não falar da influência norte-americana na arquitetura urbana.

O desenvolvimento das relações econômicas com a União advém da posição desta. Situada fora dos trópicos e com uma população sempre crescente, é ela obrigada a importação de quantidades consideráveis de produtos tropi-

cais e é, por isso, o maior cliente das matérias-primas⁶ brasileiras.⁶ Por outro lado, a cifra das exportações americanas, até 1914, fica abaixo das da Alemanha e Inglaterra. A União era até então predominantemente agrária e não podia enfrentar a concorrência das nações referidas, que produziam em condições mais vantajosas e dispunham de fretes mais baixos. A guerra, que afastou do mercado os dois concorrentes, aumentou seu custo de produção, provocou a transformação da América em nação predominantemente industrial e desenvolveu sua frota mercante, removeu esse obstáculo e tornou-a concorrente do mesmo tomo, senão favorecido. Isto se traduzirá, em próximo futuro, em rápido crescer do prestígio norte-americano e em forte americanização, pelo menos no que respeita às coisas materiais.

Não obstante ser a balança comercial da União ainda desfavorável com respeito ao Brasil, posição que, no entanto, se vai invertendo progressivamente, os Estados Unidos têm na exploração das riquezas do Brasil um vasto campo de aplicação de seu espírito de empresa. Em oposição característica à França, que, por empréstimos, possibilita empresas, a União, em concorrência com a Inglaterra, aparece como realizadora das mesmas. Seu setor é, em primeira linha, o dos transportes, cujas instalações, em consequência, no Brasil como em todo o continente, têm feição norte-americana.

Finalmente, não se deve menosprezar a posição de destaque que os Estados Unidos, ultimamente, têm procurado manter no devassamento de regiões ainda desconhecidas da América do Sul e no estudo de seus territórios ainda não atingidos pela civilização.⁷ Dai não decorre apenas vantagem espiritual e aumento de prestígio, mas abrem-se também novos campos, ainda virgens, à atividade norte-americana.

Enquanto a França, pela raça, língua e cultura, é aparentada com o Brasil, e os Estados Unidos dele se aproximam pelo destino comum, as relações com a Inglaterra assinalam-se mais por traços que distanciam em vez de aproximar. O antagonismo primitivo entre o sangue norte-europeu e o mediterrâneo não foi mitigado por imigração inglesa digna de nota, ao contrário, é aguçado pelas idéias diametralmente opostas de ambos os povos sobre pureza de sangue e mestiçamento. Repelem-se, assim, os respectivos caracteres e costumes nacionais. A fixidez insular da alma anglo-saxã opõe-se a uma adaptação íntima às condições de vida brasileiras, conseguida por alemães, franceses e italianos. Os contactos foram hostis durante séculos, modernamente, porém, como prova a atitude inglesa na questão da escravidão e nos tratados comerciais de 1810 e 1817, no mínimo inamistosos.⁷ Ademais, depois do insucesso de sua política de conquista na América do Sul, a Inglaterra dedicou-lhe menos atenção que a qualquer outro território ultramarino. A história da exploração do Brasil é, por isso, relativamente pobre em nomes ingleses.

Com esses fatos de divergência contrasta a posição dominante dos ingleses no comércio do Brasil, oriunda de sua preeminência marítima. Durante decênios, seus navios venceram os das demais nações, posição que persistia ainda antes da guerra de 1914. Na importação, em que a Inglaterra se seguia à União, populosa e pobre em colônias — esta recebe quase o triplo de matérias-primas do Brasil — ela lutava duramente com a Alemanha, pela qual havia sido ultrapassada pela primeira vez pouco antes da guerra. Na exportação, sua posição dominante, mau grado a diminuição progressiva da vantagem, era ainda indiscutida, enquanto a luta pelo segundo lugar se travava entre a Alemanha e a União, com avanço constante da primeira.

Quanto aos empreendimentos no país, assemelhava-se a participação inglesa à da União. A deslocação de forças condicionada pela última guerra ocasionará uma modificação desfavorável à Inglaterra.

⁶ A libertação dessa dependência preocupa a mui resoluta política externa norte-americana, que, com a aquisição de colônias (Havai, antes possessão espanhola), imposição de suserania econômica (São Domingos) e "penetração pacífica" (com ponto de partida em Panamá), procura garantir-se de zonas de matérias primas coloniais cada vez maiores.

⁷ V. os últimos números da *Geographical Review* de New York.

⁷ Com excepção do seu apoio, conseqüente à luta contra a França, a D. João VI, cuja transmigração para o Brasil resultou na libertação das peias do sistema colonial.

Fora da vida econômica, a influência inglesa só se fez sentir em pequena escala. Sua preeminência marítima faz com que a Inglaterra sirva de modelo em todas as coisas da navegação. Já por ocasião das lutas da independência, a chefia da guerra marítima esteve nas mãos de um inglês, lord Cochrane, famoso em toda a América, depois de Nelson o maior herói do mar da era napoleônica. Hoje, a armada inglesa é o modelo da brasileira, cujas melhores unidades são construídas em estaleiros ingleses.

Múltiplas são as relações que aproximam o Brasil e a Alemanha. Elas se baseiam em uma extraordinária e constante participação de numerosos alemães no desenvolvimento da cultura brasileira, principalmente pela cooperação no devassamento e exploração da terra, na formação do povo brasileiro e no progresso econômico e espiritual.

A influência alemã começa já na época heroica do descobrimento, quando os lugares-tenentes dos Welsers, partindo da atual Venezuela e penetrando na região amazônica, exploram território brasileiro, e quando um Ulrich Schmiedel é chamado co-descobridor do Brasil. A esses homens ousados se seguem, no século XVIII, missionários alemães, entre os quais o padre Fritz, de Trautenau; a serviço da Espanha, immortaliza-se como fundador de numerosas colônias no Amazonas e como o mais antigo cartógrafo do rei dos rios. Alexandre von Humboldt, que abre a lista dos grandes viajantes científicos, inicia pelas suas viagens à parte espanhola das regiões equatoriais a exploração científica do Brasil setentrional, a bacia amazônica, a que chamou "Hylaea"*. Ulteriormente, são, com predominância absoluta, exploradores alemães que colhem um enorme material de conhecimentos em todos os domínios da geografia, das ciências naturais e da etnografia, prestando serviço pioneiro às atividades práticas e honrando o nome alemão.

A emigração maciça alemã, começada em 1820, contribuiu para a população brasileira com um contingente que se pode estimar em aproximadamente meio milhão, em números redondos, 5 % da população branca. Esses imigrantes alemães e seus descendentes não ajudaram apenas a povoar o Brasil, mas colaboraram em seu progresso como nenhum outro povo. A introdução da agricultura européia e a transformação do sul em um território agrícola complementar da agricultura tropical são, primordialmente, sua obra. Eles concorreram também para a expansão do artesanato, forneceram à indústria a mão de obra qualificada e chefes, e fortaleceram o comércio nacional. Eles deram ao Exército e à Marinha oficiais de valor, trabalharam nas profissões liberais e, pelo seu labor criador nas artes e ciências e na administração, concorreram com guias espirituais e políticos.*

No que se refere à própria Alemanha, já se falou da sua ativa participação no comércio brasileiro, antes e depois de 1914. Mas ela se colocava abaixo da França, da América do Norte e da Inglaterra no investimento de seus capitais em empresas produtivas, desvantagem sempre lastimada pelos brasileiros de origem alemã, a qual, sem a interferência da guerra, certamente teria sido obviada com o tempo. O comércio e a indústria alemães devem seus sucessos sempre crescentes nomeadamente à sua capacidade de adaptação às necessidades e gostos dos clientes. Isto é provado pelos numerosos testemunhos dos concorrentes, que conclamam à emulação, especialmente dos muito bem informados franceses, e pela acomodação dos ingleses aos métodos alemães.

Os trabalhos dos viajantes alemães, a ponte dos teuto-brasileiros e a maior aproximação do Brasil devida à notável compreensão do homem de negócio alemão, fizeram-se sentir na Alemanha e tiveram como resultado que, em

* A lista dos grandes viajantes científicos de que fala o autor não começa com o nome de Alexandre de Humboldt, mas, abstraindo-se de Condamine, com o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira. Eis o que disse da sua expedição o insuspeito Varnhagen: "Se os trabalhos dessa expedição, e principalmente os seus belíssimos desenhos, minuciosos diários e várias memórias completas acerca de diferentes tribos de índios, classes de animais, gêneros de plantas, etc., — tivessem logo sido publicados, a Europa houvera conhecido trinta anos antes, pelos trabalhos do Dr. Alexandre e dos seus desenhadores, muitos fatos e resultados de que só teve notícia por escritores estrangeiros, aproveitando deles nos arquivos de Lisboa, ao regressarem de suas viagens, que algumas vezes não fizeram mais do que transmitir-lhe observações que os nossos haviam feito, deixando os seus escritos sepultados no pó dos arquivos" (*Hist. Geral do Brasil*, t. IV, 3.^a ed., p. 355).

numerosos setores da vida, fôsse ela tomada como modelo. Em número crescente cursam os brasileiros escolas e universidades alemãs, aperfeiçoam-se na Alemanha engenheiros, médicos e outros profissionais.

Institutos científicos de grande projeção foram fundados ou instalados por alemães, como o célebre museu Goeldi no Pará e o grande centro de medicina tropical, o Instituto Osvaldo Cruz do Rio de Janeiro *.

Em comparação com a França, os Estados Unidos e a Inglaterra, as relações da Alemanha com o Brasil são em muito menor grau ditadas por motivos imediatistas. Ao contrário dêles, ela foi antes do avultamento do seu comércio a única parte contribuinte. Sua colaboração no progresso brasileiro é a mesma que teve em numerosos países jovens e em todos os tempos, primeiro nos países eslavos do leste e sudoeste europeu, depois Estados grandemente progressistas do ultramar. Sua grande e perdurável missão, é, aqui como ali, depreciada e mal compreendida. Inimigos e concorrentes encenaram o fantasma de um "perigo alemão" no Brasil, enquanto pelos próprios alemães é também aplicada ao caso a famosa expressão "estrume cultural", inspirada na atual predominância dos fins econômicos.

* Emile Auguste Goeldi era suíço. Em 1895, reorganizou o Museu Paraense, que depois recebeu seu nome. Quanto ao Instituto Osvaldo Cruz, a verdade é que o seu "fundador" e "instalador" foi o notável brasileiro que lhe deu o nome por que é hoje conhecido.

Resenha e Opiniões

Cartógrafo mecânico

O corpo de engenheiros do exército americano revelou fatos, por muito considerados segredos militares, acerca de um novo aparelho que desenha o mapa de uma estrada ao mesmo tempo que um *jeep*, um *tank* ou um caminhão corre por estradas de primeira ordem ou secundárias.

Chamado "odógrafo" e conhecido oficialmente como o aparelho M-1 de reconhecimento automático de estradas, ele faz muitos dos mapas que são vitais para os exércitos na condução das operações. Consiste numa bússola magnética eletrônica, uma caixa de força e um plotador — que é o que realmente traça os mapas — todos interconectados por meio de cabos elétricos e eixos flexíveis. As 3 unidades são compactas e podem ser montadas na parte de trás de um *jeep*, dentro de um *tank* ou sobre um caminhão.

Ademais do seu uso para confecção de mapas, ele pode lançar a posição de objetivos com relação a uma base dada, amarra posições de canhões e pode ser usado em navegação terrestre, reconhecimento tático e controle tático de movimentos.

Comandantes de tropas, plotando um percurso, devem saber tanto as distâncias percorridas como a direção do percurso. O odógrafo determina a distância viajada por meio de um velocímetro ligado por um cabo flexível à transmissão do veículo. A direção é determinada por meio de uma agulha magnética devidamente compensada, de maneira que o ferro e o aço de um *jeep*, *tank* ou caminhão não afetarão a agulha, e a "leitura" é feita por uma unidade eletrônica. Os dois fatores, distância e direção, são integrados mecanicamente no plotador, passando os dados através de um "cérebro mecânico" para um lápis plotador que desenha o mapa da viagem feita na mesa do mapa.

O odógrafo pode plotar em qualquer escala desde 1:20 000 até 1:500 000. Um seletor de azimute indica a direção do veículo em qualquer momento. Mostradores indicam o número de milhas percorridas para norte, sul, leste ou oeste de um dado ponto de partida, e o total de milhas percorridas. Assim, depois de uma viagem de 6 milhas para o norte, duas milhas para oeste, 1 milha para o sul e duas milhas para leste, o mostrador indicaria uma viagem total de 11 milhas e um percurso líquido para o norte de 5 milhas.

O odógrafo foi desenvolvido há 2 anos pela Repartição de Engenharia do Departamento de Magnetismo Terrestre da Carnegie Institution de Washington e pela Comissão de Pesquisas para a Defesa Nacional, e tem sido produzido durante um ano por fabricantes de máquinas de calcular.

★

"Ofensiva de paz" junto aos Xavantes!

O Sr. José Maria de Paula, diretor do Serviço de Proteção aos Índios, em entrevista concedida à imprensa dessa capital, fez um interessante relato das tentativas de catequização dos índios Xavantes.

— Nunca abandonamos a tentativa de pacificação dos Xavantes iniciou o Sr. José Maria de Paula, a sua entrevista. E constantemente mantemos contacto com eles através dos nossos postos de observação. Assim, pois, além do que já tenho comunicado à imprensa sobre esses trabalhos, pouco tenho a acrescentar, dada a natureza do problema a resolver, complexo e de evolução lenta, não dando margem a lances sensacionais. Trata-se, de fato, de estabelecer no ânimo do selvagem arredo, desconfiado pelos maus tratos recebidos do branco, invasor das suas terras e agressor da sua família, a persuasão de que, desses brancos que ele se acostumou a considerar como ini-

migos, em sua totalidade, pelo menos um grupo não o é, e, ao contrário deseja reatar com êle as relações de amizade, há tantos anos rompidas violentamente, e por motivos que se conservaram ignorados até o presente.

Pacificar, não! Repacificar

— “Reatar amizade” com os Xavantes? Mas, então, em algum tempo houve entendimentos com êles?

— Naturalmente que sim, responde prontamente o entrevistado.

— Ao que se sabe, êsses índios, depois de lutas tremendas com os brancos e chacinas de parte a parte, foram pacificados, em 1788, e passaram a viver em completa paz com os brancos seus antigos inimigos e com os índios de outras tribos, na aldeia Pedro III, que chegou a contê-los em número superior a 6 000.

Willy Aureli diz o Sr. José Maria, no livro, “Roncador”, certamente baseando-se em dados históricos, que teria colhido em arquivos ou bibliotecas afirma “que tudo teria corrido às mil maravilhas e hoje não existiriam os “terriveis” Xavantes, se os civilizados tivessem cumprido o prometido”.

Prosseguindo cita, o entrevistado o seguinte trecho do “Roncador”.

“Algo de muito grave deve ter sucedido, porque, tanto Xavantes como Caiapós, certo dia atravessaram o Araguaia, embrenharam no sertão bruto, cortando definitivamente todos os laços que os uniam à civilização. Um terrível anátoma deve ter brotado da boca dêsses indômitos índios. E desde o êxodo completo, nunca mais transpuseram o Araguaia, traço perene que os divide das dolorosas lembranças dos tempos idos. Assim como êsse mistério que cerca os Xavantes, mistério também, e impenetrável, cerca a origem da debandada geral. A história silencia toda uma época. Nenhum cronista se deu ao trabalho de deixar à posteridade uma página de testemunho. Males tremendos, contágios desoladores, abusos inqualificáveis devem ter obrigado os Xavantes e Caiapós a procurarem, no recesso do sertão mais inóspito o esquecimento eterno, a salvação necessária”.

— À vista dessa notícia, verifica-se que, durante um período pelo menos de 120 anos, têm êsses Xavantes vivido sob um regime por êles mesmos estabelecido, completamente segregados da civilização, em suas aldeias, dominando, praticamente, grande parte da vas-

ta região, que desde o curso médio do rio das Mortes até os formadores do rio Xingu, e que está prestes a ser atravessada pela estrada da “Fundação Brasil Central”, cuja base avançada já alcançou a margem direita do rio das Mortes.

Não há índios ferozes, nem mesmo os Xavantes

A palestra prossegue. O interlocutor, velho indianista, que durante cerca de 30 anos esteve em contacto directo com os selvagens de diversos pontos da hinterlândia brasileira, acha-se à vontade no trato do assunto, pelo qual é apaixonado. Falando sobre os Xavantes, vemos que está emitindo opiniões com uma segurança inabalável:

— Índios de índole e formação guerreiras, é claro que a sua mentalidade não se conformaria com um isolacionismo pacífico, perdendo e esquecendo os agravos recebidos dos seus antigos inimigos, os brancos; e daí a continuação, embora a espaços mais dilatados, dos ataques e morticínios, de parte a parte. E já que falei na índole dêsses índios, devo protestar contra o errôneo e injusto conceito de ferocidade, que se está criando em tôrno dos Xavantes, principalmente na região por êles habitada, com o visível intuito de justificar possíveis ataques contra os mesmos, por parte daqueles, que entendem ser a bala o único meio de reduzir êsses selvícolas. Da mesma forma eram considerados, entre outros selvagens brasileiros, os Caingangues ou “Coroados” da região noroeste de S. Paulo e os Botocudos de Santa Catarina, tão valentes e guerreiros como os Xavantes; sendo que, em relação aos Botocudos catarinenses, chegou êsse conceito de ferocidade e de irreductibilidade a alcançar foros de postulado científico no Congresso das Raças de Berlim, na Alemanha. Foram, entretanto, êsses grupos indígenas pacificados pelo Serviço de Proteção aos Índios, exclusivamente pelas normas e métodos estabelecidos pelo seu fundador e orientador, o general Rondon, que os tem praticado, sempre com êxito completo, na sua longa e gloriosa vida de sertanista. Qualquer grupo humano, mesmo o mais civilizado, colocado nas condições em que se encontra o Xavante, sem o amparo e a proteção das leis, para assegurar e garantir o seu direito à vida e à propriedade, agredido, oprimido e chacinado pelo adver-

sário mais forte e mais bem armado, estaria na mesma situação em que se acha o Xavante, isolado, desconfiado do contacto com o branco, disposto a defender a sua prole e a sua propriedade, a todo transe. A história de todos os tempos o tem demonstrado à saciedade: mesmo porque, tal atitude deriva, natural e imperativamente, com a sua variante da combatividade, do instinto fundamental da conservação do-indivíduo e da espécie.

Nova "ofensiva de paz"

— Então, é fato que o Serviço vai encetar uma nova ofensiva contra os Xavantes?

— Ofensiva, não! — responde prontamente o Sr. José Maria de Paula, sempre inflexível no cumprimento do lema do seu Serviço: "Morrer, se preciso fôr; mas matar, nunca". E prossegue:

— Ofensiva... de paz, isto sim. Mas, como soube da saída da expedição? Realmente, o avanço das turmas e dos núcleos-bases da "Fundação Brasil-Central", na sua penetração pela região habitada e percorrida pelo Xavante, veio impor ao Serviço de Proteção aos Índios a obrigação de ampliar os trabalhos de pacificação desses selvícolas iniciados na região do baixo rio das Mortes em 1940. Como é sabido, constituem finalidades fundamentais deste Serviço, pelos seus estatutos legais, a proteção à vida e à propriedade do índio brasileiro, qualquer que seja o seu estado de civilização, selvagem, bárbaro, ou já em promiscuidade com civilizados, competindo-lhe, ademais, atrair as tribos arredias, pacificando as hostis. Nestas condições no prosseguimento do programa traçado para a pacificação dos Xavantes, e para a necessária e, agora inadiável intensificação da mesma, o Serviço não podendo, neste fim de exercício, aguardar as delongas para a indispensável suplementação dos seus créditos orçamentários recorreu à sempre afirmada boa-vontade e decidido espírito de cooperação do ministro João Alberto, presidente da "Fundação Brasil-Central", obtendo desta instituição, que concorra com a metade das despesas para a manutenção de mais uma turma deste Serviço, que, sob a chefia do inspetor especializado do S. P. I. Francisco Furtado Soares de Meireles, partiu do Rio já há alguns dias em demanda da citada região do rio das Mortes, onde irá estabelecer mais um pósto-base e efetuar os trabalhos vo-

lantes na zona em que opera a mencionada Fundação, no sentido de abreviar, na medida do possível, a pacificação daqueles índios. Como já declarei, esses serviços são, por sua natureza, lentos, exigindo dos seus executores muita paciência e pertinácia.

"Matar, nunca!"

— Nenhuma das pacificações levadas a efeito por este Serviço, e não foram poucas, realizou-se com menos de dois anos de árduos e penosos trabalhos, não raro com sacrifício de vidas preciosas, de servidores do S. P. I., que tombaram com verdadeiro estoicismo no cumprimento do seu dever, fiéis à divisa do Serviço — "MORRER SE PRECISO FÔR; MATAR NUNCA". Neste caso, tudo leva a crer que a desejada pacificação dos Xavantes não se fará em breve espaço de tempo; pelo que, já tomou esta Diretoria as necessárias providências, junto aos poderes competentes, para que ao Serviço sejam fornecidos, no próximo ano, os recursos orçamentários indispensáveis à manutenção e ampliação dos trabalhos sertanejos dessa pacificação; devendo ser organizadas, logo no começo do ano, mais duas turmas-volantes, para operarem nos pontos convenientes naquela região, e coordenadas com as que ali já se acham em ação. Espera o Serviço que tais operações se processem sem incidentes desastrosos; porquanto as turmas do S. P. I. já têm a necessária experiência, para evitar qualquer atrito com os índios, e dada a orientação, acertada e criteriosa, que o ministro João Alberto vem imprimindo aos trabalhos sertanejos da "Fundação Brasil-Central" naquela região, integrado como ele se acha na verdadeira compreensão do problema indígena local, que não admite outra solução a não ser a da pacificação dos Xavantes, imperativo inadiável, não só de caráter humanitário, como decorrente de leis explícitas e taxativas, por certo não haverá conflitos a lamentar, entre o pessoal da citada Fundação e os mencionados índios. E no sentido desse entendimento e cooperação com o S. P. I., já tem o Sr. João Alberto dado sobejas provas, como esta, recente, do auxílio financeiro da Fundação sob a sua presidência, ao S. P. I., para o objetivo colimado, de se estabelecer uma paz sólida e definitiva com a nação xavante, para o desenvolvimento e progresso daquela rica e promissora região.

Uma política interamericana de assistência ao índio

Finalizando a sua palestra o diretor do S. P. I. afirma:

— Com a necessária prudência e espírito de boa-vontade para com o Xavante, por parte dos elementos da "Fundação Brasil-Central" e do S. P. I., não tenho dúvida de que, no espaço de tempo determinado pela evolução da mentalidade do Xavante, para compreensão dos intuitos pacíficos e amistosos do pessoal do S. P. I. estará resolvido esse problema nacional, infelizmente relegado ao esquecimento e ao abandono, por mais de um século. E assim, terá o Brasil mais uma vez se colocado, com o destaque habitual, ao lado das nações mais adiantadas do continente, tôdas elas concordes na política de assistência e irrestrita proteção aos respectivos aborígenes, congregadas como se acham para tais fins, no Instituto Indigenista Interamericano, que reúne, atualmente, nada menos de dez países americanos, dentre os quais, alguns com serviços de índios modelares, como os Estados Unidos da América do Norte e o México.

★

A geopolítica das nossas fronteiras

Examinando-se o nosso linde, verificamos que ainda há trechos completamente neutros, por não terem sido ainda desbravados, impedindo um jogo de interesses entre os países colindantes. Isto sucede no alto Oiapoque, nas serras Tumucumaque, Pacaraima e Parima, no Içara, no Uaupés, no Javari, na serra de Contamana. Nas regiões abrangidas por esses acidentes geográficos a natureza se mantém quase que totalmente virgem, posto que foram apenas visitadas pelos bravos demarcadores ou pelos cômidos caçadores de caucho, borracha, baiata, ou essência de pau rosa. Os seus habitantes são quase exclusivamente selvagens como acontece na fronteira das Guianas Francesa e Holandesa e no divisor do Amazonas-Orenoco, ou semi-civilizados como se verifica nas demais regiões ^{supra} citadas. Ao longo do Içara e do Uaupés de outros tributários da direita do Negro os índios estão quase incorporados à civilização e através deles há pequenas transações com a Colômbia. Entretanto os cursos d'esses

caudais entrecortados de cachoeiras sucessivas não permitem tão cedo melhor intercâmbio.

Há zonas fronteiriças que estabelecem uma corrente positiva, isto é, atraem os produtos das que lhes ficam vizinhas no país estremenho. A grande calha coletora formada pelo Amazonas encaminha para o Brasil a riqueza das regiões banhadas pelo Negro, Japurá, Içá, Napo, Marañon, Juruá, Purus e Madeira, seus afluentes e sub-afluentes.

O canal Cassiquiare permite, e no futuro isso mais se acentuará, uma corrente em duplo sentido — os produtos escoar-se-ão ora pelo Orenoco, ora pelo Amazonas.

O Solimões será a via natural de tudo que, oriundo da Colômbia e do Peru, fôr extraído ou produzido aquém dos Andes, barreira natural que impede uma expansão fácil em direção ao Pacífico. As vias de comunicação cruzando a cordilheira, por mais aperfeiçoadas que venham a ser, nunca poderão apresentar a mesma viabilidade oferecida pelo "caminho que anda".

O Juruá, o Purus e o Madeira são correntes fortemente positivas e carregam para o Brasil tôda a produção da gleba peruana regada pelos dois primeiros nos seus altos cursos e da pujante planície boliviana banhada pelo Madre de Dios, Beni e Mamoré.

Os rios Paraná e Paraguai são correntes negativas, levam nossos produtos para os países vizinhos favorecendo-os. A estrada de Ferro Noroeste do Brasil e o seu prolongamento pela Brasil-Bolívia quiçá ainda venham contrabalançar a facilidade de escoamento pela via fluvial. Essas ferrovias completadas pelo ramal Campo Grande-Maracaju-Ponta Porã, a estrada Sorocabana e a navegação acima das Sete Quedas no Paraná poderão formar um sistema de atração de interesses econômicos, não só levando os produtos do Paraguai e do leste da Bolívia a Santos como abastecendo esses países de tudo que lhes possa fornecer o Brasil.

Na fronteira com a Argentina a corrente econômica é negativa, corre com a águas do Paraná em busca de Buenos Aires.

Ao longo do Uruguai na fronteira com o Estado do mesmo nome há correntes nos dois sentidos, consoante as condições econômicas de cada época exijam uma absorção pelo Brasil ou

uma dispersão para a Argentina e para o Estado Oriental. As vantagens do comércio ora estão conosco ora com esses nossos vizinhos.

A mesmíssima coisa sucede às margens do médio e baixo Oiapoque, atravessadas pelas correntes de interesses em algumas ocasiões favoráveis à praça de Caiena e outras à de Belém.

Há dois pólos de atração das riquezas da hinterlândia: a embocadura do Amazonas e a foz do Prata. O imponente e futuroso Planalto Central, ainda não ocupado que aparta, em território brasileiro, essas duas grandes bacias quando forem desenvolvidas as suas condições econômicas e estiver ligado, pelos trilhos das estradas de ferro e pelas fitas das rodovias ao Atlântico; desviará muitas linhas de forças que, atualmente, buscam o Prata. O devassamento, a ocupação e consequente dinamização do Planalto Central será o nosso primeiro problema geopolítico a resolver, se quisermos de fato, galgar a escalada do progresso. A criação dos territórios de fronteira irá, de fato desenvolver a nossa faixa estreminha. Instituídos, tendo por base do seu programa fundamental: sanear, educar e povoar, como disse o Sr. Getúlio Vargas, constituirão uma das equações do sistema que exprime o nosso problema geopolítico.

Se a densidade demográfica das regiões abrangidas por esses territórios crescer, nêles teremos verdadeiros redutos de resistência, sob todos os aspectos que quisermos considerar. Todavia há de mister, não deixá-los isolados. Precisamos garantir-lhes boas e fáceis comunicações com o resto do país. O Território do Iguaçu tem no Paraná uma saída para o norte. Está em construção a rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu. Contudo seria bom alvitre que fôsse concluída a estrada de rodagem Palmas-Clevelândia-Dionísio Cerqueira, com a transversal Palmas-Iguaçu (ex-Laranjeiras).

O Território de Ponta Porã, pela natureza do seu terreno, tem fáceis comunicações e te-las-á ainda melhores quando a estrada de ferro chegar à fronteira paraguaia. O Território do Guaporé tem uma larga e bela porta de escoamento pelo Madeira, porém seria interessante que pudesse contar com uma saída pelo sul, como por exemplo, a rodovia em construção ligando Vila Bela a Pôrto Esperidião e

São Luís de Cáceres, além do caminho através do picadão da linha telegráfica Pôrto Velho-Vilhena-Cuiabá.

O Território do Rio Branco está ilhado, pois não se pode considerar como comunicação os cursos atravancados de pedras dos rios Branco e Negro, que só permitem navegação em períodos de cheia. Urge a abertura da estrada ligando Boa Vista a Manaus. O Território do Amapá só tem comunicações pela periferia. A rodovia Macapá-Clevelândia se impõe, a fim de que o miolo seja convenientemente explorado. Unidades do Exército que fôsem localizadas nesses Territórios com o fito de dotá-los de vias de comunicação, além de manter a ordem e defendê-las quando necessário, prestariam um serviço ao Brasil de elevado alcance.

Os portugueses quando conquistaram o espaço territorial que agora, estamos, lentamente, procurando socializar, iam levantando fortes nos pontos chaves das linhas de invasão, sem poupar sacrifícios. Ainda hoje se podem ver gloriosos vestígios em Macapá e Santarém no Amazonas, em São Joaquim no Tacutu (formador do Branco), em São José de Marabitaná, São Gabriel e São José de Manaus no rio Negro, em São Francisco Xavier de Tabatinga, no Solimões, em Príncipe da Beira, no Guaporé, em Coimbra, no Paraguai.

Sem nem de leve ter o pensamento de ver nossa fronteira "magnetizada", seria bom que seguíssemos o exemplo desassombrado e prudente dos nossos bravos e queridos avós lusitanos, pois, segundo Jacques Ancel, a fronteira é "uma isóbara política que fixa, por algum tempo, o equilíbrio entre duas pressões".

Lima Figueiredo.

★

Amigos do São Francisco

Instala-se hoje a "Sociedade dos Amigos do São Francisco". Basta, pois, o título para que a imaginação como tem acontecido freqüentemente se povoe de logo com uma imensidade de problemas ligados ao mais brasileiro dos nossos rios, e também a uma das mais descuradas regiões do país. E' que, embora seduza e desafie há séculos a nossa inteligência e a nossa capacidade de realizar bem pouco tem logrado alcançar o São Francisco além de projetos e estudos. Dir-se-~~ia~~ que fize-

mos do grande rio e dos assuntos a êie vinculados simples motivos de especulação. E, para lembrarmos apenas alguns trabalhos efetuados por estrangeiros, bastaria recordarmos os estudos ou observações que dormem nas páginas deixadas por Eschweg, Saint-Hilaire, Spix e Martius, George Gardner, Halfeld, Liais, James Wells, e Burton.

Infelizmente, porém, a triste verdade é que ainda hoje continua a depor contra nós a ineficácia com que temos encarado os inúmeros problemas do São Francisco. A própria ligação entre o norte e o sul do país através do São Francisco, e cuja relevância estratégica se afirma desde a época das guerras holandesas, aí está sem solução. Em relação ao aproveitamento da energia hidráulica, que seria bastante para modificar radicalmente a fisionomia de extensas áreas marginais do rio, também nada fizemos. Mesmo a navegação é deficiente, e incapaz de suportar qualquer acréscimo na rotineira produção. Tão deficiente quanto as estradas de ferro por onde se teria de drenar para os centros de consumo o trabalho das inditasas populações. E, ao lado desses problemas que se projetam num plano verdadeiramente nacional — tais os reflexos que teriam sobre a economia de todo o país — aí estão igualmente descurados os problemas mais diretamente ligados à existência da gente do São Francisco: o saneamento e a instrução. Ambos têm sido encarados com tal parcimônia, que, longe de caminharem para uma solução, se tornam cada dia mais graves. Dia a dia é maior o número de analfabetizados, do mesmo modo que maior o número de impaludados e opilados.

Por tudo isso, portanto, são extraordinárias as responsabilidades das que agora animados por altos ideais se congregam na "Sociedade dos Amigos do São Francisco". Uma sociedade onde os problemas trazem tal cunho nacional que os seus membros, a par do título regional, terão de conquistar outro, bem mais largo e não menos necessário: o de amigos do Brasil.

Luís Viana Filho

★

Porque "Juiz-de-Fora"?

A indagação não é nova, e dela já se têm ocupado alguns escritores mineiros, porém, sem resultados satisfatórios. Não quanto à origem do topô-

nimo, pois é evidente que a denominação está ligada ao primeiro magistrado, juiz-de-fora, que obteve terreno e fundou a sua fazenda naquela paragem. Mas, quanto à identificação da pessoa desse juiz.

Intrigados com o problema, já Lindolfo Gomes, Albino Estêves, Abílio Barreto, Edelweiss Teixeira e, ultimamente, o atual juiz de direito daquela comarca, o Dr. Múcio de Abreu Lima, se entregaram a pesquisas demoradas nos arquivos, sem nada conseguirem, à falta de um documento positivo.

O primeiro dos citados escritores aventou o nome de Torquato Teixeira de Carvalho. Mas foi nessa parte contestado por Albino Estêves. Ao que podemos acrescentar que Torquato Teixeira de Carvalho, um dos madrugadores no povoamento das Minas, não era juiz-de-fora, mas pessoa leiga, simples juiz ordinário, título que recebia todo presidente das primitivas câmaras, e êle o foi no Ribeirão do Carmo, onde ocupou depois de 1711 os cargos de procurador e depois de presidente daquela primeira edilidade mineira.

Mais, percuciente nas suas investigações, foi, incontestavelmente Albino Estêves, que percorreu durante cerca de seis anos os arquivos de Juiz-de-Fora, de Belo-Horizonte, da Biblioteca Nacional, da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico Brasileiro e o Arquivo Nacional, só conseguindo, porém apurar que em 1719 já no local existira uma sesmaria ou fazenda com a denominação de Juiz-de-Fora.

Não logrou, todavia, identificar êsse magistrado, como não o conseguiram também Abílio Barreto e Edelweiss Teixeira, mau grado o empenho e o esforço empregado nesse sentido.

A informativa de Albino Estêves resulta no caso, preciosa, porque reporta o fato ao tempo em que Juiz-de-Fora não era a linda cidade, vila ou simples agrupamento.

Dela, entretanto, podemos, com segurança, inferir que o procurado juiz-de-fora não era, evidentemente, do rol dos primeiros magistrados dessa categoria mandados para as Minas. Porque o cargo de juiz-de-fora entre nós, o primeiro para o Ribeirão do Carmo, só foi criado por carta-régia de 29 de março de 1780, sendo seu primeiro titular o Dr. Antônio Freire da Fonseca Osório, investido em 20 de fevereiro do ano imediato, conforme o documento seguinte:

"Juizes, Vereadores, Procurador da Fazenda Real, Fidalgos, Cavalheiros, Escudeiros, Homens Bons, e Povo da Villa do Carmo. Eu, El-rey, vos envio muyto saudar. Pela confiança que tenho no batharel Antonio Freire da Fonseca Osorio, Fidalgo da Minha Casa, o mando ora por juiz-de-fora dessa Villa, para nella servir no dito cargo que FUI SERVIDO CRIAR DE NOVO (de novo, na linguagem tabelioa da época significava ultimamente, recentemente), por tempo de trez annos, e além delles o mais que Eu houver por bem, emquanto lhe não mandar tomar residencia, na forma da carta que vos apresentará, e na conformidade della lhe dareis posse no dito cargo, de que lhe passará certidão para enviar a Gaspar Galvão de Castello-Branco, escrivão da Minha Camara, e do despacho da Mesa do Desembargo do Paço. Dada em Lisboa Occ. aos 20 de Fevereiro de 1731. "REY". (Cod. 32 S.G. do A.P.M., pág. 10, verso).

A hipótese, pois, de ter sido um juiz-de-fora, magistrado em Minas, o requerente da sesmaria ou terrenos em 1719 ou antes dessa data, no local da hoje cidade montanhosa pode ser inteiramente afastada.

Conseqüentemente, o titular que se procura só se poderia enquadrar no rol dos privativos do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

Mais natural dos primeiros, porque por Juiz-de-Fora (fazenda ou povoado) passava o Caminho Novo, recentemente aberto, e fácil seria a um magistrado do Rio de Janeiro ter vindo em passeio ou em missão de inspecionar as obras por aquela época, deixar-se empolgar pela beleza do lugar e requerer terrenos naquela paragem.

Foram juizes-de-fora na Côte desde a instituição, ali, do cargo em 1701, até 1719: 1) José Vaz Pinto (1701), 2) José Siqueira (1702), 3) Francisco Leitão de Carvalho (1703), 4) João Costa Fonseca (1705), 5) Hipólito Guido (1707), 6) João da Costa Fonseca (1709), 7) Roberto Ribeiro Bustamante (1710), 8) Vidal Casado Rotier (1713), e 9) Fernando Pereira de Vasconcelos.

Mas, o escritor Albino Estêves, conforme confessa em substancioso artigo reproduzido recentemente na *A Manhã* do Rio de Janeiro nas suas acuradas pesquisas focalizou um por um esses magistrados, e não logrou apurar tivesse nenhum deles conseguido terrenos em Juiz-de-Fora.

Prosseguindo, posteriormente, nas suas rebuscas, verificou Albino Estêves que o 8.º juiz aludido, Vidal Casado Rotier, obteve em Minas Gerais, em 1717, quando não era mais juiz, uma sesmaria, que o escritor não pôde, todavia, localizar, porque constava essa concessão do liv. 9 do A.P.M., e no momento de suas pesquisas achava-se o Arquivo Público em reorganização e mudança para a nova sede, com os manuscritos aguardando ainda as estantes, pelo que não lhe foi possível manusear, o citado codice.

No desejo de esclarecer esse ponto, nós, de nossa parte, agora que o Livro referido voltou ao seu lugar na série, demo-nos ao trabalho de o revistar fôlha por fôlha, e encontramos, de fato, sesmaria concedida a Vidal Casado Rotier, em 13 de julho de 1717, depois de haver deixado o cargo de juiz-de-fora do Rio de Janeiro porém "no lugar Biquinha, freguesia de Santo Antônio do Arraial Velho, comarca do Rio das Mortes" deferidas por D. Brás Baltasar da Silveira naquela data.

Ora, a menos que tenha havido nas vizinhanças de Juiz-de-Fora um antigo povoado com aquêl nome (Biquinha), somos levados a aceitar que a concessão era mais para os lados de São João d'El-Rei. Tanto mais quanto de 1717 era Procurador da Coroa naquela comarca, conforme se vê no Cod. n.º 12 S. G. pág. 24 verso. E ali morava também Marçal Casado Rotier, seu parente, que obteve igualmente uma sesmaria nos arredores da Vila em 1720. (Cod. cit. pág. 24 verso) Esse Vidal, pois pensamos poder riscar também da equação, salvo melhores documentos.

Quanto aos demais juizes, anteriores a êle, de 1713 para trás, até 1701, devem igualmente ser gizados consoante o exaustivo trabalho realizado nos arquivos pelo mesmo escritor mineiro Albino Estêves.

Resta Fernando Pereira de Vasconcelos, que, tendo sido juiz no Rio de Janeiro de 1715 a 1718, poderia ter sido o concessionário número um, da sesmaria aludida no termo de 1719, já referido.

Com esse nome, porém, não consta igualmente, nos livros do Arquivo Público Mineiro, concessão alguma naquela data. Houve um seu homônimo, também Fernando Pereira de Vasconcelos, com sesmaria em Minas, mas no rio Doce e já no século XIX; e era êle

botânico e não bacharel em direito; irmão do estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Diante, pois, do exposto e certo de que houve, realmente, uma antiga concessão de terrenos na região de Juiz-de-Fora, em 1719, aludindo a essa denominação (terreno concedidos no lugar "juiz-de-fora, diz o termo não padece dúvida que houve um juiz de fora, quem quer que ele fôsse, que teve posse ali e deu nome ao lugar fazenda ou povoado, depois vila e hoje cidade de Juiz-de-Fora.

A origem, portanto, do nome outra não será senão essa.

Só o que continua na incógnita é o nome desse magistrado, o verdadeiro fundador do lugar.

Sobre essa segunda e principal questão cabe-nos informar antecipando a glória a seu dono, que a palma da pesquisa vai, decerto, caber ao ilustre atual juiz-de-direito da formosa cidade montanhosa. D. Múcio de Abreu Lima, que acaba de nos comunicar ter encontrado nos velhos cartórios daquela cidade o testamento desse longínquo fundador.

Aguardemos, pois, a interessante revelação do Dr. Múcio, que nos dirá, certamente, a última palavra sobre a secular e debatida indagação.

Salomão de Vasconcelos

★

Boa vizinhança

A Universidade de Stanford, dos Estados Unidos da América, pela sua organização editora, Stanford University Press, vai editar uma coleção de livros que sirvam como apresentação do nosso país, em todos os setores das atividades do seu povo. Serão pequenos volumes acessíveis ao grande público e que constituirão uma espécie de introdução ao respectivo assunto para os interessados, verdadeiras sùmulas históricas, ilustradas, expositivas, e amplamente providas de indicações bibliográficas que facilitem o trabalho aos especialistas norte-americanos e ao público em geral.

Eis a relação dos volumes já em preparo e dos seus autores:

1.º — *Linhas Fundamentais de Geografia do Brasil* — Fábio Macedo Soares, chefe da Secção de Estudos

Geográficos do Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho Nacional de Geografia.

2.º — *Síntese da História do Brasil* — Hélio Viana, professor de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia e de História da América na Faculdade Católica de Filosofia.

3.º — *Resumo da Literatura Brasileira* — Rosário Fuseo, escritor e crítico redator de "Cultura Política".

4.º — *Pequena História da Arte no Brasil* — F. Marques dos Santos, antiquário, presidente do Instituto Brasileiro da História da Arte e membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

5.º — *A Música no Brasil* — A. Lopes Gonçalves, diretor do Conservatório de Música do Distrito Federal e professor de História e Estatística da Música, redator de livros, teatro e rádio do "Correio da Manhã".

6.º — *Pintura no Brasil* — Carlos Cavalcante, crítico de arte.

7.º — *O Folclore Brasileiro* — Basílio de Magalhães, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, diretor de "Cultura Política".

10.º — *As Ciências Sociais no Brasil* — Almir de Andrade, professor de Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito, diretor de "Cultura Política".

11.º — *Definição do Estado Brasileiro* — Cândido Mota Filho, ex-professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de São Paulo e ex-diretor do Departamento das Indústrias de São Paulo;

12.º — *O Direito Brasileiro* — Sérgio Marinho, professor de Direito Público e Sociologia na Escola Militar e ex-conferencista de Direito Constitucional e Internacional Público no Curso de Preparação à Escola do Estado Maior;

14.º — *A Educação no Brasil* — F. Venâncio Filho, professor do Instituto de Educação do Distrito Federal;

15.º — *A Medicina no Brasil* — Pe-regrino Júnior, professor da Faculdade Nacional de Medicina, presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia;

16.º — *A Engenharia Brasileira* — Morales de Los Rios, arquiteto e historiador;

17.º — *A Economia Brasileira* — Roberto Simonsen, professor de História Econômica da Escola de Sociologia

e Política de São Paulo, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo;

18.º — *A Vida Religiosa no Brasil* — Hildebrando Leal, professor de Sociologia da Faculdade Católica de Filosofia e da Faculdade Nacional de Filosofia;

19.º — *As Forças Armadas do Brasil* — Capitão Severino Sombra, membro do Instituto de Geografia e História Militar, ex-professor na Escola Militar e no Curso de Preparação à Escola do Estado Maior;

20.º — *Bibliografia Brasileira* — A. Simões dos Reis, técnico bibliógrafo do Instituto Nacional do Livro.

★

População recenseada e população estimada do Estado do Rio de Janeiro

O Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento publicou mais um estudo da Série de Análises dos Resultados da Apuração do Censo Demográfico, intitulado "População recenseada e população estimada do Estado do Rio de Janeiro", cujo teor é o seguinte:

Comparando-se a população do Estado do Rio de Janeiro estimada para 1.º de setembro de 1940, de 2 208 000, com a população "recenseada" na mesma data, de 1 862 900, verifica-se um erro por excesso da população estimada de 345 100, que corresponde a 18,5 % da população "recenseada".

Se a comparação for feita entre a população estimada para 31 de dezembro de 1939 e a "recenseada", a diferença reduz-se para 320 178, que corresponde a 17,2 %.

A correspondente comparação por Municípios mostra que, entre estes, 44 apresentam erros por excesso e 6 por falta. O maior erro por excesso, é de 163 % (Município de Duas Barras) e o maior por falta de 67 % (Município de Nova Iguaçu).

Apenas em 6 dos 50 Municípios o erro da estimativa não excede ± 10 %, enquanto em 35 excede ± 25 %.

Dos 6 Municípios que apresentam erros por falta, 3, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Niterói, podem ser considerados, pelo menos em parte e no sentido econômico, satélites do grande centro urbano da Capital Federal.

Somando os valores dos erros de estimativa, obtemos 651 178, que cor-

responde a 35 % da população recenseada; isto importa em dizer que as estimativas por Município estavam erradas em média de ± 35 %.

Não foi possível verificar regularidades na distribuição geográfica dos erros, além da salientada acima acerca dos erros por falta na zona de influência da Capital Federal.

☆

Acompanhando-se o desenvolvimento da população do Estado do Rio de Janeiro, segundo os censos demográficos, tem-se:

população pre-sente	{	819 604	em	1872
		876 884	em	1890
		926 035	em	1900
		1 559 371	em	1920
população "recenseada"	{	1 862 900	em	1940

A taxa média geométrica anual de crescimento, que é de 3,8 por 1 000 habitantes entre 1872 e 1890, aumenta ligeiramente para 5,5 entre 1890 e 1900, sobe para 26,9 entre 1900 e 1920, e desce para 8,9 entre 1920 e 1940.

Se, como parece possível, a população efetiva do Estado em 1920 era inferior à registrada pelo censo, a taxa efetiva de crescimento entre 1900 e 1920 ficaria menor e a entre 1920 e 1940, maior do que consta pelo cálculo precedente.

Supondo-se que o aumento demográfico se desenvolvesse constantemente conforme a taxa média geométrica anual de 15,19 por 1 000 habitantes, verificada entre 1890 e 1940, a população em 1920 seria de cerca de 1 378 000, cifra notavelmente inferior à indicada pelo censo. Seria temerário, entretanto, afirmar que esta cifra representa em boa aproximação a verdade; o que parece muito provável é a existência de erros por excesso nos resultados do censo de 1920.

Saindo de dados superiores à verdade e admitindo a continuação de taxas de crescimento superiores às efetivas, as estimativas da população referentes ao período de 1921-1940 deviam em geral ficar erradas por excesso, como de fato ficaram.

**COMPARAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ESTIMADA E A RECENSEADA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MUNICÍPIOS ***

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		DIFERENÇA EST — REC.	
	Estimada	Recenseada	Absoluta	Percentual
Angra dos Reis.....	29 720	18 774	10 946	58,30
Araruama.....	35 655	25 031	10 504	42,27
Barra do Pirai.....	39 411	38 223	1 188	3,11
Barra Mansa.....	36 951	26 345	10 606	49,26
Bom Jardim.....	26 961	18 733	8 228	43,92
Bom Jesus do Itabapoana.....	23 570	33 979	— 10 409	— 30,63
Cabo Frio.....	22 867	15 122	7 745	51,22
Cachoeiras.....	22 221	14 154	8 067	56,99
Cambuci.....	49 881	40 864	9 017	22,07
Campos.....	241 823	225 443	16 380	7,27
Cantagalo.....	51 613	28 789	22 824	79,28
Capivari.....	35 264	14 204	21 060	148,27
Carmo.....	18 496	11 922	6 574	55,14
Casimiro de Abreu.....	19 307	9 403	9 904	105,33
Duas Barras.....	26 914	10 229	16 685	163,11
Entre Rios.....	32 698	30 210	2 488	8,24
Itaboraí.....	38 530	24 511	14 019	57,19
Itaguaí.....	21 889	16 010	5 879	36,72
Itaocara.....	43 150	28 315	14 835	52,39
Itaperuna.....	102 741	128 315	— 25 574	— 19,93
Macaé.....	83 670	56 362	27 308	43,45
Majé.....	26 116	23 602	2 514	10,65
Mangaratiba.....	10 775	8 046	2 729	33,92
Maricá.....	25 035	19 013	6 022	31,67
Miracema.....	37 867	17 846	20 021	112,19
NITERÓI.....	138 054	143 394	— 5 340	— 3,72
Nova Friburgo.....	39 764	39 718	46	0,12
Nova Iguaçu.....	47 022	142 021	— 94 999	— 66,89
Paraíba do Sul.....	40 275	21 255	19 020	89,48
Parati.....	18 798	9 988	8 810	88,21
Petrópolis.....	93 982	82 960	11 022	13,29
Pirai.....	19 739	16 285	3 454	21,21
Resende.....	39 156	27 474	11 682	42,52
Rio Bonito.....	34 698	23 008	11 690	50,81
Rio Claro.....	23 860	15 064	8 796	58,39
Santa Maria Madalena.....	33 874	18 326	15 548	84,84
Santa Teresa.....	19 971	7 882	12 139	154,99
Santo Antônio de Pádua.....	45 861	37 078	8 783	23,69
São Fidélis.....	57 404	46 008	11 396	24,77
São Gonçalo.....	65 265	90 500	— 25 235	— 27,88
São João da Barra.....	47 233	39 594	7 639	19,29
São Pedro da Aldeia.....	27 286	17 310	9 976	57,63
São Sebastião do Alto.....	17 601	17 434	167	0,96
Sapucaia.....	26 510	16 349	10 161	62,15
Saquarema.....	34 399	18 915	15 484	81,86
Sumidouro.....	12 228	9 316	2 912	31,26
Teresópolis.....	25 856	29 799	— 3 943	— 13,23
Trajano de Moraes.....	30 842	18 583	12 259	65,97
Valença.....	57 448	37 119	20 329	54,77
Vassouras.....	82 827	54 095	28 732	53,11
RIO DE JANEIRO.....	2 183 078	1 862 900	320 178	17,19

* Responsável pelos cálculos José Euzeg.

Sugestões em torno do X Congresso Brasileiro de Geografia

Não se pode mais discutir contra o mérito e as vantagens dos congressos regionais ou internacionais. Todas as formas de atividade do espírito se valem delas para entendimentos, divulgação de princípios e medidas, convenções entre povos, programas de campanha, conciliações de interesses, alianças de guerra e de paz, convênios de comércio e correspondência e transporte, organizações jurídicas, etc.

Mas é preciso ver nesses congressos alguma coisa mais do que os seus resultados atuais, em verdade precários. Infinitas idéias aí louvadas e aprovadas com alvissaras, saem delas para os arquivos dos bibliófilos, como sementes caídas sobre lajes, devoram-nas as aves do céu ou esmagam-nas os pés dos viandantes. Parece estar essa condição subordinada a outras — em primeiro lugar, ao fato de tais congressos funcionarem à margem de uma legislação internacional efetiva. Eles são extra-legais. Tiram disso, sem dúvida, um grande proveito: agem com liberdade limitada. Resta, porém, saber, se essa liberdade é real e se é compensada pelos seus resultados...

Em todo o caso — falamos em sentido geral — congressos como o nosso atual de geografia, especialmente os de caráter nacional, deveriam obedecer a uma legislação permanente com a vantagem de poder deliberar, criar órgãos permanentes, receber dos governos apoio decidido e regular. Uma organização interna dos congressos poderia permitir sem confusão, a discussão livre dos assuntos de sua finalidade, ao lado de uma "câmara", deliberativa articulada com o poder executivo do Estado, destinada a dar-lhe a maior eficiência possível.

Toda gente compreende a diferença entre uma aprovação de simples louvor ou recomendação e uma aprovação de caráter legal. E é isto que falta para dar aos congressos meramente especulativos de hoje uma feição prática. Não os reprovamos, antes vemos nêles o esboço de alguma coisa que ainda poderá, em futuro remoto, ganhar uma fisionomia internacional, um mecanismo permanente, uma eficiência universal. Tudo está em aliar-se um poder legislativo internacional com uma independência de sanções?

Tôdas as nações reunidas em congressos sistemáticos deliberariam sobre assuntos de interesses humano, técnico, científico, filosófico, jurídico, etc., mas dentro de uma pluralidade de sanções nacionais, devendo cada governo "justificar" as suas restrições ou abstenções e dispor seus regimentos, criando, apenas, para os omissos, um constrangimento moral, sem sanção jurídica.

Essas reflexões nos ocorrem enquanto meditávamos nas sugestões do Prof. Jorge Zarur com respeito à geografia do Brasil. Quer êle que tenhamos "geógrafos" profissionais, homens que vivam a fazer geografia — viajando acima e abaixo, observando, fazendo levantamentos, descobrindo, revelando ou alarmando, cuidando, em suma, das minúcias da terra, como os astrônomos vivem a cuidar, dia e noite, das minúcias do céu...

Num país de enorme extensão como o nosso, de vertiginosas, diferenças de densidade e cultura, especialmente neste momento do mundo, não pode cruzar os braços satisfeito com as suas geografias de gabinete, seus compêndios didáticos tantas vezes "integrados" por meras hipóteses... Temos de saber as coisas como são, de fato, e estudá-las em conjunto, certos de que, em toda ordem de saber humano, há sempre dois aspectos — o das *partes isoladas*, e o das *partes reunidas*, correlacionadas. No mais simples das ciências — a matemática — já se pode ver que três linhas isoladas não equivalem a três linhas reunidas num triângulo. Que dizermos, agora, das coisas complexas da vida social? Parece mesmo que a razão fundamental da ordem política das nações está nessa diferença entre o aspecto de interesse particular e o aspecto de interesse geral. A política deve consagrar-se privativamente a este último, certa de que assim tratará do bem de todos ou do "todo" como nenhum, em particular, poderá fazê-lo por mais e melhor que o faça. Em suma: há uma diferença fundamental entre a perspectiva de cada cidadão e as correlações orgânicas do grupo social. Eis aí um aspecto da vida onde a função do geógrafo especializado, técnico e prático, encontrará uma justificação conveniente.

No Brasil, o problema se apresenta ao mesmo tempo novo e intrincado. Talvez conviesse organizar-se um regimento segundo o qual cada município se obrigasse a fazer a sua corogra-

fia, dentro — é claro — de um programa geral e em observância de um questionário nacional.

Acreditamos que as sugestões nascidas de um tal plano seriam de uma grande eloquência...

Gostaríamos de ouvir a êsse respeito o parecer dos promoventes do nosso X Congresso Brasileiro de Geografia.

O comentário acima foi extraído do *Boletim do Instituto de Ciência Política*, publicado por ocasião do X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado nesta capital, de 7 a 16 de setembro do ano findo.

★

Febre de mineração

Não precisaríamos repetir aqui, que a guerra trouxe consequências das mais imprevistas em nosso país. Não iremos agitar a velha tese de que a guerra seja um bem, analisando-se as coisas com atenção. Isto é assunto que diz respeito aos sociólogos. Queremos registrar apenas, uma das consequências mais importantes da conflagração, em nosso país. Trata-se da mineração.

Curiosa, a linha evolutiva da mineração brasileira. Apresenta período de maior e de menor intensidade, e todo o cortejo de fenômenos que assinalam êstes fatos.

Ao princípio, o ouro foi o fator primordial do avanço bandeirante. Os homens de 1600 eram sujeitos àquilo que poderemos rotular de *tropismo do ouro*. O metal amarelo empolgava. Atraía. Monopolizava os esforços. Justificava a guerra e a barbárie. O resultado é que se abriram os caminhos sertanejos, apareceram as cidades, surgiu um movimento migratório para os sertões e até uma civilização adquiriu contornos próprios nas brenhas das *gerais*, ao correr dos Setecentos.

Foi um delírio. O ouro era encontrado a flor da terra, no leito claro dos riachos, na epiderme rica da paisagem. Depois êsse ouro foi escasseando. E aí foram sendo necessários esforços mais sérios para encontrá-lo. Escavações, galerias, perfurações, exigindo máquinas e dinheiro. Daí o declínio. Depois, quase desapareceu, limitando-se a alguma região ainda não esgotada, em proporções pequenas.

São oscilações curiosas, porquanto sabemos que o metal amarelo jamais

deixou de ser procurado. Mas, existem singularidades na vida econômica dos povos. Aí, por exemplo — nas minas do Brasil — estará um assunto que demanda pesquisa, para obtermos conclusões exatas.

A riqueza do subsolo brasileiro não se restringe apenas ao ouro. Há um número incalculável de minerais cuja utilização a ciência moderna está descobrindo e o esforço bélico das nações aproveitando cada vez mais.

Dêste modo, a presente guerra veio provocar um novo — e autêntico — surto bandeirante no Brasil. Mas, um bandeirantismo diverso do outro, compreendido não apenas por aventureiros irresponsáveis, senão, também, por geólogos, técnicos, seguidos por pessoal especializado.

Encontramos em *O Jornal* de 10-8-44, uma interessante reportagem ventilando êsse movimento extraordinário que se processa na atualidade.

Milhares de pessoas — começa o articulista — estão requerendo diariamente licença para pesquisar riquezas minerais. De todos os Estados e com os mais variados intuitos, chegam os requerimentos ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

Parece que os brasileiros resolveram, afinal, ir à busca da riqueza tantos anos louvada. Minérios de que dantes só feduzidos grupos de técnicos costumavam tratar são agora o objetivo dêstes novos pioneiros.

Uma nova época de mineração, estimulada por condições do momento, mas que poderá se afirmar amanhã, quando os necessários recursos forem postos em prática. Porque de tudo se lança mão, hoje que o comércio mineral se mostra garantido. O cristal de rocha faz surgir cidades em lugares remotos do território. Velhas fazendas onde descobertas esparsas deram lugar a sonhos de riquezas retornam ao comentário de zonas inteiras. A febre conduz levas de homens não apenas aos garimpos e aluviões das paradoxais regiões auríferas e dos diamantes, mas para a rude procura dos veios minerais de toda sorte. Não pode haver a mecanização do garimpo, porque faltam os elementos imediatos. De picareta, e pás, armados do que é possível, os mineradores desta estranha época fazem lembrar os veteranos batedores. Eles também sofrem e são explorados, mas vão para a frente, de sol a sol, trabalhando em busca da fortuna.

E mais adiante, escreve:

A mica, o quartzo (cristal de rocha), indispensável a todos os aparelhos de rádio-transmissão dos navios, aviões *tanks*, etc., cujo suprimento à indústria nacional de cristais osciladores vem de ser garantido, a cassiterita e associados — empregados na indústria do estanho, hoje próspera de São João D'El-Rei, onde se erguem fornos supridores das necessidades brasileiras acrescidas ante as dificuldades de importação — o manganês, o ferro, o carvão e a argila são os minérios mais desejados. Entretanto, não ficam muito atrás a tantalita, de largo emprêgo no famoso "radar" e na cirurgia, que pelas placas de tântalo substituem fragmentos ósseos, a cheelita, de influência capital no tungstênio e a columbita, empregada em instrumentos de rádio.

Em 1938, a soma de pedidos foi de 91. Os anos anteriores — a estatística parte de 1934, data do Código de Minas — foram também fraquíssimos. Mas em 1939 os requerimentos somaram 293. Em 1941 foram 522, em 1942 chegaram a mais de mil, em 1943 a 1 297, e este ano tudo indica que subirão muito, uma vez que nos seis primeiros meses o movimento tem sido enorme.

Os Estados mineradores

Minas Gerais não desmerece a afirmação histórica. Vieram de lá 752 dos 1 297 requerimentos de pesquisas. Também nos anos anteriores Minas teve a primazia absoluta. Em segundo lugar vem São Paulo, depois Rio de Janeiro e Bahia. Outros Estados como Paraná, Ceará e Paraíba também apresentam posição destacada. Em 1943, de todos os Estados vieram pedidos. Somente do Acre, nada veio. Entretanto, até 38, muitos deles estavam ausentes das estatísticas, como Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Alagoas, Santa Catarina e Distrito Federal. Como se vê, a onda cresce.

Os motivos principais

O Sr. Antônio José Alves de Sousa (chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral) declara-nos que, na sua opinião, os motivos principais desta nova onda de mineração, estão, inicialmente, na Constituição e no Código de Minas, que acabaram com o regime de concessão, que imperou na primeira fase da República. O referido re-

gime considerava jazida mineral acessório do solo e assim o proprietário do solo era também o proprietário da jazida. Só raramente o proprietário se dispunha a explorar as jazidas. Sonhava sempre com o aparecimento de alguém que lhe desse pela jazida milhares de contos de reis. Se aparecia uma pessoa desejosa de fazer a mineração encontrava, via de regra, na ambição do proprietário do solo, obstáculo intransponível a seu intento. A Constituição e o Código de Minas, derrubando o regime de concessão, puseram termo a isto.

Em seguida, veio a guerra com desmedida exigência de produtos minerais para a indústria bélica, e o Brasil tem concorrido com uma enorme quantidade de seus produtos para os arsenais das nações unidas.

O Sr. Alves de Sousa nos relata o caso do diamante "Getúlio Vargas". Vendido por oito mil dólares (160 contos) pelo garimpeiro, foi, por sua vez revendido por 60 mil dólares (1 200 contos). Depois de lapidado, o diamante rendeu 2 milhões de dólares (40 000 contos). A sua opinião é de que só salvará a garimpagem uma lei especial, de assistência social e técnica, e também financeira.

Não há dúvida de que a nova onda de mineração veio agravar os velhos problemas, ao tempo em que consolida a industrialização. Os minérios preciosos que criaram as cidades fantasmas de Cristalina, em Goiás, e Mimoso, na Bahia, onde se repetem as cenas da conquista do ouro e fazem lembrar aqueles capítulos romanescos do *Far-West* são o eixo desta nova e estranha época onde se faz sentir o império da justiça.

★

II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia

O *Boletim* do Instituto de Ciência Política público, por ocasião da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada entre os meses de agosto e setembro do ano findo, um comentário assinado pelas iniciais J. G. A., alusivo àquele certame o qual passamos a transcrever na íntegra:

Mais uma vez, homens de toda a América, representando fina flor da inteligência continental, se viram presentes *sous la coupole*, para discussão de

assuntos técnicos de interesse recíproco das nações americanas. Eis o que exprime a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia. Honra foi para o Brasil o ter sido escolhido para a sede de realização da grande assembléia inter-americana. Dir-se-ia que a América estava dando novo exemplo de uma atmosfera antípoda daquela que convulsiona o Velho Mundo. Ao passo que, além do Atlântico não cessam o matraquear de metralhadoras, o lançamento incessante de petardos de morte e de destruição, as ondas avassalantes de *tanks*, à medida que o fantasma da guerra levanta por toda parte troféus de sangue e de miséria — a América ainda encontra ensejo de reunir homens de boa vontade para as realizações construtoras de paz. Daí o espetáculo admirável que proporcionou o encontro, em mesmo recinto, de inteligências do altiplano e do Prata, dos flancos dos Andes e das ameias das cordilheiras marítimas do Atlântico; de expoentes de cultura que afluíram desde o Labrador ao Panamá, das Antilhas à porta de Magalhães.

Para alegria nossa, o grande certame também encontra o país em fase nova de empreendimentos geográficos e cartográficos. Deu o Sr. Getúlio Vargas oportunidade à criação do Conselho Nacional de Geografia, como desdobramento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E a obra aí executada, sob a influência e apoio do embaixador José Carlos de Macedo Soares já tem direito a um lugar na história.

Depois da publicação do Decreto-lei n.º 213, de 26 de janeiro de 1938, outro texto legal, o Decreto-lei n.º 311, de 2 de março, viria propiciar o levantamento cartográfico dos municípios. Não decorrerá muito tempo quando exposição inteiramente inédita de mapas municipais, no antigo recinto da Feira de Amostras, afirmava publicamente o êxito do empreendimento a que dera lugar o Decreto-lei n.º 311 e para o qual teve decisiva influência o esforço do secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, Sr. Cristóvam Leite de Castro, Estudos geográficos, organização de tábuas itinerárias, sistematização racional dos topônimos brasileiros, pesquisas de natureza fisiográfica — tais são, em resumo, as realizações que vêm constituindo a fé de ofício do órgão técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

País de imensa extensão territorial, de consideráveis zonas geográficas, de demografia étnica e distributivamente diversificada, de imensos recursos potenciais de fronteiras extensas, de aspectos culturais que formam fonte inesgotável de estudos e de pesquisas, o Brasil jamais pode prescindir da cooperação dos estudos geográficos. Certo é que, a princípio, a geografia era de cunho sobretudo físico e natural. Enumeravam-se, sem qualquer razão lógica, acidentes terrestres e marítimos, vertentes, cidades, flora, fauna e o mais que surgisse à flor da terra. Mesmo a esse tempo, ao Brasil não foi inútil a geografia que lhe encenou um inferno verde e um Eldorado. Não podia, entretanto, permanecer a estatística geográfica à margem do surto novo das ciências sociais. Se a idéia de dinamismo de *élan* penetrou a sociologia com o próprio Comte, Spencer, Bergson, Fouillé, concomitantemente não deixaria de impregnar de visões novas as pesquisas geográficas com Ratzel, Val-laux, Pierre Deffontaines, etc. Surgiu, por assim dizer, de uma concepção genética da geografia, o moderno rumo dos estudos geográficos, tendo por base as relações de ligação do homem ao solo, ligação que, no conceito de Jones e Dakenwald, depende de inúmeras condições naturais da região de escolha. Antropogeografia, Geografia Humana ou Geopolítica, significam apenas variantes de indagações da mesma ordem de dinâmica geográfica.

Deixando de parte os extremos, é lícito afirmar a extraordinária importância para país excepcional como o Brasil de toda atividade técnica relativa à Antropologia ou à Geografia Humana. Mais esse inestimável objetivo está colimando o regime vigente através do Conselho Nacional de Geografia. Hoje as atividades geográficas estão coordenadas e articuladas. O princípio geral, é, não somente fazer a geografia, mas obter com que todas a façam. O sistema geográfico atual funciona em plano de centralização normativa e de descentralização executiva.

E agora quando a capital da República acolhe cartógrafos e geógrafos de toda a América, não somente encerrou o Brasil um período de empreendimentos consumados, como também levantava o marco de outra fase de maior esperança e amplitude para os estudos geográficos, pois não tarda a

manhã de paz a impulsionar de vigor o coração dos homens de boa vontade no caminho de objetivos que, pelo seu sentido construtor, figurem no âmbito das realizações de glória da humanidade.

J. G. A.

★

Paraguai

Resenha histórica

A superfície hoje em dia ocupada pela República do Paraguai, situada na América do Sul, entre o Brasil, a Bolívia e a República Argentina, compreende uma grande extensão de terreno interior populado nos tempos da era colonial espanhola pelos índios guaranis. A história nos relata que um explorador português, Aleixo Garcia, saiu de Santa Catarina, na costa do Brasil, em 1524 com 5 companheiros e, atravessando o Paraguai de leste a oeste, chegou finalmente a Charcas no Alto Peru, capitaneando um exército de guaranis que se havia oferecido para segui-lo em sua expedição. Depois de haver encontrado uma boa quantidade de metais preciosos, empreendeu o retôrno, mas, nunca chegou ao seu destino, pois foi morto pelos índios, ao norte do que é hoje em dia a cidade de Assunção. Contudo, algumas amostras das riquezas obtidas por Garcia, chegaram a Santa Catarina e a fama de sua expedição levou mais tarde outros exploradores a seguirem as suas pegadas. Sebastião Caboto efetuou uma expedição em 1526 e outra em 1529, pelo rio conhecido hoje pelo nome de rio da Prata, e por outros rios tributários. O rio da Prata, foi descoberto por João Dias de Solis, em 1515, sendo conhecido com o nome do descobridor até que a divulgação da história de suas fabulosas terras auríferas começou a excitar a cobiça de outros exploradores depois de Sebastião Caboto.

Outras malogradas e infrutíferas empresas penetraram as terras paraguaias até 15 de agosto de 1537, data em que grupos de exploradores, capitaneados por João de Salazar, erigiram a casa forte, origem da cidade de Assunção, hoje capital da República. Todavia, as esperanças alimentadas por Salazar se converteram bem cedo em cruel desilusão e não foi senão até 1542 que a fortaleza se converteu em uma povoação permanente.

Durante os primeiros anos desta pequena colônia, Domingos Martinez de Irala desempenhou as funções governativas. Sob sua iniciativa realizaram-se numerosas expedições para explorar e colonizar o território conhecido hoje pelo nome de Paraguai, durando a sua influência na vida da colônia até a sua morte que ocorreu em 1557.

Uma das fases mais importantes no desenvolvimento histórico do Paraguai foi o estabelecimento pelos Jesuítas das chamadas Reduções que floresceram em princípios do século XVII e que foram conhecidas universalmente com o nome de "Missões do Paraguai". Segundo reza a história, em 1608, Filipe III encarregou os Jesuítas da colonização pacífica do país, fundando eles, centros de evangelização e colonização que logo adquiriram grande prosperidade e que duraram até 1767, quando esses religiosos foram expulsos do país. O território ocupado pelas missões jesuíticas abrangeu além do Paraguai, parte da República Argentina e também parte do Uruguai e da Bolívia. A seguinte descrição por um historiador paraguaio dá uma boa idéia do que eram essas Reduções:

... "No centro da povoação levantava-se a igreja, com o cemitério de um lado e a casa paroquial do outro. Junto a esta encontravam-se os armazéns de fazendas e produtos da comunidade".

"Atrás de tudo isto estendia-se geralmente uma ampla horta que ia até os limites do povoado. No ângulo oposto aos referidos armazéns estava o *Goty Guazú* (quarto grande) preparado para a moradia de viúvas e donzelas órfãs".

"Em frente à igreja havia uma praça retangular com a estátua do Santo padroeiro no centro; e ao redor da praça levantavam-se as casas, todas pouco mais ou menos iguais, agrupadas em ilhas ou *manzanas*, compostas de duas séries de seis ou sete casas por lado, que em conjunto formavam uns retângulos de 60 metros divididos por ruas de 13 ou 20 metros. Todas as casas tinham passagens cobertas que as defendiam do sol e da chuva".

"Cada povoação era regida por um *Pai-Tuyá* (padre velho), que era o pároquo da Redução, e por um *Pai-Mini* (padre moço), que era o seu vigário ou tenente. Nominalmente o governo civil estava a cargo de um "Cabildo" ou

"Ayuntamiento" composto exclusivamente de índios, mas, na realidade, aí, como em tôdas as partes, a vontade onimoda dos Jesuitas era a única lei.

"Fonte principal de recursos para os povoados jesuíticos era a agricultura, escreve Blas Garay. Os terrenos empregados na lavoura achavam-se divididos em três secções. Uma (tabambaé), pertencente à comunidade; outra (abambaé), reservadas aos chefes de família, para que cada um cultivasse para si uma certa porção; e outra chamada propriedade de Deus (tupambaé).

"Trabalhavam na primeira todos os índios da doutrina durante os três primeiros dias da semana, sob a severa inspecção de zeladores encarregados de fiscalizá-los, a fim de que pusessem toda a diligência em seu trabalho. Os produtos da colheita tocavam à comunidade e entravam nos armazéns da Companhia para ir satisfazendo as necessidades da Redução".

Depois da criação do Vice-Reinado da Prata em 1776, o Paraguai passou a formar parte daquela divisão administrativa do Império Colonial da Espanha. O movimento em prol da independência, que principiou em 1810, foi motivado em grande parte pelos sucessos transcorridos na capital do Vice-Reinado, Buenos Aires. O plano original estipulava que as províncias rio-pratenses deveriam constituir uma só nação; porém o Paraguai, que desde tempo atrás havia nutrido um espírito regionalista, recusou-se a participar nesse plano, a não ser que se oferecessem certas garantias que eliminassem os impostos gravados sobre os artigos de comércio que passavam por várias províncias em seu caminho exterior. Considerando esta exigência como uma insubordinação, o governo de Buenos Aires despachou uma expedição armada ao comando do general Manuel Belgrano, para subjugar a província rebelde. Os paraguaios derrotaram Belgrano em dois encontros, e um pouco mais tarde, a 14 de maio de 1811, derribaram o velho poder espanhol em Assunção, dando começo à vida independente do país.

Em 1814, reuniu-se um congresso geral que elevou o Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia à ditadura da República pelo prazo de cinco anos, sendo em 1816 designado ditador perpétuo, posição que ocupou até a sua morte em 1840. Em 1844 foi aprovada a primeira Constituição política do Paraguai, com o título de "Lei que estabe-

lece a administração política da República do Paraguai", sendo esta a primeira vez que se tratou de implantar no país uma forma constitucional de governo. Dom Carlos Antonio López foi eleito presidente da República em 1844, sendo sucedido pelo seu filho, general Francisco Solano López, em 1862. Durante o governo deste, sustentou o Paraguai uma guerra desastrosa contra os exércitos unidos da República Argentina, do Brasil e do Uruguai. Por cinco anos resistiu o pequeno país paraguaio à invasão dos seus vizinhos, diminuindo a sua população de um milhão de habitantes para 300 000 e atrasando o progresso do seu desenvolvimento por muitos decênios. Logo após a terminação da guerra, uma Convenção Nacional Constituinte promulgou a atual Constituição do Paraguai que, em geral, é a que hoje vigora.

Constituição e governo

A Constituição do Paraguai estabelece uma forma republicana de governo que consta de três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

O Congresso Nacional consta de duas Câmaras: a de Senadores e a de Deputados, sendo ambas eleitas por voto direto. Todos os cidadãos paraguaios de dezoito anos de idade têm direito a votar. Os senadores são eleitos por um prazo de seis anos e os deputados por quatro anos. Cada dois anos renova-se um terço do Senado, e uma metade da Câmara dos Deputados. O presidente e o vice-presidente da República são eleitos por um termo de quatro anos por uma junta de eleitores nomeada para este fim.

Cidades principais

De uma população total de 1 000 000 de habitantes com que conta a República, calcula-se que 103 750 residem em Assunção, capital e centro comercial mais importante da República, situada sobre o rio Paraguai. As vastas obras que foram levadas a cabo no porto de Assunção têm contribuído grandemente a facilitar o importante movimento comercial que se faz pelo referido, rio passando na rota sul por Buenos Aires e continuando até os portos estrangeiros, e na rota norte fazendo escala nos pequenos centros comerciais paraguaios, situados nos pontos mais distantes do rio Paraguai e seus tributários.

Entre as outras importantes cidades do Paraguai cabe mencionar *Vila Rica*, com uma população de uns 30 000 habitantes, situada no meio de uma rica região agrícola e florestal a uns 150 quilômetros ao sudeste de Assunção sobre a linha ferroviária que comunica as capitais argentina e paraguaia: é *Vila Concepción*, a 213 quilômetros ao norte de Assunção, sobre o rio Paraguai, com uns 25 000 habitantes. *Vila Concepción* é um porto importante, tanto para o tráfego internacional como para o comércio que se movimenta a ambos os lados do rio Paraguai. *Encarnación* é o centro de uma zona que se está povoando rapidamente com colonos europeus. A cidade de *Pilar*, no sul, é centro de uma importante indústria de algodão.

Produtos e indústrias

Tendo-se em consideração que o Paraguai está bastante afastado, em razão de sua situação geográfica, da influência e do desenvolvimento industrial moderno, não é de admirar que a sua riqueza se encontre nas matérias primas produzidas pelo seu clima naturalmente esplêndido e por seu rico solo de pastos naturais e abundante precipitação pluvial. A pecuária forma com a agricultura o principal recurso do país. Foi nos campos do Paraguai, com a sua variedade de pastos e abundância de águas, que teve começo a pecuária do rio da Prata. Produzem-se no país o fumo, a cana de açúcar, os cereais, o algodão, as frutas cítricas e vários outros produtos. Entre os principais produtos nacionais que se exportam aos mercados mundiais figuram o gado, os couros, as carnes conservadas, o extrato de carne, o sebo, a erva-mate,

o algodão, o extrato de quebracho, o fumo, frutas cítricas, azeites vegetais e vários produtos florestais.

Na produção de quebracho e de erva-mate, o Paraguai ocupa uma importante posição no mundo. Nas outras indústrias acima enumeradas, assim como também em outros produtos de menos importância, este país parece ter diante de si um horizonte vastíssimo de possibilidades econômicas de expansão, dotado como está pela natureza de um clima ideal e de imensas riquezas hidráulicas, florestais e minerais.

A erva-mate, ou chá paraguaio, conhecida na botânica com o nome de *ilex paraguayensis*, cresce em estado silvestre nos quatro Estados brasileiros de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, na região nordeste da República Argentina, e especialmente em toda a zona central e oriental do Paraguai. É uma planta de linda aparência, parecida com a laranjeira, e o loureiro, e está sempre coberta de folhas de cor verde escura e brilhante. As flores são amareladas e pequenas; as sementes, que também são muito pequenas, são de cor verde esbranquiçada quando novas, tornando-se mais tarde vermelhas com o amadurecimento. O mate, na opinião das pessoas que o conhecem é uma bebida que combina os efeitos estimulantes e benéficos do chá e do café, é um vivificador da inteligência e um calmante para os nervos, que não tem propriedade alguma nociva.

A palavra quebracho é uma contração da expressão familiar espanhola "quebra-hacha" (quebra machado), aplicada originariamente a muitas árvores da América Latina.

Noções Gerais de Climatologia

Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES
Chefe da Secção de Estudos Geográficos e
Estatística Territorial do Serviço de
Geografia e Cartografia

I

A ATMOSFERA, SUA COMPOSIÇÃO — TEMPO, METEOROLOGIA — CLIMA, CLIMATOLOGIA — ELEMENTOS E FATORES DO CLIMA

A ATMOSFERA, SUA COMPOSIÇÃO — A atmosfera é o envoltório gasoso do globo terrestre. As partes sólida e líquida do nosso planeta estão envolvidas por uma mistura de gases, que dêle faz parte integrante e cuja espessura atinge centenas de quilômetros. A Geografia interessam diretamente apenas as camadas inferiores da atmosfera, especialmente as que se acham em contacto com a superfície terrestre e onde vivem o homem, os animais e os vegetais.

A mistura de gases que constitui a atmosfera, recebe o nome de *ar*, cuja composição é relativamente simples. O ar seco e desprovido de impurezas é constituído, em sua maior parte, pelo azoto ou nitrogênio e pelo oxigênio, cujas percentagens em relação ao volume, são respectivamente de 78% e 21%. Estes dois gases representam, pois, conjuntamente, 99% da atmosfera. O 1% restante abrange pequenas porções de outros gases, dos quais o mais abundante é o argônio, sendo ínfimas as percentagens de anidrido carbônico (CO_2), ozona, hélio, hidrogênio e dos chamados "gases raros" (criptônio, xenônio, etc). O anidrido carbônico, comumente chamado gás carbônico, resulta das combustões do carbono e especialmente da respiração dos seres vivos.

Ordinariamente, porém, o ar não se apresenta seco e puro e contém proporções variáveis de vapor d'água e inúmeras partículas denominadas poeiras.

O vapor d'água, cuja percentagem varia de 0 a 5%, resulta da evaporação das partes líquidas do nosso planeta e sua presença na atmosfera tem papel importantíssimo nos fenômenos climáticos, muito maior mesmo do que os outros gases que constituem o ar. Grande parte dos fenômenos que se passam na atmosfera é por causa da presença do vapor d'água: formação de nuvens, chuvas, orvalho, neve, granizo, etc. Por outro lado, o seu papel é importantíssimo na retenção do calor proveniente do sol e irradiado pela superfície terrestre, ao passo que os outros gases retêm muito mal o calor.

Observe-se que as irradiações solares atravessam a atmosfera quase sem ser absorvidas e vêm aquecer diretamente a superfície terrestre. Esta, por sua vez, aquece as camadas inferiores da atmosfera. Se o ar é úmido, isto é, carregado de vapor d'água, este calor é em grande parte absorvido por êle, e facilmente retido quando o solo começa a esfriar-se, durante a noite. O vapor d'água é, assim, o grande regularizador das variações de temperatura. Nas regiões desérticas, por exemplo, onde o vapor d'água é quase inexistente, as variações de temperatura são enormes: durante o dia o solo aquece-se fortemente, ao passo que à noite a temperatura cai violentamente, tendo sido observados casos em que a temperatura diurna atinge 52° centígrados e a noturna baixa a 3° C. (três graus abaixo de zero).

As poeiras também têm sua importância nos fenômenos que se verificam na atmosfera, especialmente por facilitarem a condensação do vapor d'água sob a forma de pequenas gotas, cujo agrupamento constitui os nevoeiros, as nuvens, etc. Cada partícula de poeira tem, nesse caso, o papel de núcleo de condensação, formando-se uma gotícula aquosa em torno de cada uma.

TEMPO, METEOROLOGIA — Em cada lugar da superfície terrestre e em cada momento, a atmosfera se caracteriza pelas suas propriedades físicas (temperatura, pressão etc.) e pelos fenômenos físicos que nela se produzem (nuvens, chuvas, ventos, etc.) os chamados “meteoros”!

O conjunto das características físicas da atmosfera num dado sentido e num dado instante, constitui o que se chama o “tempo”. O “tempo” (no sentido assim considerado) pode variar de um lugar para outro, e num dado lugar, de momento a momento.

O estudo do “tempo”, isto é, das características da atmosfera, em sua perpétua variação, é o objeto da Meteorologia.

(É interessante notar-se a curiosa ambigüidade existente em nossa língua, tal como nas outras línguas latinas, quanto ao sentido da palavra “tempo”. Quando dizemos “está bom tempo” ou “o tempo está desagradável”, queremos nos referir ao sentido meteorológico da palavra, ao passo que as expressões “durou pouco tempo” ou “há muito tempo” se referem ao sentido cronológico do termo.

Observe-se que tal ambigüidade não se dá nas línguas germânicas: em inglês e em alemão, por exemplo, emprega-se “time” e “zeit”, respectivamente, no sentido cronológico, ao passo que “weather” e “wetter” são usualmente no sentido meteorológico).

A Meteorologia é parte da Física e não da Geografia. É a Física aplicada à atmosfera terrestre.

A grande aplicação prática da Meteorologia, sobretudo depois do desenvolvimento da navegação aérea, é a previsão do tempo, técnica bastante difícil, mas que tem passado por grandes aperfeiçoamentos na atualidade.

A Meteorologia interessa especialmente o geógrafo, como base para o estudo dos climas.

CLIMA, CLIMATOLOGIA — Se em cada lugar na Terra o “tempo” varia constantemente, podemos contudo ter uma idéia das suas condições médias e da maneira habitual como ele varia.

Se anotamos, por exemplo, os diversos valores da temperatura durante 24 horas, poderemos tirar a média desses valores e obter a temperatura média diária. Se tirarmos por sua vez, a média de todos esses valores diários durante um ano, teremos a média anual, que já nos dá uma idéia das condições gerais da temperatura no lugar considerado e durante um ano de observação. Como no entanto, essas condições variam ainda de um ano para outro, deveremos ainda observar a temperatura durante uma longa série de anos, afim de obter uma média de todos os valores observados. O resultado obtido dar-nos-á uma idéia a respeito da temperatura média do lugar, isto é, poderemos classificá-lo como quente, temperado e frio.

O mesmo se poderá fazer quanto à umidade, quanto à direção e à intensidade dos ventos, quanto à quantidade e à frequência das chuvas etc., obtendo-se uma idéia geral das condições médias do tempo, no lugar considerado, isto é, do seu clima.

Costuma-se, pois, definir *clima*, como “o estado médio do tempo na região”.

O clima é uma característica de cada região, sendo já um resumo dos diversos estados do “tempo” nessa região.

Ao passo que o “tempo” é o estado momentâneo da atmosfera, o clima abrange o conjunto das variações do “tempo” durante um longo período.

(Observe-se que podemos dizer “está bom tempo”, “está mau tempo”, mas é erro grave dizer-se “o clima hoje está agradável” ou o “clima deste ano está menos chuvoso do que no ano passado”. Com a palavra “clima”, so podemos usar o verbo “ser”. O clima é um dado aproximadamente fixo para cada lugar da Terra e suas pequenas variações, quando existirem, só podem ser notadas após longuíssimo período de observação).

Não bastam, porém, os valores médios das características do “tempo” para ter-se uma idéia exata do clima. É necessário, ainda, conhecer-se a maneira habitual como varia o “tempo”, através das estações do ano e mesmo de ano para ano.

Suponhamos, porém, dois lugares cuja média anual de temperatura é de 20° C. No primeiro, o verão é, por exemplo, muito quente, sendo comuns as temperaturas de 35°C., ao passo que o inverno é frio, variando as temperaturas em torno de 5°C. No segundo local, esses valores são de 25°C, no verão e de 15°C, no inverno. É evidente, nesse caso, que embora as médias anuais sejam iguais (20°C.) os dois lugares têm climas diferentes: o primeiro apresenta grandes contrastes entre o verão e o inverno, ao passo, para o segundo possui clima ameno, com pequenas variações.

De ano para ano notam-se também, muitas vezes, grandes variações. O Nordeste brasileiro, por exemplo, caracteriza-se pela grande irregularidade quanto às chuvas, havendo anos muito chuvosos e outros em que a seca é quase absoluta. Outras regiões, no entanto, possuem climas muito irregulares, com pequenas diferenças no estado médio do "tempo", de um ano para outro.

Para bem caracterizar-se o clima é, pois, necessário, ao descrevê-lo, levar em conta todas essas variações do "tempo".

Dai a definição mais adequada, "*clima é o andamento habitual do tempo na região*", devida ao grande climatologista Wladimir Köppen. A maneira habitual como varia o "tempo" denomina-se também "regime climático". Um clima, por conseguinte, só é bem conhecido quando se conhece o seu regime.

O estudo dos climas constitui o objeto da Climatologia, a qual representa parte importante da Geografia. Desde que os climas caracterizam as diversas regiões da superfície terrestre, o seu estudo tem caráter eminentemente geográfico.

ELEMENTOS E FATORES DO CLIMA — No estudo do clima, distinguem-se os elementos e os fatores.

Os *elementos climáticos* são as diversas características físicas do clima, cujos valores médios e cujas variações é necessário conhecer para bem caracterizá-lo. Os principais são: a *temperatura*, a *pressão atmosférica*, os *ventos*, a *umidade* e as *chuvas*, além de outros menos importantes, como a *nebulosidade*, a *insolação* etc..

Os *fatores climáticos* são fatos geográficos dos quais resultam os diferentes tipos do clima, isto é, são as causas que estabelecem diferenças entre os climas de umas e outras regiões da Terra. Os principais são: a *latitude*, a *altitude*, a *distribuição das terras e águas*, a *proximidade ou o afastamento do mar*, o *relevo* e as *correntes marítimas* além de outros de efeito apenas local, como a *natureza do solo*, a *vegetação* etc.

II

PRINCIPAIS ELEMENTOS DO CLIMA: TEMPERATURA, PRESSÃO ATMOSFÉRICA, VENTOS, UMIDADE DO AR, CHUVAS

PRINCIPAIS ELEMENTOS DO CLIMA — Dentre os elementos do clima, salientam-se, pela sua maior importância, a temperatura, a pressão atmosférica, os ventos, a umidade e as chuvas.

1.º — *Temperatura* — É este, sem dúvida, o mais importante de todos os outros, pois a causa fundamental de todos os fenômenos atmosféricos é a energia calorífica, irradiada pelo sol. A importância da temperatura é, aliás, uma noção bastante vulgar, sendo este elemento climático o que mais interessa ao grande público.

A temperatura é medida por instrumentos denominados termômetros, baseados na propriedade que têm os corpos de se dilatar quando a sua temperatura se eleva. Nos termômetros mais usados esse corpo é o mercúrio, sendo o seu recipiente um tubo ôco de vidro. Outro tipo menos empregado é o termômetro de álcool, usado para muito baixas temperaturas, pois o mercúrio congela-se a 40° C. (quarenta graus abaixo de zero), ao passo que o álcool se mantém no estado líquido em temperaturas bastante inferiores.

A escala termométrica mais usada é a centígrada, na qual o grau zero corresponde à temperatura da fusão do gelo e cem graus marcam a temperatura da ebulição da água. As temperaturas abaixo de zero são representadas com o sinal negativo. (Ex.: — 10° C. Ou dez graus centígrados abaixo de zero).

Outra escala é a de Fahrenheit, usada nos países de língua inglesa, na qual a temperatura da fusão do gelo correspondente a 32° F. (trinta e dois graus

Fahrenheit) e a da ebulição da água a 212° F. Entre essas duas temperaturas há, portanto, 180 graus Fahrenheit, ao passo que há 100 graus centígrados. Cada grau Fahrenheit é, por conseguinte, menor que 1° C, isto é, 1° F equivale a $\frac{100}{180}$ ou $\frac{5}{9}$ do grau centígrado.

Para converterem-se graus Fahrenheit em graus centígrados, subtrai-se 32 do número dado e multiplica-se o resto por $\frac{5}{9}$.

Exemplo: converter 100° F. em graus centígrados

$$\begin{array}{rcl} 100 & - & 32 = 68 \\ 68 & \times & \frac{5}{9} = \frac{340}{9} = 37,77... \end{array}$$

isto é, 100° F. equivalem a 37°,8 C.

Exemplo: converter 14° F. em graus centígrados

$$\begin{array}{rcl} 14 & - & 32 = - 18 \\ -18 & \times & \frac{5}{9} = - \frac{90}{9} = - 10 \end{array}$$

isto é, 14° F. equivalem a — 10° C.

Uma terceira graduação era a de Réaumur hoje inteiramente desusada.

Quando se possuem dados sobre a temperatura de várias lugares duma região, pode-se marcar esses valores no mapa dessa região. Unindo-se os pontos que apresentam a mesma temperatura, obtêm-se linhas denominadas *isotermas* ou linhas *isotérmicas*. Os mapas de isotermas são fundamentais para o estudo dos climas.

Nos boletins meteorológicos fazem-se ainda referências a certos valores termométricos denominados "temperaturas sensíveis". Tais valores são obtidos por um instrumento especial, denominado termômetro úmido, cujas indicações pretendem corresponder às diferentes sensações térmicas experimentadas pelo corpo humano, nos diversos estados atmosféricos. Tais sensações de calor ou de frio, que sentimos, não dependem apenas da temperatura do ar, mas também da umidade e do movimento das massas aéreas. As chamadas "temperaturas sensíveis", têm a sua importância no estudo do grau de conforto dos diversos ambientes em relação ao organismo humano; mas não são muito empregadas no estudo do clima. Para este, considera-se usualmente a temperatura do ar, simplesmente, obtida pelo termômetro normal.

Nos postos meteorológicos a temperatura é medida com certas precauções, das quais a principal é colocar-se o termômetro à sombra. Quando não se faz nenhuma referência especial, subentende-se que os valores apresentados correspondem às temperaturas à sombra. Um termômetro exposto ao sol apresenta temperatura superior à do ar ambiente, mas no estudo dos climas é a temperatura do ar que importa sobretudo.

2.º — *Pressão atmosférica* — Sendo o ar um corpo pesado, suas camadas exercem pressão umas sobre as outras. A pressão atmosférica é assim mais alta nas camadas aéreas inferiores, ao passo que, quando se sobe, a pressão diminui gradativamente.

A pressão atmosférica é medida por instrumentos denominados barômetros, dos quais os que dão indicações mais precisas são os de mercúrio. Barômetro deste tipo é instrumento muito simples, constituído por um tubo fechado numa das extremidades e aberto na outra, no qual se introduz o mercúrio. Colocado este tubo em posição vertical, com extremidade aberta voltada para baixo e mergulhada numa cuba cheia de mercúrio, observa-se que este metal mantém-se livremente no tubo, formando uma coluna de certa altura. A pressão exercida por essa coluna equilibra a pressão atmosférica, sendo ambas iguais.

A pressão atmosférica é, assim, medida em milímetros, correspondentes à altura da coluna de mercúrio do barômetro. A pressão normal corresponde aproximadamente a 760 milímetros.

Usualmente empregam-se barômetros de outro tipo, portáteis, denominados aneróides, úteis sobretudo nas explorações geográficas.

Unindo-se, num mapa, os pontos correspondentes a lugares que apresentam igual pressão atmosférica, obtêm-se linhas denominadas *isóbaras* ou linhas isobáricas. Os mapas de isóbaras marcam as diferentes zonas que apresentam pressões diversas, sendo úteis sobretudo para a previsão do tempo. Do exame de tais mapas pode-se concluir quais as direções dos ventos, pois os ventos sopram das zonas de altas pressões para as de baixas pressões.

As zonas de baixas pressões chamam-se zonas ciclônicas ou, simplesmente, ciclones; as de altas pressões denominam-se zonas anticiclônicas ou anticiclones.

3.º — *Ventos* — No estudo dos ventos importa considerar-se a direção e a intensidade.

A direção é dada pelos pontos cardiais e colaterais, formando o que se chama a “rosa dos ventos”. Convém notar-se que é usual denominar-se a direção do vento pelo ponto de onde ele sopra e não para onde ele vai. Vento nordeste, por exemplo, é o que vem de nordeste e sopra para sudoeste; vento sul é o que sopra do sul para o norte etc.

A intensidade é dada pela velocidade do vento, em metros por segundo.

Para o estudo dos climas, a direção dos ventos é muito mais importante que a intensidade.

4.º — *Umidade do ar* — No estudo da umidade do ar considera-se a umidade absoluta e a umidade relativa.

A umidade absoluta é simplesmente a quantidade de vapor d’água existente numa dada porção da atmosfera. Se considerarmos um determinado volume de ar e se pesarmos o vapor d’água que ele contém, o número de gramas que exprime o peso do vapor d’água, corresponderá à umidade absoluta. Usualmente, porém, em vez do peso, — expresso em gramas — do vapor d’água contido num dado volume de ar, exprime-se a umidade absoluta pela pressão desse vapor, expressa em milímetros: é o que também se chama a “tensão do vapor”.

A umidade relativa é expressa de forma diferente, resultando duma comparação ou relação entre quantidades de vapor d’água. Para bem compreendê-la, vejamos primeiramente o que se entende por saturação.

Se num recipiente tivermos certo volume de ar e se nesse recipiente introduzirmos progressivamente vapor d’água, a umidade vai certamente aumentando. Esse aumento não se pode dar, porém, indefinidamente. A partir de um certo ponto, em que o ar já estiver bastante carregado de vapor d’água, qualquer nova quantidade desse vapor, que seja ainda introduzida no recipiente, passa para o estado líquido, isto é, condensa-se. Diz-se, então, que o ar está saturado de umidade. Trata-se, aliás, de fato análogo ao que se dá na dissolução de um sólido num líquido: se pretendermos, por exemplo, dissolver açúcar em água, adicionando a esta quantidades crescentes daquele corpo, notamos que, a partir de certo ponto, o açúcar não se dissolve mais, depositando-se o excesso no fundo do recipiente, dizendo-se, então, que a solução está saturada.

Em determinadas condições de temperatura, certo volume de ar só pode conter vapor d’água até dado limite, que é o ponto de saturação. Além desse limite, o excesso de vapor d’água passa ao estado líquido, sob a forma de névoas, orvalho, chuvas, etc.

A umidade relativa é a relação, dada em percentagens, entre a quantidade de vapor d’água que um dado volume de ar contém e a quantidade que conteria se estivesse saturado.

Se o ar está saturado de vapor d'água, sua umidade relativa é de 100 %.

Se certo volume de ar contivesse, por exemplo, 45 gramas de vapor d'água e se a quantidade máxima desse vapor, que ele poderia conter se estivesse saturado, fôsse de 90 gramas, então a umidade relativa seria de 50%.

A umidade relativa varia, assim, de 0 a 100 por cento.

Quando a temperatura sobe, eleva-se o ponto de saturação, isto é, o ar torna-se capaz de conter maiores quantidades de vapor d'água. O inverso se dá quando a temperatura decresce.

Suponhamos, por exemplo, que certo volume de ar, numa temperatura A, possa conter, no máximo, 100 gramas de vapor d'água, isto é, esta seja a quantidade correspondente à saturação. Suponhamos, ainda, que esse volume de ar contêm efetivamente 40 gramas de vapor d'água. Então a umidade relativa será de 40%.

Admitamos, agora, que diminua a temperatura, passando a um valor mais baixo, B. O ponto de saturação também se abaixará, passando por exemplo, a 80 gramas, isto é, nesta temperatura B, o mesmo volume de ar poderá conter no máximo 80 gramas de água no estado de vapor. Como a quantidade de vapor d'água que ele efetivamente contém são as mesmas 40 gramas, conclui-se que a sua umidade relativa passa a ser de 50%.

Nos dois exemplos anteriores, a umidade absoluta manteve-se a mesma, correspondente a 40 gramas de vapor d'água; ao passo que, com a diminuição de temperatura, a umidade relativa aumentou, passando de 40% para 50%.

Se a temperatura continuar a decrescer, a umidade relativa irá aumentando progressivamente até atingir o valor de 100%. A partir desse ponto o excesso de vapor d'água se condensará, sob a forma de gotículas aquosas, podendo-se dar a produção de chuvas.

O exemplo anterior mostra a importância da umidade absoluta no estudo dos fenômenos meteorológicos, em face especialmente do estudo da formação das chuvas.

A umidade é medida por instrumentos denominados higrômetros.

Se, num mapa, ligarmos os pontos correspondentes a lugares que têm a mesma umidade, obtêm-se linhas denominadas isoigras.

5.º — *Chuvas* — As chuvas representam importantíssimo elemento climático, pois que a água é indispensável aos seres vivos.

A quantidade de chuvas é medida em aparelhos extremamente simples, denominados pluviômetros, que são recipientes de paredes verticais e livremente abertos na parte superior. Após uma queda de chuvas, observa-se a altura a que chegou a água dentro do pluviômetro, medindo-se usualmente essa altura em milímetros.

Em vez de serem, pois, expressas em unidades de volume, as quantidades de chuva são expressas em milímetros.

Se, num mapa, unirmos os pontos correspondentes a iguais alturas pluviométricas, obtêm-se linhas que se denominam isoietas. Os mapas de isoietas são essenciais para o estudo do clima duma região.

Notemos que, nos boletins meteorológicos, a quantidade de chuvas caídas denomina-se usualmente "precipitação".

Temperatura e precipitação são os dois elementos indispensáveis a qualquer estudo elementar do clima, especialmente para as classificações climáticas. Os outros têm importância sobretudo científica, para a explicação dos diversos tipos de clima. Para estudos mais adiantados, levam-se em conta ainda outros elementos, como a nebulosidade, a evaporação, a insolação (duração da exposição dum local aos raios solares) etc.

III

OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS — NORMAIS CLIMATOLÓGICAS

OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS — Sendo o “tempo” o estado momentâneo da atmosfera, sujeito, portanto, a variações de instante a instante, um estudo perfeito do clima duma localidade exigiria observações contínuas dos elementos climáticos. Na realidade, tais observações são possíveis com o emprêgo de aparelhos registradores (termógrafos, para as temperaturas; barógrafos, para as pressões, etc.) de que são providas as estações meteorológicas de 1.^a classe.

Sendo, porém, tais registradores de custo muito elevado, os dados meteorológicos são obtidos por leituras em aparelhos mais simples, feitas regularmente por observadores em horas bem determinadas.

Para as temperaturas, por exemplo, são feitas normalmente três observações por dia, às 7, às 14 e às 21 horas. Tomando-se a média dessas leituras do termômetro, obtém-se a *média diária* da temperatura.

Após um mês de observações, pode-se tirar a média de todos os valores diários, obtendo-se assim a *média mensal*. Analogamente determina-se a *média anual*. Nos boletins meteorológicos são consignadas em geral apenas as médias mensais e anuais, muito mais importantes que as diárias, para a caracterização do clima.

Além das médias, é interessante anotar-se, para as temperaturas, o maior e menor valor registrado em cada 24 horas, isto é, a máxima e a mínima, ocorrendo geralmente a primeira após o meio-dia e a segunda durante a madrugada.

No fim de um mês de observação, poder-se-á tirar a média de todos os valores máximos diários registrados, obtendo-se, assim a *média mensal das máximas*. Da mesma forma será obtida a *média mensal das mínimas*.

Anualmente poder-se-á determinar, de modo análogo, a média anual das *máximas*, bem como a *média anual das mínimas*.

Em vez de calcularem-se apenas as médias desses valores externos, costuma-se ainda anotar no fim de cada mês a maior máxima e a menor mínima registrada, o mesmo fazendo-se após cada ano de observações: são as *máximas absolutas* e as *mínimas absolutas*. Esses valores têm muito menor importância do que os valores médios, mas não deixam de ser interessantes, como curiosidade. Ao anotarem-se os valores absolutos, costuma-se sempre acompanhá-los das datas em que se verificaram.

Nos boletins meteorológicos costuma-se ainda registrar, em coluna distinta, os dados referentes às “temperaturas sensíveis”, obtidas pelas observações no chamado “termômetro úmido”.

Para a pressão atmosférica e para a umidade, consignam-se habitualmente apenas os valores médios, obtidos de maneira análoga aos da temperatura, não se anotando os máximos nem os mínimos. As pressões são modernamente expressas em milibares, em vez de em milímetros da coluna de mercúrio dos barômetros. O milibar é uma unidade pouco menor do que o milimetro (1mm = 1,3332 mb). A mesma unidade é empregada modernamente para a umidade absoluta (tensão do vapor), sendo a umidade relativa expressa em percentagens.

Para as direções dos ventos, na impossibilidade de se tirarem médias, anotam-se, no fim de todos os meses e anos as direções predominantes, isto é, mais freqüentes. Quanto às velocidades, fácil é determinarem-se os valores médios, expressos em metros por segundo.

As observações referentes às chuvas (precipitação) são anotadas com critério diferente. Em vez de se calcularem as médias, vão-se acumulando os resultados das observações feitas durante cada período. O valor registrado no boletim para cada mês, exprimem a soma de todas as alturas de chuvas observadas durante o mês. Da mesma forma, o valor anual é a soma de todas as alturas mensais e não a sua média.

Além das observações simples, anotadas nos boletins meteorológicos, importa ainda considerarem-se as diferenças entre os valores maiores e menores, a fim de se obterem as *amplitudes* de variação.

Em cada dia, a diferença entre a temperatura máxima e a mínima dá-nos a *amplitude diária*. Como, no entanto, tais valores observados em cada dia, não são consignados habitualmente nos boletins e sim apenas os valores mensais e anuais, basta-nos considerar a *amplitude média diária* em cada mês e em cada ano. Para isso basta subtrair a média das mínimas da correspondente média das máximas. Se, por exemplo, a média das máximas em julho, no Rio de Janeiro, é de 23°,6 C. e a correspondente média das mínimas é de 17°,1 C., segue-se que a amplitude diária nesse mês é, em média, de 60,5 C. Tal valor é importante para dar idéa do contraste entre a temperatura diurna (não confundir com diária) e a noturna.

Ainda no caso da temperatura, importa considerar-se a *amplitude anual*. Obtém-se este valor, subtraindo-se a temperatura média do mês mais frio da temperatura média do mês mais quente. Ter-se-á, assim, idéa do contraste entre o verão e o inverno. Sendo, por exemplo, no Rio de Janeiro, a média da temperatura de fevereiro (mês mais quente) igual a 25°, 4 C. e a de julho (mês mais frio) igual a 20°, 1 C., segue-se que a amplitude anual desta cidade será de 5°, 3 C., sendo portanto pequeno o contraste entre verão e inverno.

Quanto às chuvas, tem grande importância, além do contraste entre o mês mais chuvoso e o mês mais seco, conhecerem-se todos os valores mensais, a fim de se conhecer o regime de chuvas, observando-se se estas são distribuídas igualmente em todos os meses do ano ou se há estações nitidamente marcadas: a chuvosa e a seca.

Para a classificação dos climas é indispensável conhecerem-se, pelo menos: a temperatura média do mês mais quente, a temperatura do mês mais frio, a temperatura média anual e as alturas de chuvas de todos os meses do ano. Esses são os dados essenciais, sendo os outros suplementares.

NORMAIS CLIMATOLÓGICAS — Sendo comumente diversas as condições meteorológicas de um ano para outro, conclui-se que não bastam as observações de um único ano para ter-se idéa do clima duma localidade. Para isto, é indispensável efetuarem-se observações, com toda a regularidade, durante muitos anos consecutivos. Habitualmente, exigem-se 10 anos consecutivos, no mínimo, sendo o conhecimento do clima tanto mais seguro quanto mais longo fôr o período de observações.

Obtidos os dados meteorológicos de muitos anos, de modo a se organizarem quadros dos valores mensais e anuais referentes aos diversos elementos climáticos, torna-se possível tirarem-se as médias dos dados correspondentes, não só para o ano, como também para cada mês.

Tais médias dos resultados de muitos anos consecutivos de observações denominam-se *normais climatológicas* e nelas se baseia o estudo dos climas.

O conceito de normalidade está, pois, estreitamente ligado ao de média. Considera-se normal, do ponto de vista meteorológico, o ano cujas observações se assemelhem às chamadas "normais climatológicas" e anormal aquele que apresente valores que destas muito difiram. Tal conceito nada tem de absoluto, variando conforme o período de observações que serviu de base ao cálculo das normais.

Tertúlias geográficas semanais

NONAGÉSIMA SEGUNDA TERTÚLIA, REALIZADA EM 2 DE JANEIRO DE 1945

FORMAÇÃO DO POVO PARANAENSE E COLONIZAÇÃO DO PARANÁ. PELO CORONEL ADIR GUIMARÃES — O ÍNDIO, OS PUEBLOS E AS REDUÇÕES JESUITICAS — A COLONIZAÇÃO — A PROVÍNCIA — A IMIGRAÇÃO EUROPEIA — A POPULAÇÃO ATUAL — DEBATES

O Eng. Cristóvam Leite de Castro, abriu a sessão lembrando que a presente tertúlia tinha a particularidade de ser a primeira do ano de 1945 e em seguida, passou a palavra ao Cel. Adir Guimarães que iria falar sobre “o homem do Paraná”.

O Cel. Guimarães iniciou sua palestra prestando uma homenagem a Romário Martins, maior conhecedor do Paraná. Continuando, explicou que já dissera algo sobre a terra, sua vegetação e seus animais selvagens. Agora viria apreciar o conglomerado humano que desfrutava essas maravilhas.

* * *

Seria impossível compreender essa mescla humana sem um estudo aprofundado de suas origens. Como esse estudo não podia ser feito nesta palestra, passou em revista apenas os principais acontecimentos do passado, isto é, aqueles que mais marcante influência tiveram no perpassar dos anos. No século XVI era o atual território do Paraná habitado por numerosas tribos indígenas filiadas às nações Tupi e Gê.

Romário Martins, o grande estudioso das coisas do Paraná, cita mais de 50 nomes de tribos, das quais podemos tomar como mais importantes os *Guaranis* habitando a região compreendida entre os rios Paranapanema, Paraná, Tibaji e Iguacu; os *Carijós*, dominando a zona costeira; os *Tinguis* (nariz afilado), índios hospitaleiros que moravam nos campos de Curitiba; os *Biturunas* que palmilharam os campos de Palmas; e os terríveis *Botucudos*, de beico furado, donos do sudoeste paranaense e representantes dos Gês no Paraná.

Os aborígenes filiados ao grupo Tupi-Guarani dominavam quase todo o território e através dele realizaram viagens mantendo-se em comunicação, do Atlântico aos contrafortes andinos, por caminhos, o mais importante dos quais chamaram Peabiru (caminho estreito). Esse caminho maior de 1 200 quilômetros ligava São Vicente aos confins do Paraguai, com uma ramificação para a costa catarinense.

Os jesuitas posteriormente afirmaram ser esse o caminho de São Tomé nas suas peregrinações no Novo Mundo. Southey trata do assunto na sua monumental *História do Brasil*.

* * *

O conhecimento que os aborígenes tinham de toda a região paranaense e paraguaia induziu os espanhóis ficados em Assunção, já nos começos do século XVI, a procurarem caminho mais rápido para atingir o mar.

O território paranaense por onde passava a mal definida e mal demarcada linha de Tordesilhas seria o ponto nevrálgico onde se dariam os primeiros choques entre lusos e hispanos, ambos com grupos indígenas que lhes eram fiéis. O Paraná apresenta assim o primeiro passo de exploração do *hinterland* brasileiro.

Em 1524, partem de São Vicente a mando de Martim Afonso de Sousa, Aleixo Garcia, com 3 portugueses e alguns índios, em viagem de exploração até os Andes. Sabe-se que eles atravessaram o Tibaji, o Ivaí e o Paraná, sendo, posteriormente mortos pelos selvagens, depois de terem estado no Peru. Logo após,

Jorge Sedenho com 60 homens desceu o Tieté e o Paraná até o salto das Sete Quedas, sendo, também, assassinado pelos índios. Sebastião Caboto a serviço de Espanha sobe o Paraná em 1527 até encontrar um salto.

Em 1535 Ulrich Schmidel, alemão, a serviço de Espanha, percorre o *hinterland* paranaense em itinerário ainda hoje discutido. Em 1541, Cabeza de Vacca, nomeado *adelantado* do Prata vindo de Espanha para Assunção salta na ilha de Santa Catarina com 250 soldados e 36 cavalos e galgando a serra entra em território paranaense e pelo Reabiru vai até Assunção deixando famoso relato dessa formidável e bem sucedida travessia.

Em 1554, Irala, *adelantado* do Paraguai viajou pelo Ivaí e Paranapanema, fundando Vergara nesse mesmo ano, a povoação de Outineiros pouco acima das Sete Quedas. Em 1557, Irala funda a Ciudad Real del Guayra na foz do Piquiri confiando êsse estabelecimento a Melgarejo.

Em 1576 o *adelantado* Aragon funda, na foz do Corumbataí, no Irai, a célebre Vila Rica do Espírito Santo confiando-a ao mesmo Melgarejo. Estavam assim os castelhanos no coração do Paraná. Irala estabelecendo os *pueblos* espanhóis criara um regime de feudalismo com a escravidão do gentio. Em Guaira, 40 000 índios estavam entregues a 60 soldados castelhanos. Os índios jamais se submeteram a êsse cativoiro. Ao ódio surdo segue-se a luta. No começo do século XVII o *adelantado* Saavedra marcha à frente de numerosas tropas e depois de ter batido os índios dos Pampas e do Chaco vê suas hostes dizimadas em Guaira pelos índios a mando do famoso cacique Guairacá de cuja boca se diz ter saído o brado "esta terra tem dono".

* * *

Nesta fase se faz sentir a atuação da Companhia de Jesus que procurou captar simpatias dos índios transformando os *pueblos* em *reduções*, reduzindo os índios à civilização cristã. De 1610 a 1628 fundam os jesuítas 13 *reduções* no território de Guaira; isto é, no território dominado pelos índios Tupis-Guaranis. Êsse território pertencia à Província do Rio da Prata. Em 1617 Guaira passa a constituir uma *governación* (províncias) independente subordinada ao Vice-Reinado do Peru.

Entrementes estava sendo o litoral paranaense cenário de drama terrível. Em 1585 o capitão-mor de São Vicente (Jerônimo Leitão) inicia por parte dos lusitanos a guerra de prea. Foram escolhidas para essas sortidas as 300 aldeias dos índios Carijós do litoral do Paraná. Foram todos os seus 30 mil habitantes, e tantos eram, arrastados ao cativoiro ou exterminados, por Leitão e seus sucessores.

Ao mesmo tempo, as bandeiras paulistas começaram a assolar, com a escravização dos índios, o *hinterland* nacional, inclusive a região das *reduções* dos jesuítas. Por outro lado alguns portugueses pesquisadores de ouro, se iam fixando em Paranaguá, vindos de São Vicente, enquanto que outros se vinham infiltrando pelo Ribeira, e Açungui até os campos de Curitiba.

O Paraná está, assim, sendo acometido em 3 direções: os espanhóis vinham de Assunção para leste, os paulistas, pelo litoral, vinham de São Vicente para o sul e os do planalto vinham de São Paulo para Curitiba. Os paulistas esboçavam a fundação das duas vilas, a de Curitiba e a de Paranaguá que seriam, mais tarde, seus baluartes na conquista e defesa do sertão e do litoral.

As coisas estavam nesse estado quando as bandeiras paulistas, recebendo instruções oficiais, tomam feição de expedições politico-militares e atacam e destroem as *reduções* espanholas. Antônio Raposo Tavares em 1629 e 1631, capitaneando bandeiras, a primeira, de 70 paulistas, 900 mamelucos e 200 índios, arrasa as *reduções* dizendo aos espanhóis que "os ia expulsar de toda aquela região porque ela era portuguesa e não espanhola".

As *reduções* estavam em grande prosperidade quando os paulistas as destruíram. Montóia, o famoso padre peruano, escreveu e imprimiu a primeira edição da sua *Arte y Vocabulário de la Lengua Guarany* em N. S. de Loreto erguida junto à foz do Pirapó no Paranapanema. Foi, assim, no Paraná que se imprimiu pela primeira vez na América.

O esplendor a que atingiram as reduções de Guaira com seus 100 000 habitantes, numa época em que nem um outro núcleo de civilização existia no território paranaense, é assunto cujo estudo se recomenda.

As reduções de Loreto e Santo Inácio Mini escaparam à destruição, dada sua posição geográfica fora das incursões paulistas. Nelas reuniu Montóia os 12 000 catecúmenos que conseguiram escapar à destruição e construindo 700 jangadas e canoas desceu com eles os rios Paranapanema e Paraná até perto dos grandes saltos e daí seguiu a pé até o território das Missões nas margens do Uruguai. Montóia deixou relato desse êxodo que constitui uma das mais cruentas páginas da história universal. Seguiu-se a essa expulsão dos Tupis-Guaranis amigos dos espanhóis a invasão em massa pelos índios Caicangs que atra- vesaram o Iguaçu vindos do sul e dominaram as bacias do Tibaji, Ivaí e Pi- quiri. Foi uma verdadeira reviravolta.

O Paraná passou dos Guaranis e seus amigos espanhóis, para os Caingangues coroados e seus amigos paulistas. Como os Caingangues falavam língua diferente da geral ou abanheenga a toponímia do território por eles habitado ao sul do Iguaçu é muito singular.

* * *

Foram os pesquisadores de ouro os que primeiro se fixaram em terras do Paraná. Pizarro conta que já em 1578 se pesquisara ouro em Paranaguá. Mas só em 1646, segundo Romário Martins, começou verdadeiramente o ouro a provocar o povoamento do litoral. Começam as concessões de sesmarias. Em 1660 o Paranaguá fundado desde 1649 é sede de Capitania.

O planalto conhecido das bandeiras que vieram destruir as reduções jesuíticas foi também povoado somente anos depois pelos pesquisadores de ouro. O Peabiru foi o caminho seguido. Arraiais de mineradores se estabeleceram no Açungui e em Bocaiúva (Arraial Queimado), e nas proximidades da Curitiba atual. Datam dessa época as primeiras comunicações diretas entre os arraiais do planalto e a vila de Paranaguá. Em 1693, Curitiba, cujo primitivo arraial mudou de lugar algumas vezes, é elevada a vila sob o padroado de N. S. da Luz dos Pinhais.

Se as minas atraíram para o Paraná os primeiros civilizados e lhe possibilitaram a existência durante quase um século, no litoral e no planalto, na expressão de Romário Martins, a caça, a pesca, a extração de frutos e utilidades silvestres, as plantações em roças de emergência e a pequena criação, foram os primeiros elementos fixadores dessa gente.

Os currais de criação começam a suceder às minas. O pastoreio incentivou a penetração dos campos gerais desde os limites com São Paulo até os do Rio Grande do Sul.

Assim cresceu Jaguariaíva, Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa. O esplendor desse ciclo econômico pastoril, foi tão importante, no Paraná, que Saint-Hilaire disse da fazenda Caxambu em Castro que ela era "a mais agradável e melhor tratada" que ele vira no Brasil, depois da de Ubá a 25 léguas do Rio de Janeiro.

O Paraná que no século XVI teve seu território percorrido de leste a oeste ligando Assunção ao Atlântico, passa, em meados do século XVII a ser palmilhado de sul a norte estabelecendo o comércio de gado entre São Paulo e o Sul. Era o tropeirismo que surgia e que concorreu para a formação das cidades acima citadas. Sorocaba era o grande entreposto.

A industrialização da "congonha" e seu comércio com o rio da Prata, iniciado em 1722, ia aos poucos aumentando as comunicações entre o planalto e os portos da baía de Paranaguá, de maneira a ir formando do Paraná uma região de vida autônoma.

Processava-se, lentamente, o caldeamento das três raças entrando o negro com coeficiente muito pequeno, pois que, para o serviço das fazendas de criação e para a extração do mate, o índio era melhor que o africano. O elemento branco era representado pelo português e seus descendentes paulistas. Em 1780, a comarca de Paranaguá, que abrangia todo o Estado do Paraná atual, mais as partes que lhe foram amputadas, tinha 13 000 habitantes dos quais 3 300 africanos.

* * *

Os sonhos de ouro e também o da prata levaram as primeiras bandeiras formadas em Paranaguá e Curitiba em exploração para o oeste. Lemos Conde, Salvador Jorge, Zacarias Côrtes, descobridor dos campos de Palmas, Rodrigues da Mota e outros e outros. Entretanto, essas bandeiras não eram bandeiras povoadoras. Apenas faziam explorações.

Só em 1809, Diogo Pinto de Azevedo Portugal é nomeado chefe da bandeira povoadora dos campos de Guarapuava, recém-descobertos. Seguiu de Curitiba com 300 pessoas armadas e o grande catequista curitibano padre Chagas Lima. A história movimentada dessa expedição, agora contada em livro, é assunto bastante curioso.

Começa então o povoamento da região dos Biturunas que tanta celeuma haveria de inspirar mais tarde.

Rio Branco é quem melhor historia o assunto. Diz êle na sua famosa Exposição que em 1841 o presidente de São Paulo, Rafael Tobias, anunciava em seu relatório à Assembléia Legislativa Provincial a ocupação do campo de Palmas por duas expedições saídas de Curitiba. Diz, ainda Rio Branco, que essas duas expedições haviam sido precedidas de uma saída de Palmeira em 1856 e, duas, que saíram de Guarapuava. Uma companhia de "municipais permanentes", todos de Curitiba, inclusive o comandante, foi destacada para o campo de Palmas em 1840.

Nesse ano se faz também a ocupação do campo Erê, mais ao ocidente.

As disputas sobre partilhas de terras dessas regiões entre curitibanos povoadores são resolvidas pelo advogado Carrão, depois ministro e senador e o major Pinto Bandeira. Em 1850 os campos de Palmas tinham 37 fazendas com 36 000 cabeças de gado. Nesse ano o campo Erê tinha 5 fazendas.

Em 1841 e em 1844 o general Antero de Brito, presidente de Santa Catarina reclamava e protestava contra a jurisdição de São Paulo nos campos de Palmas, sustentando que todo o território a leste de Peperi-Guaçu e do Santo Antônio pertencia a Santa Catarina. Isso deu origem a uma das movimentadas questões de limites inter-estaduais de que há memória no Brasil.

Entretanto, a terra continuou sob a jurisdição paulista e ocupada efetivamente por fazendeiros filhos de Curitiba, Palmeira e Guarapuava.

Em 1842 o capitão paranaense Pedro de Siqueira Côrtes, novo comandante do destacamento de "municipais permanentes" começou a abrir uma estrada para Curitiba. Em 1845 o barão de Surui, presidente de São Paulo e o general Caxias, presidente do Rio Grande, dão início à comunicação com esta província. Isto mostra que todos acordavam em que a jurisdição paulista ia até os limites com o Rio Grande. Em 1849, por lei de São Paulo, Guarapuava foi elevada a vila e Palmas passou a fazer parte desse novo município.

* * *

Por êsse tempo já os curitibanos e parnanguaras que haviam povoado todo o vasto poente paranaense até os rios Paraná e Uruguai tinham consciência de sua força econômica e das suas possibilidades de vida autônoma. Iniciaram, assim, um movimento em prol da elevação da comarca em uma nova província.

Em 1853 foi sancionado o projeto de Honório Hermeto, marquês do Paraná, que criava a Província do Paraná. Caxias, em 1842, prometera aos maiores paranaenses, a emancipação, em troca da não adesão dos mesmos à revolução que estalara em São Paulo. Essa promessa pesou na balança.

Recordando os trâmites do projeto na Câmara, é curioso ressaltar que um dos argumentos pela elevação da comarca a Província era o fato de ela limitar com o Rio Grande do Sul então abalado pela revolução dos Farrapos.

E, quando São Lobato apresentou emenda pedindo a elevação a Província da comarca mineira de Sapucaí, Carneiro de Campos, impugnando-a disse que Sapucaí não estava nas condições de Curitiba por não confinar com província devastada por guerra civil nem com o estrangeiro.

* * *

Antes da Província, apenas três pequenos núcleos de colonização européia, não portuguesa, se estabeleceram no Paraná. Em 1829 surge Rio Negro com colonos alemães; em 1847 Faivre funda Teresa Cristina, no Irai, com colonos franceses e, em 1852 em Guaraçuçaba se forma uma colônia mista de alemães, franceses e suíços. Menos de 500 colonos constituíam esses núcleos.

Nos primeiros 30 anos de vida autônoma, pôde o Paraná receber perto de 20 000 imigrantes, na maioria italianos e escravos.

Nos 15 primeiros anos da República, perto de 40 000 imigrantes entraram no Paraná.

De 1907 a 1913 entraram 30 000. De 1921 a 1929 entraram pouco menos de 40 000, perfazendo um total geral, em um século, de perto de 130 000 imigrantes.

Toda essa gente se dedicou às zonas rurais do Estado e era gente vinda das zonas rurais dos lugares de origem. Era gente pouco instruída, quase sempre analfabeta mas de moral bem formada. Católicos, faziam sua vida em torno de uma família bem constituída que, toda ela, ajudava na pequena granja, e, aos domingos, comparecia com vestes de suas terras natais, pela manhã, à igreja da colônia e à tarde na sociedade esportiva beneficente e dançante. Esses colonos não concorreram com os caboclos mameucos em suas atividades. Dedicaram-se ao amanho da terra e à pequena criação, enquanto que o proveniente do índio continuava na indústria extrativa do mate e da madeira e na criação do gado vacum e cavalar das grandes fazendas. O transporte no Paraná sofreu grande influência. O caboclo transporta-se a si próprio a cavalo ou a pé, o gado era transportado a pé pelos tropeiros e o mate e a madeira e outras necessidades, no lombo de burro, em cangalhas, ou em carro de bois. O colono trouxe sua carroça de tóldo e nela vive com a família, transportando mercadorias para as diferentes regiões do Estado. Levam consigo os materiais necessários à viagem, mantimentos e instrumentos.

Esse tipo de transporte ocasionou o aparecimento de indústrias como: ferrarias, fábricas de carroças, de arreios, etc.

O elemento negro nunca teve grande influência no Paraná. Ali nunca houve fonte de riqueza repousando no trabalho escravo, conforme dizia o grande conselheiro Correia. As colônias agrícolas se localizaram na parte alta do Planalto exceto umas poucas no litoral. Sua maior localização foi no quadrilátero Curitiba, Sêro Azul, Ponta Grossa, Pôrto da União.

O mais antigo foco de colonização européia no Paraná é Rio Negro fundada antes da Independência com alguns açorianos reforçados por alemães.

É hoje bela cidade. Em ordem cronológica vem sucessivamente; colônia Teresa fundada por franceses (aproximadamente 90), em 1847, nas margens do Irai. Em 1852 as colônias Superagui e Alexandra são fundadas por suíços e italianos, respectivamente, na baía de Paranaguá.

Em 1857, alemães e depois ingleses fundam a colônia de Açungui.

Em 1860 a Nova América, em Morretes, com elementos norte-americanos seguidos de italianos.

Nos arredores de Curitiba, em 1869, é fundada com 100 colonos franceses de Argel a colônia Argelina. Essa colônia, hoje muito próspera, foi mais tarde, aumentada com elementos alemães, suíços, suecos e italianos.

Em 1871, o presidente Venâncio, funda ao norte de Curitiba, a colônia Venâncio, com alemães, franceses e suecos.

A colônia Pilarzinho, também em Curitiba, aparece ainda naquele ano, com elementos polacos. Alguns islandeses vieram posteriormente para essa colônia.

Surgem depois, rapidamente, as colônias polacas de Santa Cândida, Orleães, D. Pedro, D. Augusto, Tomás Coelho, Lamenha, Santo Inácio e Revière, todas nos arredores de Curitiba.

Resumindo, diz Romário Martins e cita os nomes, que o número de colônias fundadas no Paraná são, por município:

Curitiba, 20 colônias; São José dos Pinhais, 8; Campo Largo, 7; Lapa, 4; Rio Negro, 3; São João do Triunfo, 5; Palmeira, 8; Prudentópolis, 1; Ponta Grossa, 13; Castro, 2; Bocaiúva, 1; Sêro Azul, 1; Paranaguá, 6; Antonina, 3; Morretes, 6; Pôrto de Cima, 2; ao todo 90 colônias.

Por nacionalidades de origem, fixaram-se (alguns foram repatriados), no Paraná até 1934 os seguintes imigrantes:

Alemães	13 319
Russos	1 330
Poloneses	48 131
Ucrainos	19 272
Italianos	8 798
Franceses	2 469
Austriacos	1 629
Suíços	1 006
Inglêses	1 017
Portuguêses	88
Holandeses	705

Entraram muitos outros representantes de diversas nacionalidades, todos, porém, com coeficiente menor de 300.

No Paraná entraram e se fixaram, também, elementos urbanistas, 10 000 sírios e libaneses e até 1928, 1 250 judeus.

Recentemente o Paraná sofreu nova invasão, agora no seu noroeste.

Atraídos pela faixa carbonífera ali existente, paranaenses de têmpera iniciaram a construção de uma estrada de ferro que, de Jaguariaíva demandasse o rio Jacarêzinho, com ramais para as cabeceiras do rio Laranjinha. A estrada tronco segue o divisor de águas dos rios Itararé e Cinzas.

Atingida a região de Jacarêzinho e verificada a fertilidade incrível das terras foi esquecido o principal objetivo da estrada e a onde verde do café invadiu o Paraná.

De Ourinhos, em São Paulo, uma nova via férrea foi semeando cidades para o poente e ao longo dessas duas estradas de ferro, hoje ligadas nas barrancas do Parapanema, surgiram e estão surgindo numerosas cidades e vilas. Perto de 15 cidades existem hoje, onde há apenas 30 anos havia sertão bruto.

Para ali se dirigiram nos últimos anos numerosos imigrantes, não só brasileiros vindos de outros Estados, como estrangeiros anteriormente fixados em outros Estados e, mesmo, alguns vindos diretamente do exterior. Contam-se assim, 8 000 portugueses, 5 000 espanhóis e 1 500 japoneses.

O extremo oeste paranaense sofreu influência do comércio de mate entre Mato Grosso e o Paraguai.

* * *

Há um século o Paraná tinha 60 000 habitantes, 50 anos depois, isto é, em 1894, tinha 300 000, ou sejam, 5 vezes mais. Hoje, 50 anos depois, multiplicou por 4½ aquele número e tem 1 350 000 aproximadamente. No recenseamento que se processou, precisamente há um século, no início da vida autônoma da Província, a população humana de 60 000 almas estava assim distribuída: brancos 41 551, mulatos e pardos 13 679, pretos 9 039. Não havia praticamente colonos europeus.

No recenseamento de 1920, para um total geral de 685 711 habitantes, tinha o Paraná 10% de estrangeiros, sem contar os descendentes nascidos no Brasil, que por nossa lei são considerados nacionais. Os cálculos para avaliar o número de descendentes estrangeiros no Paraná têm sido feitos de maneira desconcertante pelas oscilações que acusam conforme o avaliador. Quanto aos alemães, por exemplo, os cálculos variam de 30 000 a 100 000. As estimativas quanto aos polacos vão de 120 000 a 160 000; fora os ucrainos. Quanto aos italianos e seus descendentes variam os cálculos entre 30 000 e 53 000.

Quem deseja estudar o Paraná e sua mescla humana se sentirá incapaz de fazê-lo sem prévio e aprofundado exame das condições históricas a que acima me referi. Remanescentes de todos esses grupos étnicos ainda se encontram no Paraná. Coroados, Botucudos, Guaranis, negros, mamelucos, mulatos, polacos, alemães e italianos lá estão ainda, com seus usos e costumes.

Ainda, no Paraná, há descendentes de italianos, alemães e polacos, analfabetos que não sabem falar senão a língua de seus avós. A influência exercida nas cidades do Paraná pelos descendentes dos colonos europeus que se elevaram em instrução e passaram a habitá-los vindos dos núcleos rurais, é muito acentuado. Na construção de suas moradias verifica-se isso imediatamente. Certas pequenas indústrias como fundição, fósforos, bebidas, especialmente cerveja, malharia, artigos de couro, eles dão também mostra disso, o comércio direto com a Europa Central é obra deles. Nas colônias as culturas européias dos países de origem: a vinha, o trigo, o centeio, milho, feijão, batata e as hortaliças diversas. As indústrias extrativas de modo geral estão ainda em mãos de caboclos. O mate e a madeira têm, também, seus beneficiamentos e comércio em mãos de descendentes dos paulistas. Ainda há faiscadores de diamantes na região do Tibaji.

O litoral paranaense é habitado por pescadores de origem mameluca cujo heroísmo na pesca não tem sido comentado como o dos nordestinos mas que em nada lhes fica a dever. Ao contrário, usando a canoa em vez da jangada, talvez se mostrem mais bravos.

Os Caingangues (homens da terra, aborígenes) ainda habitam os campos dos Biturunas.

No extremo oeste do Paraná há alguma influência paraguaia devido ao comércio do mate.

No Paraná há grandes esforços no sentido de trazer o índio, o caboclo analfabeto e o colono à civilização luso-brasileira. Essa incorporação se faz ultimamente com grande rapidez devido às estradas de rodagem que, agora, se multiplicam por toda parte. O Cel. Adir Guimarães fundou o curso Berlitz destinado a ensinar português aos italianos.

A população do Paraná apresenta em relação à dos outros Estados, altos índices de raça branca e de alfabetização. O cangaço e os rituais africanos são desconhecidos no Paraná. É verdade que a esperança de melhor solução para a questão geográfica do Contestado, resolvida (assim parecia), por meios jurídicos puros, pôs em armas grupos de mamelucos, donos das terras afetadas, pejorativamente chamados "fanáticos", nome com que entraram para a História. Mas que o "fanatismo" daqueles heróis era outro, prova o seu desaparecimento com a desesperança de fazer vingar sua vontade, uma vez imposta pela força e trappolinagem política o famoso "acôrdo" de limites "*popolitica*".

Disse o Cel. Adir Guimarães que estava invadindo o terreno da geopolítica, por ser impossível estudar o Paraná sem considerações de ordem político-militar.

O Paraná foi criado como um Estado tampão na política interna brasileira. Basta ler as discussões do projeto levado à Câmara Legislativa. A vizinhança de São Paulo com o Rio Grande oferecia perigo à segurança do Império. A revolução de 1842 e a dos Farrapos apressaram os políticos reacionários na decisão de criar uma unidade que acabasse com aquela aproximação. Acrescia que essa Província poderia, mais facilmente levar a civilização brasileira para as terras dos Biturunas, situação militar de grande interesse e que, no momento, despertara cubiças. Curitiba, sendo capital de Província teria melhores condições para dar assistência aos seus filhos povoadores das margens do Paraná, Iguaçu e Uruguai.

Que havia razão nessas considerações, provou-se mais tarde. As revoluções de 1894 e 1930 tiveram uma decisão no Paraná. Por outro lado, a Guerra do Paraguai e a questão com a Argentina mostraram a necessidade das ligações do planalto paranaense com o seu oeste.

O plano de atacar o Paraguai pelo eixo Curitiba-Assunção não pôde ser executado por falta de estradas. O socorro a Mato Grosso invadido foi deficiente ou nulo pelo mesmo motivo.

Foi a Guerra do Paraguai que obrigou o Governo Imperial a explorar os grandes rios que pudessem servir de comunicação com Mato Grosso: o Ivai, o Tibaji e o Paranapanema.

O presidente Fleury cometeu, então, aos engenheiros alemães José e Francisco Keller essa interessante tarefa.

É verdade que numerosos projetos de estradas de ferro e rodagem ligando Curitiba a Mato Grosso foram discutidos antes e depois daquela guerra histórica. William Lloyd, barão de Antonina, Cristian Palm, Monteiro Tourinho, Mauá, Rebouças, Beaurepaire Rohan, entre outros, discutem o assunto, invocando questões de defesa nacional.

Deu-se, mesmo, início em Curitiba, ao prolongamento da estrada da Graçiosa até Mato Grosso, obra confiada aos engenheiros militares Antônio Rebouças e Monteiro Tourinho.

Foi no Paraná que se fundaram as colônias militares de Jataí, em 1855, Chopim, Xapecó e Foz do Iguaçu em 1888 com a criação da "Comissão Estratégica do Paraná" que tinha por fim fundar a colônia militar da Foz do Iguaçu, efetivar a fundação das colônias militares de Chopim e Xapecó, fundadas anteriormente, promover comunicações de Guarapuava com Mato Grosso e com aquelas colônias. A chefia da comissão se instalou em Guarapuava e realmente fundou aquelas colônias e construiu a estrada para a Foz do Iguaçu.

O Paraná, com auxílio do Governo Federal se preparava para incorporar mais uma vez aquela região, já agora invadida pelos paraguaios ervateiros, à civilização brasileira. Estamos no começo do século. As viagens normais dos funcionários federais ou estaduais para Foz do Iguaçu se faziam por Buenos Aires. A travessia direta era temeridade. Organizavam-se expedições para fazer a viagem em lombo de burro, com pousos preparados contra a investida noturna das onças. O Paraná procura melhorar essa situação ajudado nisso pelo advento do automóvel.

Inicia-se a construção da estrada de ferro para Guarapuava. Entretanto considerações de ordem militar proibem ao Estado, e a qualquer outra entidade, abrir estradas para o oeste. A massa de florestas devia ser conservada indevasável como obstáculo protetor às nossas ligações com o Rio Grande do Sul.

O Paraná ficou impossibilitado de promover o progresso dos seus irmãos do oeste.

Entretanto, durou pouco a ilusão geopolítica de supor que a massa florestal seria obstáculo sério e, então, nova reviravolta quer fazer com que o Paraná em curto prazo faça seu oeste igualar seu oriente em opulência e como isso não pode ser feito... zás trás... Território do Iguaçu.

* * *

Dizem que Freud estudou as causas dos recalques humanos em toda sua variadíssima modalidade. Entretanto uma existe que lhe fugiu ao arguto exame e que poderíamos chamar "recalques geográficos". Todo paranaense é, geograficamente, um recalcado por causa das amputações a que seu território tem sido submetido.

Amputações que não se destinaram a emancipar partes do seu território que fizessem jus a isso, mas para anexá-los a falso pátrio poder.

Que isso sirva de lição, já que nada mais se pode fazer para curar geograficamente os paranaenses, aqueles que têm a mania de querer mudar a Capital Federal ... quero dizer ... mudar a divisão territorial do país, repousando suas opiniões em meras considerações artístico-planimétricas.

* * *

Os paranaenses souberam construir para si, e para os que lhe procuram, um ambiente que agrada e dá oportunidades acepcionais no mundo moderno. Vida suave, alegre e simples. Bonitas cidades, boas estradas, trabalho honesto para todos.

Abertos os debates, o Cel. Lísias Rodrigues fez algumas considerações sobre o fato de ter o Cel. Adir Guimarães dito, ser "todo paranaense, geograficamente, um recalcado". O padre Geraldo Pauwells juntou que Mafra, ao estudar a questão das terras paranaenses cedidas a Santa Catarina, dissera que o Paraná não soubera defender o que era seu.

O Cel. Adir Guimarães esclareceu, então, que fôra preciso que Rio Branco morresse para porem em prática o princípio *Uti possidetis juris*, abandonando assim o "*Uti possidetis colonial*" por êle defendido. O Eng. Fábio de Macedo

Soares Guimarães explicou que os Estados brasileiros são simples divisões administrativas e que geograficamente interessa saber se à administração convinha mais que a parte contestada coubesse a Santa Catarina ou ao Paraná. O Cel. Guimarães respondeu que o território dado a Santa Catarina foi colonizado por paranaenses e que havia uma razão de assim ser.

O Eng. Virgílio Correia Filho, tomando a palavra, disse que a estrada da Companhia Mate-Laranjeira fôra encampada pelo Governo Federal para ser ampliada, mas que o plano morrerá por não ser conveniente, do ponto de vista estratégico, o trânsito livre da estrada.

O Prof. José Veríssimo explicou que não se deve tirar conclusões geográficas sem considerar a tendência de governo. Houve no Brasil dois regimes: um, federativo e o outro, republicano centralizado. Conforme o interesse de cada um, varia a maneira de traçar as estradas, as amputações territoriais, etc.

O Cel. Guimarães acrescentou que o Território do Iguacu quando foi criado abrangia parte de Santa Catarina e parte do Paraná e teria como capital Foz do Iguacu mas como Laranjeiras fica mais próxima de outras cidades pelas várias estradas que daí partem passou a ser a capital.

Tendo o Cel. Guimarães se referido, na sua exposição, ao fanatismo do paranaense, o padre Pauwells disse que esse povo é bom mas se indignava quando via suas terras serem declaradas devolutas pela estrada de ferro.

O Cel. Lísias explicou que o fanatismo existe em todos os Estados do Brasil de formas diferentes.

O Eng. Leite de Castro tomou a palavra dizendo que concordava com o Cel. Guimarães que se trate numa assembléia cultural de questões políticas pois a geografia estuda o homem e suas ações.

Tendo o Prof. Zarur pedido informações sobre os tipos de propriedades e de exploração do Paraná, o Cel. Guimarães respondeu que as propriedades têm aspectos polimorfos. As grandes propriedades originaram-se das sesmarias — e, mais tarde foram divididas pela lei de terras devolutas.

Quanto aos colonos, o italiano produz principalmente pão, queijo e vinho; o polonês tem sua granja e o alemão dedica-se aos produtos comerciais.

O Prof. Ruellan, fazendo o comentário geral, disse que não iria tratar dos problemas geo-políticos por competirem unicamente aos brasileiros.

O Paraná e Santa Catarina apresentam diferenças físicas radicais: aquele com um único porto, está orientado para o planalto e interior oeste e, essa para os vales abertos para leste, isto é, para o oceano, tendo vários portos. Essa diversidade geográfica deu tipos diferentes de colonização. Os bandeirantes paulistas e paranaenses foram para o planalto paranaense pelos espigões e os jesuítas por rios de difícil penetração. No Paraná e em São Paulo a superioridade colonizadora está no planalto, mais seco, com a floresta de pinheiro de mais fácil penetração. Os portugueses tiveram assim uma grande vantagem. Construíram centros de povoamento no planalto de onde lançaram novas vias em leque para o oeste. Estavam, portanto, melhor enraizados.

Nos espigões as colônias são agrícolas e de criação, certos solos se prestam melhor a um ou a outro dos tipos de criação e de agricultura.

O governador do Território do Iguacu assumiu seu posto na Foz do Iguacu com grande dificuldade, em virtude da falta de meios de comunicação com as outras partes do território. Laranjeiras, situada no planalto, está melhor localizada e é bem servida por estradas.

Habitantes do Rio Grande do Sul estão em ponto de se implantarem no sul de Santa Catarina penetrando pelo planalto de Vacaria e de Lajes, pelo vale do rio do Peixe e acompanhando a via férrea. Essa zona está tomando grande importância no comércio do gado.

No Paraná observa-se esse mesmo fenômeno mas com paulistas que vão pela via férrea que liga São Paulo a Londrina e a Apucarana. A influência de colonos descendentes de italianos vindos de São Paulo e de comerciantes paulistas é muito grande. A situação geográfica é aí o principal fator.

Cada colônia guardou seus usos e costumes. Observa-se o contraste entre as colônias italianas e polonesas. Naquelas produz-se vinho, pão e queijo e nestas culturas de cereais e de produtos industrializáveis e, dedicam-se, ainda, à criação.

Os poloneses e rutênios cultivam o linho. Industriais paulistas, aproveitando o conhecimento desses colonos, desenvolveram pela compra daqueles produtos suas culturas.

Em conclusão: Laranjeiras, capital do Território do Iguaçu, será sempre uma filial de Curitiba e o seu contacto com o resto do país será feito pelas estradas do planalto que ligam Laranjeiras a Guarapuava, a Ponta Grossa e a Curitiba.

As colônias oferecem grandes possibilidades para o futuro pelo conhecimento que os colonos, principalmente poloneses e rutênios, têm das culturas de cereais e das culturas industrializáveis e pelas aptidões que eles têm mostrado de se adaptarem ao clima do planalto paranaense.

———— oOo —————

NONAGÉSIMA TERCEIRA TERTÚLIA, REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 1945

RESENHA: AFLUENTES DO RIO JURUÁ; O RIO PURUS E SEUS AFLUENTES; O RIO ABUNÁ E O JAVARI; VEGETAÇÃO RIBEIRINHA; A COR DAS ÁGUAS DOS RIOS; EMBARCAÇÕES TÍPICAS DA AMAZÔNIA, PELO DR. JOSÉ M. B. CASTELO BRANCO

Presidindo a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares anunciou a continuação do estudo sobre os rios do Acre pelo Dr. José M. B. Castelo Branco que iria abordá-los, como na tertúlia anterior, no seu aspecto geográfico, isto é os rios sintetizando a própria vida da Amazônia.

O Dr. Castelo Branco iniciou sua palestra tratando dos afluentes do rio Juruá que já tinha estudado em tertúlia anterior.

A zona compreendida pelo Juruá acreano é regada por considerável número de rios interessantes não só pela sua extensão como pela riqueza econômica que encerram.

Desembocam na sua margem esquerda, do alto para baixo, o histórico Amones, cujas nascentes se enfrentam com as do Chesséia (Ucaiali), cerca de 9°40' de latitude sul e 73°05' de longitude oeste de Greenwich, segundo o mapa do *Alto Yuruá y Alto Purús* de Camilo Vallejos (1907), numa extensão, talvez de mais de 150 quilômetros, no sentido de sul para norte; ferindo-se na sua foz, a 5 de novembro de 1904 um combate em que forças do exército e seringueiros brasileiros derrotaram tropas peruanas; o Paratari, o Triunfo, o das Minas ou do Mina, o Ouro Preto, anotado ora rio do Ouro, ora rio Preto, pelos fazedores de mapa, com cerca de 120 quilômetros; o Juruá Mirim, com 183 quilômetros, considerado o segundo em comprimento; o paraná da Viúva ou dos Mouras, quase da mesma extensão; e, finalmente, o Moa, com um desenvolvimento de 315 quilômetros, possuindo contribuintes bem grandes como o Azul ou Breguesso, o Três Bôcas e o Novo Recreio. Atualmente, é o que se acha em evidência, devido à pesquisas de petróleo nos seus formadores, sendo o maior dos que correm para esse lado; todos oriundos do divisor de águas com o Ucaiali, no sentido de oeste para leste.

A margem direita, deparamos com o Breu, que serve de limites com a república do Peru, numa extensão de 134 quilômetros; o Tejo, com cerca de 200 quilômetros de largura, possuindo tributários importantes como o Pedro Gomes e Divisão; originando-se numas colinas donde partem vários rios entre os quais o São Salvador e Jordão no Tarauacá, Breu, no Juruá; Gregório, Liberdade, Grajaú e Amauacas, no ramal de Divisão; Grajaú, Natal, Amauacas ou do Leonel, para o qual correm os Nilo e Branco, por sua vez, recebendo tributários de certo vulto; o Valparaíso, cujo manadeiro vem de terras altas da margem esquerda do Liberdade; todos inteiramente acreanos; o Lagoinha, o Campinas, servindo de divisa entre os municípios de Cruzeiro do Sul e o Tarauacá, o Liberdade, antigo Mu, de 500 quilômetros de curso, nascendo em terra federal e desembocando no Estado do Amazonas como acontece com o seu irmão Gregório, ainda mais extenso.

Os rios Moa, Juruá Mirim, Tejo, Liberdade e Gregório, são navegados por pequenos vapores e lanchas.

O Tarauacá, antigamente chamado Parauacu, principal afluente do Juruá, tem uma bacia hidrográfica calculada em 54 500 quilômetros quadrados, quase igual à metade da do Juruá na confluência, com um desenvolvimento superior a 850 quilômetros, tendo no território acreano somente um tributário importante — o Muru, com um curso de 400 a 450 quilômetros, pela margem direita. Os demais são insignificantes, como o Jordão, o São Salvador, o Catuquina, à esquerda, e o Douro, o Jaminás, o Universo, na direita. O Muru corre imprensado entre afluentes do Tarauacá e Embira, nascendo próximo à fronteira com o Peru.

Grandes contribuintes êle possui dos dois lados, como o Acurana, à esquerda, e o Embira, à direita, mas não totalmente acreanos.

O Embira também chamado "Envira", apelidado pelos indígenas de Iuirá (rio dos pássaros), é o mais importante confluente do Juruá e o maior braço do Tarauacá, nascendo em terras peruanas, na altura de 10°25' de latitude sul e 72°25' de longitude oeste de Greenwich, entre os manadeiros do Juruá, ao norte, e o Curiúja, afluente da banda esquerda do Purus, ao sul, conforme a Carta Geográfica do *Alto Juruá y Alto Purús*, de Camilo Vallejos, já citada.

Por alguns, o Embira é considerado o verdadeiro Tarauacá e mesmo Juruá, pois, segundo os peruanos que andavam pela fronteira, êle é mais extenso do que êstes. Porém, não só a tradição, como os navegantes, autoridades e geógrafos consideram o Juruá como o principal da bacia.

É possível que seu curso se estenda por mais de 800 quilômetros. Tem dois afluentes o Jurupari, de águas negras, à direita, e o paraná do Ouro, à esquerda, sendo êste totalmente acreano e aquêle amazonense-acreano. Nasce o primeiro no divisor de águas que separa contribuintes do alto Muru e do Embira. O segundo entre a bacia do Embira e a do Purus.

Ainda podem ser citados o Diabinho, que, desemboca à direita do Embira e o Massipira à esquerda do Jurupari.

A navegação no Tarauacá, Embira, Muru, Jurupari, etc., faz-se em "gaiolas" e lanchas a vapor no tempo da enchente, alcançando portos até próximo à fronteira com a república peruana. No verão, só as canoas e batelões movidos a gasolina ou a remo aí chegam.

O Tarauacá nasce na latitude sul de 9°44'00",01 e na longitude de 72°06',39",03 W. de Greenwich, tendo W. Chandless medido 60 braças de largura na sua foz e 4¾ de braças de fundo, no mês de novembro.

A Comissão de Limites Brasileiro-Peruana encontrou no lugar "Progreso", no alto Embira, a largura de 60 metros, caixão êste verificado ainda na intersecção do paralelo de 10°, na fronteira com o Peru.

* * *

O Purus é outro grande caudal amazonense que vara o Território em aprêço, indo nascer muito além de nossa fronteira, como acontece com o Juruá. Os navegantes dividem-no em baixo, até o Tapauá, médio até o Mamoriá, Grande e alto daí em diante. Os geógrafos o separam em duas porções: superior e inferior, conforme a declividade, sendo o divisor a confluência do Acre. É o celebrado rio Cuchivara, nome da tribo indígena que dominava o seu delta e ainda hoje conservado numa de suas bôcas, o Waini dos Pamaris, habitantes do seu curso inferior, transformado em (rio dos Purus) e, mais tarde, simplesmente, Purus, palavra derivada de *purú-purú* que, em língua geral, significa — gente pintada ou manchada.

A Comissão Mista de Reconhecimento dêsse enorme tributário do Amazonas, cujo chefe brasileiro foi o inolvidável Euclides da Cunha, percorreu-o, em 1905, encontrando 1 733 milhas, ou sejam 3 210 quilômetros para o seu curso, determinando a sua nascente principal a 10°57'50",0 de latitude sul e 72°27'30",0 de longitude oeste de Greenwich.

O notável geógrafo inglês W. Chandless que o perlustrou em 1864, chegou à latitude de 10°52'52",0 e longitude de 72°17'00",0.

Sua bacia hidrográfica é calculada em 400 000 quilômetros quadrados, tendo como principais afluentes na margem direita, o Chandless, o Iaco, o Acre e o Ituxi que regam terras acreanas, destacando-se na esquerda o Inuaini, Pauini e Tapauá, todos amazonenses.

Sua extensão navegável é, segundo a mesma Comissão, de 1 677 milhas, sendo trafegável durante sete meses (novembro a maio) até a boca do Iaco, num percurso de perto de 1 200 milhas, e além, por embarcações menores. Nos meses restantes, só trafegam acima da barra do Acre, lanchas, canoas, balsas, tornando-se difícil passar de Cachoeira, onde há umas pedras no leito, em barcos com mais de 90 centímetros de calado.

Mais adiante refere que a navegação pode ser efetuada até Curana (1 526 milhas) e mesmo até Forquilha (1 667 milhas), de dezembro a abril, o que é mais razoável, por embarcações de grande calado. J. A. Mase, contudo, registra o ponto extremo alcançado por lanchas a vapor, em Cocama, a 1 590 milhas da embocadura.

Afirma-se ser o terceiro rio do Brasil no tocante à navegabilidade, uma vez que oferece navegação franca, ininterrupta, desde a foz até a forquilha do Curiúja-Cujar, numa extensão de 1 667 milhas.

De qualquer formã, o Juruá é mais navegável, quer se tenha em conta a viabilidade até à confluência do Curanja (1 526 milhas), à do Cocama (1 590 milhas) ou mesmo à do Curiúja (1 667 milhas), pois da barra do Juruá à do Breu são 1 608 milhas, onde até já chegou o navio de guerra Juruena, em 1899, e à do Piqueiaco, onde podem ir vapores de pequeno porte, segundo Belarmino de Mendonça, são 1 698 milhas, ou sejam 3 140 quilômetros, ou apenas, 80 quilômetros menos do que o curso total do Purus.

O desnível do rio era na confluência do Solimões, de 17 metros, entre a enchente e a vazante; na boca do Acre de 23 metros, já se tendo registrado 24 e 25; na do Iaco, 21, e na confluência do Cujar-Curiúja, 6,45 metros.

A diferença de nível, das nascentes ao Curiúja, num percurso de 117 quilômetros, era de 189 metros; daí ao Curanja, em 278 quilômetros, 60 metros; dêste ao Chandless, 304 quilômetros, 49 metros; dêste ao Iaco, 300 quilômetros, 39 metros; do Iaco ao Acre, 237 quilômetros, 27 metros; do Acre ao Pauini, 233 quilômetros, 20 metros; do Pauini ao Mucum, 740 quilômetros; do Mucum ao Solimões, 990 quilômetros de curso, 49 metros. (Euclides da Cunha — Relatório citado).

A velocidade nos manadeiros regula mais de 6 milhas por hora, entre o Chandless e o Acre, de $3\frac{1}{2}$ a 3 milhas e no curso inferior de $2\frac{1}{2}$ a 2 milhas.

É certo que ela varia muito entre a enchente e a vazante, havendo lugares em que se acha quase parada, e outros, como logo abaixo de obstáculos, em que é até vertiginosa.

Nas proximidades do Solimões verifica-se o represamento de suas águas, numa distância de uma centena de milhas, quando a enchente do "Rio Mar" é de maior volume.

A sua largura na foz tem sido calculada em uma milha, um quilômetro e até menos, porém, a Comissão de Reconhecimento aludida, aí encontrou 1 618 metros, bem como 600 metros perto do lago Ubim, 606 metros acima da confluência do Tapauá, 319 metros antes de Cachoeira, 236 metros na barra do Acre, 129 metros na do Iaco, e 170 metros abaixo da Forquilha Cujar-Curiúja.

Como se vê, é um caudal bem mais amplo que o Juruá e com uma bacia hidrográfica quase dupla, apenas, mais curto do que aquele 73 quilômetros no seu comprimento.

Na parte média do seu curso, cerca de 500 metros acima do lugar Cachoeira, a 805 milhas da foz, depara-se com o maior obstáculo à navegação de navios de grande calado, no estio, dividindo-o em duas secções, neste particular. Durante muitos anos daí voltaram os barcos maiores e, os menores inclusive lanchas a vapor e as chamadas "chatinhas" transportavam cargas e passageiros para a parte a montante até a Boca do Acre, donde batelões e canoas de grande porte, movidos a gasolina e a remo os conduziam para os portos dos rios Acre, Iaco e alto Purus.

Presentemente os navios da Amazon River, hoje, encampada pelo governo da República, nem sempre chegam a Cachoeira, encontram-se com as "chatinhas" em pontos mais a jusante, conforme as ordens recebidas pelos seus comandantes.

Oitenta e cinco milhas acima dessa "cachoeira" encontra-se uma outra passagem mais perigosa, atravancando o rio de pedras, denominada "Ajuricaba"; afora cutras de menor importância.

Há quem diga ser o rio mais sinuoso do Amazonas, não faltando quem declare o mesmo quanto ao Juruá.

No período da cheia, gasta-se, em regra, cerca de 15 dias de Manaus a Sena Madureira, no Iaco, e a Rio Branco, no Acre. Na seca, o duplo ou mais. Descendo, na crescente, uma semana.

A altura dos "firmes" regula com as do Juruá.

Além de sua barra principal, chega ao Solimões, por mais 4 canais: Paratari, Cuxivara, Goiana e Aruparaná.

Sempre foi considerado um dos maiores contribuintes do Solimões, senão o maior de todos, ao passo que o Juruá, ainda por volta de 1840 e mesmo depois, era tido como uma corrente inferior ao Jutai, por ter um curso estimado em cerca de 1 000 quilômetros, três vezes menos do que de fato era. Ante a estreiteza de sua foz, de vez que se a compare à do Madeira, Purus, Javari e a do próprio Jutai, não se poderia avaliar de outra forma a sua extensão.

Tem inúmeros lagos nas proximidades de suas margens, destacando-se pela sua amplidão e por ter sido berço de um dos centros industriais mais antigos da ribeira, modernamente, o mais importante de sua parte inferior, o de nome *Aiapuá*, distante da foz do Purus apenas 74 milhas.

Entre as ilhas salientam-se as formadas pelos cinco canais que levam suas águas do Solimões e a denominada Guajaratuba, contornada pelo paraná de igual nome.

Chandless encontrou a distância de 505 milhas até a foz do Tapuá, 692 na do Ituxi, 1 104 na do Acre, 1 241 na do Iaco e 1 445 na do Aracá hoje Chandless; 101 metros de altitude na boca do Pauini, 121 na do Acre, 152 na do Iaco e 196 na do Chandless. Pelo mapa do J. A. Masô, a barra do Acre está a 1 060 milhas da do Purus, a do Iaco a 1 185 e a do Chandless a 1 358.

* * *

Até as cercanias de Catai, além da nossa fronteira com a república peruana, o aspecto florestal de suas bordas é uniforme, variando, apenas, o verde menos forte da orla marginal para o mais carregado da mataria densa, assim disposta: nas *praias*: canaranas, flecheiras, oiranas, sobrepujadas pelas embaúbas, cuja altura pode atingir 10 e 15 metros; nas *várzeas*: o louro dêsse nome, a mutamba, o tachi, o pau mulato, seguindo-se uma vegetação mista caracterizada pelas palmeiras; nos *barrancos*, as trepadeiras, espinheiras, palmeiras, cedros, copaibeiras, samaumeiras; e nos *firmes*: o caucho, a castanheira, a falada seringueira, entre muitas outras espécies, cuja altura varia de 20 a 30 metros e até 40.

O bambu ou taboca se torna mais abundante mais para o alto, desaparecendo as oiranas pouco acima do Curanja.

No baixo, a seringueira não é de boa qualidade, prevalecendo os castanhais e cacauais.

* * *

Geològicamente é tido como semelhante ao Juruá e igual no seu aspecto físico.

Uns escritores os classificam no período quaternário, e outros, no terciário. O geólogo brasileiro Luis F. de Moraes Rêgo, depois de fazer várias considerações a respeito do assunto, organizou o quadro abaixo:

Argilas, areias e cascalhos dos leitos do rio.	Holocênico.	QUARTENÁRIO.	ERA CENOZÓICA.
Discordância			
Formação das várzeas			
Discordância	Pleistocênico.	TERCIÁRIO.	
Depósitos com ossadas de mamíferos.			
Discordância ?			
Série das barreiras	Pliocênico.		
Discordância ?			
Série do Solimões			
Discordância	Miocênico.		
Camadas com Mosasaurus			
Discordância		Neocretácio.	CRETÁCIO.
Arenito de Contamano.	Série do Acre.		
Calcáreo e arenitos.			
Grande discordância			
Gnaisses e eruptivas	Arqueano.		ERA AZÓICA.

Notas sobre a geologia do território do Acre e da bacia do Javari, pág. 35. (1930)

Em seguida fala que o paleozóico não foi observado no Acre, mas que era possível de futuro, ser reconhecido (pág. 37).

Adianta que o professor Branner refere a existência de ouro no Acre, sem precisar o local, e que êle, Moraes Rêgo, não pode deixar de admitir as possibilidades da existência de óleo mineral, possibilidades sugeridas, não só por motivos de ordem geológica, como pela proximidade de campos petrolíferos peruanos (pág. 40).

Em 1935, o Departamento Nacional de Produção Mineral quis iniciar na zona fronteira do Juruá com o Ucaiali (Peru) os primeiros estudos sobre o petróleo.

Os geólogos Pedro de Moura e Alberto Wanderley, do Ministério da Agricultura, entre outros engenheiros, lá estiveram, em 1936, estudando toda a zona limítrofe, das cabeceiras do Ouro Preto às nascentes do Capanauá, abrindo picadas, palmilhando igarapés, trilhando desníveis alcantilados das serras do Moa e do Divisor levantando sistematicamente plantas, tendo como resultado geral dos trabalhos realizados até maio de 1937, "que existe na faixa fronteira com o Peru, no vale do Juruá, movimentação andina dando ótimas estruturas geológicas, apropriadas à acumulação de petróleo. (*Noroeste do Acre* (1938), pág. 5.).

E esses mesmos engenheiros admitem que a série mais antiga de rochas encontrada na região estudada, foi encontrada no rio Capanauá, afluente do Moa, e deve pertencer ao carbonífero, cortadas por eruptivas graníticas com diversos tipos de diferenciação: sienito, quartzo-peratófiro, traquito, pechtein da era paleozóica (pág. 85), conforme previu o geólogo Moraes Rêgo.

No igarapé "Água Quente" (alto Moa) encontraram 2 ou 3 fontes de água fartamente carregada de solução ferruginosa (pág. 54).

O rio Aquiri ou Uakiry dos Ipurinas, por corruptela do nome chegou a fixar-se, não só particular, como oficialmente, em Acre. Há quem afirme significar "rio do ouro", traduzindo outras como sendo "rio das madeiras" ou "dos troncos".

O explorador inglês W. Chandless, referindo-se ao rio diz: "labirintos de paus, fincandos no fundo ou encalhados, que às vezes por 200 ou 300 braças ocupam toda a largura do rio", justificando, assim, o modo de ver dos interpretadores da segunda corrente. (Relat. do M. da Agricultura de 1866 — Anexo — N, pág. 2).

Atualmente, de sua foz até a cidade de Rio Branco, já se depara com tantos obstáculos.

Tornou-se um rio político dando o seu nome ao Território assim chamado e criado, em 1905, pelo Tratado de Petrópolis, abarcando terras, não só contestadas e apossadas pela Bolívia, em 1900, na bacia do Purus, como a zona contestada pelo Peru, no alto Juruá.

Apesar dos nomes do Purus e Juruá representarem caudais de muito maior extensão, o seu impôs-se, devido às lutas que nas suas ribas se desenrolaram no decorrer do quinquênio que vai de 1899 a 1903, sustentadas pelos seus heróicos habitantes contra a invasão e domínio dos bolivianos, em terras duramente conquistadas e povoadas só por brasileiros.

Os outros rios da região não podiam predominar, uma vez que só este aparecia no noticiário dos periódicos e nos comunicados e proclamações dos guerrilheiros e das autoridades surgindo, apenas o nome do Purus e do Juruá, em 1903 e 1904, após o término da campanha acreana, isso mesmo, em ligeiros embates entretidos pelos brasileiros na expulsão de forças regulares e caucheiros peruanos, que invadiram o nosso território.

Na verdade a região do Juruá é completamente diversa da do Purus, não havendo entre elas comunhão de interesses que as possa unir, sendo os negócios e transações de ambas feitos diretamente com as praças de Manaus e Pará (Belém), para onde correm os seus caminhos naturais, mas tendo o Governo Federal que organizar a administração das terras reconquistadas ou adquiridas, resolveu, no momento, incorporá-las num só Território, prevalecendo a denominação do Acre.

Mesmo que se quisesse dar-lhe uma denominação de acordo com o valor econômico e extensão de cada um dos rios principais, ainda predominaria o rio Acre.

Do limite com o Estado do Amazonas até o da República do Peru, o Purus tem 204 milhas ou 377 quilômetros e o Juruá — 265 milhas ou 480 quilômetros, ao passo que o rio Acre, rega terras do referido Território, numa extensão superior a 800 quilômetros, não restando a menor dúvida de que o valor econômico de sua produção é bem maior do que o de qualquer um daqueles.

Sua nascente se encontra a 10°56'05",33 de latitude sul e 70°31'48",28 de longitude oeste de Greenwich (Relat. do M. do Exterior de 1922 — 3 — Anexos A, pág. 185) e a sua incidência com o Purus a 8°45'6" de latitude sul e 67°21'30" de longitude oeste de Greenwich com um percurso de 1 004 quilômetros, tendo-se em vista a medição do engenheiro J. A. Masô (Mapa do Território do Acre — 1917), que lhe dá até a boca do Iaverija 837 quilômetros (452 milhas) e a do almirante A. A. Ferreira da Silva, que afirma ser de 167 quilômetros a distância daí à nascente principal.

É francamente navegável, no tempo das cheias, até a fronteira boliviana (Brasília e Cobiya) e mesmo além da foz do Iaverija (Paraguaçu, Bolpebra e Ianapari) no lugar São Francisco, pelos barcos a vapor que costumam transitar na região.

No estio, as embarcações dêsse porte, costumam ficar na sua boca, onde as mercadorias e passageiros são baldeados para outras menores, denominadas "motores".

Estes pequenos barcos não passam de canoas grandes, ou galeotas, a que o povo também chama "batelões" movidos a gasolina ou querosene.

É um rio assaz sinuoso, excedendo sua largura poucas vezes de setenta metros. Nos meses da estiagem máxima de (agosto-setembro) sua profundidade regula 60 centímetros, indo nas maiores enchentes (abril-maio) até 20 metros, com uma velocidade variável de 2 800 a 12 000 metros por hora.

A navegação se torna perigosa à vista dos troncos de árvores no leito do rio e curvas muito apertadas ou "rápidos" como se diz na gíria local.

Na confluência com o Purus, tem-se medido 23, 24 e até 25 metros de diferença no desnível de suas águas.

Separa o Brasil da Bolívia numa extensão de 134 500 quilômetros entre a foz do igarapé Bahia até o Iaverija, e do Peru, em 167 quilômetros 514 metros daí até as nascentes, somando tudo 302 quilômetros.

É um rio unilateral, pois, os seus tributários importantes deságuam na banda esquerda: Xapuri, Riozinho do Rôla, Andirá e Antimari, devendo os primeiros, segundo e quarto ter mais de 400 quilômetros, e o terceiro uns 300 de desenvolvimento. São todos navegáveis por lanchas a vapor durante as enchentes.

Faz-se a comunicação com o rio Abunã, por meio de estradas ou varadouros, que ligam Rio Branco e outros pontos a vila Plácido de Castro, num percurso de cerca de 100 quilômetros.

O varadouro de Nova Olinda (Acre) a São Luís (Abunã), cruza o rio Iquiri (alto Ituxi).

As terras mais altas do Acre se acham em Vila Nova, a cerca de 45 metros acima do nível das águas, enquanto que de um modo geral, elas não passam de 20 metros.

* * *

O Iaco, antigo Hiaucu, cuja significação tanto pode ser — "rio dos jacus" ou simplesmente — "água", "rio", mesmo na língua tupi, é outro afluente do Purus.

Nasce em terras do Peru no *divortium aquarum* de ribeiras pertencentes a três grandes bacias fluviais: Madeira (Manu), Purus (monte Urbano) e Ucaiali (Mishagna).

Quanto à extensão, diz Lima Figueiredo que êle tem um curso de 521 quilômetros até a boca do igarapé Glória, na fronteira com o Peru (*O Acre e suas Possibilidades*), de sorte que adicionando-se-lhe mais uns 120, segundo parece ter daí até seus manadeiros, teremos cerca de 640 quilômetros para toda a corrente. No Estado do Amazonas tem apenas 10 quilômetros.

Na foz, as suas águas de um pardo escuro não se confundem com as do Purus, que são de um pardo claro devendo ter de largo uns 60 metros, e em Sena Madureira, cerca de 80.

O rio é estreito, mas navegável até Guanabara, cerca de 450 quilômetros, por vapores de grande calado, onde há uma cachoeira.

No verão, só batelões o sobem até o dito porto e as canoas vão muito além.

Tem vários afluentes importantes na margem esquerda, principalmente os Caeté e Macanã, com um curso cada um superior a 350 quilômetros, navegáveis por lanchas a vapor vários dias.

* * *

O Chandless que, antigamente chamava-se Araca ou Arara teve êste nome, na opinião do geógrafo peruano M. Paz Soldan, por equivoco de W. Chandless, uma vez que se apelidava Azara e que, nos mapas anteriores ao explorador inglês, supunha-se que o Purus e o Azara fôssem o mesmo e único rio, êrro que desapareceu com o reconhecimento do Purus.

Nasce nas mesmas terras altas donde vem o Purus no Peru, tendo em território brasileiro cerca de 300 quilômetros devendo ter no Peru, uns duzentos ou mais, permitindo a subida de batelões a motor até a fronteira. Tem o leito atravancado de paus. Uns 50 metros de largo na boca, com uma velocidade de 1 a 2 milhas por hora, no verão.

* * *

Convém não olvidar o Santa Rosa ou Curnaá, cuja foz está a 9°25'17",10 de latitude sul e 70°29'54",04 de longitude oeste de Greenwich, e origem a 9°51'13",59 de latitude e 71°07'59",33 de longitude, com um curso de 159 quilômetros de extensão. Serve de limite entre o Brasil e o Peru.

O Chambuiaco que é mais um igarapé do que um rio, tem apenas 60 quilômetros de comprimento e também deve ser lembrado por ser o seu curso como o do anterior, divisa entre os países referidos, partindo da nascente d'ele o meridiano de 70°37'15",18 de longitude oeste de Greenwich, que vai em busca do divisor de águas das manadeiras do Acre. Sua incidência no Purus se acha a 9°33'30",80 de latitude e 70°36'03",88 de longitude oeste de Greenwich.

O Ituxique, já no Território do Acre, chama-se Iquiri, explorado e povoado pelo destemido maranhense A. R. Pereira Labre, o fundador da cidade de Lábrea, no baixo Purus e quem primeiro atravessou a região acreana do rio Madre de Dios às barrancas do Acre, transpondo rios como o Orton e Abunã, infestados de selvagens temíveis como os antropófagos "Pacaguaras", os quais ainda por uma duzia de anos mantiveram os civilizados afastados das ribas d'este último.

O geógrafo francês Castelnau, antes do meio do século passado é quem primeiro se refere a este afluente do Purus, registrando-o com o nome de Ituss.

Há quem diga ser a significação de Iquiri — "água quieta, calada". (Guilherme da Cunha Correia).

O seu curso é quase paralelo ao do Acre, tendo seus mananciais nos campos de "Palmares" no seringal Itu, município acreano de Rio Branco e desaguardo no rio Purus, poucas milhas acima da referida cidade de Lábrea, com um desenvolvimento calculado em 500 quilômetros.

Pelo mapa do engenheiro Masô, parece ter cerca de mil. O seu povoador coronel Labre, que o percorreu durante mais de um decênio, afirmava o haver percorrido numa extensão de 600 quilômetros, estimando, porém, o seu curso em mais de 700.

Da sua contravertente sai o Rapiirrã, dando-se aí quase que a junção das duas grandes bacias: Purus-Madeira. Corre de SO. para NO., sendo como as demais correntes regionais, muito sinuoso, mas navegável por vapores uns 500 quilômetros.

Menos de 20 quilômetros acima da foz, existia nêla uma missão dirigida por Franciscanos, para catequese de índios, em 1878. Foi a missão religiosa, mais próxima do território acreano. Já, porém, os desbravadores das selvas estavam além.

Chegamos ao término da nossa peregrinação pela meandrosa rêde fluvial acreana.

Penetremos no famigerado Abunã, notável por vários motivos. É o único afluente de certa importância do lado esquerdo do majestoso Madeira, cuja confluência é o ponto mais ocidental. Ao recebê-lo o Madeira muda de rumo e desvia-se para o sul.

Serve, na maior parte do seu curso de limite com a república boliviana, divisa esta que se prolonga mais adiante por um de seus formadores — o Chipamanu.

Rodrigues Labre enxergou, nas pedras de sua primeira cachoeira, figuras gravadas em forma de espirais, círculos concêntricos e hieroglifos diversos.

Francisco de Melo Palheta, na sua viagem de 1723, não ligou, mas o geógrafo José Gonçalves da Fonseca, em 1749, fala na dita cachoeira, na abundância de peixe e nas águas claras do rio e no seu bom sabor.

Pessoas da comitiva do governador de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho em 1792, subiram no numa igarité, durante 3 dias, não indo além, devido a uma cachoeira grande, onde se perdeu a embarcação.

Seu nome pouco tem variado: Abuna, Abunã, Abunã. Sua significação não é bem sabida.

Segundo Martius, *una* quer dizer escaravelho, em tupi — escuro ou preto. De modo que teríamos rios dos escaravelhos, ou de águas pretas. Suas águas são claras. Poderia ser — rio de indígenas desta côr. Não foram encontrados, salvo se usavam pinturas d'esse tom.

João Severiano da Fonseca chegou a chamá-lo rio Prêto, pensando talvez que suas águas fossem escuras..

O ministro boliviano Juan Francisco Velarde apelida-o "Abuná ou Ibaicomanu".

Nasce entre águas do Tabunanu (Oston) na Bolívia e a vertente oriental do igarapé Bahia (Acre), com o nome de Chipamanu tendo um outro grande formador denominado Ina, hoje, todo brasileiro. O Chipamanu ao encontrar-se com o Caramanu (boliviano), toma, então, a denominação de Abunã, que a conserva até sua foz, onde a latitude sul é 9°40'0",09 e a longitude oeste de Greenwich de 65°26'50",28. Tem nesse trecho mais de 500 quilômetros.

Serve de divisa com a Bolívia até a boca do Rapirrã.

Tem cerca de 800 quilômetros de curso e duas cachoeiras perto da foz, de rocha granítica.

Sua largura na boca é de 525 metros, segundo Lima Figueredo. O explorador de 1723, calculou-a em 300 braças.

É navegável por lanchas a vapor e batelões a motor por espaço de 6 dias, até Santa Rosa, ou até a barra do Chipamanu.

Corre em território amazonense 154 quilômetros, cuja divisa com o acreano, é no lugar "Extremos".

São seus principais afluentes na margem direita, o rio Negro, Pacauara, Manu, todos em território boliviano e navegáveis, por três dias, em lanchas a vapor, de dezembro a julho. Na esquerda o Rapirrã e Ina já falados, e, o Marmelos no Território do Guaporé.

Em suas margens há grande abundância de seringais e castanhais, sendo que a goma elástica aí produzida é da maior cotação.

Há quem o chame de pequena corrente, em que na parte inferior, raramente, atinge 100 metros de largura.

Seus excelentes seringais se acham localizados a partir do curso médio para o manadeirô.

* * *

Falando-se no rio Abunã, não se pode deixar de mencionar o nome de Madeira, onde deságua aquele. Por alguns é considerado "o maior em curso, em volume d'água e em tudo o mais, dos afluentes do Amazonas, chegando a ter, segundo Reclus, 5 000 quilômetros de extensão, com a bacia hidrográfica de 1 250 000 quilômetros quadrados.

Na verdade é o mais largo de todos, a começar pela sua enorme boca, onde mede quase meia légua, largura esta que vai pouco a pouco se estreitando, de sorte que 570 quilômetros acima da foz ainda tem de 400 a 450 metros, alcançando Santo Antônio, aos 1 050 quilômetros da embocadura, lugar em que cessa a navegação a vapor, devido às cachoeiras a montante, com 200 metros. É incontestável também que o seu volume d'água supera o de qualquer outro, mas, a sua extensão total, conforme os dados de que dispomos pouco ultrapassa de 3 000 quilômetros, ficando logo abaixo do Juruá e do Purus ou rivalizando com este.

Sua altitude na foz é de 21 metros, em Santo Antônio 62 em Guajará Mirim, já depois das cachoeiras 144 (Eng. Keller citado por Avelino I. de Oliveira).

Segundo alguns escritores, é o mais explorado e civilizado dos tributários do Amazonas.

Suas nascentes abrangem o imenso território, que vai da bacia do Purus ao lago Titicaca e serra dos Parecis, abarcando terras das repúblicas do Peru, Bolívia e Brasil, numa distância de cerca de 1 500 quilômetros em linha reta.

Suas águas, às vezes, se ondulam como no mar, formando ondas e barreiras. Por serem baixas as suas margens, as embarcações se afastam, procurando evitá-las. (A. A. Botelho de Magalhães — *Do Rio Amazonas e da Pororoca*).

O Javari nasce com o nome de Jaquirana nas serranias do mesmo nome, registrada nos mapas sob o nome de Contamana aos 7°6'51",02 de latitude sul

e 73°48'04",23 de longitude W. de Greenwich, na altitude de 409 metros, interessando ao Acre por ser o ponto de partida da linha geodésica que o separa do Estado do Amazonas.

Em Aymara ou Quíchua significa — cobre (*Dic. Geográfico do Peru* por Mariano F. Paz Soldan): em língua tupi pode ser rio das onças ou das palmeiras, proveniente de "javary".

De 1874 a 1926, foi visitado por várias expedições científicas com o fim de se determinar a sua origem. O capitão Soares Pinto aí perdeu a vida em 1864. O barão de Tefé chegou perto de sua nascente, uma década após. O capitão Cunha Gomes os alcançou em 1897. O astrônomo Luís Cruls fez o mesmo em 1901 e o capitão-tenente Saddock de Freitas lançou o marco definitivo de seu manadeiro em 1926, todos oficiais de marinha, exceto o astrônomo Cruls. Antes disso, no século XVIII, os engenheiros portugueses das "Demarcações" no período colonial o exploraram até além de 5° de latitude.

É extremamente tortuoso, sendo a sua extensão em linha reta igual a um terço da real ou absoluta. Sua bacia é calculada em 91 000 quilômetros quadrados. É navegável a vapor até 800 quilômetros, e 900 mais, por embarcações menores.

Do lado brasileiro seu principal tributário chama-se Curuçá, seguido do Itcualli. Sua foz dista 15 milhas de Tabatinga.

Todo o seu curso serve de limite com o Peru.

De um modo geral, a côr das águas dos rios é classificada em branca e preta e mesmo verde.

Não há dúvida que as chamadas brancas, no estio, são bem claras e transparentes, mas, na época das enchentes devido à quantidade de terra que elas conduzem, têm tonalidades diversas, como o marron, beije, café com leite, etc. Sem a grande sobrecarga de argila, quando se vai entrando no verão, as barrancas já não caem e o arrastamento das praias cessa, elas são então vistas da embarcação em que se viaja, ora amareladas, ora pardacentas, ora com uma ligeira sombra escura.

Deve influir para isso, não só a profundidade do local, como os raios solares.

Em regra, os rios grandes são de águas claras, os médios, aproximadamente cinqüenta por cento de águas escuras e os pequenos desta côr.

Há exceções, como em toda regra, o rio Negro apesar de grande tem as águas pretas.

O Juruá, o Purus e o Madeira são de águas claras, tendo alguns afluentes de águas escuras, principalmente o primeiro, mas, na maloria, os seus contribuintes de qualquer categoria são de águas brancas.

Vemos o Chiruiá, o Ipixuna, o Campinas, o Lagoinha no Juruá; o Jurupari, no Embira, o Tapauá, no Purus, afora outros menores, com água escura.

Verdes só ouvimos falar no Jamari, tributário do Madeira.

Os naturais acham que os rios negros são doentios, insalubres. As febres periódicas atacam cruelmente os seus moradores, havendo casos de cura só com a mudança do enfermo para uma ribeira de água branca.

É de notar-se que as margens dos rios pretos quase sempre são talhadas a pique, quer sejam altas ou baixas, não tendo praias.

Quanto a origem dessa côr, as opiniões variam muito: No rio Negro a água preta que para ele corre é alimentada pelos lagos, principalmente no curso inferior, a despeito dos consideráveis tributários de água branca da parte superior.

Geralmente, esses rios têm suas nascentes, segundo informam os seringueiros e escritores, em terrenos ou baixos pantanosos, onde há arbustos arborescentes, tabocais (bambus), e palmeiras, e os de águas brancas, nas colinas e serras; devendo ser a côr negra imputada à presença de matérias vegetais em dissolução e a maceração prolongada de seus detritos, emprestando-lhes a côr ambarina, que se mostra negra com a profundidade das mesmas.

Homens cultos que conhecem o grande rio Negro, acham que a sua côr é devido ao arrastar contínuo de filêtes líquidos contra rochas betuminosas existentes no seu leito, ao passo que os indígenas pensam originar-se de piaçavais enormes donde êle promana e muitos de seus contribuintes.

Há também quem atribua à presença de carburetos, algas microscópicas ou de ácido úlmico.

* * *

Antes de terminar a sua palestra o Dr. Castelo Branco apresentou uma lista dos diferentes tipos de embarcações que servem nos rios do Acre, dando explicações sôbre cada uma delas.

BALIEIRA — Espécie de igarité com feitio especial delgado com tolda, usada no rio Acre, movida a motogodille.

BALSA — Espécie de jangada formada de 7 paus, usada na Bolívia, no Peru e no Amazonas. V. Jangada.

BATELÃO — Canoa grande que na Bolívia carrega de 80 a 200 e mais quintais de mercadoria. No Brasil (Amazonas) tem o nosso formato da igarité ou galeota, porém com leme fixo. Pode ter ou não tôlido. Em geral, os regatões fazem seu comércio nesses barcos.

CANOA — Em sentido estrito é uma embarcação sem quilha, pequena, formada de 1 casco. Em sentido geral, é toda e qualquer embarcação, sem quilha, formada ou de casco simplesmente, ou com obras superiores, grande ou pequena, de poço ou coberta. Atualmente elas têm quilha. (300 a 1 000 quilômetros). Teve importante papel no desbravamento.

CASCO — É feito de um só pau, cavado e aberto a fogo, com quilha e rodela na pôpa e na proa como nos botes. É usado pelos índios que andam na proa com o varejão ou remo na pôpa para governá-lo. É diferente da ubá, porque esta é quase reta, acompanhando o feitio do pau, ao passo que o casco é semelhante ao bote, isto é, bojudo no meio. V. Ubá.

CASQUINHO — É o casco pequeno.

COBERTA — Embarcação dos Tapuios, coberta de palha.

COCHO — Embarcação feita da paxiúba chamada barriguda, aparada nas extremidades, conservando-se apenas, a parte mais larga retirado o miolo e fechadas a proa e pôpa com um tampão de uma madeira mais dura (consistente).

GALEOTA — É uma nave ou igarité, com tolda de pôpa a proa, com capacidade para 5 a 10 000 quilogramas de carga, tendo por leme o jacumã, instrumento êste amarrado na pôpa por meio de uma cola, arpoeira ou corda.

GARITÉIA — Embarcação usada na Bolívia e no Peru, que carrega na Bolívia, de 40 a 75 quintais. V. Igarité. (1 quintal tem 100 quilogramas).

IGARA — Palavra da língua geral (Ind. Tapuios) que corresponde à canoa em português: igaraçu — Canoa grande; igara-mirim — canoa pequena; igarité — contração de igara-retê, que quer dizer — canoa verdadeira. Tais são para os índios as que têm rodela na proa, uma vez que o uso dos talhamares foi introduzido pelos europeus.

IGARITÉ — Garitéia na Bolívia e no Peru. É uma canoa grande com tolda, feita de tábuas, cujo leme é o jacumã (remo grande em forma de pá, com cerca de 3 metros de comprimento, cujo cabo corresponde a uns 2 terços do total, amarrado na pôpa da embarcação). É movida a remo de mão (pá redonda ou oval), varejão, sirga ou motor a gasolina ou querosene. Sua capacidade regula de mil a 5 mil quilogramas. A igarité grande, o batelão e a galeota têm uma espécie de rodapé junto à falca, onde o remador o varejão anda. Sua tolda é da meia nau para a pôpa.

JANGADA — Entre os brancos serve para transportar madeiras. É feita com toros de madeira leve, ligados uns aos outros com cipós de uambé, ou de timbó-titica, ou de jucitara. Se a madeira a transportar é também leve não precisa de jangada, porque os toros são atados uns aos outros, e descem com

a correnteza dos rios. Assim transportam-se tabocas, marapaúba, taraparaúba, mulungu, seringueira, embaúba, uucuba, sumaúma, etc. Destas se fazem jangadas para carregar as que são pesadas, como cumaru, itaúba, sucupira, angelim, pau d'arco, uacarituba, muirapiranga, etc. As jangadas de embaúba e de aninga substituem os cascos.

Os Pamaris chamavam itajabas suas balsas, onde constituíam suas moradias flutuantes impulsionadas a sirga ou remo.

MONTARIA — Montaria no Peru e na Bolívia. É uma canoa pequena, com quilha ou não, para cerca de 200 a 300 quilogramas de carga. Tem casco e falca (beíço), que aumenta a sua capacidade. É chamada o cavalo da Amazônia pelo enorme serviço que presta ao homem, a quem é de grande utilidade. Com um remeiro ou dois, e um timoneiro ela voa, como se diz em linguagem vulgar. Na vazante pode ser movida a varejão ou sirga. Ultimamente se lhe tem aplicado o motor a gasolina. Em geral, não tem tolda, mas, pode-se ajustar, provisoriamente de palha ou de lona. Teve importante papel no desbravamento.

PELOTA — Embarcação usada na Bolívia por viajantes de alguns rios, onde faltam pontes e botes para atravessá-los.

UBÁ — Não é mais de que o tronco duma árvore, escalfado simplesmente, mediante fogo ou ferramenta. As dos gentios são de 2 sortes: de tronco escavado, ou meras cascas de pau, que eles despem a seu jeito. O que não é ubá, custa-lhe tempo e trabalho, devido à falta de ferramenta. Nas margens do Solimões há uma paxiúba chamada barriguda, porque é dilatada no meio do tronco, em seu bôjo, como se fôra talhado para servir de ubá. São mais usadas para fazer-se a ubá, o cedro vermelho, a guariúba, a itaúba, etc. É feita a machado, enxó (goiva), sem quilha. Seu formato é diferente do casco. A ubá é sempre reta, acompanhando o feitio do pau (tronco), ao passo que o casco é parecido com o bote (bojudo). Nenhum dos dois tem cavernas. A embarcação sem quilha navega mais facilmente sobre o fundo, quando encalham, quer seja de areia, torrão, ou pau, vencendo muitas dificuldades. Quando é preciso transportar certos obstáculos, onde há pouca água, utilizam os naturais, — achas de umbaúba no local a vencer, e a ubá ou canoa desliza por sobre eles, caindo logo adiante na água.

OBSERVAÇÕES — O sargento mor J.^o de Sousa Azevedo aconselha que se deve usar para casco das canoas, os troncos de árvores, que acabavam de frutificar. — Há madeiros que resistem mais dentro d'água, do que fora. Outras duram mais fora d'água; bem como há algumas que duram mais na água doce e outras na salgada.

O cumaru é pesado e resistente; dura de 20 a 30 anos. O angelim prêto é pesado e resistente, mas só dura até 20 anos. O angelim vermelho é menos pesado e dura até 12 anos. O angelim pedra, o pechia, a itaúba (duram 20 anos em água doce) e outras de menos, duração. Jacareúba na água doce dura 4 anos e na salgada 16; a cujiúba, dentro d'água dura 13 anos, e fora dela menos.

A capacidade das embarcações é mais ou menos de 200 a 300 quilogramas para a montaria; canoa, de 300 a 1 000 quilogramas; igarité de 1 000 a 5 000; e da galeota — de 5 a 10 000 quilogramas. A da ubá, do casco, do batelão e balsas varia muito.

* * *

O índio do Madeira já cognominou de igaraçu-pipó (canoa grande que voa e ronca) o hidro-avião (Moacir M. F. Silva — *Transportes na Amazônia* — pág. 284 — (16)).

LANCHA — Embarcação de calado e tonelagem inferior ao vapor.

CHATA — Embarcação a vapor de calado mínimo e fundo chato, donde provém o seu nome. Tem roda à pôpa, sendo própria para a navegação de verão. As menores, a que chamam "chatinhas" calam cerca de 3 pés quando carregadas com 100 toneladas. Têm 2 toldos, achando-se a máquina exposta no convés.

GAIOLA — É o navio típico da região, devendo este nome à sua elevada estrutura com 2 toldas e camarotes. De 150 a 600 toneladas, havendo alguns de roda nos flancos ou na popa, de 3 a 12 pés de pontal.

No primeiro convés ficam os guinchos, escotilhas, cozinha, ranchos, casa de máquinas e camarotes para oficiais; no segundo — os bolinetes, a máquina do leme, os camarotes do comandante e às vezes do imediato, os reservados aos passageiros, transformados nos "regatões" em lojas para mercadorias, a copa, o bar, instalações higiênicas, o refeitório.

VATICANOS — São gaiolas grandes de 900 a 1 000 toneladas, oferecendo mais comodidade aos passageiros e tripulantes.

REGATÃO — É assim chamada a embarcação pequena ou grande, a remo, gasolina ou a vapor que faz o comércio ambulante nos rios. Os pequenos que andam em galeotas de 2, 3 e mais toneladas, têm secções de secos e molhados, sendo a parte de popa fechada em roda, onde mora o dono, cheia de prateleiras, com agulhas, cigarros, fósforos, armas, sapatos, baralhos, etc. No porão, a meia nau, jogam as mercadorias mais grosseiras encerradas em caixas de vários tamanhos.

Todos têm um nome em letras grandes.

As vezes conduzem a reboque, amarrados ao costado, batelões cheios de mercadorias.

Finalizando, o Dr. Castelo Branco ilustrou a exposição com projeções de esquemas e fotografias.

Nas jangadas são construídos casebres flutuantes onde vivem os naturais durante o período das cheias. No estio habitam casas erguidas nas praias e nos barrancos.

Nos pequenos rios, como o rio Recreio, nos lugares de fundo raso onde a canoa não passa os passageiros atravessam o rio a pé carregando consigo todo o material.

Fazendo o comentário geral, o Prof. Ruellan disse que a tertúlia fôra extensa tendo abrangido vários quilômetros de rios.

Questões interessantes foram abordadas, como a origem do relêvo. Até há bem pouco acreditava-se que a estrutura da Amazônia era muito simples. Era atribuída unicamente à sedimentação marinha.

Sabe-se hoje que existem aí alguns fósseis marinhos bem localizados perto das fronteiras da Colômbia e do Peru, salobros e de lagunas litorâneas e sobretudo sedimentos de origem continental, o que fez cair por terra a hipótese de que havia um grande mar ocupando, no terciário, toda a bacia amazônica. Já se começa a conhecer melhor as formações geológicas que existem sob os sedimentos terciários e quaternários.

Tanto do ponto de vista científico como do utilitário devem ser feitas, com urgência, sondagens e pesquisas na Amazônia. Se existe petróleo na Venezuela, no Peru e na Argentina deve também existir na Amazônia.

Os rios no lugar em que se estrangulam apresentam uma grande profundidade. Nesse local observa-se um rejuvenescimento do rio, há aí uma retomada da erosão. Seria interessante fazer uma carta assinalando o lugar dos estrangulamentos e dos alargamentos dos rios. São dados importantes no estudo das redes hidrográficas porque trazem informações sobre os trechos regularizados do rio e sobre os quais marcam as ruturas de declives cíclicos e sobre os níveis de base locais determinados por bancos de rocha dura.

Os campos da Amazônia são bem extensos e é difícil atribuir sua origem unicamente aos incêndios dos índios, pois, nas regiões vizinhas, florestas densas quando devastadas voltam com o tempo à situação primitiva. Onde há os campos a região é mais seca não só pela maior altitude como pela natureza do solo.

Quanto à cor das águas dos rios, Pierre Denis dedicou algumas páginas sobre os rios negros e os brancos da Amazônia no seu livro sobre a América do Sul.

Os rios de água branca são rios aluviais com praias.

Suas águas são escurecidas pela lama transportada principalmente no período das cheias. Os rios negros correm sobre fundos rochosos e limpos. Na época seca as águas carregam matérias orgânicas, formadas nos pântanos da região das fontes e que foram deixadas de cada lado do rio depois da última cheia.

É o ácido úmico, resultado da decomposição dessas matérias orgânicas, que dá a cor negra. Nos rios verdes a decomposição é menor e nos pântanos vizinhos desenvolve-se uma numerosa vegetação aquática que o rio transporta no momento da cheia.

Em seguida, o Prof. Ruellan felicitou o Dr. Castelo Branco dizendo que a sua palestra fôra muito útil.



NONAGÉSIMA QUARTA TERTÚLIA, REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 1945

A MUDANÇA DA CAPITAL DO BRASIL SOB O PONTO DE VISTA CLIMÁTICO, ESTRATÉGICO E ECONÔMICO, PELO DR. ROBERTO MIRANDA JORDÃO.

Presidindo a sessão, o Eng.^o Cristóvão Leite de Castro anunciou a comunicação do Dr. Roberto Miranda Jordão sobre "o problema da mudança da capital do Brasil".

Tomando a palavra, o Dr. Miranda Jordão disse que iria falar sobre a mudança da capital do Brasil encarando-a sob três aspectos: climático, estratégico e econômico.

Todas as capitais das grandes civilizações devem estar localizadas em zonas temperadas e estratégicas por serem mais propícias ao seu desenvolvimento.

Outro fator importante na situação de uma capital é a facilidade de transporte. O ideal para o Brasil seria transferir a capital para uma zona de planalto. O planalto de Goiás seria o mais indicado por estar situado na região central do Brasil, numa zona temperada, estratégica e de fácil ligação, por estradas de ferro e de rodagem, ao norte, ao sul e ao nordeste do país. Goiás já está, aliás, cercado de estradas e se comunica com quase todos os pontos da América do Sul pelas quatro grandes bacias hidrográficas sul-americanas.

O fator econômico é importantíssimo no desenvolvimento de uma nação. Na região central do Brasil encontram-se todos os tipos de riquezas naturais.

Concluindo, o Dr. Jordão lembrou que o trajeto das estradas de ferro deve visar zonas de riquezas naturais a fim de desenvolver o comércio, a indústria e dar margem ao surgimento de fazendas, vilas e cidades.

Em seguida, o Eng.^o Fábio de Macedo Soares encerrou a sessão.



NONAGÉSIMA QUINTA TERTÚLIA, REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 1945

SUMÁRIO: O RELEVO LITORÂNEO DE PARATI — ANGRA DOS REIS — MANGARATIBA E A OCUPAÇÃO HUMANA, PELA PROFESSORA MARIAM TIOMNO. ESTUDO DO TRECHO ENTRE RIO E MANGARATIBA. — ANGRA DOS REIS E BARRA, PELO PROFESSOR PEDRO GEIGER. O LITORAL. — A SEREA. — O VALE DO PARAIBA. DEBATES DOS PROBLEMAS GEOMORFOLOGICO E O FUTURO DE ANGRA DOS REIS, PELO PROFESSOR FRANCIS RUELLAN.

Dando início à sessão o Prof. Lúcio de Castro Soares anunciou que a professora Mariam Tiomno ia continuar a expor o relatório geral da excursão a Angra dos Reis e que em seguida o Prof. Pedro Geiger falaria sobre Angra dos Reis e arredores onde estivera com o Centro Excursionista Lenz César.

Tomando a palavra, a senhorita Tiomno explicou que a parte final da excursão a Angra dos Reis fôra dedicada ao estudo da zona litorânea de Parati - Angra dos Reis - Mangaratiba.

Partiram de Parati para Angra dos Reis em rebocador. Olhando dêste para o continente observaram o litoral montanhoso, bastante recortado, formando baías e enseadas onde existem centenas de ilhas e ilhotas; uma sucessão de terraços marítimos e continentais em várias alturas e, ao longe, a serra do Mar muito dissecada com vários ciclos de erosão bem marcados. Os pequenos rios vão ter ao Oceano por entre montanhas e apresentam uma foz entulhada de sedimentos, como o Perequê — o Perequê - Açu, o Mambucada. O aspecto atual do relevo litorâneo deve-se talvez a grandes movimentos eustáticos os quais

teriam modificado a primitiva forma do litoral. Tendo havido um abaixamento do nível do mar os rios que aí desembocavam, cavaram intensamente novo leito no curso inferior provocando um ciclo de erosão regressiva e formando, em consequência, terraços mais ou menos paralelos. Havendo, em seguida, um movimento positivo, os profundos vales foram invadidos pelo mar o que pode ser observado numa carta batimétrica, e nos testemunhos, terraços inferiores transformados em ilhas. Estas "ilhas - terraços" mostram-se alongadas e planas e dispõem-se paralelamente dando a impressão de alinhamento apalachiano pela sua grande regularidade. As ilhas montanhosas mais ou menos arredondadas e as pontas aí existentes apresentam esse mesmo alinhamento. Nas ilhas bem trabalhadas pelo mar, notam-se terraços marítimos com falésias. Na ilha do Algodão vêem-se bem marcados dois níveis de erosão marinha que são notados em quase todas as pontas observadas.

Os vales são separados por esporões, onde se vêem antigas falésias, recobertas de pequena vegetação, assinalando o antigo nível do mar. Abaixo do nível das falésias vêem-se vestígios da antiga plataforma continental que apresenta uma forma idêntica à do atual litoral. Esses vestígios são bem observados na ponta da Cruz, de oeste e na de leste, sobretudo nesta onde existem belos rochedos testemunhos da antiga plataforma. Acima daquele nível vê-se outro formado por terraços fluviais e no alto, um terceiro constituído pelo cimo das colinas.

Passando pelo vale do Mambucada viram, além de dois terraços, uma grande restinga que desvia o rio. Isto constitui sério perigo de inundação para o povoado aí existente. A região é pantanosa e paludosa e a população daí está mudando para a praia Vermelha que é mais salubre.

O *habitat* e o gênero de vida, tanto no trecho de Parati a Angra dos Reis como no daí a Mangaratiba, são condicionados pelo relêvo. No litoral montanhoso há pequenas enseadas, praias, separadas por esporões. Nas praias localizam-se as instalações humanas; os habitantes de uma enseada só se comunicam com as de outra pelo mar por não existir uma baixada litorânea contínua. O *habitat* é, assim, disperso em virtude da conformação do relêvo. A população praiana é de pescadores. Nas ilhas observa-se o mesmo.

¶ Nas proximidades da cidade de Angra dos Reis acha-se a ilha Grande com 155 quilômetros. A sua superfície é levemente inclinada para leste. Nessa ilha notam-se bem os diferentes ciclos de erosão fluvial e marinha. A NE vê-se um nível de erosão tendo 900 metros de altura aproximadamente; outro, é visto ao sul, com cerca de 550 metros e, no declive meridional, observam-se dois terraços marítimos. A população, constituída de cerca de 5 000 habitantes vive da pesca. Há na ilha várias fabricas de salga e conserva de peixe.

¶ A cidade de Angra dos Reis está comprimida entre o mar e a montanha. O seu litoral é bastante recortado e a terça parte do território do município é constituída de ilhas e ilhotas. O clima é no litoral quente e úmido e na zona montanhosa, ameno e seco. Angra dos Reis foi uma das mais ricas cidades do Brasil no período imperial; vivia em função do porto, por onde saía café em enorme quantidade, e da agricultura, principalmente da cana de açúcar.

Com a abolição da escravatura e a construção da estrada de ferro Rio - São Paulo que cortou as comunicações com os portos do litoral, entrou em decadência. Atualmente, tendo sido construídos o ramal férreo que liga Angra dos Reis à Estrada de Ferro Oeste de Minas e um novo porto, encontra-se numa fase de ressurgimento. O novo porto beneficiou não somente Angra dos Reis mas os municípios do sul fluminense, do oeste do Estado de Minas Gerais e uma parte do centro e do sul de Mato Grosso sendo o transporte feito pela Estrada de Ferro Oeste de Minas. No porto de Angra dos Reis foram logo instalados grandes silos para receber o trigo vindo do Rio da Prata para a indústria moageira que se estabeleceu na cidade de Barra Mansa. O novo cais aumentou assim enormemente o movimento comercial de Angra dos Reis. A principal exportação é a do café e a importação é sobretudo de trigo e carvão. No município há pequenas culturas de cana de açúcar, feijão, milho, mandioca, côcos, bananas e de café que é cultivado nas serras. A madeira de lei é explorada nas matas que são ainda abundantes. A principal indústria é a da pesca. Angra exporta peixe fresco, salgado e em conserva. O fabrico da aguardente é também importante.

A parte superior da serra da Bocaina, vista da baía da Ribeira, mostra-se como uma enorme peneplanície onde se destaca um *monadnock*, o pico do Frade com 1 078 metros. Ao N dêsse pico, vê-se uma cascata que se originou, provavelmente, de uma antiga captura. Para NE a serra do Mar apresenta um perfil semelhante ao da serra dos Órgãos. Essa mudança de aspecto é devida talvez à existência de movimentos do solo seguidos da ação da erosão sobre rochas de dureza diferente. A serra do Mar apresenta um declive suave para o interior e cai bruscamente para o lado do Oceano. Referindo-se à serra, o Prof. Ruellan admitiu ser a mesma "uma frente dissecada de um bloco falhado".

Continuaram a viagem em rebocador de Angra dos Reis para Mangaratiba. Neste trecho, a forma de relevo litorâneo é, de um modo geral, idêntica à até então, observada. A costa é alta mas é menos recortada, que a do trecho precedente. Ilhas e ilhotas altas e arredondadas ou ligeiramente achatadas são vistas ao longo do litoral. Em Jacarei há uma praia com instalações humanas, um abrigo para barcas e um cais em ruínas. As casas e a igreja são bem velhas. A população, constituída de cerca de 110 pessoas, é de pescadores. Nessa região notam-se, de quando em quando, pequenas enseadas com praias separadas por terraços, que avançam para o mar, onde se vêem falésias. Na base desses terraços destacam-se grandes blocos arredondados de rochas desagregadas.

— A cidade de Magaratiba, cercada de montanhas está situada numa dessas enseadas, entre matacões. Parte do território do município é constituído de ilhas e ilhotas. O clima é quente e úmido. O porto de Mangaratiba foi um dos mais importantes do Brasil - Imperial, foi porto de navios negreiros que atraía à cidade grande número de fazendeiros. A sua principal exportação era a do café. A cidade é de aspecto antigo tendo grandes armazéns em ruínas, que mostram quão desenvolvido foi o seu comércio naquele tempo. No município havia então grande lavoura de café e de cana de açúcar. Hoje vive da indústria da pesca e da exportação da banana, cereais, algum café e de carvão de lenha. Na região existem boas matas. A estrada de ferro Rio-Mangaratiba, que atravessa o município pelo litoral, dá um pequeno movimento ao porto. O transporte da estrada não é entretanto suficiente, as mercadorias ficam na estação de Mangaratiba 15 a 20 dias até serem transportadas. A ferrovia partindo de Mangaratiba segue junto ao litoral aonde se vê, como em Engenheiro Junqueira, pequenas praias semeadas de blocos graníticos destacados pela erosão marinha, matacões, como em Filgueiras, planícies litorâneas, recobertas de vegetação halófila, e antigas restingas combinadas com pequenas dunas, como em Ibicuí. Dunas, fixadas pela vegetação são vistas na parada de Praia Grande onde se nota também um tombolo. As dunas estão dispostas irregularmente, talvez, em virtude da variação dos ventos. Perto de Muriquí, há mangues e uma restinga que desvia um pequeno rio. Os trilhos da estrada de ferro se assentam muitas vezes sobre antigas restingas. Nessa zona litorânea observa-se um povoamento contínuo, grande número de paradas e pequenas estações. A população vive, naturalmente, da pesca.

Em conclusão: a zona litorânea que se estende de Parati a Mangaratiba apresenta vários problemas geomorfológicos e humanos que não foram ainda solucionados. O primeiro problema é o da formação do relevo litorâneo: até onde influem os movimentos eustáticos e em que época foram os mesmos observados? O segundo é o do modelado da serra do Mar — ter-se-la formado por uma ou mais falhas e, até onde vai a ação da erosão? Finalmente, há os problemas humanos ligados ao relevo e aos principais fatos da história do Brasil. Parati, Angra dos Reis e Mangaratiba entraram em decadência após terem atravessado um período áureo e o seu ressurgimento econômico é um problema cuja solução se impõe.

Em seguida o Prof. Castro Soares passou a palavra ao Prof. Pedro Geiger o qual explicou que tendo ido num fim de semana com o colega Hédio Lenz César e o Centro Excursionista Lenz César, a Angra dos Reis aproveitava a ocasião fazendo algumas observações geográficas.

Foram por Mangaratiba e voltaram por Barra Mansa.

Descrevendo a região, o Prof. Geiger disse que em Mangaratiba observa-se uma mudança de paisagem: para o N uma baixada litorânea, ora mais larga ora mais estreita, fica entre a serra e o mar, semeada de morros arredondados,

meias laranjas e limitada por maciços litorais; para o sul a serra domina diretamente o mar e as ilhas montanhosas, correspondem aos maciços litorais e dão um novo aspecto à costa do Brasil.

A serra do Mar tem a direção SW-NE e a costa, desde Cabo Frio, tem a direção EW, as duas direções se encontram para o N de Mangaratiba.

A serra apresenta-se aí como uma grande escarpa, que vem até o mar.

Subindo a serra em Angra dos Reis, há para o interior uma outra vertente, devida ao trabalho de erosão dos afluentes do Paraíba. As cristas altas são testemunhas de uma superfície a partir da qual os rios se aprofundam. O colo da serra do Mar para o Pirai de 600 metros, altura relativamente pequena, e, a vertente que não pode ser comparada à escarpa do mar, mas que é importante, mostra forte dissecação. É interessante notar que aí o Paraíba está muito perto do alto da escarpa.

O vale do Pirai é em "U" e o rio é dominado por terraços. Depois vêm-se morros em vários níveis e ao longo notam-se as linhas de cristas divisoras d'água. Apesar da forte erosão os rios têm que se adaptar à estrutura. A direção geral do rio Pirai é NE; seu curso faz ângulos e apresenta também meandros encaixados. No vale largo vêm-se terraços de 3 e 5 metros sobre o rio, morros de 15, 20, 45 metros mais, o rio torna-se lento quase parado. Eis uma curva e o vale se aperta, o rio é dominado por encostas íngremes de altura dos morros mais altos. Lá no fundo o rio desce em degraus e pela espuma se vê bem o rio cortar perpendicularmente a direção das camadas. Há uma sucessão de alargamentos e estrangulamentos. É preciso estudar a relação desse traçado em ângulo com os movimentos que originaram a serra do Mar e a Mantiqueira. Há também rejuvenescimentos ligados ao abaixamento do nível de base no Paraíba.

Para ganhar o rio Barra Mansa galga-se num alinhamento de onde se nota a perder de vista a regularidade do mar de morros. Longe aparecem alinhamentos de serra segundo parece na direção NE. Esta é a direção das antigas dobras e o Prof. De Martonne fala destas orientações de cristas verificadas nas cartas de São Paulo e Minas. É interessante, pois, notar estes alinhamentos no Estado do Rio. Seria também interessante notar a natureza da rocha destas serras para ver se são mais resistentes das que estão em volta. Em toda essa região a decomposição das rochas é grande aparecendo às vezes a rocha nua com mais frequência nos estrangulamentos. Em Lídice, (554 metros) havia um nível de morros de 600 metros e talvez outro de 650. Aí uma medida, do trem, deu a direção das camadas NW - SE, e inclinação, NE.

No rio Barra Mansa notam-se belos rejuvenescimentos. Em Getulândia (540 metros) colinas suaves e espaçadas e terrenos plano entre eles. Depois os morros se adensam e o rio fica em "V" dominado pelos morros agora de altura relativa maior. A descida é mais rápida. Depois tudo se suaviza, parece novo terraço, novo nível de colinas mais baixos e, olhando para trás se vê uma frente de morros.

São freqüentes as formas pronunciadamente dissimétricas nesses morros e colinas. Num deles, entre Getulândia e Barra Mansa, a direção das camadas é visível e foi constatada a influência na dissemetria. O rio Barra Mansa também descreve ângulos com estrangulamentos e alargamentos e meandros encaixados.

As camadas tinham direção NE - SW e a inclinação para NW, abaixo de Antônio Rocha (468 metros) depois de outro rejuvenescimento. A paisagem se amplia e aparecem colinas de 10 metros mais ou menos. A altura absoluta desses morros se mantém e em Barra Mansa (377 metros) a altura relativa é mais ou menos de 50 metros. São os morros arredondados que dominam Barra Mansa e o Paraíba.

A lenta descida pelo planalto para o Paraíba contrasta com a rápida descida pela serra do Mar. Naturalmente o trem não desce parede a pique mas fica serpenteando pela encosta de um vale. Vêm-se os afluentes do rio principal descendo quase verticais, entalhados em "V" com leito rochoso cheio de seixos grandes e pequenos rolados e não, rápidos e cachoeiras. Nota-se níveis de morros e espigões. O trabalho da erosão mostra que esta escarpa constitui um estágio ainda relativamente novo, assim mesmo alguns rios já entalharam profundamente a serra. Estes rios principais mostram uma quebra de perfil: descem abruptos da serra e depois, no baixo curso são quase planos com uma baixada e, as vertentes da serra afastadas. O levantamento do nível do mar, subindo o nível de base provocaria

acúmulo de sedimentos? Mas o caso parece mais complicado com o antigo levantamento do mar com sedimentação fluvial e marinha, abaixamento e depois levantamento. Há também necessidade de examinar os aluviões.

Na baía de Angra dos Reis, vê-se a serra do Mar em níveis, com formas originais devidas a jogos da erosão, à resistência das rochas e às diaclases. Vêem-se cristas monoclinais. Depois os morros em níveis até o mar.

Nota-se nessa zona a falta de "pães de açúcar". Procurou o Prof. Geiger ver o clima e compará-lo com o do Rio. Em Angra dos Reis a serra está no litoral e eis a diferença dos índices de umidade, para os diferentes meses do ano. Angra: 88,3 88,0 93,6 60,4 44,1 32,2 30,8 32,2 47,6 64,6 68,8 81,6 — Anual: 59,0. Rio: 43,4 46,7 44,5 32,9 25,1 22,6 17,2 16,3 25,1 32,4 44,7 — Anual: 32,0.

Uma umidade maior deve dar maior decomposição; mas há uma coisa muito mais importante. É a rocha. Não há o gnaíse lenticular mais resistente que dá os "pães de açúcar" de Guanabara; têm-se senão o granito, o gnaíse granítico, e o biotita - gnaíse muito mais fáceis à decomposição e à erosão.

Quanto aos níveis, mediu-se um terraço de 40 metros num tómbolo. Havia níveis inferiores de 25 metros. 15 metros na serra do Mar também se mediu: 230, 290, 320, 360, 500 e 600 metros (medidas nada rigorosas). É preciso estudar esta questão de níveis: até onde se observa a influência da erosão e onde é a influência de falhas com deslocamentos. Há vales com encostas que atingem altitudes diferentes formando a mais baixa verdadeira linha de crista — será resultado de uma falha de deslocamento ou terá como causa uma erosão diferente devido à rocha?

As ilhas correspondem aos maciços litorâneos e a baixada do Distrito Federal está aí no mar. É interessante notar que o relevo da baía submerge e rapidamente atinge os 20 metros de fundo. Depois há uma certa regularidade com sondagens de 20 a 30 metros e perto do continente nova subida rápida.

Acima de Mangaratiba o trem corre entre a serra e o mar repetindo-se os cortes continuamente. Depois a serra vai para NE. e o trem entra na baixada. É conhecida, com os terraços, pequenas colinas, meias laranjas, pequenos maciços alongados, maciços litorais etc.

A ocupação humana apresenta os 3 aspectos correspondentes: a baixada onde se vê as bananeiras e laranjais, as casinhas com as hortas. Nota-se de Itaguaí para Mangaratiba uma melhora no aspecto das casas com bonitas construções e o trem pára em muitas estações deixando gente que vai à praia. Há aí um movimento de turismo que nasce. Depois o litoral é quase deserto com a serra abrupta do mar. Alguns moradores há nas pequenas enseadas onde o vale é aproveitado para plantar a banana que vai bem alto. Vive-se da pesca, mandioca, compram provisão de arroz, feijão por muito tempo e um dia uma lancha passa e compra as bananas para levar a um grande mercado.

A ilha Grande teve como Angra dos Reis e Parati, um grande desenvolvimento em outra época. Na ilha Grande, segundo informações, havia boas plantações de cacau e cana de açúcar. Havia lá cerca de 80 engenhos em 1850 e os caminhos eram cruzados pelas tropas.

As tropas traziam para Angra dos Reis produtos de São Paulo e Minas: fumo, toucinho, café, etc., e dela levavam produtos de importação: sal, querosene, trigo, etc. O Prof. Geiger diz que também soube da influência da construção da estrada Rio-São Paulo da Central na decadência de Angra dos Reis. Depois houve a melhora pela construção da E. F. Oeste de Minas e em 1930, o porto estava pronto. Há vantagens da estiva ser barata e da proximidade de Barra Mansa mas o perfil da estrada de ferro é difícil e o transporte sai caro. No entanto, grande parte da estrada já tem instalação de eletrificação e o trabalho estando pronto o custo do transporte será barato. Muito carvão estava no cais para ir a Volta Redonda e Volta Redonda poderá exportar por Angra dos Reis. Ainda o trigo vai ao moinho de Barra Mansa donde é distribuído e o Paraíba recebe o sal por Angra dos Reis.

Atualmente, decaída a lavoura, restam só 4 engenhos hoje, o que atribuem aos impostos altos. Há um surto na pesca, sobretudo a grande pesca em que há proprietários de barcos que nunca viram a pesca, financiadores e empregados. O pequeno pescador cada vez mais pesca para o consumo próprio. Há a industrialização com fábricas para sardinhas e outras. Muita gente ainda planta cana,

mesmo nos morros litorâneos, graças à forte decomposição, para o engenho ou para venda aos vizinhos. São pequenos lavradores que usam ainda caldo de cana para adoçar o café. Outro surto tem a banana, famosa pela sua qualidade e que se estende pelas enseadas subindo também os vales. De manhã o movimento no mar é grande pois quase todos das redondezas de Angra têm uma canoa e vão ao mercado da cidade levando peixe e cachos de banana. Preferem ir de canoa do que ir a pé e neste litoral a canoa é um grande meio de comunicação. Um dia passa uma lancha grande e compra a banana. Rio, Santos, e Buenos Aires são grandes mercados.

Na serra coberta pela floresta, há uma ou outra casa perto do leito da estrada de ferro. No vale do Pirai muito devastado, sucedem-se os lugarejos. Nota-se a quantidade grande de lenha nas estações para o consumo da estrada. Observam-se ao lado das casas as pequenas lavouras e agora aparece a criação, vê-se gado e também carregamentos de leite numa estação. Finalizando, explicou que não falaria sobre esta parte e sobre Barra Mansa porque é um assunto que requer muito estudo e faz parte dos problemas do Paraíba.

O Prof. Geiger projetando fotografias continuou a explicação. Na ponta do Adolfo vê-se num primeiro plano, um morro e no fundo, o paredão da serra do Mar. No morro donde foi tirada a fotografia, há um dique de diabase e aí se cultiva a cana de açúcar. Num trecho da serra do Mar observam-se picos denteados, como na serra dos Órgãos, provavelmente em função das diáclases.

Na cidade de Angra dos Reis, apertada entre os morros e o mar, não há vida marítima; os seus habitantes dedicam-se mais ao comércio. A importação do sal, destinado ao vale do Paraíba, é grande. As comunicações de Angra dos Reis com o Rio pelo mar são importantes por causa da serra que dificulta as comunicações por terra. Foi começada e depois interrompida a construção de uma via férrea entre Mangaratiba e Angra dos Reis. A cidade de Barra Mansa é ampla e de ruas largas como as demais cidades do vale do Paraíba, ao contrário das da costa que são estreitas e de ruas tortuosas.

O Prof. Lúcio de Castro Soares iniciou os debates dizendo que achava estranho que na ilha Grande tivesse havido plantações de cacau, como dissera o Prof. Geiger, pois o clima e o solo daquela ilha não são propícios ao desenvolvimento dessa cultura. O cacau exige terreno plano, temperatura entre 24 e 28 graus e uma precipitação de 1600 a 18000. Pode-se desenvolver em terreno plano até 200 metros de altitude mas, nunca em encostas e a ilha Grande é montanhosa. Essa cultura requer ainda um solo rico em húmus e uma grande umidade. O Prof. Geiger responder que segundo foi informado, havia no século passado cultura de cacau naquela ilha mas não sabia porque a mesma desaparecera. Continuando, lembrou que na ilha Grande existe forte umidade e temperatura elevada. Quanto à topografia, há na ilha várzeas importantes.

O Prof. Hilgard Sternberg sugeriu que se reservasse o termo vale em "U" unicamente para os vales glaciares e que se criasse um termo próprio para os vales não glaciares que tenham essa forma. O Prof. Francis Ruellan explicou, então, que nas regiões tropicais os vales quando são tão abruptos apresentam um perfil em "U". De Martonne encontrando no Brasil esta forma de vale denominou-a de "Auge alluviale" cuja tradução para o português é "vale em forma de mangedoura".

Tendo o Prof. Sternberg perguntado ao Prof. Geiger se as planícies de que falara não eram níveis de base locais como por exemplo em Cascatinha, no Rio de Janeiro o Prof. Geiger respondeu que a baixada de que falara era uma baixada litorânea limitada por paredes abruptas e portanto diferente da de Cascatinha.

Tomando a palavra, o Prof. Ruellan disse que a tertúlia fôra bem interessante graças à maturidade adquirida pelos tertulianos e que esta palestra daria lugar as pesquisas complementares.

Quanto às questões abordadas há a observar na carta hidrográfica da marinha de ilha Grande e Sepetiba, alinhamentos de uma nitidez extraordinária, alinhamentos de vales e de pontas, que se continuam na mesma direção NE - SW através da baía. Nesse relevo apalachiano invadido pelo mar é forte a influência da estrutura. Esses alinhamentos ENE - WSW correspondem aos alinhamentos da serra do Mar, da frente do bloco falhado da serra do Mar. Entre as ilhas e a serra existe uma zona de abastecimento. As ilhas continuam

para o sul os maciços litorâneos da Guanabara. Esse desabamento não é simples. Há aí verdadeiros *horsts*, descidas em degraus na serra, descidas da superfície de erosão do planalto. Houve em seguida, uma série de movimentos relativos das terras e do mar que provocou uma retomada da erosão. Grandes profundidades, algumas correspondentes às da Guanabara, são observadas nas baías de Parati e Angra dos Reis e supõe-se um movimento negativo em função do qual os rios cavaram fortemente. Daí o perfil longitudinal dos rios de forte declive a princípio, comum a todos os cursos d'água da baixada. O curso inferior desses rios, entre as vertentes montanhosas, foi invadido pelo mar e em seguida entulhado. Esse entulhamento não foi simples houve várias faces, e no seu interior encontram-se níveis "emboités".

A questão dos "pães de açúcar" foi bem tratada pelo Prof. Geiger. O clima de Angra dos Reis é mais úmido e sobretudo a rocha menos resistente que os gnaisses lenticulares do Rio de Janeiro.

A fotografia 91 do livro de Rich, mostra o rebordo da serra do Mar e acima dêsse uma crista com dentes gastos pela erosão; essa crista onde se destacam os altos cumes da Bocaina, constitui um testemunho duma superfície de erosão bem mais alta que a peneplanície regular da serra do Mar que oscila em torno de 1 000 metros.

É provável que nesse testemunho se encontre a correspondência da superfície de Campos.

Noutra fotografia do mesmo livro, encontra-se a prova da topografia apalachiana. Vê-se o rebordo dissecado da peneplanície da serra e atrás, cristas paralelas.

Quanto a Angra dos Reis, terá certamente grande futuro. Está ligada à estrada de Ferro Central do Brasil e à Rêde Mineira de Viação que se estende até Goiás. Em comunicação com Angra dos Reis estão Volta Redonda e Barra Mansa, cujo desenvolvimento industrial já assegurado é de grande interesse para o pórtio de Angra dos Reis.

————— oOo —————

NONAGÉSIMA SEXTA TERTÚLIA, REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 1945

RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO PARANÁ E SANTA CATARINA — VIAGEM RIO — SÃO PAULO, PELA SRTA. LÍLIA MARIA CAVALCANTE — A BAIXADA — AS MEIAS-LARANJAS A SERRA — O VALE DO PARAÍBA — BACIAS TERCIÁRIAS DE RESENDE, TAUBATÉ E SÃO PAULO — A CIDADE DE SÃO PAULO — PRINCIPAIS BAIRROS E SUBÚRBIO — A RETIFICAÇÃO DO TIETE E PINHEIROS — VIAGEM SÃO PAULO — CURITIBA, PELO PROF. ALFREDO JOSÉ PORTO DOMINGUES — O TERCIÁRIO — TRANSIÇÃO DA BACIA TERCIÁRIA DE SÃO PAULO PARA O ARQUEANO — A PENEPLANÍCIE — SÉRIE DE SÃO ROQUE — CAPÃO BONITO — DEBATES — COMPARAÇÃO DAS TRÊS BACIAS TERCIÁRIAS, PELO PROF. FRANCIS RUELLAN.

Presidiu a sessão o Eng.º Cristóvão Leite de Castro.

Inicialmente o Prof. Francis Ruellan explicou que a presente tertúlia marcava o início de uma série sobre a excursão ao Paraná e Santa Catarina, realizada por alunos da Faculdade Nacional de Filosofia e funcionários do Conselho Nacional de Geografia sob sua direção. Essas tertúlias darão oportunidade de se discutir em conjunto o que se viu no terreno e estudar as diferentes modificações que poderão ser feitas no Relatório Geral, apresentado pela Srta. Lília Maria Cavalcante, secretária da excursão. Essa foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 1944. Os excursionistas partiram do Rio de Janeiro em direção a São Paulo donde foram a Curitiba, escolhida para "base de operações". Daí seguiram para Foz de Iguaçu, passando por Guarapuava, voltando a Curitiba pelo mesmo caminho. Desceram em seguida, a Paranaguá, terminando assim o corte E - W do Paraná ao Território do Iguaçu. Dirigiram-se depois para Santa Catarina pela estrada de Blumenau e Joinville até Florianópolis, podendo assim comparar os diferentes aspectos físicos e humanos dessas regiões. Voltaram a Curitiba por São Francisco a fim de estudar o litoral. Seguiram depois para o N do Paraná até Londrina e Apucarana, limite da zona pioneira, passando por Monte Alegre, completando o corte SE - NW. Em seguida dirigiram-se para São Paulo passando por Ourinhos e pela *cuesta* de Botucatu a fim de comparar esse percurso SW - NE com os anteriores e, finalmente voltaram ao Rio de Janeiro.

Foi uma expedição de reconhecimento da forma do relevo, do tipo de clima e do povoamento. A excursão teve como chefes de equipe os Profs. Orlando Valverde, Mariam Tiomno e José Veríssimo da Costa Pereira e como secretária geral a Srta. Lísia Maria Cavalcante. Esta apresentaria a seguir o relatório geral da viagem Rio-São Paulo e visita a São Paulo e em continuação falaria o Prof. Alfredo José Pôrto Domingues sobre o trecho São Paulo - Curitiba.

Tomando a palavra, a Srta. Lísia Cavalcante explicou que deixando o Rio, penetraram na baixada onde as "meias laranjas", apresentam um nível muito constante. A camada de decomposição da rocha, de cor avermelhada é muito espessa como foi possível notar várias vezes. Além das meia-laranjas clássicas, aparece um outro elemento na passagem, colinas alongadas, e um pouco mais elevadas, que separam a baixada da Guanabara da de Sepetiba. Os laranjais estendem-se nas colinas mais baixas enquanto que as mais elevadas são cobertas de restos de mata.

O horizonte da baixada da Guanabara é fechado ao norte pela muralha abrupta da serra do Mar, localmente chamada serra da Estrêla a oeste e dos Órgãos a leste. Depois de Belém onde as altitudes das colinas já atingem 80 a 100 metros, a estrada começa a galgar a serra.

Nota-se então nitidamente a existência de duas séries de elevações, as meias-laranjas separadas por vales largos e muito úmidos e os espigões avançados da serra, que vão descendo em andares sucessivos até o nível das colinas. O deflorestamento é completo e a vegetação rala das meias-laranjas e dos espigões contrasta com o manto de capim mais escuro que recobre o fundo dos vales.

Subindo-se a serra, aparecem gargantas e vales profundos onde a erosão parece ter se processado em vários ciclos.

Passado o último túnel, a estrada penetra no vale do rio Paraíba, que é atingido em Barra do Pirai. A vegetação é rasteira e trilhas nos campos acusam a presença de gado, nas colinas. Nas partes mais baixas vêem-se plantações de milho. Depois de Barra do Pirai os trilhos da Central acompanham o rio Paraíba, seguindo por sua margem direita: as meias-laranjas, mais ou menos num mesmo nível, dispõem-se ao longo do vale, constituindo uma paisagem monótona, um verdadeiro mar de morros. Essas meias-laranjas estendem-se até as margens do rio, a não ser nos locais onde se desenvolveu uma pequena planície como em Vargem Alegre e Volta Redonda.

Depois de Floriano aparece uma grande planície, a bacia terciária de Resende, na qual o rio faz uma grande volta, acompanhado por ondulações suaves, de uns 15 metros de altitude relativa que podem ser distinguidas com facilidade das meias-laranjas arqueanas. Estas são vistas no segundo plano, dominadas pelo morro de Itatiaia.

Depois de Engenheiro Passos (altitude 465,87), a estrada segue novamente o rio que aí forma rápidos atravessando obliquamente as camadas, e é ladeado por dois terraços rochosos, de biotita gnaisse. O mais baixo desses terraços é muito constante, com uns 15 metros de altura aproximadamente. Nos morros maiores que parecem medir 30 e 50 metros respectivamente, a rocha aparece muito decomposta e de cor vermelha.

Nesses diversos níveis localizam-se as habitações de tipo comum e aspecto humilde, cercadas de bananeiras e pequenas roças de milho. Seu aspecto melhora um pouco nas vizinhanças das cidades, mas adiante retoma a mesma aparência de pobreza. De quando em quando vê-se uma fazenda mais importante, com a casa cercada de eucaliptus. Em toda essa zona a vegetação é muito pobre, notando-se no entanto a partir daí um esforço para o reflorestamento nas grandes plantações de eucaliptus.

A montante de Cachoeira, depois de atravessada a zona de rápidos e corredeiras que separa a bacia terciária de Resende da de Taubaté, a estrada penetra nesta que se estende como uma grande planície até o sopé da Mantiqueira.

Essa planície e aproveitada desde Aparecida para a cultura de arroz que se faz nos alagadiços e se estende quase que sem interrupções daí até Caçapava. Nos terraços acham-se as habitações, as pequenas culturas de banana, aipim e milho, neles se fazendo também o reflorestamento com eucaliptus. Em todas

essas culturas vemos um verdadeiro reajustamento do vale do Paraíba, principalmente se estabelecermos uma comparação com a parte anteriormente percorrida no Estado do Rio.

Depois de Caçapava, junto a Engenheiro Guimarães a planície terciária sempre ocupada pelos arrozais já é bem mais estreita, vendo-se novamente as meias-laranjas arqueanas; ao fundo divisa-se a Mantiqueira e a superfície dos campos cuja altitude diminui à medida que se sobe o vale.

A paisagem é a mesma até uns dois quilômetros antes de Jacareí, 485 metros, onde se penetra novamente no arqueano. As meias-laranjas chegam novamente até as margens do rio e nos cortes da estrada pode-se observar a inclinação do gnaíse para SW, aproximadamente uns 20°. Também foram vistos blocos de granito nas encostas.

Pouco depois de Guararema a estrada transpõe por uma ponte o cotovêlo do Paraíba e penetra no vale largo e de fundo entuhlado de um seu afluente. Alguns seus tributários têm o vale em V e um deles apresenta uma pequena cachoeira na confluência.

A estrada continua subindo e depois da estação de Sabaúna, atinge um vale estreito mas de fundo alagadiço em cujas encostas blocos arredondados dispõem-se mais ou menos à mesma altura.

Sobe-se ainda e passa-se dos vales fortemente escavados em proveito do Paraíba para a peneplanície quase perfeita da bacia do Tietê. No caso de realmente ter-se dado a captura das cabeceiras do Tietê pelo Paraíba as águas do hoje alto Paraíba devem ter corrido outrora por essa peneplanície o que seria provado se fôsse encontrados elementos minerais dos gnaíesses de a montante nos aluviões dessa região. Em seguida a estrada penetra na bacia terciária de São Paulo que se apresenta a princípio em Moji das Cruzes, como uma larga planície. Depois a topografia torna-se mais acidentada pelo aparecimento de numerosas colinas que evidenciam uma retomada da erosão depois da formação dos depósitos terciários.

Essas colinas, dissecadas pelos afluentes e sub-afluentes do Tietê é que caracterizam o relêvo da capital bandeirante que hoje recobre toda a parte ocidental da bacia, entre o Tietê e seu afluente o Pinheiros.

* * *

Antes de começar a falar sobre São Paulo, a Srta. Cavalcante esclareceu que estava apenas apresentando o relatório de visita à cidade, na qual permaneceram um dia. Graças ao Eng.^o Lefèvre, que os fez visitar a cidade, puderam ter em tão pouco tempo, uma idéia de conjunto.

De início percorreram as ruas principais do centro, constatando o grande desenvolvimento atual da cidade. No centro comercial, no triângulo e seus arredores, as ruas, às vezes bem estreitas dispõem-se irregularmente.

O triângulo, constituído pelas ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro, no local onde se iniciou há 4 séculos a cidade, é ainda o centro comercial mas este está se deslocando pouco a pouco para a rua Itapetininga e suas adjacências.

O viaduto do chá sobre o parque Anhangabaú liga esse antigo centro comercial à praça da República e à nova zona de construções modernas.

Da zona central da cidade longas avenidas, largas e movimentadas irradiam em várias direções; são as avenidas São João, Anhangabaú, Rangel Pestana, Luís Antônio, 9 de Julho, etc... A avenida 9 de Julho, com 3 e meio quilômetros de extensão passa por um túnel sob a avenida Paulista, situada no espigão divisor de águas do Anhangabaú, Pinheiros e Pacaembu. Esse divisor que separa o centro urbano dos bairros aristocráticos do vale do Pinheiros é acompanhado numa extensão de mais de 3 quilômetros pela avenida Paulista que se encontra a 820 metros de altitude, no nível superior da peneplanície dessecada pelos afluentes do Tietê. É esse o trecho mais alto da cidade e do Trianon em frente ao parque natural de reserva Siqueira Campos, divisa-se o centro da cidade, espalhando-se nos pequenos vales afluentes do Tietê.

Devido às enchentes do Tietê tornam-se pantanosas suas margens e por isso são muito pouco habitadas. A cidade está como que limitada ao norte por essa baixada do Tietê, havendo só alguns subúrbios na margem direita do rio como

Casa Verde, Vila Mariana e Vila Guilherme, que aproveitam elevações do terreno, os outros, são mais afastados do rio. A necessidade de regular as enchentes do rio e finalidades sanitárias e econômicas determinaram as obras de retificação. O rio será navegável e acompanhado por duas amplas avenidas; aí se construirá também a Estação Central das estradas de ferro.

Essa parte mais baixa da cidade está a 715 metros de altitude, havendo pois um desnível de pouco mais de cem metros em relação ao espigão da avenida Paulista que tem 820 metros de altitude. Esse rejuvenescimento dos afluentes do Tieté veio provocar dificuldades para o desenvolvimento da cidade que no século passado estava limitada pelos rios Tamanduateí a leste e Anhangabaú a W. Essas dificuldades foram vencidas pela construção dos viadutos e recentemente do túnel 9 de Julho que atravessa o espigão e liga os vales do Anhangabaú e do Pinheiros.

O tempo estava claro e pôde-se ver ao longe, dominando a peneplanície a serra da Cantareira e o Jaraguá, últimos contrafortes da Mantiqueira. São resíduos dos depósitos dobrados do algonquiano que resistem à erosão.

Do espigão descortina-se para o sul amplo panorama do vale do rio Pinheiros.

É nesse vale que se situam os bairros residenciais como o Jardim América e o Jardim Paulista formados pela iniciativa de companhias particulares. Na Cidade Jardim bairro ainda não edificado, na margem esquerda do rio Pinheiros foi construído o Jockey Clube.

O bairro de Pinheiros, mais antigo e humilde encontra-se mais para W e contrasta com as casas suntuosas e as avenidas dos bairros vizinhos. Projonga-se na margem esquerda do rio com o nome de Butantã. É aí que se encontra o Instituto Butantã perto do qual foram vistos afloramentos de arqueano em que a rocha era biotita gnaíse com camadas quase verticais.

O rio Pinheiros está sendo canalizado, e suas águas, represadas e elevadas, passarão a correr para a represa de Santo Amaro. A Light está pretendendo mesmo estabelecer nele navegação regular até o alto da Serra.

Do Jockey Clube em frente ao qual examinaram um leito de seixos rolados, voltaram à margem direita do rio Pinheiros e seguindo pelo Jardim América e túnel 9 de Julho ganharam novamente a encosta norte do espigão.

Seguiram então para o vale do Pacaembu onde foi construído o Estádio Municipal e um novo bairro residencial. O estádio foi construído aproveitando-se inteligentemente para apoio das arquibancadas as encostas do vale constituídas por depósitos terciários.

Em ambas as encostas descem largas ruas que vão ter à ampla praça que precede os portões do campo. Em um corte junto ao Estádio examinou-se a argila terciária cujas camadas, quase horizontais eram intercaladas com limonita.

Esses bairros residenciais, Jardim Paulista, Jardim América, Cidade Jardim, ainda a edificar, e Pacaembu estão todos agrupados a SW e W do Centro e formam a zona aristocrática com a qual contrasta o bairro mais pobre e mais antigo mas também residencial de Pinheiros. Um outro bloco residencial é constituído pelos bairros de Santa Cecília, Perdizes e Lapa, separados desses bairros de oeste por um dos grandes vazios da capital bandeirante a W do centro.

Vimos portanto que a cidade, fora alguns subúrbios isolados é limitada ao norte pelo Tieté cuja direção nesse trecho é de um modo geral EW. O rio é acompanhado a distância pelas estradas de ferro, a Central do Brasil vinda de ENE, a Sorocabana e a São Paulo Railway vindas de WNW. Esta última deixa depois a cidade em busca de Santos e do litoral com a direção geral de SE.

Nessas três direções é que se desenvolvem os grandes bairros industriais da capital bandeirante: Mooca e Ipiranga na linha SE, em direção a São Caetano e Santo André; Brás, Belémzinho, Tatuapé e Penha ao longe dos trilhos da Central, e Lapa, Anastácio e Osasco acompanhando a Estrada de Ferro Sorocabana.

Nesses bairros concentra-se a maior parte da população da capital. O grande núcleo é composto pelos bairros de ENE, Brás, Belémzinho e Tatuapé, cuja população atinge 232 581 habitantes ou seja 22 % da população do município.

O desenvolvimento da cidade nessas direções não se processou uniformemente nem ao mesmo tempo.

Os estabelecimentos fabris foram se instalando na direção do sul, do caminho do Mar onde dispunham de facilidades de comunicação com Santos e ao longo da linha da Central do Brasil em direção ao grande mercado Rio de Janeiro e Minas.

Ao longo da E. F. Sorocabana estão se formando novos subúrbios como Quitaúna, Osasco, cujo desenvolvimento muito ganhará com a retificação do Tietê e do Pinheiros, pois a zona de confluência destes ainda está por ocupar.

Dessas três vias do longo das quais se estende a cidade, a mais favorecida é a de SE., pois é o caminho para Santos, o porto importador das matérias primas e exportador dos produtos manufaturados.

Ai o desenvolvimento industrial não se limitou ao município de São Paulo e hoje em São Caetano e Santo André localiza-se grande parte do parque industrial de São Paulo.

De um modo geral podemos dizer que a cidade de São Paulo teve até agora um desenvolvimento não circular mas em leque tendo como limite norte as duas vias férreas, S.P.R. e E.F.C.B. e a baixada das margens do Tietê.

O desenvolvimento da cidade não se processou no entanto uniformemente, ora se alongou até grandes distâncias, ora se retraiu por causa das dificuldades topográficas. Partindo do centro, aparecem como que formando os dedos de uma mão bem aberta, as radiais rumo Penha, Ipiranga, Jabaquara, Santo Amaro, Pinheiros e Cidade Jardim e Lapa.

Os largos claros que ainda apresenta a cidade, como Pacaembu, as várzeas do Anhangabaú e do Barra Funda, tendem a desaparecer. Por outro lado, com a realização dos planos de retificação do rio Tietê as suas margens serão ocupadas e a cidade poderá conquistar a margem direita do rio, onde hoje só se vêem alguns bairros isolados e pouco populosos.

Terá então um desenvolvimento circular.

A Srta. Lísia Maria Cavalcante ilustrou a exposição com projeções de esquemas e fotografias.

A seguir, falou o Prof. Alfredo Domingues que inicialmente mostrou num mapa o trajeto da viagem São Paulo-Curitiba. Sairam da capital bandeirante pela estrada de rodagem de Piedade, Pilar, Capão Bonito, Apiaí e Ribeira onde anoiteceu. Depois de atravessar o rio Pinheiros a estrada segue por entre colinas terciárias de formas arredondadas formando uma série de cristas, separadas por vales cuja direção geral é perpendicular à da estrada. A destruição das florestas foi completa e só se vêem campos, matas secundárias muito pobres, e numa tentativa de reflorestamento algumas plantações de eucaliptus. As granjas são bem cuidadas mas a condição humilde de seus cultivadores é revelada pelas casas, pobres e muitas vezes de sapapo, sendo raras as de tijolos. Numerosas vendas se dispõem às margens da estrada.

A transição entre a bacia terciária de São Paulo e o arqueano não se dá bruscamente. Pode-se no entanto dizer que até o quilômetro 10 ou mesmo, até o quilômetro 15, a estrada está ainda no terciário. Daí até o quilômetro 25 onde sem dúvida alguma já é o arqueano, atravessa-se uma zona em que as ilhas arqueanas separam as baixadas terciárias, tendo-se observado várias vezes, uma e outra formação. No arqueano descomposto foram observadas diversas inclinações: 50° para N. junto ao quilômetro 15, mais ou menos 20° para W. no quilômetro 20. Referindo-se ao terciário o Prof. Alfredo Domingues disse que possivelmente pode-se correlacionar as formações desta bacia com as camadas superiores do terciário de Taubaté. Entretanto só pode ser confirmada esta hipótese por um exame detalhado dos sedimentos. Consideram os autores uma idade pliocênica para estes sedimentos se bem que até então não se tinha verificado a existência de fósseis. Possivelmente estes foram destruídos, pois as condições de deposição não permitiram a conservação de restos.

De quando em quando verifica-se aí a existência de camadas de limonita.

Fato interessante é a existência de pequenas falhas. Apresentam as argilas uma estratificação não horizontal e por vezes discordâncias locais devido provavelmente a divagações dos rios.

A existência de falhas explica os pequenos movimentos que se verificam na capital paulista e que tanto preocupam de tempos em tempos os habitantes. Não passam de acomodações locais.

As variações de altitude são insignificantes a princípio mas logo o relevo se acentua e a estrada começa a subir, atingindo 816,44 metros no quilômetro 25. Na paisagem levemente ondulada estendem-se os retângulos cultivados, sucedem-se os pomares. Densos tufo de eucaliptus destacam-se no verde mais claro dos campos e dos milharais. No fundo de um vale entulhado vê-se alguma criação enquanto que as encostas vão sendo ganhas pelas culturas. Os espiços no entanto ainda apresentam vegetação arbustiva.

Deixando o município de São Paulo a 853,03 metros de altitude, a estrada dirige-se para Cutia, situada entre colinas e vales entulhados, notando-se antes de aí chegar um ligeiro rejuvenescimento. Cutia é uma aglomeração modesta, de forma linear, cercada de campos e granjas.

A rocha arqueana viva aparece pela primeira vez pouco depois de Cutia, vendo-se gnaíse num corte da estrada que continua a subir afim de atravessar a serra de São João.

As linhas do relevo, suaves, cobertas de gramíneas e restos de florestas tornam-se aos poucos mais enérgicas. Os vales se tornam mais estreitos e profundos, as encostas formam terraços. Ao lado das culturas e dos campos de criação separados por cercados de ciprestes aparecem então florestas. Desaparecem no entanto logo adiante, voltando a vegetação a ser baixa, com árvores esparsas no fundo dos vales. Grandes extensões cobertas de eucaliptus denotam a preocupação do reflorestamento.

Atinge-se um nível superior representado por um vale largo e chato a 991,99 metros de altitude, (quilômetro 40). Nas encostas novamente suaves vêem-se culturas de milho e nos campos araucárias isoladas. Depois de uma bifurcação da estrada, passa-se por Vargem Grande, situada em um vale largo entulhado, típico de peneplanície.

Depois de um cruzamento com a linha férrea que vai de Mayrink a Santos, vê-se à direita uma crista alta, de natureza completamente diferente e sem a tranqüilidade da peneplanície que deve pertencer à série algonquiana de São Roque.

A estrada segue ao nível da peneplanície, as altitudes variando entre 850 e 900 metros. Interrompendo a monotonia dos campos aparecem alguns coqueiros, uma ou outra araucária e restos de mata. Vê-se um pequeno brejo com sua vegetação típica de tabuas.

Antes de chegar a Una, rodeada de pequenos sítios com culturas variadas, divisamos a represa do rio Socorro, que serve a essa cidade e a Sorocaba. Aparecem nesse trecho grandes blocos arredondados, provavelmente granito ou gnaíse porfiróide. Um rejuvenescimento da peneplanície torna o relevo mais acidentado.

Depois de Una, vê-se uma olaria. As casas mais próximas umas das outras, são cobertas de sapê. A vegetação é arbustiva e de vez em quando aparecem palmeiras. Os campos de gramíneas são aproveitados para a criação.

Sucedem-se os vales largos e as colinas pouco elevadas e cobertas de gramíneas, pontilhadas de vez em quando de araucárias (900 metros). Vê-se por toda parte e um pouco em desordem pequenas culturas de milho e uma vez ou outra uma plantação maior e bem alinhada.

Chegamos assim a Piedade, cidade atravessada pelo Piraporinha e situada em parte sobre um terraço. É maior que as anteriores e já possui algumas casas de dois andares. Vêem-se aí grandes blocos arredondados de granito porfiróide, matacões. A paisagem de peneplanície é sempre a mesma, ilhas de florestas pontilhando as colinas onde grandes extensões são cobertas de samambaias.

A estrada sobe a de um nível superior, a mil metros, domina-se a peneplanície. Vê-se ao longe um mar de lombadas regulares das quais se sobressai uma crista isolada, provavelmente algonquiana. Novamente voltamos ao nível médio da peneplanície onde os vales, entulhados de aluviões, têm drenagem difícil. Continuam a aparecer os matacões de granito porfiróide.

A propósito de algonquiano e arqueano o Prof. Alfredo Domingues fez uma ligeira descrição sobre a série de São Roque.

A separação das rochas da série algonquiana de São Roque e do arqueano é assunto muito difícil e delicado. Aliás isso já foi focalizado para a série de Minas em que se passa nas zonas de contacto de gnaisses tipicamente arqueano às rochas típicas da série de Minas sem que se verificasse o contacto. O principal critério de separação é o grau de transformação; assim, no arqueano as rochas se apresentam bastante granitizadas e se transformaram em gnaisses excetuando-se alguns termos do andar superior como micachistos e calcários. Corroborando o que se disse acima há a palavra de Luís Flores de Moraes Rêgo: "O contacto entre o arqueano e as séries cristalo-fianas nem sempre é nítido. Há passagem gradual, ou são formações separadas por granitos posteriores à mais moderna, eruptiva que talvez derive de granitização completa de rochas preformadas".

Assim, na série de São Roque passa-se de micachistos a sericita; pelo enriquecimento de feldspatos passam o gnaisses fitados, os quais por sua vez passam a gnaisses granitóides de caráter porfiroidal tão característicos do arqueano.

Os granitos que aí se encontram podem ser em grande parte oriundos de transformações de origem externa pelo metamorfismo regional de *catazona* desde que se encontrem temperatura elevada e forte pressão hidrostática. Como resultado não podem se formar minerais contendo hidrogênio exceção feita para a biotita.

Encontra-se desta forma na série de São Roque as três modalidades de metamorfismo regional: *epizona* — filitos e hidromicachistos; *mesozona* — cornubitos aluminosos (estaurilitos); *catazona* — granitos.

As rochas da série se apresentam de estrutura chistosa, concordantes e nitidamente cristalo-blásticas (formadas de minerais cristalizados desenvolvidos) raras vezes idiomorfas, sem estrutura zonada e sem textura vacuolar o que indica que as rochas são de origem externa. São consideradas rochas parametamórficas.

Verifica-se nesta série sobretudo os filitos, o que indica que os sedimentos argilosos predominaram e de quando em quando são separados por camadas bem menos importantes de areia e de calcário os quais deram respectivamente como termo final quartzitos calcários e mármore.

Os sedimentos argilosos transformaram-se em filitos e pela perda da água e a argila transformaram-se em sericita, comumente os filitos alteram-se bastante e se transformam pelo menos exteriormente em folhelhos argilosos.

Os quartzitos apresentam grãos muito finos que atestam a sua origem clássica por suas formas arredondadas. Devido à ação metamórfica houve uma recristalização do quartzo e devido à pressão uma laminação. Eles têm muita importância sob o ponto de vista geomorfológico pois constituem grandes elevações que ficam salientes na paisagem como o pico de Jaraguá na cidade de São Paulo.

A presença de calcário é muito restrita e resume-se a um horizonte de pequena espessura. A sua origem deve-se sem dúvida a águas ricas em sais de cálcio, o carbonato tendo-se precipitado quimicamente ou pela ação de organismos. Talvez mesmo não fôsse condição necessária a presença destes sais de cálcio; esses sais poderiam ter-se originado pela lixívia de rochas preexistentes. Poder-se-ia aventar uma origem ígnea para o calcário, entretanto, com a descoberta de um fóssil a *Collenia itapevensis* torna-se inaceitável esse ponto de vista.

Todas as rochas ácidas que cortam esta série podem em conjunto se filiar a um mesmo magma silício-potássico. Entre eles há vários tipos. Desde o tipo a biotita normal até um tipo em que se vêem os elementos porfíricos como foi observado em Piedade e que o Dr. Guilherme Florence chama de granito do Varejão. Por vezes pode apresentar uma tendência a se apresentar em tipos pegmatíticos e aplíticos.

As camadas da série de São Roque são fortemente inclinadas e podem ser até verticais como foi observado no quilômetro 250 da estrada de rodagem São Paulo-Curitiba. As direções são por via de regra dirigidas para o sudoeste e supõe-se que sejam dobras isoclinais feixadas complicadas por falhas de escor-

regamento, dando em resultado uma estrutura imbricada, trazendo de quando em quando o granito post-algonquiano à luz o que foi verificado na estrada referida acima nos quilômetros 255 a 259.

A origem da estrutura da série de São Roque é devida a fenômenos que se passaram no fundo do geossinclinal. O seu *factes* indica uma deposição em mar profundo e os fenômenos orogênicos são devidos a empuxos horizontais produzidos nos bordos do geossinclinal dirigidos de dentro para fora.

O ouro surgiu trazido por agentes mineralizantes e foi depositado junto aos pegmatitos. Os agentes mineralizantes trouxeram junto com o ouro a pirita, a galena e a prata como se verifica em Aipiá onde é explorado o chumbo.

Considera-se a série de São Roque como idêntica à série de Açungui no Paraná, pelos fenômenos observados em uma e em outra serem idênticos, pela continuidade entre as duas formações e pela identidade petrográfica.

Por outro lado os filitos e hidromicachistos podem ser comparados com a série de Minas e certos quartzitos evocam seus similares de Ouro Preto, embora ofereçam um metamorfismo mais enérgico. As estruturas são semelhantes, a mineralização oferece graus de parentesco. Também ambas sofreram intrusões de granito.

Observa-se como dissemelhança que as rochas quartzosas da série de São Roque apresentam vestígios de origem detrítica o que não se verifica na série de Minas.

Entretanto o calcáreo da série de São Roque oferece continuidade mais acentuada e também um grau de metamorfismo bem menor.

Também se pode comparar a série de São Roque à de Itacolomi levando em conta as camadas do rio das Mortes.

O Dr. Eusébio de Oliveira coloca a série de São Roque e a de Açungui no siluriano, entretanto, pelo seu metamorfismo enérgico, mineralização e magma granítico tal coisa não pode ser aceita. Posteriormente o mesmo autor passou a considerá-las no ordoviciano no *Atlas Geológico do Brasil*.

É preferível, todavia, devido a razões de ordem mais petrográfica considerar a série de São Roque como correlata da série de Minas.

A pequena cidade de Pilar, acha-se situada sobre uma colina. O relevo é então muito suave e levemente ondulado; nos cortes vê-se argila vermelha. Entre esta cidade e São Miguel Arcanjo a paisagem é a mesma quando a ocupação humana com os milharais, as casas de terra batida, um ou outro bosque de eucaliptos revelando um esforço para o reflorestamento.

De vez em quando vêem-se casas mais prósperas, às vezes de madeira, como na fazenda Santa Fé, dispostas no alto das colinas.

A estrada desce insensivelmente por entre colinas onduladas e vales largos e atinge São Miguel Arcanjo situado somente a 680 metros de altitude pelo aneróide. A argila é aí mais clara; as araucárias e as palmeiras destacam-se elegantemente na vegetação rasteira dos campos.

Foram observados bancos de altos cúmulos com alguns elementos muito dispersos, havendo uma grande acumulação destas nuvens para SE. Aos poucos esses grandes cúmulos foram se multiplicando e o céu ficou nublado. Com bastante rapidez essas nuvens se transformaram de cúmulos em "cúmulos nimbos", desaparecendo os cúmulos de bom tempo.

Antes de Capão Bonito alguns grupos de casas de madeira refletem a nova riqueza da região, madeiras para construção.

Chega-se assim a Capão Bonito. As estações são aí bem marcadas: no inverno há geadas frequentes, e temperaturas muito baixas. No verão há grande calor, as manhãs são claras e de tarde o céu se encobre, sendo frequentes as chuvas de trovoadas. A estação chuvosa prolonga-se de setembro a março dando-se o máximo da precipitação, geralmente, em janeiro. Lá estiveram os excursionistas num mês de janeiro anormalmente seco o que estava prejudicando as culturas. Predomina então o vento de SW, portador dessas chuvas de verão, fortes e com trovoadas. Esse vento de SW, e de SE, são os de maior frequência no ano. No inverno há geadas de abril a junho. O clima é então frio e seco, sendo muito procurado pelos doentes.

A economia do município baseia-se principalmente na criação de suínos e cultura de algodão que se adapta bem ao clima da região. É plantado nas encostas e mesmo nas várzeas, no mês de outubro. As grandes chuvas favorecem seu crescimento e floresce quando elas já terminaram sendo colhido em maio, junho e julho. Outros produtos, milho, batata, feijão, arroz, são cultivados para consumo local, sendo o excedente exportado para São Paulo em caminhões. O milho é plantado em fevereiro ou março e colhido em maio ou junho. A criação de bovinos também é para consumo local. Recebem de São Paulo café, querosene, sal, açúcar.

Não há no município grandes propriedades, sendo a média de 20 a 50 alqueires e às vezes 200. O proprietário arrenda a terra ao cultivador por ano. Há escolas rurais instaladas pelo Estado no município, que tem 31 000 habitantes. Na cidade há água encanada e luz elétrica, uma escola, mercado, clube, cinema. Três casas de beneficiamento do algodão revelam a importância dessa cultura no município.

O Prof. Alfredo Domingues, após ter ilustrado a exposição com projeção de fotografias, disse que devido ao adiantado da hora a descrição do fim da viagem ficaria para a próxima tertúlia.

Abrindo os debates o Prof. José Veríssimo lembrou que em tertúlias geográficas deve-se cuidar sobretudo da geografia e seu método sem invadir searas alheias. Em seguida elogiou o método empregado pela Srta. Lísia Cavalcante.

O Eng. Leite de Castro comunicou que as tertúlias estão em vias de grandes transformações. Serão criados dois tipos de tertúlias: — tertúlias de classe com a colaboração dos melhores geógrafos e professores de geografia. Será um instrumento de aproximação do Conselho de Geografia com as correntes que estão trabalhando pela Geografia no Brasil.

O segundo tipo é o de seminário, trabalho de equipe em torno de uma mesa com a orientação de um mestre. Será uma cooperação íntima em favor do melhor conhecimento do território do Brasil.

Tendo o Sr. Miguel Lima perguntado se a forma alongada das formações que ocorrem no vale do Paraíba perto das “meia-laranjas” não eram formas de transição o Prof. Ruellan respondeu que na realidade são formas de transição. Foram modeladas primeiramente em nível de erosão e em seguida o rio cortou o alinhamento das colinas e os trapezóides das “meias-laranjas”. Há também uma relação da forma com a estrutura. Os gnaisses muito orientados não formam “meias-laranjas”. Essas só são formadas em gnaiss compacto ou granito.

O Sr. Miguel Lima disse ainda que perto de Volta Redonda além da agricultura do arroz há outras culturas de abastecimento. Lembrou também a importância econômica da série de São Roque para a metalurgia da prata e chumbo e a indústria do cimento.

O Prof. Alfredo Domingues esclareceu que desenvolvera a série de São Roque a fim de evitar debates geológicos e por causa da influência do metamorfismo no modelado.

O Prof. Renato da Silveira Mendes, após ter exprimido agradável surpresa em ter encontrado no Conselho Nacional de Geografia elementos da Faculdade Nacional de Filosofia estimulados por aquela entidade, elogiou a exposição da Srta. Lísia Cavalcante. Em seguida, recordou que no vale do Paraíba em São Paulo, a pecuária, a indústria de laticínios e a indústria manufatureira têm assumido um grande papel. A colonização do vale do Paraíba é inteiramente luso-brasileira. Quanto à delimitação da área urbana de São Paulo deve-se incluir Brás e Belémzinho nos bairros da cidade e não nos subúrbios. Brás é um bairro fabril. Santo André e São Caetano são realmente prolongamentos de São Paulo. Os bairros residenciais da classe média, localizados em antigas chácaras, estão sendo invadidos pelo comércio, como Campos Elísios. A zona essencialmente residencial está se transferindo para Jardim América. Lembrou ainda que no trecho São Paulo-Curitiba há várias cidades de Casa Branca a Faxina, que estão localizadas na zona de contacto dos quartzitos com a série de Itararé. É a zona mais pobre do Estado.

O Prof. Odilon Nogueira Matos esclareceu que o Tieté não marca o limite da cidade de São Paulo. Na margem direita desse rio está uma zona de abastecimento de São Paulo conhecida pelo nome de Cantareira onde a horticultura é muito desenvolvida, 90 % das verduras de São Paulo vêm daí. Nessa região estão surgindo chácaras para passagem de fins de semana e sanatórios pela excelência de clima e altitude. A eletrificação da estrada de ferro tende a desenvolver ainda mais essa zona. O bairro aristocrático desioçou-se de Higienópolis, Jardim América e avenida Paulista há apenas 20 anos; grande número do elemento estrangeiro está nesses últimos. Na zona sul da cidade, Santo Amaro, está em franco desenvolvimento, ligada a cidade por uma excelente rodovia semeada de moradias. É lugar de passeios e turismo.

O Dr. Junqueira Schmidt explicou que há um projeto de ligar São Paulo ao mar retificando os rios Tieté e Pinheiros até o litoral. Isso será realizado num prazo de oito anos. As bombas para elevar as águas do Tieté e de Pinheiros já estão trabalhando. Os navios virão pelo Cubatão até a base da serra, subindo depois em elevadores até o Tieté, navegando daí até São Paulo. Ao longo desses rios pretendem construir belíssimas avenidas.

O Prof. Silveira Mendes disse que as antigas radiais da cidade seguiam os espigões enquanto que as avenidas novas seguem os vales cobrindo assim os claros da cidade.

Falou a seguir o Prof. Ruellan que se referiu à presente tertúlia como uma tertúlia de transição. Continuando, concordou com o Prof. Veríssimo dizendo que nos trabalhos de geografia não se deve desviar para as ciências auxiliares. A geologia só interessa à geografia na explicação da forma da paisagem e na sua exploração econômica assim como a estatística interessa à geografia humana na correlação dos fatos. Deve-se banir tudo o que não for explicação puramente geográfica.

Referindo-se à tertúlia da Srta. Lísia Cavalcante disse que a exposição fôra bem exata. A topografia de São Paulo em sulcos e espigões é devida a uma retomada da erosão que dissecou uma bacia de sedimentação e uma superfície de erosão que tinha atingido o estado de peneplanície.

As três bacias terciárias, Resende, Taubaté e São Paulo, são semelhantes no aspecto físico. Na de Resende, a criação foi até pouco tempo o principal fator econômico. Possui também grande facilidade de comunicação tanto como sentido EW. como no NS. A indústria de laticínios está tomando grande desenvolvimento, e recentemente a grande indústria com os moinhos de Barra Mansa e sobretudo a grande indústria metalúrgica. Na bacia de Taubaté a base da economia é a agricultura, sobretudo a do arroz irrigado, muito mais importante que a da bacia de Resende. Entre Cachoeira e São Paulo estão surgindo também pequenas cidades industriais. Na bacia de São Paulo o afundamento e a dissecação são menores de que nas precedentes. A rede hidrográfica é mais importante pois a Mantiqueira abaixando-se dá passagem livre aos cursos d'água dirigindo a penetração para o oeste. A agricultura e a indústria são fortemente desenvolvidas em torno de um grande centro de população que dirige a exploração do planalto. Quando se apresenta um trabalho sobre essas três bacias é preciso compará-las.

No trecho São Paulo-Curitiba vê-se uma das mais perfeitas peneplanícies que se pode imaginar. Devia figurar em todos os manuais de geografia como exemplo. A passagem da bacia terciária para a peneplanície já foi descrita pelo Prof. A. Domingues. A influência estrutural da série de São Roque é muito importante, todas as barras sobressaem-se acima da peneplanície.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Comissão Executiva Têxtil

CRIAÇÃO DE TAXA — O Sr. Presidente da República assinou recentemente um decreto-lei criando a taxa de trinta centavos (Cr\$ 0,30) por mil cruzeiros (Cr\$ 1 000,00), ou fração, sobre o valor do faturamento de todos os artigos produzidos para o mercado interno, por estabelecimentos ou fábricas de fio natural ou sintético, tecelagens, malharias ou de acabamento têxtil, existente ou que venham a se estabelecer no território nacional.

★

Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

PLANO PARA APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDRO-ELÉTRICO DO RIO PARAGUAÇU — Um dos técnicos do Conselho Nacional de Águas e Energia esteve recentemente na Bahia estudando a possibilidade de levar à prática o plano do engenheiro Américo Simas para aproveitamento do potencial hidro-elétrico do rio Paraguaçu. O plano prevê a construção de treze barragens para regularizar a descarga do rio e produzir energia hidro-elétrica destinado a abastecer uma grande zona do recôncavo baiano.

★

Departamento de Imprensa e Propaganda

Divisão de Divulgação

ENCERRADAS AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO DE BIOGRAFIAS DO BARÃO DO RIO BRANCO — Na secretaria da Divisão de Divulgação do Departamento de Imprensa e Propaganda encerraram-se a 20 de janeiro último, as inscrições do concurso de biografias do barão do Rio Branco, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com aquele Departamento.

★

Fundação Brasil-Central

OS XAVANTES E A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU -- DECLARAÇÕES DO MINISTRO JOÃO ALBERTO — O ministro João Alberto, durante a sua permanência na capital paulista, onde foi tratar de assuntos relacionados com a Fundação Brasil-Central, fez à imprensa, as seguintes declarações referentes à Expedição Roncador-Xingu: "A coluna, até agora, não conseguiu avistar nenhum Xavante, mormente durante o período das águas, em que eles sobem para o aldeamento permanente que têm na serra do Roncador. Sentimos, efetivamente sua presença, sentimos que os Xavantes nos vigiam, contando nossos passos e acompanhando o onduar da coluna de penetração. Até hoje, porém, nenhum choque se deu entre os

membros da expedição e os índios Xavantes. Contra eles, a única coisa que fizemos foi soltar alguns foguetes de lágrimas, mas não sei se gostaram".

A propósito da instalação de uma usina de açúcar nas terras que estão sendo desbravadas, o presidente da Fundação Brasil Central declarou que só falta fazer o transporte das máquinas já encomendadas em São Paulo, o que será feito até abril próximo. Espera o Sr. João Alberto obter nessa usina uma produção de 25 000 sacos anuais, com possibilidade de aumentar para 50 000.

NOVO NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO — A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE ARAGARÇAS — Com a presença do ministro João Alberto e pessoas da caravana de jornalistas, realizou-se, uma missa campal celebrada em ação de graças pelo início da construção da cidade de Aragarças, nome que assinala a confluência dos rios Araguaia e Garças. A cerimônia foi oficiada pelo padre Vitorio, da Ordem dos Salesianos que antes da missa pronunciou uma oração, saudando o ministro João Alberto. O sacerdote rezou a missa diante de uma bela cruz construída com madeiras da região, tais como a arceira e a peroba.

★

Expedição Roncador-Xingu

ENTREVISTA DO CORONEL MATOS VANIQUE — O coronel Matos Vanique, chefe da Expedição Roncador-Xingu durante sua permanência nesta capital concedeu à imprensa uma entrevista na qual abordou os empreendimentos da Expedição Roncador-Xingu, que conforme é sabido, já venceu, em seis meses de marcha, a sua primeira etapa, consolidando o acampamento erguido à margem direita do rio das Mortes e aguarda, agora, o fim das estações das grandes chuvas para reiniciar a investida na direção da barra do rio Kuluene no Xingu.

Declarou o coronel Vanique que em março próximo, logo após as grandes chuvas, a expedição prosseguirá na sua marcha de mais de 400 quilômetros, através o território dos Xavantes, a serra do Roncador, e se dirigirá à barra do rio Kuluene, no rio Xingu, onde será organizado um grande núcleo, mais importante mesmo do que o do rio das Mortes. Esse trecho a percorrer será grandemente trabalhoso, por diversas circunstâncias, não só pelos índios Xavantes, como pela travessia da serra do Roncador e de zonas completamente bravias. E constituirá, assim, a segunda etapa da expedição, desde o início prefixada e maior do que a primeira.

Interrogado sobre se não seria possível tornar o território dos Xavantes, dado o perigo em que se verá exposta a expedição na sua segunda etapa, disse o coronel:

— A expedição não fará contórno na sua marcha, mesmo porque a zona habitada pelos Xavantes à margem esquerda do rio das Mortes é tão extensa que seria praticamente impossível qualquer derivação para desviar suas aldeias que são em número bem grande. No entanto, nenhum índio foi avistado, até agora. De fato, os Xavantes são agressivos e ultra selvagens; tudo para eles, é motivo de guerra e não querem aproximação com os brancos, nem mesmo com outros indígenas. Eles contornam o acampamento, rondando, observando, num controle permanente. Nada cometeram de agressividade com respeito à expedição ou qualquer membro da mesma. A catequese, a aproximação com os índios, não está afeta à expedição, e sim ao Serviço de Proteção aos Índios, que mantém elementos nas proximidades do acampamento. Aproveito, mesmo, essa oportunidade para desmentir que os Xavantes estejam atacando ou têm causado mal à expedição.

O coronel Matos Vanique salientou ainda ter encontrado as antigas minas de ouro dos portugueses no córrego dos Araés.

— Após a chegada ao rio das Mortes, fiz exploração a montante e a jusante do rio, chegando a 20 léguas acima do acampamento, nas proximidades da cachoeira da Fumaça e fui dar entrando pelo córrego Santo Antônio, no córrego Araés, nas antigas minas de ouro dos portugueses, onde muitos vestígios de trabalho e construção aí aparecem. Córregos diamantíferos e auríferos, depósitos de aluvião, etc., foram também encontrados na nossa primeira etapa, mas não foram exploradas, sendo mesmo por mim proibido faltar ouro bem como qualquer outra exploração de garimpo, por não ter essa a finalidade da expedição. Organizamos um posto nos Araés e nele serão localizados os elementos do Serviço de Proteção aos Índios.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

A POPULAÇÃO ATUAL DO BRASIL — ENTREVISTA DO EMBAIXADOR J. C. MACEDO SOARES — O embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I.B.G.E., concedeu recentemente uma entrevista à imprensa paulista sobre a estimativa de previsão da população do Brasil.

Disse o embaixador Macedo Soares: — "Trago à imprensa paulista uma novidade, pois, sobre ser importante, ainda o fato não é do conhecimento do público. Trata-se da estimativa de previsão da população do Brasil em 1.º de janeiro de 1945, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação, formada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística".

Referindo-se ao quadro elaborado pelo Serviço Nacional de Recenseamento, acrescentou: — Com esse trabalho estaremos não só a par da população do Brasil, como também de todas as Unidades da Federação, desde a mais populosa, São Paulo, até a menos habitada: Território de Fernando de Noronha.

É o seguinte o quadro de previsão da população do Brasil em 1.º de janeiro de 1945.

Regiões fisiográficas e Unidades da Federação e população estimada em 1.º de janeiro de 1945. — NORTE: 1 637 800; Território do Acre, 88 700; Amazonas, 463 900; Território do Rio Branco, 15 100; Pará, 1 017 200; Território do Amapá, 25 600; Território do Guaporé, 27 300.

NORDESTE: 10 930 900; Maranhão, 1 354 300; Piauí, 900 600; Ceará, 2 290 100; Rio Grande do Norte, 844 100; Paraíba, 1 561 400; Pernambuco, 2 935 600; Alagoas, 1 043 600; Território de Fernando de Noronha, 1 200.

ESTE: 17 169 200; Sergipe, 595 000; Bahia, 4 292 900; Minas Gerais, 7 458 400; Espírito Santo, 851 000; Rio de Janeiro, 2 030 200; Distrito Federal 1 941 700.

SUL: 14 193 400; São Paulo, 7 890 200; Território do Iguaçu, 93 200; Paraná, 1 316 100; Santa Catarina, 1 242 800; Rio Grande do Sul, 3 651 100.

CENTRO-OESTE: 1 368 700; Goiás, 997 800; Mato Grosso, 366 100; Território de Ponta Porá, 94 800. — BRASIL, 45 300 000.

PORQUE FOI CRIADO O "SELO DE ESTATÍSTICA" — MEDIDA DE GRANDE ALCANCE À NACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS — Não obstante a divulgação, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística veio fazendo do andamento das providências ligadas à nacionalização das Agências Municipais de Estatística e respectivo financiamento, pessoas certamente mal informadas vêm conseguindo lançar, em cartas à imprensa, elementos de confusão e desvirtuamento que não merecem a acolhida infelizmente alcançada.

A insinuação de inconstitucionalidade da "quota de estatística", apontada como "bi-tributação", é destruída pelos autorizados estudos, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, da legislação que a instituiu e lhe deu o caráter não de um tributo novo e estranho ao poder municipal, mas o de extensão do imposto existente, extensão essa concedida mediante ato convencional pelos competentes governos municipais, ou, no caso do Distrito Federal, pelo governo da União, com a faculdade de legislar para a metrópole da República.

Com a renda da referida quota, será custeada não a "federalização" de serviços municipais de estatística, mas, sim — mantida nestes a qualidade de órgãos das administrações municipais — sua integração efetiva, e não apenas nominal, como era antes, no sistema estatístico nacional, para isso colocados no indispensável nível de eficiência sob a responsabilidade do Instituto por delegação recebida daquelas administrações.

Essa medida se tornou imperiosa em vista das precárias condições da rede de Agências, motivadas ora por exiguidade de recursos das Prefeituras, ora por outras circunstâncias que impediam ficasse ela à altura da sua atribuição específica. Isto é, de coleta dos dados referentes a mais de 70% dos fatos pesquisados pelo aparelho estatístico do país.

A eliminação de tais deficiências, de importância fundamental para a perfeição da estatística geral, de que nenhum povo prescinde, é urgente para a orientação do planejamento econômico do país e a organização da segurança nacional.

O processo de arrecadação da taxa, por meio de selos emitidos pelo I.B.G.E., não é estranho às normas usuais. Os moldes adotados inspiram-se no disposto nas leis que regularam o recolhimento do "Imposto Sindical" e da contribuição criada em favor da Legião Brasileira de Assistência. Nas capitais a venda dos selos é feita paralelamente com a venda dos selos municipais sobre diversões públicas, e o produto recolhido diariamente ao Banco do Brasil. Nos municípios do interior ficará a cargo das Coletorias Federais, mediante regulamentação que se está processando no Ministério da Fazenda.

A aplicação da "quota de estatística", como, aliás, acontece com o auxílio recebido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, será feita sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Estatística, órgão colegial constituído de representantes de todos os Ministérios e delegados de todas as Unidades Federadas, e

de cuja Comissão de Orçamento e Contas faz parte um representante dos três Ministérios Militares. Aliás, todos os serviços de estatística militar, cuja premente necessidade foi o principal motivo para a nacionalização das Agências de Estatística, serão supervisionados e controlados pelos delegados militares no Conselho Nacional de Estatística.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cumprimento de uma delegação recebida dos governos da União, das Unidades Federadas e dos Municípios, nêle representados e solidarizados mediante vitoriosa fórmula de cooperação inter-administrativa, e com o apoio da população brasileira, está envidando todos os esforços para elevar a estatística nacional ao grau de perfeição correspondente às exigências de nossa cultura e às necessidades do nosso desenvolvimento econômico e social.

Muito mais da metade dos municípios brasileiros não teriam recursos para manter uma Agência de Estatística devidamente equipada. E dentre estes, bem poucos contribuíam para a Caixa Nacional que vai custear a Estatística Municipal.

Agora, porém, graças à feliz fórmula posta em prática, uma rede contando cerca de 1 700 núcleos de investigação estatística, organizados padronizadamente, servirá com igual eficiência a todas as Municipalidades brasileiras, servindo, ao mesmo tempo, aos governos estaduais e à União Federal.

★

Comissão Censitária Nacional

PRORROGADO O SEU MANDATO — O Sr. Presidente da República assinou, no dia 8 de janeiro último, o Decreto-lei n.º 7 234, prorrogando até a publicação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940, de conformidade com o disposto nos artigos 7.º e 9.º do Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, o mandato da Comissão Censitária Nacional mantida sua atual composição.

DESIGNAÇÃO DE NOVO MEMBRO — Pelo Sr. Presidente da República foi assinado um decreto-lei, designando o Eng. Mário de Lacerda Gordilho para exercer as funções de membro da Comissão Censitária Nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

★

Conselho Nacional de Geografia

Diretório Central

VOTO DE APLAUSO AO GOVERNO DA BAHIA — "A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL COLONIAL" — ADESÃO DO C.N.G. AO IV CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — ORÇAMENTO PARA 1945 — Reuniu-se no dia 3 de janeiro último o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Por proposta do secretário geral do Conselho, Eng. Cristóvão Leite de Castro, foi consignado um voto de aplauso ao governo do Estado da Bahia pela sua recente iniciativa de contratar o levantamento aerofotogramétrico da região do Monte Pascoal, valiosa contribuição do Estado aos trabalhos da comissão constituída pelo Presidente da República para o estudo do local do descobrimento do Brasil.

Foi também consignado em ata um voto de agradecimento ao coronel Sebastião Claudino de Oliveira e Cruz pela maneira feliz com que se desincumbiu da missão conferida pelos

membros do Diretório e da delegação brasileira à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia de oferecer o pergaminho memorativo, por todos assinados, ao presidente daquela importante Reunião.

Considerou-se ainda a saída da nova edição da *A Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, consignando-se ao seu autor, o professor Basílio de Magalhães, consultor técnico do Conselho, vivos aplausos.

Passando-se à ordem do dia, foi resolvida a adesão do Conselho ao IV Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia a realizar-se em fevereiro vindouro, de cujos trabalhos participará por uma delegação a ser oportunamente constituída pelo presidente.

Em seguida, discutiu-se minuciosamente e aprovou-se o orçamento definitivo do Conselho de 1945, com base na dotação que ao Conselho foi consignada no orçamento da União, o que ensejou interessante debate sobre os trabalhos do programa do ano corrente.

NOMEADO PRESIDENTE DO COMITÊ PAN-AMERICANO DE CARTOGRAFIA E GEOGRAFIA O SECRETÁRIO-GERAL DO C.N.G. — REPRESENTAÇÃO DO C.N.G. NO IV CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — REVISÃO DOS NOMES DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS — MAPAS MUNICIPAIS — Sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares, realizou-se no dia 18 de janeiro último, a segunda reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

Depois de lida a ata, passou-se ao expediente, que constou de uma carta do Sr. Robert H. Randall, presidente da Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, comunicando haver sido nomeado o Comitê de Cartografia e Geografia, com o secretário geral do Conselho Nacional de Geografia de cinco membros: o Eng. Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia do Brasil, como presidente do Comitê; o Sr. S. W. Boggs, chefe da Divisão de Geografia e Cartografia do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América; o Prof. Angel Rubio, catedrático de Geografia na Universidade de Panamá; o Eng. Arturo Tinoco Jiménez, decano da Faculdade de Engenharia de Costa Rica; Eng. Vicente Tolentino Rojas, presidente da Comissão de Limites Geográficos Nacionais e diretor geral de Estatística da República Dominicana.

Por motivo da nomeação, o secretário geral foi saudado pelo coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

O Eng. Leite de Castro agradeceu a saudação e congratulou-se com os seus pares pela expressiva homenagem prestada ao Conselho.

Foi comunicada a designação, feita pelo presidente dos membros da delegação que representará o Conselho no IV Congresso Sul-Rio-grandense de Geografia e História do Rio Grande do Sul, a realizar-se em Porto Alegre, de fevereiro a março vindouro, a saber: coronel Renato Barbosa Rodrigues, chefe da delegação; Eng. Virgílio Correia Filho, Prof. Jorge Zarur.

Passou-se em seguida à ordem do dia, tendo-se resolvido inicialmente, de acordo com o parecer do professor José Veríssimo da Costa Pereira, que o Conselho não publicaria o livro intitulado "Entre os índios do rio Branco" de Theodor Koch Grunberg, segundo tradução é notas de frei Atanásio Aguiar O.S.B. — encaminhado ao Conselho pelo X Congresso Brasileiro de Geografia — porquanto a matéria do livro é de natureza etnográfica e não geográfica.

Foi depois estudado um projeto de decreto-lei fixando até 31 de dezembro vindouro os prazos:

1) para a revisão dos nomes das estações ferroviárias do país, ajustando-os à nomenclatura das cidades e vilas, a qual vem de se completar com a entrada em vigor a 1.º do corrente das novas divisões territoriais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

2) para a entrega dos novos mapas municipais pelas Prefeituras cujos âmbitos territoriais tenham sofrido alteração no contorno e na subdivisão, em a nova divisão territorial do país que se manterá inalteravelmente até 31 de dezembro de 1948.

Finalmente, foram estudados os Regimentos da Secretaria Geral do Conselho e do Serviço de Geografia e Cartografia, criado com o Decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto de 1944, ficando a conclusão desses estudos adiada, em virtude do adiantado da hora, para uma reunião extraordinária, a realizar-se nos próximos dias.

VISITA DO INTERVENTOR ALVARO MAIA — O Sr. Alvaro Maia, interventor federal no Estado do Amazonas, esteve, no dia 10 de janeiro último, em visita ao Conselho Nacional de Geografia.

Durante a mesma o chefe do governo amazonense tratou de vários assuntos relativos aos problemas geográficos e administrativos do seu governo. Entre outros temas analisados citam-se os que dizem respeito a uma nova divisão administrativa e judiciária do Amazonas, pois, em virtude da criação dos Territórios Federais do Guaporé e do Rio Branco, perdeu o Amazonas diversas circunscrições municipais e distritais. Outro assunto debatido foi o que se prende aos limites do Estado com as unidades federativas vizinhas.

★

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica

O SENTIDO GEOGRÁFICO DO AVIADOR — Em prosseguimento à série de conferências que vêm sendo feitas para os alunos do C. P. O. R. Aer., realizou-se mais uma a cargo do coronel aviador Lisias Rodrigues, que falou sobre "o sentido geográfico do aviador". O coronel Loyola Daher, comandante do Centro, ao apresentar o conferencista ao auditório, recordou os serviços que o mesmo tem prestado à aviação brasileira, ressaltando a abertura da rota do Tocantins, uma das mais importantes do Correo Aéreo Nacional.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil

VIAGEM AO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS — Em recente reunião do Conselho das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, a Sra. conselheira Berta Lutz deu conhecimento ao Conselho do resultado de uma viagem que empreendera ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, dependência do Serviço Florestal, durante a qual teve oportunidade de coletar diversos espécimes de nossa flora, para o Museu Nacional.

★

Departamento Nacional da Produção Mineral

CONCESSÃO DE LAVRAS E REGISTRO DE MINAS — O *Diário Oficial* de 26 de janeiro último publicou a seguinte comunicação do Sr. Antônio José Alves de Sousa, diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, aos concessionários de lavra e registrantes de minas: "Cumpre-me lembrar aos titulares de autorizações de lavra ou registrantes de manifestos de minas se acham obrigados a cumprir a lei que rege as explorações minerais em nosso país.

O Código de Minas consubstanciado no Decreto-lei n.º 1 935, de 29-1-40, em virtude do qual são outorgadas as concessões para o aproveitamento das reservas minerais da nação, tem bem expresso nos seus arts. 34, 49 e 56 as obrigações dos concessionários para com o Governo e no seu art. 37 determina claramente: "se o concessionário não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbe, a autorização de lavra será, por decreto, declarado caduca, salvo motivo da força maior a juízo do Governo".

Trago pois a conhecimento dos interessados que este Departamento processará a caducidade das autorizações de lavra ou registro de manifestos de minas, se os seus concessionários ou registrantes, não remeterem até 30 de março próximo vindouro, relatório contendo os seguintes esclarecimentos.

1 — Nome do concessionário de lavra ou registrante de manifesto de mina (mencionar as ccessões de direito se fôr o caso).

2 — Situação da jazida.

3 — Substâncias minerais em exploração.

4 — Número do decreto de autorização de lavra ou número de registro do manifesto de mina do D.N.P.M.

5 — Trabalhos executados durante o ano de 1944, mencionando se estão sendo executados segundo os planos aprovados pelo Governo.

6 — Meios de transporte empregados na mina e desta aos centros de consumo.

7 — Mercado consumidor.

8 — Tipos de minério extraído. Sua composição química.

9 — Processos e resultados de beneficiamento.

10 — Produção mensal dos diferentes tipos de minério extraído.

11 — Custo à boca da mina, por unidade de minério extraído.

12 — Número de trabalhadores especificadamente.

13 — Nomes dos técnicos responsáveis pelas diferentes seções, mencionando as respectivas cartelas profissionais.

14 — Assinatura do diretor técnico ou engenheiro responsável, que deverá atender o art. 34 do Decreto n.º 23 569, de 11-12-33. (Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor).

★

Divisão de Águas

CURSOS D'ÁGUA CONSIDERADOS PÚBLICOS — A Divisão de Águas do D.N.P.M. do Ministério da Agricultura considerou de uso comum, do domínio da União de acordo com o inciso V, do art. 2.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, as águas do curso denominado "Cascata" em toda a sua extensão, incluído no município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul e que se lança no rio Ati-Açu ou Turvo pela margem direita: — I de uso comum do domínio do município de Joa-

çaba, Estado de Santa Catarina, as águas do curso denominado "Limeira" em toda a sua extensão, incluído naquele município e tributário do rio do Peixe pela margem direita; de uso comum, do domínio do município de Santa Catarina, as águas do curso denominado "Antas" em toda a sua extensão, incluído naquele município e tributário do rio do Peixe pela margem esquerda.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º) o curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica: de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do curso denominado "Barreiro", em toda a sua extensão. Nasce no município de São José do Barreiro e percorre o de Bananal, ambos no Estado de São Paulo e se lança no rio Capitão Mor pela margem esquerda.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º) o curso d'água foi determinado, partindo de jusante para montante;

2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

Foram consideradas ainda como públicas, de uso comum, do domínio do município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, as águas dos cursos denominados "Mooca" ou "Moquem" e "Barra" ou "Barba", em toda sua extensão, incluído naquele município, lançando-se o Mooca no rio Tacangava pela margem esquerda e o Barba no rio Taquari, pela margem direita.

Também, do domínio do município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, as águas do curso denominado "Cachoeira" em toda a sua extensão, incluído naquele município e que se lança no rio Sarapuí pela margem esquerda.

Ainda, do domínio do município de Concorá, Estado de Santa Catarina, as águas do curso denominado "Capela" ou Capelinha" em toda a sua extensão, incluído naquele município e tributário do rio do Peixe pela margem direita.

E do domínio do município de Ipameri, Estado de Goiás, as águas do curso denominada Val-Vem, em toda sua extensão, incluído naquele município e que se lança no rio Veríssimo pela margem direita.

★

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

PRE-SERVAÇÃO DO FOLCLORE BRASILEIRO — O professor Francisco Curt Lange, diretor do Instituto Inter-americano de Musicologia, fundado por recomendação da VIII Conferência Inter-nacional Americana de Lima, com sede em Montevideu acaba de realizar uma viagem a Recife, João Pessoa e Salvador. De volta, dirigiu uma carta ao ministro da Educação, destacando o fato de, só no terreno do folclore legítimo, lhe terem sido mostrados cerca de vinte espetáculos, cada qual mais interessante para as observações daquela autoridade inter-americana.

Por outra parte — diz o diretor do Instituto Inter-americano de Musicologia — meus interesses pela arquitetura colonial foram amplamente satisfeitos pelo engenheiro Ayrtton Costa Carvalho, delegado do Patrimônio Histórico e Artístico, 5.ª região, desse importante serviço, que vem salvando inúmeros tesouros espalhados pelo norte.

"Das sugestões para melhor organização da vida musical que me foram solicitadas, pelas autoridades daqueles três Estados, uma teve

resultados imediatos e sem dúvida alegrará ao Sr. ministro conhecê-la. Refiro-me à fundação de uma discoteca pública municipal nas três capitais mencionadas. Estas discotecas, duas das quais já estão sendo organizadas, terão uma dupla função, a saber: 1) educação musical dos estudantes, professores e amadores, mediante programas especiais transmitidos pelo rádio e com o estabelecimento do serviço público da discoteca, com base em cabines, assim como por uma biblioteca musical adequada, e 2) recompilação do folclore regional e classificação do mesmo.

A primeira secção será atendida por pessoal idôneo e a segunda constará, além de pessoal igualmente competente, de uma comissão supervisora, especialmente nomeada, para tal fim. Dêsse modo poderá ser realizada uma recompilação adequada, sistemática, e oportuna das manifestações folclóricas autênticas, que se estão continuamente extinguindo, principalmente devido a uma radiofonização comercializada e altamente nociva que vem penetrando até os mais longínquos rincões do sertão.

De tais sugestões — continua o professor Curt Lange — chegou-se a um derivado interessante: o trabalho da comissão supervisora de recompilação folclórica se estenderá à vigilância nas representações habituais estando autorizada para introduzir nas mesmas as modificações aconselhadas pelas tradições regionais, com o fito de evitar sua lenta deturpação.

O material recolhido para publicação no tomo VI do *Boletim Latino Americano* de música, dedicado ao Brasil, será sumamente valioso e representa contribuição de primeira mão de uma das fontes folclóricas mais representativas deste país, conclui o diretor do Instituto Inter-americano de Musicologia".

★

Departamento Nacional de Saúde

SERVICO NACIONAL DE FEBRE AMARELA — DADOS RELATIVOS AS SUAS ATIVIDADES EM 1944 — Ao Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, o Serviço Nacional de Febre Amarela acaba de fornecer os dados relativos às suas atividades em: 1944.

Segundo essas informações, o "Stegomya" já foi erradicado dos Estados do Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina e do Distrito Federal e a campanha continua a ser feita, intensivamente, para esse objetivo em todos os demais. O conjunto desses Estados brasileiros que se encontram livres da espécie transmissora representa uma área de 1 983 370 quilômetros quadrados com uma população de 15 777 716 habitantes (censo de 1-9-940).

★

Serviço Anti-estegômico

Objetivando a erradicação do "Stegomya" em todo o território nacional, as atividades do Serviço Anti-Estegômico ampliaram-se extraordinariamente no ano de 1944.

O número de localidades trabalhadas durante esse período atinge já 35 529 e este número pôsto em comparação com o do ano de 1940 — primeiro do quinquênio a fundar — quando ascendeu a 6 024 — demonstra um acréscimo de 33 505, outras localidades sob trabalho intensivo, ou seja 550, 2 % mais no volume geral do serviço.

O total de inspeções realizadas em prédios e em depósitos — para descoberta e eliminação dos focos de *Andes Aegypti* — atingiu, respec-

tivamente, 444 178 330 e 2 360 032 993, enquanto que em 1940 esteve nas casas dos 342 877 710 e 1 838 756 909.

Os dados apresentados evidenciam o amplo desenvolvimento que tiveram, no ano de 1944, as atividades do serviço anti-estegômico, cujos resultados são devidos ao aperfeiçoamento da técnica de combate que tem permitido entender, cada vez mais, o campo das atividades do S.N.F.A. sem aumento substancial das despesas.

Com o emprego desses métodos tem diminuído de 50 % o tempo até então necessário para a obtenção de índices estegômicos negativos — condição essencial à erradicação total da espécie — e está o S.N.F.A. aparelhado para descobrir qualquer índice de reinfestação pela espécie transmissora.

Serviço de Viscerotomia

O Serviço de Viscerotomia mantém em todo o país uma vasta e bem distribuída rede de vigilância em torno da febre amarela, com o intuito de descobrir, por intermédio do exame histopatológico de amostras de fígado colhidas em pessoas falecidas com menos de 10 dias de moléstia, surtos epidêmicos de febre amarela.

Esta extensa rede nucleou em 1944, 1 274 postos, assistidos por médicos, e viscerotomistas, organizadores que os inspecionaram, durante o ano, em frequentes visitas. Desses postos, 1 205 enviaram amostras para exame histopatológico, o que representa, 94,6 % de produtividade dos existentes, índice confirmado de uma grande eficiência. A quantidade de amostras colhidas em todo o Brasil atingiu a cifra de 325 245.

Serviço de Epidemiologia

Casos humanos de febre amarela foram verificados, durante o ano de 1944, no Território do Acre, e nos Estados do Pará, de Goiás e de Mato Grosso, e a sua incidência não constituiu surpresa para o S.N.F.A.

Exaustivas investigações que estiveram, como sempre, aos cuidados dos médicos, do Serviço, evidenciaram tratar-se da modalidade silvestre da doença, não tendo havido, como sucede de há muito, e graças às medidas anti-estegômicas que vêm sendo postas em prática, penetração de vírus em centros urbanos.

A verificação desses casos mais recentes, que se ligam epidemiologicamente a outros menos próximos, e ainda da modalidade silvestre, ocorridos na planície do Amazonas — reconhecida como endêmica daquela modalidade da doença — demonstraram a necessidade de manterem em constante proteção, contra o "Ste-gomya", os centros urbanos e rurais do país e a alta finalidade do programa de erradicação dessa espécie transmissora.

Todos os estudos epidemiológicos derredor dos casos assinalados foram efetuados pelos médicos e pessoal técnico do S.N.F.A. que, além desses positivos, realizou diversas investigações para outros que, dados como suspeitos, tiveram negatividade confirmada.

★

Museu Histórico Nacional

INSTRUÇÕES QUE REGERÃO A PROVA DE ADMISSÃO AO CURSO DE MUSEUS — O *Diário Oficial* de 13 de janeiro publicou as normas a serem obedecidas na elaboração das instruções que regerão a prova de admissão ao Curso de Museus, a que se refere o capi-

tulo III do Decreto n.º 16 073, de 18 de julho de 1944 e o seguinte programa para a prova de exame vestibular.

História Geral

1.º ponto — Conceito de História. Ciências auxiliares, fontes e documentos. Grandes divisões da História. Períodos da Pré-história e suas características. Noções gerais.

2.º ponto — Antiguidade oriental. Egito e Mesopotâmia. Regiões. Povos. Civilização e indústria. Principais governos. Noções rápidas. Referências aos fenícios e hebreus.

3.º ponto — Antiguidade grega. Tempos homéricos. Principais deuses e heróis. Esparta e Atenas. Povo. Organização política. Classes sociais. Guerras grego-pérsicas e do Peloponésio. Péricles e sua época. Alexandre da Macedônia. Noções rápidas.

4.º ponto — Antiguidade romana. Fundação de Roma. Realizações. República. Guerras Púnicas. Os Gracos. Cato Máximo, Sila, Pompeu, César. Noções gerais. Augusto. O Império. Vultos e episódios principais.

5.º ponto — Povos bárbaros. Grandes invasões e principais povos. Os francos. Clóvis e os Merovíngios. Carlos Magno. Noções gerais. Referências aos árabes, Maomé e o Islamismo. Conquistas árabes. Civilização muçulmana.

6.º ponto — Bizâncio: O Império do Oriente. Civilização bizantina. Justiniano. Invasão dos turcos e fim do Império.

7.º ponto — Sociedade medieval: Feudalismo, cavalaria e outros aspectos da sociedade medieval. As grandes cruzadas, causas e consequências. O Cristianismo na Idade Média. As principais heresias e ordens religiosas. Origens de Portugal e seus primeiros reis. Noções gerais.

8.º ponto — Tempos modernos: As grandes invenções e os descobrimentos marítimos. Civilização pré-colombianas: Astecas e Incas. O renascimento nas artes e nas letras. Principais vultos. A reforma. Lutero e Calvino. Guerras religiosas e guerra dos 30 anos. Noções rápidas.

9.º ponto — Filipe II de Espanha. Domínio espanhol em Portugal: começo e fim. Monarquia parlamentar inglesa e Cromwell. Frederico II da Prússia. Pedro o Grande da Rússia. Luís XIV na França. D. João V em Portugal. O marquês de Pombal. Noções gerais.

10.º ponto — Independência dos Estados Unidos da América do Norte. A revolução francesa, suas causas e seus vultos. Napoleão. Independência dos países latino-americanos. Bolívar e San Martín. Luís Filipe e Napoleão III na França. Unidade alemã. Unidade italiana. Progressos científicos e vultos literários do século XIX. Noções gerais.

História do Brasil

1.º ponto — Descobrimento do Brasil: época, causa e efeitos.

2.º ponto — Capitânicas hereditárias. Governo geral. Catequese.

3.º ponto — Invasões estrangeiras: inglesas, francesas e holandesas.

4.º ponto — Inconfidência mineira.

5.º ponto — Vinda do príncipe regente para o Brasil. Elaboração da independência.

6.º ponto — Resumo do primeiro reinado. A abdicação de D. Pedro I.

7.º ponto — A regência e as lutas políticas e sociais.

8.º ponto — A maioria e as últimas revoluções liberais.

9.º ponto — As guerras contra Rosas e Lopes.

10.º ponto — A proclamação da República.

Geografia do Brasil

1.º ponto — Brasil físico: sua posição no mundo. Relevo. Litoral. Climas. Bacias hidrográficas. Noções gerais.

2.º ponto — A população brasileira: sua formação. Imigração e colonização. Organização política e administrativa. Noções gerais.

3.º ponto — Produção agrícola. Principais produtos de origem vegetal. Criação de animais e seus principais derivados. Noções gerais.

4.º ponto — Indústria e comércio. Principais indústrias nacionais e sua localização. Comércio interno e externo. Os transportes e seus principais meios. Noções gerais.

5.º ponto — Região norte. Principais cidades e portos. Tipos regionais. Recursos econômicos.

6.º ponto — Região nordeste. População e tipos regionais. Recursos econômicos. Cidades e portos.

7.º ponto — Região leste-setentrional: cidades e portos. População. Recursos econômicos.

8.º ponto — Região leste-meridional: cidades e portos. População. Recursos econômicos.

9.º ponto — Região sul: cidades e portos. População: imigração e colonização. Recursos econômicos. Tipos regionais.

10.º ponto — Região centro-oeste. Povoamento. Cidades e portos fluviais. Recursos econômicos.

MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS — RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EM 1944 — O Sr. Gustavo Capanema, ministro da Educação, recebeu do Sr. Alcindo Sodré, o relatório sobre as atividades do Museu Imperial de Petrópolis em 1944, do qual é diretor. Do aludido relatório extrairam o seguinte:

Prossseguiu o inventário desse estabelecimento histórico-cultural, alcançando o total de 5 880 objetos registrados, no valor de Cr\$ 12 316 463,21.

De 1 de janeiro a 31 de dezembro foi o Museu Imperial visitado por 32 873 pessoas, das quais 12 808 eram homens, 15 485 mulheres, 2 654 crianças e 1 890 componentes de visitas coletivas ou seja com 1 116 visitantes a mais do que no ano anterior, que aliás compreendeu o período de apenas 9 meses e meio.

Pela verba orçamentária destinada ao museu, foram adquiridos: Uma tela a óleo de Pedro II (do des. Flávio Guimarães); um leque da baronesa de Guimarães (do Sr. A. A. Gonçalves Pereira); duas cadeiras com coroa imperial, uma mesa de mosaicos de D. Teresa Cristina, um faqueiro do barão de Caxias, sete sanefas, cortinas e guarnições de bronze que pertenceram ao príncipe D. Pedro Augusto, uma mesa de jacarandá do senador Meloação, dois grandes armários do visconde de Nova Friburgo, quatro candelabros de bronze com coroa imperial, uma cristaleira do visconde de Nova Friburgo, um lustre de prata do barão de Penedo, um canhão de bronze de navio negroiro, um lustre "overlay" do Palácio Isabel, um candelabro de bronze pedestal de mármore e mangas de cristal da princesa D. Isabel, (do Dr. Joaquim Catrambi); um broche de ouro e pérolas e um par de brincos de pérolas de D. Teresa Cristina (idem); uma cadeira com coroa e dragões imperiais, duas xicaras do Paço Imperial, um lenço de cambrailha com o Palácio de São Cristóvão, bordado,

um léque de D. Ana D'Arrigue do Lago, (do Dr. Francisco Bicalho Filho); um craion D. João VI por Sequeira, um craion D. João VI, um busto de D. Pedro I pintado sobre alabas-tro, uma ficha de cambrailha de linho com coroa real e iniciais M. T., um retrato de D. Pedro I por L. A. Boulanger, uma alegoria de Boulanger, um craion de D. Teresa Cristina, um Gua-che de D. Pedro I, um leque comemorativo, um leque Convento da Ajuda, uma xicara D. João VI (do Sr. Carlos Frederico da Silva); dois balangandans de prata, um prato Cia das Índias do 7.º conde da Ribeira Grande, uma xicara Cia. das Índias do conde dos Arcos, uma travessa do Paço Imperial, dois pratos do visconde de Ouro Preto, (do Sr. Francisco Marques dos Santos); um bastão de unicórnio com cabo de ouro) do conde de Lajes (do Dr. Sebastião B. V. de Carvalho); uma terrina, quatro pratos, uma xicara, um centro de mesa, tudo de porcelana do 2.º barão do Rio Preto (de D. Marieta Mascarenhas); dois retratos por Baraudier de personagens do império (do Sr. Armando Navarro da Costa); dois leques da condessa de Figueiredo (de D. Ernestina de Figueiredo Braga); uma espada de oficial do império (de Francisco Carvalho e Silva), doze cálices imperiais (do Dr. F. Barros Pimentel); uma garrafa de faiança com retrato de D. Pedro II (do Sr. O. Oliveira & Cia.); um retrato a óleo de cocheiro de diligências do tempo do império (do Sr. Desidério Strauss); um leque da viscondessa do Itamarati (do Dr. José Estêves); sete pratos do barão de Tefé, cinco peças de cristal do barão de Tefé, (de D. Nair de Tefé); uma pulseira de ouro, uma porta níqueis de madreperla, um jogo de paciência, uma caixinha com vidrinhos de perfume (do Dr. Américo Jacobina Lacombe); seis peças de talher de prata sendo cinco do visconde de Vergueiro e uma do visconde de Beaurepaire Rohan (do Sr. general Rabelo); uma fruteira do visconde de Ubá (de D. Maria Dinorá Pinto Teixeira); vinte sete peças diversas de prata brasileira (do Sr. Francisco M. dos Santos); um prato do barão de São Tiago, uma xicara do barão de São Tiago, um copo de cristal com efígie de D. Pedro II, uma molheira "Pavões" (do Sr. Miguel Sates); uma travessa de D. Pedro II (do Sr. A. A. Gonçalves Pereira).

Além de 128 instituições e famílias que fizeram doações, foram feitas as seguintes transferências, em 1944, para o Museu Imperial de Petrópolis:

Palácio do Catete — diversos móveis, alguns com o brasão do visconde de Itamarati. Da Prefeitura do Distrito Federal: Um sofá de teca com embutidos de marfim, que pertenceu ao mobiliário do Paço Real do Rio de Janeiro — Dois consolos em vinhático, estilo Império, do mobiliário do Paço de São Cristóvão — Uma cadeirinha do século XVIII, com talha dourada e pintura a óleo — Retrato da princesa Isabel, da autoria de Irineu — Um busto de Monanier, representando D. Pedro II menino — Um colar de filigrana de ouro, que pertenceu à Imperatriz D. Leopoldina — Um par de brincos, idem, idem — Um colar de ametistas, da marquesa de Santos — Um porta-toalhas de prata, de D. Pedro II — Um relógio de ouro, com o retrato de D. Pedro II e armas imperiais — Uma caixa redonda, de prata com as armas do Reino Unido — Uma coroa real, de prata — Três escudos sendo o maior de prata e os outros dois, de bronze — Um busto de D. Pedro I, bronze — Um busto de D. Pedro II, bronze — Um escudo de bronze — Dois escudos de metal amarelo — Um porta-retratos de prata (D. Pedro II) — Um sinete triplice — Conde de Iguaçu — Um colar da Ordem de Santiago — 14 espelhos de fechadura — P. I. bronze — Salva e gôml de prata, que pertenceu a D. Pedro I. Da Biblio-

teca Nacional: — Dois pequenos escudos de bronze com as armas, imperiais, e várias estampas.

Foram realizadas permutas com os Srs. Manuel A. S. Braga, Dr. Antônio Pinto de Avelar Fernandes, D. Vera Paranaíba de Souza Dantas, Dr. Newton da Silva Carneiro e Sr. Alfredo Sequera.

A Biblioteca do Museu foi acrescida de 505 obras, num total de 977 volumes, número esse que somado ao inventário dos anos anteriores completou o total de 4 949 volumes da Biblioteca.

Foi continuada a organização do catálogo, bem como do fichário onomástico biográfico e genealógico, de personagens ligadas à história pátria. A mapoteca foi enriquecida por vários exemplares de interesse histórico, tendo o mesmo acontecido quanto às coleções de jornais e periódicos em geral, bem como o arquivo, que recebeu numerosas e valiosas cartas, fotografias, estampas e documentos outros.

★

MINISTÉRIO DA MARINHA

Diretoria de Navegação

NOMEADO PRESIDENTE DO COMITÉ DE HIDROGRAFIA DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA O ALMIRANTE JORGE DODSWORTH MARTINS. — Por ocasião da 2.^a Reunião de Consulta sobre Geografia e Cartografia realizada nesta capital, os Serviços da Diretoria de Navegação da nossa Marinha foram alvo dos mais calorosos elogios por parte dos membros daquele certame. O Sr. Pedro C. Sanchez, diretor do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em declaração à imprensa, entre outras apreciações, salientou que aqueles serviços estavam à altura dos melhores do mundo não só pela eficiência técnica como pela perfeição dos seus métodos. Agora, o Instituto Pan-Americano de Geografia e História acaba de nomear para as funções de presidente do Comité de Hidrografia o almirante Jorge Dodsworth Martins em reconhecimento à sua destacada atuação excelentes trabalhos apresentados durante a III Reunião Pan-Americana sobre Geografia. Fazem também parte do Comité o capitão de fragata Alfredo Aguiar, do Uruguai; capitão de corveta Jesus Bianco Sanchez, do Paraguai; Rear Admiral George S. Bryan, dos Estados Unidos; engenheiro Augustin Lira, do México; o capitão do navio Rafael Santibanez, do Chile.

★

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA CARTÓGRAFO AUXILIAR DA DIRETORIA DE NAVEGAÇÃO DO M. M. — O *Diário Oficial* de 9 de Janeiro último publicou as instruções baixadas pela Divisão de Seleção do D. A. S. P., que regulam a prova de habilitação para extranumerário-mensalista da Diretoria de Navegação do Ministério da Marinha — Cartógrafo-Auxiliar, cujo programa é o seguinte:

Parte I — Escrita, constante de resolução de questões objetivas sobre assuntos do seguinte programa de Matemática (nível de dificuldade do curso ginasial completo) e de noções sobre cartas náuticas:

1. Operações sobre números inteiros, fracionários e complexos.

2. Quadrado e raiz quadrada de números inteiros e fracionários.

3. Sistema legal de unidades de medida: medidas de comprimento, área, volume e massa (Decreto n.º 4 257, de 16 de junho de 1939).

4. Regra de três. Divisão proporcional.

5. Noções sobre progressão.

6. Logaritmos. Uso das tábuas.

7. Operações algébricas simples.

8. Equações e problemas do primeiro grau. Representação gráfica da equação do primeiro grau.

9. Medidas de ângulos: sistemas sexagesimal, centesimal e circular.

10. Funções trigonométricas. Uso das tábuas de logaritmos das linhas trigonométricas.

11. Resolução de triângulos.

12. Área de figuras planas, triângulos, quadriláteros e círculo, setor e coroa circular. Retificação da circunferência.

13. Problemas sobre esfera, cilindro e cone. Superfície da esfera, do cilindro e do cone.

14. Coordenadas geográficas, planos, projeção de Mercator e projeção gnômônica.

Esta parte valerá até cem pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

Parte II — Gráfica, constante de execução de um ou mais trabalhos sobre assuntos seguintes, em que sejam obedecidas as convenções gerais do desenho topo-hidrográfico e executados desenhos de letras e números:

1. Traçado de rede mercatoriana, fornecidos os elementos calculados.

2. Reprodução de trecho de carta náutica apresentada com alteração de escala.

3. Utilização de pantógrafo, medida de ângulo com estaciógrafo de Vernier, utilização de compasso proporcional e aplicações do estaciógrafo.

Esta parte valerá até cem pontos.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Serviço de Documentação

ENCERRAMENTO DOS CURSOS DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL E MAPOTECONOMIA E DE PRÁTICA CONSULAR — Realizou-se no dia 10 de Janeiro último, no salão de conferências do Palácio do Itamarati, sob a presidência do Sr. ministro Pedro Leão Veloso, a solenidade da entrega dos diplomas aos alunos que concluíram os Cursos de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia e o de Prática Consular, realizados no ano findo sob os auspícios do chefe do Departamento de Administração, pelo Serviço de Documentação do referido Ministério.

O primeiro dos cursos, destinou-se à preparação e seleção de técnicos especializados nos assuntos de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia, matérias essas que não constam dos programas das nossas escolas superiores e que foram lecionadas pela primeira vez em nosso país.

O embaixador Leão Veloso, aberta a sessão, deu a palavra ao Sr. Jorge Latour que explicou, em breves palavras o significado dos referidos cursos e a sua importância para o Itamarati, procedendo-se, em seguida à entrega dos diplomas aos alunos que concluíram os estudos de Mapoteconomia: Isa Adonias (do Conselho Nacional de Geografia) Carlos Cantão, Astréia Dutra dos Santos, Iolanda Rabelo de Sousa Braga, Julieta de Aragão Silveira, Olimiê de Lourdes Machado, Maria de Lourdes, Jovita Santos Correia da Silva, Valério Caldas de

Magalhães, Maria Inaya Santos Estréla, Eurico Pacobaíba, Hélio Sachaser de Sousa, José da Silva Aranha, Isabel D'Artayett Dias, Claudisilr Lima dos Santos e Judite P. Valadares Salgado. Em nome desses diplomados, falou o Sr. Valério Caldas de Magalhães.

Concluíram o Curso de Prática Consular: cônsules Antônio Azevedo da Silveira, Arnaldo de Oliveira Ferreira, Ari Machado Pavão, Frank Teixeira de Mesquita, Galba Samuel Santos, João Gracie Lampreia, José Maria Reis Perdigão, Munuel Emílio Pereira Guilhon, Murilo de Miranda Basto, Paulo Campos de Oliveira, Roberto Barthel Rosa, Rui Barreto e Sérgio Armando Frasso, tendo sido orador da turma, o Sr. José Maria Reis Perdigão.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

O CÓDIGO DE MINAS E OS TRABALHOS DE MINERAÇÃO — O APROVEITAMENTO DE QUEDAS D'ÁGUAS E OUTRAS FONTES DE ENERGIA HIDRÁULICA — CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA — Em recente reunião do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, sob a presidência do Sr. Emílio Teixeira da Silva Júnior dentre outros assuntos, ainda de solução foram apreciadas a indicação do Sr. Alves de Sousa propondo alterações em diversos artigos do Código de Minas, a fim de dirimir dúvidas quanto à sua exata interpretação e, consequentemente, evitar os litígios que tais dúvidas têm determinado, perturbando os trabalhos de mineração; e a indicação de novembro de 1941, modificada por outra de março de 1942, em que expõe a conveniência de serem emendados os artigos 23 e 143 da Constituição, o que só foi resolvido em relação ao § 1.º do art. 143 dispondo sobre o aproveitamento de quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica pela emenda constitucional n.º 6, de 13 de maio de 1942.

O Conselho resolveu que quanto ao primeiro caso, seja ele afeto ao Sr. Emílio Ferreira, para emitir parecer; no tocante ao 2.º, que o Sr. Emílio Ferreira apresente outro trabalho, com o intuito de suscitar o pronunciamento do governo sobre a medida proposta.

Por último, o Sr. Otton Leonardo ocupa-se do andamento do projeto referente à criação do Ministério de Minas e Energia, salientando a necessidade de ser diligenciado para a sua aprovação dentro de curto prazo. Dá, depois, conhecimento ao Conselho da opinião dos senhores Edward Steidle, decano da School of Mines Industries de Pensylvania College e autoridade conhecida em minas safety e de Sr. Charles Will Wright, os quais vêm, nessa providência, oportuna medida de alta vantagem para a economia brasileira, havendo mesmo acentuado que os Estados Unidos também cogitam substituir seu atual Bureau of Mines por um departamento de envergadura mais ampla e cuja estrutura muito se assemelha à do Ministério recentemente sugerido, ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, em 8 de janeiro de 1945. — Mateus Roberto, chefe de Secretaria.

★

Departamento Nacional de Obras de Saneamento

VISITA AS OBRAS DE SANEAMENTO DO SACO DE SÃO FRANCISCO — Em companhia do prefeito Brandão Júnior e dos engenheiros Japir Amaral Assunção, chefe da Divisão de Obras da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Laerte Brigido, Carlos Sardino e do industrial Lincoln Nodari, esteve em visita às obras de canalização no rio Santo Antônio, no Saco de São Francisco, o Dr. Hildebrando Góis, diretor do Departamento Nacional de Saneamento.

★

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

A Geografia do Distrito Federal — Tendo sido incumbido pelo prefeito Henrique Dodsworth de escrever a geografia do Distrito Federal, o Prof. Afonso Várzea, do Instituto de Educação, acaba de entregar ao governador da cidade o seu primeiro trabalho intitulado *Origem, textura, formas e distribuição dos solos mais antigos*, bem como a iconografia constante de fototécnica e desenhos sobre a evolução paisagística e cartográfica do território da metrópole brasileira.

★

Instituições particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

NECROLÓGIO DO PROF. JOSÉ DOMINGUES BELFORT VIEIRA — No dia 26 de dezembro próximo passado, reuniu-se em sessão ordinária a Academia Brasileira de Ciências.

Na ordem do dia, usou a palavra o acadêmico Olix de Lemos, dizendo:

"Quando em abril de 1939, saudava em nome da Associação Brasileira de Ciências, o ingresso do professor José Domingues Belfort Vieira neste douto consócio, não poderia jamais prever, que me coubesse a tarefa dolorosa de fazer-lhe o necrológico. Engenheiro geógrafo e civil, doutor em Ciências Físicas e Matemáticas, professor prorecto da Escola Nacional de Engenharia e de mais outros institutos, talentoso e culto, foi o nosso consócio uma das individualidades brilhantes que mais refulgiram na

constelação dos engenheiros notáveis, que transaram pela Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, atual Departamento de Portos e Navegação e dentre os quais apenas citaremos, os falecidos também, Francisco e Lucas Bicalho, Alfredo Lisboa, Luis del Vecchio, Sousa Bandeira, Silva Couto, Tobias Moscoso, Domingos Meneses e Le Coq d'Oliveira. Apesar de arrebatado, prematuramente, aos labores de uma atividade fecunda, foi notável a contribuição técnica e científica de Belfort Vieira, pois publicou em 1922, o estudo — A reconstrução da avenida Atlântica. Defesa da praia de Copacabana; em 1924. A propagação da maré na costa sul do Brasil; ainda em 1924, Os caixões amovíveis e encaixadeiras para a construção do canal do novo Arsenal de Marinha; em 1925, Os portos de Niterói e Angra dos Reis; em 1928, apresentou à congregação da Escola Politécnica como candidato à livre docência da cátedra de Portos,

Rios e Canais, a bela erudita tese *As Marés*, observação, estudo e previsão no Brasil; em 1932 apresentou à assembléa inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a notável memória *A Manifestação do fenómeno da maré na costa do Brasil*, na qual demonstrou com os dados obtidos pela observação e análise harmônica das marigramas de vários de nossos portos, que a propagação da maré no litoral do Brasil, se realiza de sul para o norte, como o exige a teoria do celebre hidrografo americano Rollin Harris; e não de norte para sul como pretendiam alguns hidrografos. Além dessa notável contribuição científica, publicou e explanou em revistas e conferências, assuntos de premente interesse para a engenharia nacional, deixando inéditos inúmeros trabalhos.

E termino, vos solicitando, minhas senhoras e senhores, alguns instantes de recolhimento para que, possamos avocar com fidelidade a figura inesquecível do nosso consócio, como preto de saudade e admiração".

A seguir, o acadêmico Alvaro Alberto pronunciou uma brilhante conferência subordinada ao tema "*A propósito do tri-centenário dos Princípios de Filosofia de Descartes*".

★

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

AGRADECIMENTO DO I. B. G. E. A IMPRENSA — Em officio ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comunicou ter o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia do I. B. G. E. aprovado agradecimentos e aplausos pelo êxito da realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, ressaltando o papel, que considera importante, desempenhado pela imprensa brasileira na abundante e expressiva divulgação havida do importante certame internacional.

★

CLUBE DE ENGENHARIA

A EVOLUÇÃO NECESSÁRIA DAS ESTRADAS DE FERRO BRASILEIRAS — O engenheiro Jorge Leal Burlamaqui pronunciou no Clube de Engenharia uma conferência sob o título "*A evolução necessária das estradas de ferro brasileiras*". Na introdução mostrou o conferencista que, da eficiência dos nossos meios de transporte, depende o aproveitamento máximo das virtualidades do nosso território o que faz subordinar a planificação do sistema de transportes ao planejamento econômico geral do país, cuja estrutura já está regulada pelo Decreto n.º 16 683, de 29 de setembro último. A elaboração dos Planos Gerais, segundo este decreto, deve ser precedida de inquéritos sobre as condições econômicas do país e projetada de acordo com estudos e sugestões elaboradas pelos órgãos do Governo ou por qualquer entidades particulares ou pessoas idôneas. Um programa de tal repercussão nacional já poderá receber do Clube de Engenharia valiosa contribuição, contida na série de brilhantes conferências que se vêm realizando por iniciativa da atual Diretoria sob a ilustre presidência do engenheiro Edison Passos. A conferência deverá ser, portanto, considerada tão somente como mais um elo nesta cadeia de esforços na parte do planejamento referente à modernização do material rodante e de tração e dos traçados das vias férreas nacionais.

Estes dois aspectos do problema são extremamente importantes pois o transporte ferroviário não poderá ser regular nem eficiente se as características das locomotivas não forem proporcionadas para as resistências dos traçados. Em seguida mostra que o característico fundamental das estradas de ferro modernas são as altas velocidades dos trens e as altas potências das locomotivas. Os índices característicos das estradas de ferro do presente e do passado exprimem em síntese a diferença dos sistemas de exploração do passado e do futuro. A eficiência das ferrovias modernas não se mede mais somente pelas toneladas quilômetro rebocadas ou pela força trativa das locomotivas. Estes índices foram substituídos pelas toneladas quilômetro por trem hora e pela potência das locomotivas.

A era das altas velocidades ferroviárias se iniciou há dez anos passados, em 1933 na Europa e 1934 nos Estados Unidos. Naquelas datas circulou pela primeira vez nas estradas de ferro veículos novos, com formas aerodinâmicas, com combustível diferente a altas velocidades, fabricando com ligas de alumínio e aços especiais, impondo transformações radicais nos métodos de exploração, na sinalização e no estabelecimento de via permanente, que devia ser preparada para a nova época ferroviária de trens cada vez mais leves e mais rápidos. Até o ano de 1934 a velocidade de 100 quilômetros por hora era uma exceção, atualmente as velocidades de 150 quilômetros por hora são correntes. Na América do Norte, no ano de 1940, havia mais de 1 200 trens com velocidade acima de 100 quilômetros por hora cobrindo um percurso acima de 96 840 quilômetros. Na Europa, conforme dados anteriores à guerra europeia, cerca de 8 672 quilômetros da rede europeia eram percorridos por trens com velocidade acima de 100 quilômetros por hora. No Brasil a não ser na Cia. Paulista onde já se atingiu a velocidade de 100 quilômetros por hora, não temos trem rápido algum nem podemos ter, pois os trens velozes exigem traçados com ótimas condições técnicas, isto é, rampas leves e curvas de raios elevados e ótimo estabelecimento de via permanente. A evolução das nossas vias férreas já está se realizando; a modernização do ramal de São Paulo, na Central do Brasil, com ótimas condições técnicas, é a primeira grande iniciativa que deverá ser acompanhada por outras, pois, ou a nossa geração preparará as nossas estradas de ferro para a nova era da competição dos transportes a altas velocidades, aeroviárias ou rodoviárias, ou deixaremos este problema para ser resolvido pela geração a seguir, será forçada a corrigir as condições técnicas dos traçados, incompatíveis com os princípios modernos de exploração ferroviária impostos pela luta já travada há dez anos passados entre os diversos meios de transporte.

Mostrou o conferencista que se deve registrar a grande dívida contraída pela nossa geração para com os nossos antepassados que trabalharam com patriotismo e eficiência legando-nos quase constituído o nosso maior patrimônio nacional — a nossa rede ferroviária. As nossas estradas de ferro foram construídas dentro do princípio dominante na época isto é, nos países novos as estradas de ferro deviam ser consideradas como estradas de penetração ou como veículos de civilização, promovendo povoamento e o progresso de regiões promissoras mas sem recursos imediatos. A tese das estradas econômicas, foi defendida por muitos dos ferroviários mais competentes e pode ser sintetizada da célebre frase de André Rebouças: "*Estradas de ferro para o Brasil muitas e muito baratas*". Com este princípio, justamente o oposto do que devemos defender, foram construídas os nossos principais troncos ferroviários com rampas superiores a 1,8% e raios de 180

metros, valores estabelecidos em 1 872 e muitas vezes ultrapassados. Esta situação prevaleceu até o ano 1934, quando já existiam 33 106 quilômetros da nossa extensão ferroviária, dos quais cerca de 90% de bitola estreita — 6% de bitola larga e 4% de bitolas menores.

Depois da aprovação do Plano Geral de Viação Nacional, em 1934, os traçados das novas linhas melhoraram muito, pois não foram mais transgredidas as condições técnicas limites fixados pelo Plano, isto é, rampa máxima de 1,5% compensada para bitola larga e estreita e raio mínimo de 300 metros para bitola larga e 200 metros para bitola estreita.

Os efeitos benéficos consequentes da aprovação do Plano foram muito grandes, porém, nestes dez últimos anos os métodos de exploração ferroviária alteraram-se totalmente. Basta considerar que justamente no ano de 1934, surgiram os trens a altas velocidades nas estradas de ferro e somente depois desta data, no nosso país, a concorrência rodoviária começou a ter real importância. Por este motivo no Plano de Viação não foram definidos quais troncos seriam ferroviários ou rodoviários, o que torna-se indispensável resolver em face da aprovação do Plano Rodoviário Nacional, no ano passado (Decreto n.º 15 093, de 20 de março de 1944). A necessidade da redução dos limites impostos pelo Plano, como também do aumento de trem tipo, peso dos trilhos e gabaritos fixados no Plano, está sendo sentida por todas as administrações ferroviárias do país que, a partir do ano de 1942 estão construindo variantes e prolongamentos com condições técnicas muito inferiores e adotando trens tipo muito superiores aos fixados no Plano.

Apesar da opinião geral favorável aos melhoramentos dos traçados ferroviários, no meio técnico ferroviário ou fora do mesmo, resta ainda a definição do problema por argumentos exclusivamente técnicos, pois sem dúvida alguma até o presente momento a rampa de 1,5% prevalece sobre a de 1,4% ou outra qualquer; o raio mínimo de 300 metros prevalece sobre o raio de 301 metros ou outro qualquer mais, por questão de simpatia, baseado em argumentos gerais do que por uma definição exata do problema.

As condições técnicas limites dos traçados devem ser concluídas das características das locomotivas existentes ou futuras. Estamos certos de que entre as dificuldades com que lutamos às estradas de ferro brasileiras, uma das maiores a vencer, senão a maior, é a crise de tração.

A principal causa do congestionamento das nossas estradas de ferro ou da falta de transporte, reside no fato das potências das locomotivas não serem proporcionadas às resistências dos pesados traçados atuais. A insuficiência das locomotivas existentes, exige a formação de um grande número de trens pequenos e excessivamente lentos, em todas as estradas de ferro nacionais. Esta insuficiência decorre de um grande número de fatores associados. Existem com efeito no Brasil 3 585 locomotivas das quais 3 485 a vapor, 88 elétricas e 12 Diesel. O predomínio absoluto da tração a vapor sobre as duas outras espécies de tração e o fato indiscutível da superioridade da tração elétrica e Diesel sobre a tração a vapor para vencer determinadas rampas, faz-nos considerar neste trabalho como conveniente, a fixação das condições técnicas limites dos traçados para a tração a vapor.

O exame do parque de tração atual nos mostra que existe um expressivo número de tipos de locomotivas antiquadas que não são mais construídas na América e que cerca de 60% das locomotivas existentes têm mais de 30 anos de idade. O rendimento pequeno da

quase totalidade das nossas locomotivas deriva ainda dos principais inconvenientes seguintes: Timbres das caldeiras muito baixos entre 11 e 17 atmosferas, fornalhas pequenas, muitas com áreas de grelhas inferiores a 2 metros quadrados e inúmeras de vapor saturado. As economias resultantes na América do Norte com as modernas locomotivas dotadas de altas pressões, de superaquecedor que é de uso corrente desde o ano de 1910, de termo sifões, alimentadores da caldeira com água previamente aquecida e alimentadores mecânicos de fornalha, foram de ordem a reduzir a taxa de combustão de 200 libras de carvão por pé quadrado de área de grelha por hora, para 100 libras e aumentar a quilometragem de serviço de cerca de 40%.

A fraca característica das locomotivas existentes, se poderá concluir do exame de força trativa média e total do peso médio dos trens e do número de vagões por trem. Assim o peso médio útil dos trens no Brasil deve girar em torno de 100 toneladas. A força trativa média na bitola larga avallamos em 14 toneladas e na estreita em 7 toneladas. A força trativa média das duas bitolas em 10 toneladas. Na América do Norte o peso útil médio dos trens é de 800 toneladas e a força trativa média de 20 toneladas. Consideramos assim, conveniente procurarmos elevar a força trativa média das nossas locomotivas pelo menos para 15 toneladas. Para se poder julgar da *performance* das nossas locomotivas torna-se necessário, porém, um exame mais profundo das causas do congestionamento do transporte, principalmente estudo comparativo do aproveitamento das locomotivas, carros e vagões. Um dos índices mais significativos do aproveitamento das nossas locomotivas é o exame do percurso médio, o anual e diário das mesmas. Na Central do Brasil o percurso anual varia em torno de 50 000 quilômetros e na Sorocabana em torno de 80 000 quilômetros. Na Companhia Paulista o percurso das locomotivas elétricas é muito maior, pois, por locomotiva ativa por dia atingiu 420 quilômetros e a média anual é de 30 000 quilômetros. Nas estradas de ferro do Norte o percurso anual cal extraordinariamente, de sorte que o percurso anual médio das locomotivas de todas as estradas de ferro varia em torno de 116 quilômetros ou 35 000 quilômetros anuais. Este percurso é muito baixo. Nos Estados Unidos os percursos médios anuais, são os seguintes:

Locomotivas a vapor 90 000 quilômetros anuais.

Elétricas 150 000 quilômetros anuais.

Diesel 180 000 quilômetros anuais.

Torna-se necessário, portanto, modificar os nossos métodos de exploração para que o percurso médio anual das nossas locomotivas seja no mínimo de 150 000 quilômetros diários, ou 45 000 anuais.

Torna-se necessário então que as locomotivas futuras sejam adquiridas com característica máximas de acordo com a resistência da via permanente. Para os trilhos máximos de bitola larga e estreita, não poderemos ultrapassar a 30 toneladas e 18 toneladas por eixo nas referidas bitolas. Para poderemos queimar o carvão nacional, consideramos conveniente adotar os tipos modernos americanos, julgamos indicados para o Brasil o tipo 4-8-4. Pocono Confederation para trens de passageiros e o tipo 2-8-8-4 articulado de simples expansão para bitola larga e 2-6-6-4 para a estreita, para trens de carga ou o tipo Texas 2-5-4. Adotados estes tipos de locomotivas com especificações modernas, as potências máximas poderão ser de 2 800 HP bitola larga e 1 700 para a bitola estreita, trens de passageiros e para trens de carga 3 800 HP e 2 500 HP, respectivamente, para bitola larga e estreita. Com estas loco-

tivas poderão ser definidos a velocidade e peso dos trens para bitola larga e estreita, e com estes elementos serão concluídos os raios de curva e rampas. Consideramos conveniente a fixação das condições técnicas de acordo com a topografia suave ou acidentada das regiões e a definição das linhas troncos principais e secundárias; em primeiro plano pela velocidade e pelo peso dos trens previstos de acordo com o potencial econômico da região.

O problema do planejamento ferroviário nas suas bases fundamentais isto é, a articulação da rede brasileira e o reaparelhamento do material rodante ferroviário, está em pleno exercício. Este grande programa de interesse nacional, foi pela primeira vez organizado no ano de 1938 pelo Sr. ministro da Viação, general João de Mendonça Lima, que logo ao assumir a gestão da pasta de Viação, submeteu ao Sr. Presidente da República o plano de articulação da rede nacional. Tendo este plano merecido a aprovação do Sr. Presidente da República, foram as obras iniciadas em 1942 com as dotações orçamentárias conferidas ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro, criado em 1941. O reaparelhamento do material rodante e de tração foi iniciado no ano de 1937, também na gestão do Sr. ministro general João de Mendonça Lima, com aquisição de 17 locomotivas e 458 vagões para a Central seguido no ano de 1940 da aquisição de 26 locomotivas e 458 vagões. A aquisição do material rodante interrompida pela guerra, será reiniciada agora com a aquisição de 50 locomotivas e 2 900 vagões, conforme crédito concedido pelo Sr. Presidente da República, pelo Decreto-lei n.º 7 218, de 30 de dezembro último.

A remodelação dos traçados já está sendo realizada em todos os nossos principais troncos ferroviários. Além das grandiosas obras de remodelação do ramal de São Paulo e da linha do Centro da E. F. Central do Brasil, estão sendo atacadas com grande intensidade, as variantes da Rede Paraná-Santa Catarina — Viação Férrea do Rio Grande do Sul; — E. F. Noroeste e diversas outras, nas redes do Norte como a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e E. F. S. Luís a Teresina.

★

INSTITUTO CARTOGRAFICO CANABRAYA BARREIROS

CARTAS COROGRÁFICAS E HIDROGRÁFICAS DO BRASIL — A fim de examinar as cartas corográficas e hidrográficas do Brasil, organizadas e executadas pelo Instituto Cartográfico Canabrava Barreiros, para a Escola Militar de Resende, compareceu à sede daquela instituição, o general Cândido Rondon. Acharam-se presentes, na ocasião, além do diretor do Instituto, Sr. Canabrava Barreiros, o coronel Jaguaribe Matos, major Zano Zielinsky, diretor da Casa da Moeda, Srs. José Arcelus, Humberto Melo Nóbrega e Silvério Ceglia, Cristóvão Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, acompanhado dos membros da comissão da carta.

Detendo-se no admirável baixo relevo que representa todo o sistema orográfico brasileiro. Indicando, aos presentes, as mais longínquas regiões do país, o bravo sertanista relembrou, com entusiasmo os tempos em que atravessara, a pé ou a cavalo, os extensos e inóspitos sertões do Brasil.

★

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA

PROVÍNCIAS E ESTADOS: UNIDADES DO BRASIL — Realizou-se no Instituto Nacional de Ciência Política, mais uma sessão cultural, sob a presidência do Sr. Pedro Vergara. Inicialmente, foi dada a palavra ao Sr. Heitor Rocha Faria, que abordou o tema *Províncias e Estados: unidades do Brasil*. O conferencista fez um estudo completo sobre o problema e, baseado em dados históricos e sociológicos, traçou o quadro de sua evolução através das diferentes fases da vida do país. Analisou a questão, primeiro no período colonial, sob o ponto de vista das condições geográficas e das dificuldades da colonização, mostrando depois os perigos surgidos com as invasões francesa e holandesa. Depois passou à fase do Brasil independente, à Monarquia, quando se formaram as províncias semi-autônomas, e em seguida, no regime republicano que deu completa autonomia aos Estados. Afinal, deteve-se no estudo do ambiente político nacional, nos últimos 20 anos, analisando dispositivos das Constituições de 34 e 37, para afirmar que atualmente a nossa unidade nacional, sob qualquer aspecto, acha-se perfeitamente consolidada. Para terminar, o orador apresentou sugestões, que a seu ver contribuiriam para manter essa unidade no período de após-guerra.

Seguiram-se, com a palavra, os Srs. Herberto Dutra e Benjamim Vieira.

Encerrando a sessão o Sr. Pedro Vergara fez comentários aos trabalhos pronunciados.

CONFERENCIA SOBRE VASCO DA GAMA — O Instituto Nacional de Ciência Política realizou no dia 27 de janeiro último, no salão do Conselho da A.B.I., mais uma de suas sessões culturais.

Abriu os trabalhos o Sr. Pedro Vergara, que convidou para presidir a sessão o ministro Viriato Vargas.

Foi dada inicialmente, a palavra ao Sr. Mário Monteiro, que discorreu sobre o tema *Vasco da Gama estará nos Jerônimos?*. Principiou o orador por mostrar como surgiu o nome de Gama, em Portugal, historiou, sucintamente, os heróicos feitos do grande Vasco da Gama, ressaltando a importância do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, empresa que havia de encher para sempre de glória a história de Portugal, e, depois, passou a mostrar como os restos mortais do Gama foram da Índia, onde morreu, para a Igreja de Nossa Senhora das Relíquias de Vidigueira e como houve lamentável engano na transladação dos mesmos para o mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, quando dos festejos do tricentenário da descoberta da Índia. Afirmou, então, baseado em dados de sumo valor histórico, que os restos trasladados foram os de D. Francisco da Gama, que estavam enterrados na referida igreja, do lado de epístola, e não os de Vasco da Gama, que estavam enterrados do lado do Evangelho, visto estarem trocados os epitáfios, conforme provou com documentos de toda a fé e valor probante. Teceu comentários sobre os esforços despendidos por Teixeira de Aragão para que os verdadeiros ossos do Gama fossem para os Jerônimos e provou como isso nunca se realizou, até a presente data.

Seguiram-se no uso da palavra os Srs. Renato Travassos e Gildo Lopes.

O tenente Majela Bijos, pedindo a palavra, propôs comemorasse o Instituto com uma ses-

são especial o próximo aniversário da terminação da revolução farroupilha, a verificar-se a 1.º de março vindouro. A proposta foi aclamada pela mesa e pela assembléia, tendo o presidente do Instituto designado o primeiro sábado de março para a realização dessa sessão comemorativa.

Encerrando a sessão, o ministro Viriato Vargas teceu elogiosos conceitos sobre os trabalhos proferidos pelos oradores.

★

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

CONCEDIDO AFORAMENTO CONDICIONAL DE TERRENO ACRESCIDO DE MARINHA — O Presidente da República, assinou no dia 4 de janeiro último, o Decreto-lei n.º 7 227, excluindo das disposições do Decreto-lei n.º 2 803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona situado no Distrito Federal; concedendo-lhe o aforamento condicional, com isenção de foros à Sociedade Nacional de Agricultura.

★

Certames

CENTENÁRIO DO BARÃO DO RIO BRANCO

OS TRABALHOS DA COMISSÃO PREPARATÓRIA DAS COMEMORAÇÕES — A Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco reuniu-se no Palácio Itamarati, para leitura dos trabalhos já realizados e que serão apresentados ao ministro das Relações Exteriores.

Estiveram presentes, além dos membros da Comissão Preparatória, os Srs. ministro Ataúlfo de Paiva, os representantes dos ministros da Justiça, Trabalho, Educação e Viação; coronel Jonas Correia, secretário da Educação da Prefeitura; general Sousa Doca, os representantes do Instituto do Cinema Educativo; do DEIP do Estado de São Paulo, da Biblioteca Nacional, da Imprensa Nacional; os Srs. Alvaro Lins, Santa Rosa, Belens Bezzi e muitas outras figuras de destaque, além de chefes de Serviço e funcionários do Itamarati.

Dando a palavra ao primeiro secretário Jorge Latour, chefe do Serviço de Documentação do Itamarati, foi lida uma exposição das atividades desenvolvidas pela comissão relatando o que já foi feito até o presente momento e que consta do seguinte: publicação das obras do barão do Rio Branco, que serão editadas pela Imprensa Nacional, publicação de uma biografia popular, por concurso, com a colaboração do DIP, criação do Instituto Rio Branco; monumento aos demarcadores de nossas fronteiras; exposição de mapas originais, livros, objetos e outras relíquias de Rio Branco; um filme sobre a vida do grande brasileiro, em colaboração com o Instituto de Cinema Educativo, emissão de selos comemorativos; ciclo de conferências sobre Rio Branco; plano cívico educacional traçado pelo Ministério da Educação e Saúde, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, e Associação Brasileira de Educação; álbum iconográfico sob a direção do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional; e reconstrução da casa em que nasceu o barão do Rio Branco pela Prefeitura do Distrito Federal.

Terminada a leitura, o chanceler Leão Veloso que já havia assumido a direção dos trabalhos, teve palavras de louvor para os trabalhos da Comissão Preparatória composta dos Srs.: Jorge Latour, chefe do Serviço de Documentação; cônsul Beata Vettori, Aurélio Pôrto, Renato Almeida, cônsul Jaime de Barros, secretário Fernando Sabóia de Medeiros e cônsules Roberto Luís Assunção Araújo, Murilo de Miranda Basto, Jorge Taunay, Jorge Maia e Jango Fischer.

Encerrando a sessão o ministro Leão Veloso agradeceu o comparecimento das pessoas presentes.

OS ATOS E SOLENIDADES PROGRAMADOS PELO ITAMARATI — O Itamarati esta ultimando o plano básico das grandes comemorações nacionais do centenário do nascimento do barão do Rio Branco. Vem a Chancelaria emprestando dedicada atenção à iniciativa que culminará nos festejos de 20 de abril, data do nascimento do "Deus terminus" de nossas fronteiras.

Os trabalhos da Comissão Preparatória das Comemorações, que é dirigida pelo secretário Jorge Latour e tem o apoio direto do ministro Alves de Sousa, chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores, seguem em ritmo acelerado, já agora com a colaboração de todos os órgãos da administração pública, das interventorias estaduais e os governadores dos Territórios, alguns dos quais — Acre, Amapá e Iguazu — conquistados pelo barão em arbitragens memoráveis.

A referida Comissão não se preocupa apenas com as comemorações do dia 20 de abril e com a parte decorativa do programa: tem um plano nacional, de âmbito ao mesmo tempo profundo e popular, digno da figura do grande brasileiro cuja memória será reverenciada.

Em suas linhas gerais, o plano básico compreenderá: a publicação da Coleção Rio Branco, edição das obras completas do Barão (pelo menos dez volumes), com uma introdução geral do embaixador Araújo Jorge, que foi um dos seus secretários; criação do Instituto Rio Branco, centro de altos estudos e de preparação funcional, anexo ao Itamarati; concurso de desenhos e maquetas para o projeto de um monumento aos demarcadores; emissão de três selos comemorativos, em diferentes valores, mantida uma agência especial de venda, com intenção simbólica, no saguão do palácio Itamarati; concurso de uma biografia popular, para distribuição gratuita nas escolas, quartéis e estabelecimentos fabris; uma série de conferências, ciclo Itamarati, a cargo de valores autênticos; bibliografia do Barão, com anotações; edição de um filme de caráter educativo; edição de um álbum iconográfico; publicação de uma biografia do Barão, em dois volumes, da autoria de Alvaro Lins; finalmente, uma exposição comemorativa do 1.º centenário do nascimento de Rio Branco.

O projeto de organização dessa exposição, feito pelo cônsul Murilo de Miranda Basto, já foi aprovado. Sabe-se, portanto, que ela será dividida em duas secções; a de móveis e objetos de arte que pertenceram ao Barão e a de documentos sobre a sua vida e obra.

A primeira realizar-se-á nas salas do pavimento superior do palácio Itamarati, atualmente guarnecidas por grande número de móveis e objetos artísticos provenientes do seu

espólio, inclusive tapeçarias e cortinas. A segunda efetuar-se-á nas galerias laterais e salas internas do pavimento térreo, de pisos de mármore, amplas e bem iluminadas.

Será inaugurada a Exposição no dia 20 de abril próximo. Os objetos de pequenas dimensões, de valor real ou estimativo, bem como os livros e documentos serão expostos em vitrinas ou mostruários com tampo de vidro transparente. Os mapas e gravuras serão colocados em molduras envidraçadas. Quanto à documentação fotográfica, será apresentada em uma série de artísticos painéis, cada qual localizando uma das principais fases da vida pública e particular de Rio Branco.

O material exposto na galeria dos bustos do Itamarati incluirá: móveis, tapeçarias e cortinas; objetos de arte; a coleção de quadros, entre os quais se incluem autênticos Watteau, Corot, Cavarini e Ziem; livros com anotações do próprio punho de Rio Branco; a coleção cartográfica, entre cujas peças encontram-se algumas por ele mesmo desenhadas; os manuscritos das *Memórias* por ele redigidas para a defesa dos direitos do nosso país nas questões territoriais com a República Argentina, França e Grã Bretanha, (Missões, Amapá e Guiana Britânica); os originais das sentenças arbitrais e dos tratados e outros ajustes internacionais subscritos por Rio Branco; as primeiras edições das notáveis obras histórico-geográficas, biografias e outros trabalhos de sua autoria; os títulos nobiliárquicos e os que lhe foram conferidos por instituições científicas e culturais; as condecorações com que foi agraciado e os respectivos diplomas; e muitas outras coisas.

As peças que figurarem nas duas seções da Exposição constarão de um catálogo ilustrado com reproduções fotográficas de algumas das mais valiosas peças expostas. Os exemplares serão distribuídos gratuitamente aos visitantes.

A sala onde faleceu Rio Branco, que é, hoje, gabinete do embaixador Leão Veloso, ministro de Estado, será franqueada ao público em dias previamente fixados.

Aí estão, em traços rápidos, algumas partes do grande programa das comemorações do centenário do nascimento do barão do Rio Branco.

CONFERÊNCIA ECONÔMICA INTERNACIONAL — Foram as seguintes as conclusões aprovadas pela Conferência Econômica Internacional, sobre a industrialização de áreas novas, de acordo com o relatório apresentado pela respectiva Comissão, em que o delegado brasileiro, Sr. Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, obteve a incorporação dos pontos de vista brasileiros:

“Um padrão de vida elevado, em qualquer parte do mundo, só pode ser obtido por meio de um consumo em estado de crescimento. O consumo elevado exige uma produção alta e a colocação dos frutos dessa produção nas mãos do consumidor a preços que este último possa pagar. O povo de qualquer nação pode prosperar e desenvolver o seu próprio bem-estar, somente tornando mais eficaz o uso de seus próprios recursos nacionais, quaisquer que sejam eles. As prodigalidades da natureza se acham onde nós as encontramos, e se essas prodigalidades forem eficazmente usadas para elevar o padrão de vida em toda parte, a produção de cada nação deve ser completada e apoiada pelo comércio internacional.

A produção elevada, o comércio elevado e o consumo elevado são as realidades sobre as quais os homens podem alicerçar a sua libertação da necessidade e do medo. Através dessas realidades, os povos e todo o mundo, reconhecerão o desejo universal de uma oportunidade para trabalho pacífico e em segurança. A grande

oportunidade que a idade da energia elétrica e das máquinas nos deu reside na capacidade aumentada dos povos de todas as terras de tirar maior proveito das coisas de que necessitam para si mesmos, e de obter dos demais todas as coisas para seu uso que forem oferecidas em condições acessíveis. Isso quer dizer que cada nação deve desenvolver a sua capacidade de produzir ao mais alto grau, até onde o permitirem seus recursos e seus meios, e que essa capacidade de produzir deve ser empregada, diretamente ou por meio de comércio internacional, com uma base para o levado consumo.

As nações que possuem experiências da técnica industrial, e que dispõem de capital para investimento e empréstimos externos, têm um papel crítico e vital a desempenhar no comércio mundial de após guerra. Este papel reside no setor do próprio comércio internacional (o intercâmbio multilateral de mercadorias a serviço entre as nações do mundo) e no campo de participação ativa e construtiva da industrialização crescente, que é inevitável e muitas terras. O papel de qualquer país em condições de exportar capitais no processo da industrialização do mundo pode ser melhor desempenhado através de uma sólida e inteligente política de investimento de capitais em iniciativas lucrativas no exterior, e de uma assistência técnica e especializada que apoie o investimento e garanta seu êxito.

A medida que os países do mundo melhorarem economicamente, à medida que aumentarem a eficiência de sua produção e que expandirem seu poder aquisitivo pelo desenvolvimento de seus recursos, o sistema do comércio mundial mudará, mas o ritmo integral do comércio e da atividade industrial de todas as áreas se acelerará. Os benefícios da industrialização crescente através do mundo são portanto aqui encarados como se aplicando não somente às áreas em que tal industrialização crescente ocorrer, mas também ao mundo em geral, inclusive aos países já largamente industrializados.

No estudo dessa questão da industrialização crescente, o escopo de nossa análise focaliza a industrialização de países não desenvolvidos, a modernização ou expansão de indústrias existentes, e a reindustrialização, a longo prazo, das áreas devastadas. Reconhece-se as considerações de socorros humanitários e de reconstrução imediata das áreas devastadas têm prioridade no acesso a todos os recursos disponíveis. A industrialização, tal como é discutida nesta Seção da Conferência, deve ser entendida como a modernização progressiva dos meios de produção dos artigos essenciais à melhora dos padrões de vida. Nesse campo, há muita oportunidade para o esforço cooperativo e para o benefício mútuo.

O benefício mútuo é a única base adequada para o movimento de capitais de um país para outro, para fins de industrialização. O capital não se movimentará de um país em condições de inverter a não ser que haja uma certeza razoável de que ele estará a salvo de discriminação e confisco, e de que será produtivo, no país a que se destina. O país exportador de capital deveria diminuir obstáculos no que diz respeito aos serviços ligados ao rendimento e amortização dos investimentos de seus cidadãos no estrangeiro. — O país importador de capital deverá conceder tratamento leal e equitativo ao capital estrangeiro; os inversores deverão agir, dentro do sistema legal do país em que a inversão é feita, de modo a contribuir para o bem estar social e econômico do país que recebe o investimento.

Importante fator a ser estudado, nesse particular, é a escala em que a industrialização pode ser empreendida em determinado país.

Nem as ambições indevidas de países relativamente não desenvolvidos, nem o entusiasmo desenfreado de certos indivíduos grupos nos países industriais mais adiantados, deverão perturbar um juízo honesto. Os povos de países não desenvolvidos poderão vir legitimamente a procurar o desenvolvimento de suas próprias indústrias, baseados nos seus próprios recursos naturais e apoiados por seu próprio trabalho produtivo, ainda mesmo que disso resultem, em certas circunstâncias, preços mais elevados. Procurando expandir sua industrialização, do ponto de vista de seus padrões sociais, eles podem escolher em alguns casos, para seus produtos, um preço algo mais alto que o pago pelos mesmos produtos importados. Isso se compreende até certo ponto, mas o preço pode ser, e é muitas vezes, alto demais. Nenhum esforço que vise tal objetivo através de medidas pro-país poderá ser auto-suficiente em todas as coisas, e os maturas ou ultra-ambiciosas poderão resultar na imposição de uma carga intolerável à economia interna. Nenhuma nação poderá privar-se, por motivos de orgulho ou de lucro social mal concebido, das berganhas que outros países lhe possam oferecer.

Importante fator, nesse particular, é a capacidade de cada economia nacional de absorver um programa de industrialização juntamente com o programa de desenvolvimento de toda a sua economia. Deslocamentos econômicos ocorrerão inevitavelmente se, por forma contemporânea, for tentada uma demasiada industrialização. A rapidez com que a crescente industrialização pode ser empreendida nos diferentes países variará de acordo com as diversas condições de cada zona. Uma expansão demasiada rápida da indústria quando for estimulada artificialmente, trará profundas alterações econômicas, e poderá ter consequências sociais altamente perigosas.

Outro ponto importante é a escolha, pelos países adiantados, da assistência especializada que deverão dar à industrialização de áreas novas e não desenvolvidas. Máquinas, capitais, materiais e técnicos não estarão disponíveis de forma ilimitada, e deverão ser empregados só em projetos de maior importância.

E' geralmente aceito que a nação exportadora de capitais deverá observar entre o capital exportado e todo o capital empregado em sua própria economia um certo equilíbrio, e deverá também levar em conta a importação eventual de mercadorias a serviços necessários à aplicação prática dos empréstimos, créditos ou investimentos.

Os países que desejarem industrialização crescente deverão reconhecer que o sucesso de seus esforços dependerá largamente dos seguintes pontos:

- a) matérias primas em quantidade e qualidade adequadas, a preços de concorrência;
- b) fontes adequadas e suficientes para a produção econômica de energia;
- c) disponibilidade da direção, nacional ou estrangeira, e da mão de obra com o necessário grau de especialização;
- d) leis do trabalho e práticas administrativas equitativas e razoáveis;
- e) mercados que sejam suficientemente amplos e atingíveis;
- f) sistemas fiscais e regulamentos administrativos que permitam ao capital um lucro adequado que possa ser movimentado;
- g) acesso, em iguais condições, e sem restrições, ao câmbio externo suficiente para fornecer numerário para juros e pagamentos de amortização de empréstimos e dividendos;

h) custo de produção, por unidade que permita negócios lucrativos.

Qualquer programa de industrialização requer, como primeiro termo essencial, capital adequado, e equipamento e instalações eficientes. Igualmente essencial, contudo é a aplicação de técnica de dirigir e da técnica de executar ("know-how") para o uso contínuo e efetivo das instalações feitas. Para esse fim, a direção e o pessoal técnico do país exportador de capitais deverão ser livremente admitidos no país que deseja a industrialização, e deverão receber tratamento igual ao do pessoal admitido *in loco*. E' importante que o pessoal local seja treinado tão rápida e eficazmente quanto possível para a participação na responsabilidade de direção e técnica. A educação e o treinamento desse pessoal local deverão ser intensivamente, empreendidos no país que exporta capital, e onde as técnicas necessárias têm origem.

Paralelas a todas essas considerações e de vital importância para qualquer programa de industrialização empreendido em qualquer país, são a necessidade de estabilidade interna e de justiça no país em que a industrialização se processa, e a necessidade de uma estrutura mundial que garanta a segurança internacional e a paz. Como homens de negócios, pedimos aos nossos governos, em toda parte, que façam tudo para assegurar esses objetivos.

Contribuindo para tais objetivos, recomendamos a esta Conferência sugira a adoção de um código internacional de práticas comerciais legais e de ética dos negócios; e recomendamos a inclusão, em tal código dos pontos de vista de política e procedimento que anteriormente expusemos."

X CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPERANTO — A Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Esperanto reuniu-se nesta capital em abril próximo. O seu presidente, embaixador J. C. de Macedo Soares, já registrou 267 congressistas, afora os membros da comissão de honra e patrocinadores, associações esperantistas, 44 instituições não esperantistas e 208 esperantistas e esperantófilos. Os 267 congressistas são assim localizados: Rio de Janeiro, 89; São Paulo, 45; Bahia, 29; Minas Gerais, 23; Rio Grande do Sul, 15; Pernambuco, 12; Estado do Rio, 11; Uruguai, 9; Argentina, 9; Estados Unidos, 5; Piauí, 3; Pará, 3; Goiás, 2; Ceará, 2; Espírito Santo, 2; Território do Rio Branco, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso, Paraná e Paraíba 1 em cada divisão territorial.

Já estão inscritos como congressistas benfeitores o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Federação Espírita Brasileira, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a São Paulo Cia. Nacional de Seguro de Vida e o Sr. Ismael Gomes Braga.



OS ANAIS DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Realizou-se na sede da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro a primeira reunião da Comissão de Publicação dos Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, composta dos Srs. Prof. A. Raja Gabaglia, Eng. Cristóvão Leite de Castro, Dr. Carlos Domingues, consel. Murilo de Miranda Basto e Prof. Jorge Zarur, que foi designado para substituir o ministro Ponseca Hermes.

Estando já concluídos os trabalhos preliminares de organização dos volumes dos Anais de referido certame, inclusive a parte taquigráfica, a Comissão resolveu enviar os originais ao Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que se encarregará da impressão, para o respectivo orçamento.

De acôrdo com as deliberações tomadas, a obra será impressa em três alentados volumes, onde se reunirá uma centena de teses e trabalhos examinados pelas comissões técnicas e aprovadas pelo plenário do Congresso, conforme o seguinte plano de publicação: TOMO I — Parte I — Da organização do Congresso; Parte II — Da realização do Congresso; Parte III — Das solenidades, conferências, festas, visitas e excursões geográficas realizadas durante o período da reunião do Congresso. TOMO II — Teses e trabalhos sobre Geografia Histórica, Matemática, Física, Bio-geográfica, Humana, das Calamidades, Médicas, Econômicas e Metodologia e Ensino da Geografia. TOMO III — Trabalhos sobre Geografia Regional do Brasil (monografias regionais. Os Anais serão ilustrados com numerosos mapas gráficos e fotografias.

CONGRESSO ECONÔMICO DO OESTE — A Comissão Coordenadora da Representação do Ministério da Agricultura do Primeiro Congresso Econômico do Oeste que terá lugar em Goiânia, na segunda quinzena de maio próximo, realizou mais uma reunião.

Foi resolvido que, dentro do programa traçado, as teses, memórias e indicações destinadas ao Congresso deverão revestir-se de caráter objetivo e, em qualquer caso, ser acompanhadas de conclusões. Quando as teses e memórias excederem de 10 páginas dactilografadas a dois espaços, devem, para facilidade de divulgação, vir acompanhadas de um resumo feito pelo autor. Resolveu ainda a Comissão Coordenadora que os trabalhos dos servidores do Ministério da Agricultura deverão ser entregues na sede do Serviço de Documentação até o dia 30 de abril próximo.

Os membros da aludida Comissão, Sr. Honório de Freitas, Arruda Câmara e José A. Vieira, continuam promovendo entendimentos com os diversos órgãos da Agricultura com o fim de obter a maior contribuição dos seus técnicos para o Primeiro Congresso Econômico do Oeste.

Após essa reunião, o presidente da comissão, agrônomo Honorato de Freitas, concedeu à imprensa a seguinte entrevista:

"A idéia de realizar um congresso econômico no Oeste partiu de um grupo de estudiosos dos assuntos econômicos do Brasil e foi imediatamente compreendida pelo interventor Pedro Ludovico, que se tornou mais conhecido do Brasil como o criador da famosa cidade de Goiânia.

Cresceu e tomou vulto, pois, aquela idéia quando o interventor em Goiás solicitou a adesão do ministro Apolônio Sales para a concretização do importante certame, o qual como perfeito conhecedor dos problemas econômicos nacionais levou ao presidente Getúlio Vargas,

em bem fundamentada exposição daquele interventor.

Tais e tão convincentes foram as razões do ministro Apolônio Sales que o chefe da Nação houve por bem aprovar o plano traçado para o Congresso, concedendo ainda um crédito especial para auxiliar as despesas com a realização do mesmo.

O ministro Apolônio Sales, em seguida, me designou para empreender uma viagem de observação à região do Oeste, com a recomendação expressa de entrar em entendimentos com os interventores Pedro Ludovico e Júlio Muller com as classes produtoras com os técnicos enfim, para colher as impressões de uma visão de conjunto, através da qual pudesse ser estudada a maneira mais eficiente da representação do Ministério da Agricultura no importante certame.

As impressões que colhi *in loco* e que trouxe ao conhecimento do titular foram as mais animadoras possíveis, de maneira a permitir uma expectativa lisonjeira em torno da realização do Primeiro Congresso do Oeste.

E foi assim, após esses entendimentos, que o interventor Pedro Ludovico — contando já com a adesão de 10 Estados interessados — designou uma Comissão Organizadora, composta dos Srs. Gerson Costa, diretor geral do D. E. I. P. Golano, João de Abreu, diretor da Produção e Cooperativismo, e Câmara Filho, prefeito de Anápolis, a qual ficou encarregada da organização do certame.

Enquanto isso, o ministro Apolônio Sales designou uma comissão para coordenar a representação do Ministério na aquele certame a qual tenho a honra de presidir e está integrada pelo agrônomo Arruda Câmara, chefe da Seção de Pesquisas Econômicas e Sociais do Serviço de Economia Rural, e José A. Vieira, encarregado de Imprensa do Serviço de Documentação.

Trata-se, como se vê, de uma certame onde os técnicos do Ministério da Agricultura irão discutir com os representantes das classes produtoras assuntos da maior significação para a economia nacional, com produção de matérias primas, a industrialização no próprio local da produção, meios de transporte, cooperativismo, colonização, zona de produção e muitos outros temas interessantes, quer no ramo da indústria animal, quer na produção agrícola propriamente dita serão debatidos à luz dos conhecimentos técnicos.

Trabalha intensamente a Comissão Organizadora em Goiás e desenvolve aqui no Rio a sua atividade a Comissão Coordenadora da representação do Ministério, para que na segunda quinzena de maio próximo se instale com a presença do eminente chefe da Nação o I Congresso Econômico do Oeste, como uma afirmação de vontade e uma expressão patriótica de que o verdadeiro sentido de brasilidade está concretizado na "Marcha para o Oeste".

★

Unidades Federadas

AMAZONAS

CENTRO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS — Foi eleita e empossada a primeira diretoria do Centro de Estudos Amazônicos, presidida pelo Sr. Sócrates Bonfim.

O sociólogo amazonense, Sr. Paixão e Silva, credenciado por aquele sodalício, seguiu para o interior do Estado, em viagem de estudos e coleta de documentário sobre as condições de vida e trabalho de nossas populações rurais.

★

GOIÁS

MONUMENTO COMEMORATIVO DA ASSINATURA DO CONVÊNIO DE LIMITES DE MINAS E GOIÁS — O Sr. Pedro Ludovico, interventor federal nomeou o Sr. Coleman Natal Silva, presidente do Instituto Histórico e Geográfico, para representar o Estado de Goiás na cerimônia da inauguração do monumento mandado erigir pelo governo de Minas, comemorativo da assinatura dos convênios de limites.

★

MINAS GERAIS

Secretaria da Agricultura

REFLORESTAMENTO E PROTEÇÃO DAS FLORESTAS NATURAIS — O secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Sr. Lucas Lopes, acaba de aprovar um plano de reflorestamento destinado a grande repercussão.

Além dos trabalhos normais de incentivo ao reflorestamento e proteção das florestas naturais que vem realizando aquela Secretaria, através da distribuição de sementes e mudas de eucaliptus e outras essências produzidas nos hortos florestais de Cataguases, Ouro Fino, Belo Horizonte, Mar de Espanha e inúmeros campos de sementes, foram iniciados, desde 1943, serviços de cooperação direta para a contribuição de "hortos industriais" em propriedades particulares. Da experiência adquirida em 155 propriedades atendidas foram deduzidas normas de ação que agora serão aplicadas em maior escala.

A Secretaria da Agricultura estudou uma fórmula de contrato de cooperação em que se compromete a dar assistência técnica direta e permanente, aos fazendeiros de áreas próximas aos grandes centros, notadamente de Belo Horizonte, que quiserem constituir hortos florestais em áreas não inferiores a 50 hectares, selecionados por seus agrônomos.

Além da assistência técnica, a Secretaria se compromete a eliminar das áreas escolhidas as pragas, notadamente a formiga, emprestar toda a maquinaria necessário ao horto e fazer as sementais indispensáveis no próprio local, destacando, para isso, um técnico agrícola habilitado.

Fornecerá mais ainda todo o transporte ferroviário do material necessário aos hortos.

Já foi concluída a organização do serviço especializado, que reuniu elementos para auxiliar eficazmente o plantio de, no mínimo, um milhão de pés de eucaliptus nos municípios próximos a Belo Horizonte, durante 1945, sendo que o programa mínimo, a partir de 1946, será de plantio de uma área de 2 milhões de pés de eucaliptus, anualmente.

Todos os interessados deverão dirigir-se ao Departamento de Produção Vegetal da Secretaria, que lhes esclarecerá detalhes dos contratos de cooperação aprovados.

Para atender às necessidades de reflorestamento de municípios do interior, foi aprovado também o programa de um curso prático de silvicultura, para o qual serão convocados operários das Prefeituras.

O curso será dado na Estação Experimental de Agricultura de Belo Horizonte (Horto Florestal) e todas as despesas de transporte e estadia na capital correrão por conta da Secretaria, conforme circular que está sendo distribuída aos prefeitos municipais.

GRAVAÇÃO DE MARCOS NA LINHA DIVISÓRIA DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO — OBELISCO COMEMORATIVO — Em virtude do acordo de limites entre os Estados do Rio e Minas Gerais, consubstanciados nos Decretos-leis 1 200 e 1 201 já se acham bem adiantados os serviços de cravação de marcos na linha divisória dos dois Estados, serviço que vem sendo feito por duas turmas, uma de Muriaé para o norte, a cargo de Minas, com um assistente do Rio de Janeiro e outra de Muriaé para o sul, a cargo de turma fluminense, com um assistente deste Estado. Do mesmo modo, prosseguem ativamente os trabalhos de construção do obelisco comemorativo, que se está levantando em lugar adrede preparado, entre as cidades de Palma e Miracema.

★

PARANÁ

TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE MUNICÍPIO — Em recente reunião da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais foi aprovada por unanimidade um projeto de decreto-lei da Interventoria Federal do Paraná, transferindo para o distrito de Congoinhas, pertencente ao município de Araiporanga, a sede do referido município, o qual passará a ter a denominação de "Congoinhas" e dando outras providências (Processo n.º 1 361 - 44).

★

PERNAMBUCO

CRIAÇÃO DE COMARCAS NO ESTADO — A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, em recente reunião opinou unanimemente, pela aprovação, nos termos do parecer favorável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do projeto de decreto-lei da Interventoria federal em Pernambuco, dispondo sobre a criação de novas comarcas naquele Estado. (Proc. n.º 1 449 - 44).

★

PIAUI

Departamento Estadual de Estatística

RELATÓRIO DO SR. INTERVENTOR FEDERAL — Do relatório apresentado pelo Sr. Interventor Federal no Estado do Piauí ao Sr. Presidente da República, destacamos o seguinte trecho referente às atividades do Departamento Estadual de Estatística:

Continua o Departamento Estadual de Estatística a prestar relevantes serviços à administração. Entre os grandes encargos de que se desincumbiu em 1943, ressaltamos, em primeiro plano, a revisão da Divisão Territorial Administrativa e Judiciária do Estado, a vigorar no período de 1.º de janeiro de 1944 a 1948, exaustivo trabalho de que se desempenhou da maneira a mais louvável. Pela nova revisão e de acordo com as normas ditadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, passou a ser o seguinte o quadro dos municípios piauienses.

- 1 — TERESINA (Capital)
- 2 — Alto Longá
- 3 — Altos
- 4 — Amarante
- 5 — Barras
- 6 — Batalha
- 7 — Beneditinos (ex-São Benedito)
- 8 — Berlengas (ex-Valença)
- 9 — Bertolínia (ex-Aparecida)
- 10 — Bom Jesus
- 11 — Buriti dos Lopes
- 12 — Campo Maior
- 13 — Canto do Buriti
- 14 — Corrente
- 15 — Esperantina (ex-Boa Esperança)
- 16 — Floriano
- 17 — Fronteiras (ex-Socorro)
- 18 — Gilbués
- 19 — Guadalupe (ex-Pôrto Seguro)
- 20 — Jalcós
- 21 — Jerumenha
- 22 — José de Freitas
- 23 — Luís Correia
- 24 — Luzilândia (ex-Pôrto Alegre)
- 25 — Marvão (ex-Castelo)
- 26 — Miguel Alves
- 27 — Oeiras
- 28 — Palmeirais (ex-Belém)
- 29 — Parnaguá
- 30 — Parnaíba
- 31 — Paulistana (ex-Paulista)

- 32 — Pedro Segundo
- 33 — Peripiri
- 34 — São Pedro do Piauí (ex-São Pedro)
- 35 — Picos
- 36 — Pio Nono (ex-Patrocínio)
- 37 — Piracurua
- 38 — Pôrto (ex-João Pessoa)
- 39 — Regeneração
- 40 — Ribeiro Gonçalves
- 41 — Santa Filomena
- 42 — São João do Piauí
- 43 — São Miguel do Tapulo
- 44 — São Raimundo Nonato
- 45 — Simplicio Mendes
- 46 — União
- 47 — Uruaqui.



A carteira de Geografia, do Departamento, levantou plantas de todas as cidades sedes dos municípios — zonas urbanas e suburbanas. Levantou ainda vários cartogramas municipais relativos a meios de transportes e comunicações; preparou mapas e gráficos diversos para vários outros departamentos da administração.

O Departamento de Estatística atendeu a inúmeras solicitações do Governo da União, através de importantes órgãos, especialmente da Região Militar, do Serviço de Mobilização Econômica; do Serviço de Defesa Nacional, etc.

Menciono aqui, com o mais vivo agradecimento do Governo do Estado, a assistência e cooperação que recebemos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Conselho Nacional de Geografia.

É de mencionar ainda, a ação eficiente, que representa preciosa colaboração às atividades do Departamento de Estatística, do Diretório Regional de Geografia e da Junta Executiva Regional de Estatística.



DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS ALAS ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICA DA REGIÃO — Foi baixada no dia 10 de janeiro último, a Resolução n.º 26, do Diretório Regional de Geografia, transcrevendo, na íntegra o Relatório das atividades das alas estatísticas e geográficas da região, no ano de 1944.



RIO GRANDE DO SUL

Instituto Histórico e Geográfico

O CENTENÁRIO DA PAZ DE PONCHE VERDE — IV CONGRESSO SUL-RIO GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em sucessivas reuniões que vem realizando, continua os trabalhos de organização das comemorações da paz entre os Farroupilhas e o Império, cujo centenário transcorrerá a 1.º de março do corrente ano.

O governo do Estado, em ação conjunta com o Instituto, deliberou celebrar condignamente a pacificação do Rio Grande do Sul, em 1945. E o governo federal, a seu turno, associando-se diretamente às comemorações projetadas, votou um crédito especial para esse efeito.

Em Ponche Verde, município de D. Pedrito, próximo ao local, em que acampavam Caxias, comandante do exército imperial e Canabarro, comandante das forças republicanas, e onde foram lidas as proclamações da paz ajustada, em 28 de fevereiro e 1 de março de 1845, será

erigido um obelisco comemorativo, tendo em uma das faces a seguinte inscrição: "Nestes campos de Ponche Verde, em 1 de março de 1845, os defensores do Império e os republicanos de Piratini consolidaram a pacificação do Rio Grande do Sul".

De 27 de fevereiro a 2 de março, o Instituto realizará o 4.º Congresso de História e Geografia. Entre as adesões, que já chegaram, a essa reunião de historiadores, destacam-se pela sua significação, as do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se fará representar oficialmente pelo Sr. Alcindo Sodré, diretor do Museu Imperial de Petrópolis; do Conselho Nacional de Geografia, que remeterá várias contribuições ao plenário, conforme comunicação do Eng. Leite de Castro, seu secretário geral; e do Instituto Histórico de Ouro Preto, que além da delegação de poderes ao Sr. Válder Spalding enviará como representante especial o seu diretor perpétuo, Sr. Vicente de Andrade Racioppi.

Já foram entregues à Secretaria do Instituto, as seguintes teses, a serem discutidas no Congresso:

A política dos ministérios e a revolução farroupilha, de Manuel Duarte; D. Pedro II e a pacificação do Rio Grande do Sul, de Alcindo Sodré; As causas da revolução farroupilha e a paz de Ponche Verde, de Luis Carlos de Moraes; Foram os chefes farroupilhas republicanos antes de Seival? e A cooperação inter-provincial na revolução farroupilha, de Válder Spalding; Quatro episódios da revolução farroupilha, de Alvaro Cartano; Apontamentos sobre o teatro no Rio Grande do Sul e síntese histórica do Teatro 7 de abril de Pelotas e A barca a vapor "Liberal" — início da navegação a vapor no Rio Grande do Sul e na Marinha de Guerra do Brasil, de Paulo Duval; Causas da revolução farroupilha e Os elementos estranhos na revolução farroupilha, de Otelo Rosa.

O Sr. Válder Spalding apresentou ainda uma memória sobre Osório e a revolução farroupilha.

Além desses trabalhos, tem a Secretaria comunicação de outros, como *Organização política e social da República de Piratini, de Adroaldo Mesquita da Costa; O clero na revolução farroupilha, do padre Luis Gonzaga Jaeger; A revolução farroupilha na Assembléa Provincial, de Olinto San Martin.*



SANTA CATARINA

ORGANIZAÇÃO DO SUB-DISTRITO DA COLÔNIA SANTA TERESA — O Sr. Presidente da República aprovou, nos termos do parecer do Conselho Administrativo, um projeto de decreto-lei da Interventoria Federal em Santa Catarina, que organiza o sub-distrito da Colônia Santa Teresa, criada pelo Decreto-lei n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, referente à nova divisão territorial e judiciária do Estado para o quinquênio 1944-1948.



SÃO PAULO

ESTÂNCIAS BALNEÁRIAS E HIDROTERÁPICAS — O Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores, em recente portaria, resolveu reconhecer como estâncias balneárias a praia do Gonzaga, em Santos, a ilha Porchat, em São Vicente e a cidade de Guarujá, e, como estâncias hidroterápicas as cidades de Lindóia, São Pedro, Serra Negra e Águas do Prata.



Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

SESSÃO INAUGURAL DOS TRABALHOS SOCIAIS DE 1945 — COMEMORAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO CONFERÊNCIA DO SR. TENÓRIO DE BRITO — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 25 de janeiro a sessão inaugural do corrente ano, sob a presidência do Sr. José Tôrres de Oliveira.

Abrindo a sessão, o Sr. Tôrres de Oliveira declara que a inauguração dos trabalhos coincide com o 391.º aniversário da fundação da cidade de São Paulo, mas que o orador inscrito para falar naquela sessão, o coronel Tenório de Brito, ao invés de tratar da história da fundação da cidade, como de praxe nas sessões inaugurais, iria discorrer sobre o tema "O pátio do Colégio e a sede do governo de São Paulo", de grande interesse para a história e a vida da capital do Estado.

Antes, porém, de ocupar a tribuna o conferencista, cumpria dar posse à nova diretoria do Instituto, eleita na sessão de 25 de outubro do ano findo, para o triênio 1945-47. Lida pelo segundo secretário a ata daquela sessão, foi aprovada pelos sócios presentes, tendo o Sr. Tôrres de Oliveira declarado empossada a nova diretoria. Para regularidade dos trabalhos do Instituto, o Sr. presidente procede à nomeação das comissões permanentes para o mesmo triênio, tendo sido feita pelo segundo secretário a leitura dos nomes componentes dessas comissões, de acordo com a relação que segue: *Comissão de Regulamentos e Estatutos, e de Avaliação de Ofertas e Donativos*: Cel. Pedro Dias de Campos, Sr. Amador Florence e Dr. Enzo Silveira; *Comissão de Sindicação e Admissão de Sócios*: Prof. Ernesto de Sousa Campos, Dr. A. P. de Aguiar Whitaker e Cel. Luís Tenório de Brito; *Comissão de Redação da "Revista"*: Drs. Afonso de E. Taunay, Américo Neto do Rêgo Cavalcante e Alvaro Soares Brandão; *Comissão de História*: Dr. Afonso de Taunay, Prof. Tito Lívio Ferreira e Dr. Américo de Moura; *Comissão de Geografia*: embalizador J. C. de Macedo Soares, Dr. José Ribeiro de Sá Carvalho e Prof. Aroldo de Azevedo; *Comissão de Contas*: Sr. João Batista de Campos Aguilra, Dr. Celestino Fazzio e Sr. Roberto Pompílio; *Comissão de Numismática*: Drs. Alvaro de Sales Oliveira, Alvaro da Veiga Colmbra e o Sr. Nicolau Duarte Silva; *Comissão de Filatelia*: Drs. Mário de Sanctis, Roberto Thut e Ricardo Gumbleton Daunt; *Comissão de Genealogia*: Drs. Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira e Bueno de Azevedo Filho; e *Comissão de Etnologia*: Drs. Herbert Baldus, Plínio Marques da Silva Airosa e Jorge Bertolaso Stella.

Ao designar o Sr. presidente que fosse lido pelo primeiro secretário o relatório dos trabalhos do ano, fala o Sr. Domingos Laurito para propor adiamento dessa leitura, a fim de que o auditório pudesse ouvir logo o orador inscrito. A sugestão é posta em votação, tendo o Sr. presidente declarado que não via inconveniente na leitura do relatório, por ser de esperar que as pessoas presentes se interessassem pelas atividades do Instituto; contudo, tratava-se apenas de sua opinião pessoal. Aprovada a proposta pela maioria dos sócios presentes, ocupa a tribuna o Sr. Tenório de Brito, que dá início ao seu trabalho com a leitura de eloqüente trecho de autoria do Sr. Afonso José de Carvalho, sobre a significação do nome "Pátio do Colégio", dado ao largo central da nossa cidade, que, por sua importância histórica, moral e social, é o mais sagrado local da capital do Estado de São Paulo, para onde convergiram sempre todo o carinho e todo o amor dos paulistas investigadores do passado da gente bandeirante. Depois de insurgir-se contra o projeto urbanístico que implica na domo-

lição do antigo palácio do governo de São Paulo, onde funciona presentemente a Secretaria da Educação e Saúde Pública, com o fim de ser erigido, nesse local, um minarete de onde os turistas possam contemplar as chaminés das fábricas da baixada do Brás, o Sr. Tenório de Brito concita os presentes a se esforcem para reintegrar em seu destino histórico a colina sagrada, isto é, na faculdade que ela sempre teve de governar São Paulo, numa tradição ininterrupta de quatro séculos, desde a tejuapaba erguida por Tibiriçá para proteger os filhos da Companhia de Jesus. Foi aí a sede da Câmara de São Paulo, nos albores da nossa história, desde 1562, quando se verificou a transferência, para esta cidade, do conselho de Santo André da Borda do Campo. Depois da expulsão dos jesuítas, passou o governo a ter sede no próprio Colégio, com o Morgado de Mateus, sem mais interrupção, durante séculos, até ao abandono injustificado, há seis ou oito anos, do prédio do tradicional Pátio do Colégio, em plena vigência da segunda República. Melhor fora, prossegue o conferencista, que, em vez de planos urbanísticos de duvidosa vantagem estética, cultuássemos a tradição de nossa gente, já com a adaptação do velho Palácio, enquanto as circunstâncias o permitirem, já com a construção de novo prédio, se as exigências de nosso surto de progresso a tanto obrigarem. E' o que o orador denomina de "pensamento paulista", lembrando que no governo Júlio Prestes, em 1930, fora aberta concorrência para ante-projeto nesse sentido. A seguir, o conferencista evoca os principais vultos que do prestigioso palácio dos jesuítas dirigiram o destino de São Paulo, a partir da Independência, desde o visconde de Congonhas, passando pelo brigadeiro Tobias, Venâncio José Lisboa, barão Homem de Melo, Saldanha Marinho, João Alfredo, Rodrigues Alves, e outros, até ao brigadeiro Couto de Magalhães, último presidente de São Paulo sob o regime monárquico. Ao tratar do governo que, do alto da colina sagrada, dirigiu os destinos de São Paulo durante os quarenta anos denominada República velha, o conferencista não destaca nomes, insistindo em que houve um programa, cuja execução, em linhas gerais, se cumpria independentemente da substituição, na curia presidencial, em cada quadriênio, de um homem por outro homem, exemplo edificante de moral administrativa. Evoca, apenas, a ação conjunta, harmoniosa e contínua dos dirigentes, dos destinos do nosso Estado, sob a égide do partido que fizera a propaganda da República, e cujo programa, atingida a meta, vinha sendo executado com reais vantagens para o Estado e para o país. Conclui o conferencista o seu trabalho apelando para os poderes públicos e para todos os homens de cultura, no sentido de ser restabelecida a galeria dos retratos dos antigos governadores de São Paulo, que figurava no antigo prédio do Palácio, conservando-se o templo que sempre os abrigou.

Com a palavra o Sr. José Tôrres de Oliveira, faz ver que a salva de palmas que se seguiu à oração do coronel Tenório de Brito era a melhor demonstração do entusiasmo da assistência, indicio inequívoco de quanto oportuna fora a sugestão apresentada. Trata-se, continua o Sr. Tôrres de Oliveira, de uma opinião pessoal do orador, mas digna de toda a atenção, pelos problemas de ordem cultural e patriótica que sua exposição acarreta.

O Sr. Tôrres de Oliveira agradece ao auditório o apoio trazido à solenidade.

Não havendo mais quem fizesse uso da palavra, o Sr. presidente declara encerrada a sessão.

Sociedade Brasileira de Astronomia

SESSÃO SOLENE DE SUA INSTALAÇÃO — Foi instalada em São Paulo, a 25 de janeiro passado, a Sociedade Brasileira de Astronomia, que tem como presidente, o Eng. Alípio Leme de Oliveira, diretor do Instituto Astronômico e Geofísico de São Paulo, e diretores, Eng. Norberto de Arruda Camargo, Prof. Henrique Jorge Guedes, Prof. Aroldo de Azevedo, Engs. Melgávio da Silva Rodrigues e Antenor Sampaio de Freitas e Prof. Paulo Ferraz Mesquita.

Na sessão inaugural, realizada no auditório do Instituto de Engenharia, falaram os Engs. Norberto de Arruda Camargo e Alípio Leme de Oliveira.

Depois de acentuar que o mérito da iniciativa cabia ao diretor do Instituto Astronômico e Geofísico de São Paulo, o Sr. Norberto de Arruda Camargo diz que o intuito da Sociedade não é de agrupar apenas astrônomos profissionais: seu escopo é o mesmo das associações congêneres existentes em muitos países civilizados: é o de congregar todas as pessoas que sentem atração pelos estudos da astronomia e das ciências afins, e que desejam aperfeiçoar seus conhecimentos e permutar suas impressões e observações. Todas as pessoas dotadas de cultura geral, grande ou modesta, e até os simples curiosos têm seu lugar neste grêmio.

E passa a apreciar a correlação dos fenômenos astronômicos com a vida da humanidade, mostrando que os homens das civilizações primitivas, forçados pelas realidades da vida cotidiana, se preocupavam muito com essas fenômenos. A respeito insiste em três considerações importantes: a primeira é que os homens antigos conseguiram tão grande acervo de observações sem dispor dos meios que hoje estão ao alcance dos mais modestos amadores, a começar pelos mais eficientes, o relógio mecânico e a luneta; os instrumentos de que dispunham, e dos quais temos descrições ou observamos desenhos, são tão primitivos e grosseiros, que causa espanto a capacidade de observação daqueles homens;

a segunda é que tais observações, amplamente registradas, têm uma aproximação enorme em comparação com as que hoje se podem realizar com instrumentos de alcance e precisão infinitamente maiores e com métodos de cálculo matemático muito mais rigorosos;

a terceira é que todas as observações dos antigos, repousando no princípio fundamental do geo-centrismo, se mostraram igualmente excelentes quando Copérnico revolucionou a astronomia, substituindo o geo-centrismo pelo helio-centrismo.

Depois de afirmar que a astronomia, até Galileu, foi a obra de amadores, curiosos, que não dispunham dos instrumentos de observação dos métodos, de cálculo, nem da ciência acumulada, que estão ao alcance dos mais mo-

desto dos homens modernos civilizados, — lembra o Sr. Norberto de Arruda Camargo que em certos países a contribuição dos amadores é tão generalizada que certos setores estão, praticamente, a eles confiados; por exemplo: a observação das estrelas de brilho variável, a descoberta de estrelas "novas", que aumentam súbita e temporariamente de brilho; a observações da maior parte dos pequenos cometas; o registro das estrelas cadentes, etc., etc.. Enquanto os amadores se especializam nesses setores, os profissionais, nos grandes observatórios realizam outras imensas tarefas que exigem aparelhos especiais, programas de rotina longos e trabalhosos, e cálculos laboriosos e extensos.

No seu discurso, o Sr. Alípio Leme de Oliveira, depois de narrar as preliminares da fundação da Sociedade, passa a discorrer sobre a astronomia. Aos profanos em geral, diz ele, a astronomia se apresenta como uma ciência grave, somente acessível aos iniciados; o povo ainda vê a astronomia como uma ciência oculta cheia de mistérios quase diabólicos presidindo aos destinos da humanidade; o astrônomo é visto com certa dose de desconfiança como um tipo místico, desambientado da sociedade, e, aos olhos das massas, até mesmo como feiticeiro. Os caricaturistas representam-no vestido com um longo domo preto estrelado, tendo na cabeça um barrete cônico alongado, também salpicado de estrelas, figura clássica dos feiticeiros e astrólogos da antiguidade.

Se a cultura astronômica estivesse mais difundida, sem dúvida alguma que estes conceitos estariam tão longínquos de nós, como a alquimia está da química, eles há muito estariam sepultados nas trevas dos séculos.

Continuando, afirma que — em grande parte os verdadeiros responsáveis por este estado de espírito são os próprios professores aos quais foi confiado o ensino da astronomia ou melhor da cosmografia, nas escolas elementares e secundárias. Pois, além de manterem o ensino num terreno absolutamente estéril, em que o estudante não tinha o mais leve contacto com a realidade, ainda apavoraram o candidato com expressões como esta (encontrada num curso de cosmografia):

"Só os grandes sábios podem realmente dedicar-se à astronomia."

Terminando, diz que o estudo da astronomia se impõe a todo homem de cultura geral; ela é útil porque é bela e satisfaz uma necessidade estética do espírito; ela é útil porque mostra ao homem o seu lugar no Universo, satisfazendo assim a uma necessidade especulativa do espírito; ela é útil porque liberta o homem prisioneiro no seu minúsculo planeta, permitindo-lhe pelo pensamento habitar o Universo, dando-lhe a consciência da sua grandeza espiritual e revelando-lhe em todo esplendor a obra da criação".

★

Municípios

ALPINÓPOLIS — (Minas Gerais)

CONFIRMADO O QUADRO TERRITORIAL DA CIDADE — Realizou-se no dia 1 de janeiro último, no edifício onde funciona a Prefeitura Municipal, sob a presidência do Sr. José de Carvalho Faria, prefeito municipal, a sessão solene de efetivação do novo quadro territorial da cidade de Alpinópolis. Aberta a sessão e ouvido o hino nacional o prefeito José de Carvalho Faria, após pronunciar as palavras rituais

declarou confirmadas para todos os efeitos as circunscrições que têm por sede Alpinópolis, que conserva os foros de cidade.

A seguir foi dada a palavra ao orador oficial, Prof. Dermeval Antônio da Silva Passos, que pronunciou um discurso alusivo ao ato.

Encerrando a sessão o prefeito Carvalho de Faria agradeceu o comparecimento dos presentes.

★

CACEQUI — (Rio Grande do Sul)

INSTALAÇÃO DO NOVO MUNICÍPIO — Realizou-se com expressiva solenidade, no dia 1 de janeiro último, o ato de instalação do novo município de Cacequi, criado por Decreto n.º 715, de 28 de dezembro de 1944, do interventor federal no Estado do Rio Grande do Sul.

O prefeito municipal Sr. Roberto Ranquetá Guimarães, deu início à solenidade obedecendo ao ritual oficialmente determinado.

Fizeram parte da mesa diretora dos trabalhos os Srs. Celso Teixeira, Civo Barreto, padre Pedro Vitorino de Camargo e Sr. Ari Domingues, membros da Comissão de Emancipação; Sr. Remi Toscano, médico da Viação Férrea, Sr. Aníbal Jobim Reis, delegado de polícia, Jandir Branco, que funcionava como secretário, e Paulo de Assis Brasil, sub-prefeito do 1.º distrito.

Em seguida, o orador oficial, Sr. vigário Pedro Vitorino de Camargo pronunciou um discurso, no qual se ocupou longamente da significação daquele ato, focalizando, com precisão de detalhes, os motivos que determinaram tão importante deliberação dos poderes governamentais, bem como as promissoras perspectivas que se oferecem ao progresso e aos interesses do município, cuja sede, localizada no maior centro ferroviário da fronteira, banhada por três rios importantes, se encontra em condições privilegiadas para transformar-se, em breve, num grande parque industrial.

Seguiu-se com a palavra o Sr. Civo Barreto, que falou em nome dos habitantes do distrito de Umbu.

★

CAMPOS — (Rio de Janeiro)

A ABERTURA DO CANAL DA FLECHA — Avulta, entre os importantes serviços executados pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, na região de Campos, o canal da Flecha, com 80 metros de largura e 13 000 metros de extensão, que dará escoamento para o mar, das águas da lagoa Feia. Este canal, partindo da extremidade leste da lagoa, vai em linha reta até a costa no local denominado Barra do Furado, onde, rompendo a duna de areia, alcança o Oceano. O valor dessa obra para o município de Campos, é inestimável. Garantindo saída às águas da lagoa — grande reservatório das imensas bacias dos rios Macabu, Prata, Uruguai e outros, o canal deixará a salvo das constantes cheias, tão prejudiciais ao município, uma vastíssima área até então de aproveitamento problemático.

O desenvolvimento intensivo dos trabalhos, com o emprego de maquinismo adequado, já tornou possível fazer a junção do canal da Flecha com o antigo canal da Onça, o que acaba de ser realizado, vindo-se, pela primeira vez, correrem águas provenientes da lagoa Feia para o oceano por esse grande canal que ligaria permanentemente a grande lagoa do tamanho da baía de Guanabara, com o mar. Evitam-se, assim as inundações periódicas que vinham ocorrendo com o alteamento de nível, pela afluência das águas dos grandes rios Uruguai, Prata, Macabu e outros, responsáveis, sem dúvida, pela grande cheia de 1942, em que essa lagoa atingiu 5,20 metros cota até então nunca atingida.

Essa grande obra de engenharia hidráulica, bem como a construção do dique de Campos, estão compreendidos no plano elaborado pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góis, diretor dos Departamentos de Obras de Saneamento e de Portos, Rio e Canais.

★

CANELA — (Rio Grande do Sul)

INSTALAÇÃO DO NOVO MUNICÍPIO — Realizou-se no dia 1 de janeiro último a solenidade da instalação do município de Canela e a posse do prefeito municipal, Sr. Nélson Schneider.

Abriu a solenidade o prefeito de Taquara, Sr. Francisco Holmer, declarando emancipado o município e transmitindo a administração ao prefeito nomeado, Sr. Nélson Schneider que assumiu a presidência da sessão.

O prefeito empossado saudando a assistência, convidou a entoar o hino nacional, lendo em seguida o termo de compromisso e a ata da instalação.

A seguir foi dada a palavra ao Sr. Pedro Sander, que desenvolveu o histórico da vida de Canela, terminando por oferecer a solidariedade da população local ao novo administrador. Em seguida, falou o Sr. Francisco Montenegro, presidente do Tiro de Guerra. Após, fez o histórico de Canela o prefeito de Taquara, congratulando-se com o seu povo por haver conseguido realizar antiga e justa aspiração. O Sr. Nélson Schneider encerrando a sessão agradeceu e convidou a assistência, para, junto ao monumento do Cel. João Correia, prestar uma homenagem ao saudoso fundador desta localidade, havendo o Sr. João Kessler Coelho de Sousa traçado a biografia do benemérito cidadão e lido em seguida a ata da criação do distrito de Canela, há 19 anos.

Mais tarde efetuou-se uma romaria ao cemitério, onde foram depositadas coroas nas sepulturas do Cel. João Correia, major Henrique Mugfeld, 1.º sub-prefeito local, bem como na sepultura mais rasa, ali existente. Falaram nessa ocasião o vigário Hickmann e o professor Valdomiro Ramos.

★

GUARANTA — (São Paulo)

INSTALADO O NOVO MUNICÍPIO — No dia 1 de janeiro último realizou-se a instalação do novo município de Guarantã, criado pelo Decreto n.º 14 334, de 30 de novembro de 1944.

A sessão solene de instalação verificou-se no Paço Municipal. Após ter sido cantado o hino nacional, o Sr. Hipólito Pôrto Neto, primeiro prefeito nomeado, abriu a sessão e depois de ter feito a leitura do decreto de criação concedeu a palavra ao Sr. Domingos dos Santos Abreu, que pronunciou uma oração referente ao ato.

Fizeram uso da palavra, a seguir, vários oradores.

★

ITABORAÍ — (Rio de Janeiro)

INSTALADA A NOVA COMARCA — Foi instalada solenemente no dia 11 de janeiro último, a nova comarca de Itaboraí, recém-criada por ato do Sr. interventor federal. Usou da palavra o Sr. João Augusto de Andrade, prefeito municipal, saudando o Sr. Joaquim Vieira Ferreira, nomeado para exercer as funções de juiz de Direito da nova comarca.

Falaram, ainda, vários oradores.

★

ITAPARICA — (Bahia)

SUA PARTICIPAÇÃO NAS LUTAS DA INDEPENDÊNCIA CONTRA O JUGO PORTUGUÊS — Comemorou-se no dia 7 de janeiro último, a participação de Itaparica nas lutas da inde-

pendência contra o jugo português. Grandes festividades foram levadas a efeito para homenagear a memória dos seus bravos libertadores, destacando-se uma passeata cívica e uma missa solene.

★

LIMÓEIRO DO NORTE — (Ceará)

POSSE DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DE LIMÓEIRO — Realizou-se no dia 7 de janeiro último, sob a presidência de D. Aureliano Matos, bispo diocesano, a sessão solene para a posse da nova Diretoria eleita para 1945, que ficou assim constituída:

Presidente — Franklin Gondim Chaves,

DIRETORES DE DEPARTAMENTO

Secretaria e expediente: Miguel Cláudio Nunes,

Tesouraria: Gaudêncio Ferreira de Freitas,

Comércio: Odilon Odílio da Silva,

Pecuária: Antônio Solon Osterne,

Agricultura: Antônio Leite Barbosa,

Indústria: José Guilherme Ferreira,

Estradas e Vias de Comunicação: Adolfo Casimiro,

Estatística: Cândido Gadelha,

Educação: Abelardo Gurgel Costa Lima,

Propaganda: Napoleão Nunes Maia.

Falaram além do Sr. presidente, os Srs. Abelardo Gurgel Costa Lima e Expedito Costa Maia. Encerrando a sessão D. Aureliano Matos teceu comentários elogiosos à Sociedade.

INAUGURADO O AÇUDE TABORDA — Foi solenemente inaugurado no dia 2 de janeiro último, no município de Limoeiro do Norte, no lugar Jardim, distrito de Alto Santo, pelo Sr. interventor federal, o açude Taborda, com capacidade de 10 285 700 metros cúbicos. Falou nesta ocasião o Eng. Paulo Torcápio Ferreira, diretor da Diretoria de Viação e Obras Públicas no Ceará.

★

MACAPÁ — (Território do Amapá)

DESBRAVAMENTO DO RIO JARI — Seguiu no dia 16 de janeiro último, sob a direção do guarda-enfermeiro do Departamento de Saúde e acompanhada pelo prefeito de Mazagão, a turma de trabalhadores que irá desbravar, no rio Jari, a sede de uma futura povoação, a ser erguida em local apropriado, alto e saneável, devidamente escolhido para a construção de escola, posto de higiene, posto fiscal e para permitir que o agrupamento facilite a recuperação da saúde do povo daquela região, tão rica das melhores matérias primas da Amazônia.

★

OSÓRIO — (Rio Grande do Sul)

REALIZAÇÃO DUMA "CONGADA" — A Associação Riograndense de Música promoveu a realização duma "congada" em Osório, onde, por muitos anos, tinham lugar, entre a população negra, principalmente do interior do município, estes originais festejos.

Abandonadas durante muitos anos, revivem agora estes costumes, de acordo com os mesmos hábitos de outrora. Na "congada" promovida em Osório e que constituiu um legítimo acontecimento, incluiu-se tudo, desde o desfile,

bailes, "assaltos", guarda do altar de Nossa Senhora do Rosário na casa das festas, até, finalmente, a coroação e a procissão.

De par com a intenção elogiável de fazer renascer uma tradição das mais populares, a A.R.M. teve em vista a pesquisa, tanto de caráter musical como histórico. O filão riquíssimo oferecido pela festa negra de Osório, foi bastante aproveitado.

Colhendo o material musical, o professor Ênio de Freitas e Castro, presidente da Associação Rio-Grandense de Música, registrou ritmos e canções características, ao passo que o professor Dante de Laytano, presidente da Comissão de Folclore da citada Associação, recolheu o material histórico.

A Prefeitura de Osório foi incansável para que tudo se realizasse a contento.

Na reabilitação das "congadas", empenharam-se vivamente o prefeito Sr. Israel Mariense de Lemos, o secretário da Prefeitura, Sr. Nelson de Sousa, juiz municipal, Sr. Júlio Porto, e o padre Pedro, vigário da paróquia.

De Porto Alegre, seguiu para Osório uma caravana especial, integrada pelos professores Ênio de Freitas e Castro, Elpidio Ferreira Pais, Dante de Laytano, e Srs. Guilhermino César e Xavier da Rocha.

★

PALMITAL — (São Paulo)

CRIAÇÃO DA COMARCA DE PALMITAL — Comemorou-se no dia 1 de janeiro último, com expressivas solenidades, a criação da comarca de Palmital.

No salão nobre da Prefeitura Municipal, procedeu-se à sessão solene comemorativa da criação da comarca de Palmital. Presentes todas as autoridades do município, e sob a presidência do prefeito Ciro Pereira Leite, secretariado pelo Sr. Joaquim Gonçalves, foi iniciada a sessão magna, sendo tocado e cantado o hino nacional. A seguir, pelo prefeito municipal foi declarada aberta a sessão, proferindo as palavras rituais, e, findas estas, dada a palavra do orador oficial, Sr. Clóvis de Camargo Bueno que proferiu o discurso alusivo ao ato.

Usaram ainda, da palavra, vários oradores.

★

PIRACICABA — (São Paulo)

CONFIRMAÇÃO DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Realizou-se no dia 1 de janeiro último, a cerimônia da confirmação da circunscrição administrativa e judiciária do município de Piracicaba.

A solenidade foi presidida pelo Sr. João Mendes, juiz substituto, representando o Sr. Francisco de Barros Pinheiro, juiz de Direito da comarca, achando-se presentes as autoridades locais e grande número de pessoas representativas da sociedade piracicabana.

O Sr. João Mendes, abrindo a sessão, declarou, em nome do governo do país, confirmada solenemente a circunscrição judiciária e administrativa do município, em cuja sede se realizava a sessão que presidia.

Em seguida, falou o Sr. Ricardo Ferraz de Abreu Pinto, que pronunciou um discurso sobre o ato, sendo muito aplaudido.

★

PORTO ALEGRE — (Rio Grande do Sul)

TRABALHOS DE LEVANTAMENTO DA REGIÃO DAS LAGOAS — O problema da ligação de Porto Alegre com o mar permanece no plano das cogitações do governo do Estado, estando, agora, a Secretaria de Obras Públicas, dedicada à realização do projeto. Como uma das primeiras medidas, foi ordenado, pelo titular da Secretaria, o início dos trabalhos de levantamento, *in loco*, da região das lagoas que marginam o Atlântico, pois o plano mais viável é o que torna esses depósitos d'água navegáveis, com ligações por meio de canais que virão lançar-se do Guaíba. A turma de engenheiros das obras públicas já seguiu para o local.

★

RIBEIRA — (São Paulo)

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE GEOGRAFIA — O Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, aprovou com as emendas sugeridas pela Consultoria Jurídica, o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Ribeira instituindo naquele município o Diretório Municipal de Geografia.

★

SALVADOR — (Bahia)

COMEMORAÇÃO DO "DIA DO MUNICÍPIO" — Comemorou-se, no dia 1 de janeiro último, em todo o país, o "Dia do Município". Na capital baiana, as solenidades se revestiram de brilhantismo, tendo a Prefeitura do Salvador cumprido um programa que contou de diversas cerimônias. No salão nobre da Prefeitura e com a presença de diretores, chefes de seção, funcionários, representantes da imprensa e pessoas gradas, o engenheiro prefeito Elísio Lisboa fez uma saudação ao funcionalismo. Após a saudação o engenheiro Elísio Lisboa fez entrega do prêmio "Oliveira Campos", ao jovem Gentil Santos.

O prêmio "Oliveira Campos", foi instituído pela Prefeitura para ser conferido ao consulente da Biblioteca Pública mais assíduo e interessado em obras didáticas sobre geografia do Brasil, durante o ano de 1944.

Em seguida à entrega do prêmio, foi feita a distribuição dos primeiros volumes dos *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, obra de grande valor que vem de ser editada pela Diretoria do Arquivo e Divulgação da Prefeitura. Esta obra é a primeira de uma série de publicações daquela importante repartição municipal, que passou por completa reforma, para atender as suas altas finalidades, no que se refere à preservação e divulgação do vasto manancial histórico. O referido trabalho encerra valiosos e interessantes documentos, abrangendo o período que vai de 1625 a 1641, época agitada da invasão holandesa. Contém, igualmente, referências importantes sobre o movimento de "entradas" contra os mocambos de Itapicuru e o "Gentio da Santidade". A divulgação dos *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, constitui uma das contribuições da Prefeitura no programa comemorativo do 4.º centenário de fundação da cidade, a transcorrer no próximo ano de 1949, efeméride que assinala a instalação do primeiro governo geral português no Brasil.

Também foram inaugurados pelo engenheiro Elísio Lisboa, vários melhoramentos urbanos.

O 4.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CAPITAL BAIANA — A data da fundação da cidade do Salvador tem sido assunto discutido

e os historiadores não conseguiram chegar a definitiva fixação do dia exato em que se deu a fundação da cidade que foi a primeira capital do Brasil. Aproximando-se o ano da celebração do quarto centenário do ato tão importante para a vida nacional, ao tempo em que se preparam grandiosas solenidades comemorativas, houve por bem o Sr. prefeito estimular a discussão do assunto, para que se faça luz sobre o mesmo e afinal se possa atingir o desideratum da determinação do dia da cidade, da data e sua fundação. Neste sentido é que o governador da cidade deu publicidade a um projeto de decreto-lei, que está exposto ao pronunciamento dos entendidos, sendo mesmo de esperar-se que falem os pesquisadores dos arquivos. E' do seguinte teor o mencionado projeto de decreto-lei: "O Prefeito do Município do Salvador, Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe confere o art. 12 n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, Decreta: Art. 1.º — E' considerado feriado municipal o dia 1 de maio — data comemorativa da instalação e fundação da cidade do Salvador em 1549. Parágrafo único — A Prefeitura comemorará, anualmente, essa data com solenidades que rememorem as origens da cidade e a instituição do primeiro governo geral do Brasil. Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário."

★

SANTOS — (São Paulo)

CONFIRMAÇÃO DO QUADRO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO — Em cerimônia que se revestiu de solenidade e que contou com a presença de altas autoridades civis e militares, realizou-se no dia 1 de janeiro último, no Paço Municipal, o ato de confirmação do quadro territorial do município de Santos, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 14 334, de 1944.

O ato foi presidido pelo Sr. Euclides de Campos, juiz de Direito da 2.ª Vara Cível e diretor do Forum, secretariado pelo Sr. Francisco Paino, diretor administrativo da Prefeitura Municipal. Participaram ainda da mesa que dirigiu os trabalhos o Sr. Antônio Gomide Ribeiro dos Santos, prefeito municipal; Sr. João Teófilo de Medeiros, inspetor da Alfândega de Santos; Sr. Francisco de Figueiredo Nêlva, presidente do Instituto Histórico e Geográfico, e Sr. Afonso Celso de Paula Lima.

Abertos os trabalhos, o Sr. Euclides de Campos disse em rápidas palavras do fim da solenidade, convidando a assistência a ouvir o hino nacional, que foi executado pela banda de música do Corpo de Bombeiros, sob a regência do maestro Antônio Garófalo.

Novamente com a palavra, o presidente da mesa apresentou o orador oficial da solenidade, Sr. João Alves Feltosa, chefe do Serviço Social de Assistência, que proferiu substancial discurso.

Por último foi lavrada e assinada pelos presentes a ata.

106.º ANIVERSÁRIO DE ELEVÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE — Comemorou-se no dia 26 de janeiro último, o 106.º aniversário de elevação de Santos à categoria de cidade, medida aprovada em sessão da Assembleia Provincial de São Paulo de 26 de janeiro de 1806.

Dentre as solenidades comemorativas destacou-se a do juramento à bandeira de 3 mil reservistas de 2.ª e 3.ª categoria.

★

SÃO LUÍS — (Maranhão)

INSTALADA A INSPETORIA DAS AGÊNCIAS MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA — O Sr. Marcelo Chagas Arouche, delegado especial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instalou recentemente, nesta capital, a Inspeção das Agências Municipais de Estatística.

**SÃO PAULO — (São Paulo)**

391.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Comemorou-se com expressivas solenidades, no dia 25 de janeiro último, o 391.º aniversário da cidade de São Paulo.

A efeméride foi amplamente festejada tendo sido inaugurados pelo interventor Fernando Costa importantes serviços de utilidade pública. Do programa constou imponentes cerimônias religiosas destacando-se a tradicional procissão com a imagem de São Paulo percorrendo as ruas centrais da capital paulista.

**SÃO VICENTE — (São Paulo)**

413.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Comemorou-se com expressivas solenidades o 413.º aniversário da fundação da cidade de São Vicente.

No salão do Paço Municipal, realizou-se uma sessão solene sob a presidência do prefeito municipal Sr. Polidoro de Oliveira Bittencourt. Nessa ocasião usou da palavra o Sr. Ulisses Guimarães, que pronunciou uma palestra alusiva àquela data histórica.

**SARANDI — (Rio Grande do Sul)**

COMEMORAÇÃO DO "DIA DO MUNICÍPIO" — Foi comemorado a 1 de janeiro último, na cidade de Sarandi o "Dia do Município". A solenidade foi presidida pelo Sr. Wolmar Franco, prefeito municipal, falando na ocasião, o Sr. Datero Oliveira.

O município de Sarandi só teve alterado o nome do 3.º distrito, que, de Benjamim Constant, passou a denominar-se Constantina.

**SOROCABA — (São Paulo)**

Estiveram recentemente em Sorocaba os Engs. Lauro Ataíde de Freitas e Leovigildo Trindade, respectivamente chefe e auxiliar do Distrito de São Paulo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, que foram àquela cidade iniciar os estudos para retificação do rio Sorocaba.

Bibliografia

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

ALBERTO STANGE JÚNIOR — *As montanhas de Vitória* — Departamento Municipal de Estatística. — Vitória - 1943.

A Secção de Propaganda e Turismo de Vitória vem promovendo interessantes palestras sobre coisas do Espírito Santo.

Perto de vinte palestras foram proferidas, até agora; a que focalizamos aqui é a décima quinta da série Vitória, repetindo um fenómeno comum a outras capitais provinciais brasileiras é uma cidade construída em local montanhoso, com muitas ladeiras, ruas tortuosas.

Apresenta — outrossim — as demais peculiaridades das cidades de origem portuguesa: a arquitetura pitoresca, a ausência de qualquer plano urbanístico, o agrupamento do comércio junto às zonas portuárias, etc.

Fácilmente compreensível que a geografia influa de maneira decisiva no desenvolvimento de uma cidade. Eis porque o Sr. Alberto Stange Júnior escolheu assunto dos mais ricos, discorrendo sobre as montanhas de Vitória.

É um trabalho pequeno, apenas de 11 páginas, valioso, porém pela maneira inteligente e erudita, pela qual o autor aborda o tema.

A. M.

★

JOSÉ SETZER — *Os Principais Tipos de Solos Paulistas* — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. — São Paulo, 1941.

Ao correr desta conferência, pronunciada na Sociedade Rural Brasileira, o Sr. José Setzer faz um estudo dos solos paulistas, discorrendo sobre a diversidade estrutural dos mesmos.

Os estudiosos paulistas, como vemos, mantêm-se na vanguarda, pioneiros sempre, nesses estudos do patrimônio físico do grande Estado bandeirante.

★

P. A. WARMING, (Agricultor) — *A Conservação do Solo e o Aumento de Produção*. — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1944.

Numa tradução devidamente autorizada, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo nos deu este interessante trabalho, escrito por um agricultor norte-americano.

Tratando embora de problemas relacionados com a agricultura dos Estados Unidos, muitos desses problemas são comuns também à nossa agricultura, circunstância que por si só justificaria a presente edição.

Texto pequeno, 64 páginas impressas, apresenta contudo essa admirável objetividade com que os americanos dizem as coisas, sendo magnificamente ilustrado. Tem uma boa apresentação gráfica.

★

Periódicos

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. — Janeiro e fevereiro de 1944.

Com êste número temos em nossas mãos outros muitos, chegados dalém mar, esplêndida mensagem da ciência que Portugal nos manda.

O velho Portugal tem sido, sem dúvida, uma pátria onde os estudos geográficos merecem dos homens o maior de todos os cuidados. Não fôra êsse cuidado, êsse quase culto, de que as antigas escolas náuticas encerram uma prova — e o pequeno reino de D. Henrique continuaria territorial e medianamente europeu, até agora.

Êsse navalismo desenvolveu-se em função dos conhecimentos da terra, de que os portugueses cedo souberam tirar proveitos — ampliando-os e conservando-os na memória das gerações.

Os tempos heróicos da conquista, porém, passaram. A ciência geográfica tornou-se mais prolixa, mais complexa, embora essencialmente continue a ser, apenas, a mesma que era no século XVI.

Reflexo do momento universal que vive a Geografia, esta magnífica publicação condensa, ao mesmo tempo, o dinamismo dos geógrafos lusitanos modernos. Trata-se de uma bela revista, com uma sóbria apresentação gráfica, matéria selecionada, boa organização. O número que tomamos por base para esta nota conta 152 páginas.

A. M.

★

HÉLIO VIEGAS DE CAMARGO BITTENCOURT — *Conservai a fertilidade do vosso solo, evitando e combatendo a erosão.*

JOÃO ABRAMIDES NETO E MÁRIO BORGONOVÍ — *O terraceamento no combate à erosão.*

Boletim n.º 1. — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. — São Paulo - 1942.

As 26 páginas dêste *Boletim* encerram dois trabalhos que interessam de perto ao agricultor. Com êles a Secretaria de Agricultura põe em evidência a orientação eminentemente objetiva que empresta aos seus trabalhos. Precisamos, de fato, de divulgação dêsses ensinamentos úteis, no trato da terra, coisas que podem ser elementares para o técnico — mas que encerram novidades para o homem rude do campo. São trabalhos pequenos, em linguagem clara, bem ilustrados e impressos.

★

REVISTA DE LA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL PERU. — Tomo XII. — N.º 4-5. — Julho-agosto. — Lima, 1944.

Para os livre-pensadores, os inimigos de uma *ciência* que se detenha ante os dogmas da religião, não existe um lugar para as universidades *católicas* e, portanto, para as suas publicações. Nós pretendemos estar em outro campo. Cremos que a liberdade existe para todos, inclusive para aqueles que desejam renunciar a uma parte dela, sinceramente convictos de um dogma qualquer. Procurar a verdade, nos mistérios do mundo, é um direito e um dever de todos. A contribuição dos católicos nesse esforço deve ser considerado, discutido. Tudo deve vir para o plano de discussão científica, inclusive se existe ou não cabimento para que a Igreja crie suas próprias universidades.

Esta publicação, além do mais, tem a singularidade de ser peruana. Trata-se de u'a mensagem cultural que a grande República do Pacífico nos envia.

O número que temos sobre a mesa encerra os seguintes trabalhos: "El problema monetário y la economía mundial entre 1914 y la Conferencia de Bretton Woods; Su evolución en el Perú; Algunas consideraciones sobre las Bolsas; La ópera de hace un siglo en Lima; El resentimiento, sus causas y consecuencias; Bolívar y la Mar".

São 204 páginas de boa leitura.

★

Mapas

NOVO MAPA DA U. R. S. S., PUBLICADO PELA "THE NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY".

A *The National Geographic Magazine*, em seu número de dezembro de 1944, publicou um minucioso comentário sobre o novo mapa da Rússia, editado pela *The National Geographic Society*. O referido mapa foi anexado àquele número, em separata.

É o seguinte o teor do comentário:

"O mais recente da memorável série de mapas de tempo de guerra da *American Geographical Society* é o mapa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, distribuído às 1 250 000 famílias de sócios da Sociedade, como suplemento do número de dezembro do seu *National Geographic Magazine*.¹

O novo mapa é a terceira carta em escala grande de uma só nação e suas proximidades, a ser publicada pela Sociedade este ano. O mapa do Japão apareceu em abril; o mapa da Alemanha em julho. Além disso, os membros receberam o notável mapa do Sudeste da Ásia e das ilhas do Pacífico em outubro, a tempo de seguirem a sempre crescente atividade na área do Pacífico e a invasão das Filipinas pelos americanos.

O nosso mapa da Rússia Soviética é impresso em 10 côres, numa folha de 40 x 25 polegadas (101,6 cm x 63,5 cm).

É o primeiro e único mapa moderno detalhado disponível da Rússia Soviética com os nomes de lugares em inglês. A escrita de mais de 8 000 nomes de lugares com o alfabeto inglês foi por si só uma formidável tarefa. Os russos usam o alfabeto cirílico, baseado em letras gregas com outras mais.

¹ Os membros podem obter mais exemplares do novo "Mapa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas" (e de todos os outros mapas publicados pela Sociedade) escrevendo à National Geographic Society, Washington, O. D. C. Preços nos Estados Unidos e Possessões, 50 cents cada um, de papel, \$1, entelado; índice, 25 cents. Fora dos Estados Unidos e Possessões, 75 cents. o de papel; \$1.25, entelado (os regulamentos postais geralmente proíbem a remessa de mapas entelados para fora do Hemisfério Ocidental); índice, 50 cents. Todas as remessas devem ser pagas em dinheiro norte-americano. Porte pago previamente.

A Rússia Soviética compreende cerca de 1/7 da superfície das terras do planeta e abrange perto de 1/12 do gênero humano. É quase três vezes maior de que os Estados Unidos continentais. Somente a Comunidade das Nações Britânicas tem mais território, mas é largamente espalhada.

Para representar esta vasta extensão e suas proximidades, o novo mapa se estende de Hamburgo, Berlim e o porto norueguês de Narvik, no noroeste, até Tóquio, no sudeste; do porto americano de empréstimo e arrendamento no golfo Pérsico de Khorramshahr, no Irã, no sudoeste, até o estreito de Bhering e a península do Alasca, no noroeste. A escala é de 142 milhas por polegada (1:9 000 000).²

Vizinhos próximos dos Estados Unidos — Menos de cinco milhas de água no estreito de Behring separam a ilha Pequeno Diomedes, pertencente aos Estados Unidos, e a ilha Grande Diomedes, possessão soviética.

Desde o outono de 1941, cerca de 11 000 aviões de combate americanos foram para a União Soviética. Muitos foram entregues aos pilotos soviéticos em Fairbanks, Alasca, e voaram para Nome, depois através do mar de Bhering e da Sibéria para a zona de guerra na Europa oriental.³

O mapa mostra também a proximidade das terras russas do Império Japonês, no Extremo Oriente. A metade superior (norte) da ilha Sakhalina é parte da Rússia; o Japão detém a inferior (sul) (Karafuto).

O porto siberiano de Vladivostok, da Rússia, está voltado para a "terra principal" japonesa, através do mar do Japão, a 665 milhas de Tóquio.

No norte, a Rússia olha para o Oceano Ártico, do outro lado do qual fica a América do Norte. Outrora o

² Ver "Young Russia: The Land of Unlimited Possibilities", (A jovem Rússia: A terra de possibilidades ilimitadas), por Gilbert Grosvenor, com 102 ilustrações, National Geographic Magazine, novembro de 1914.

³ Ver "Arctic as an Air Route of the Future" (O Ártico como uma rota aérea do futuro), por Vilhjalmur Stefansson, National Geographic Magazine, agosto de 1922.

Artico era uma barreira insuperável entre a América do Norte e a Eurásia. Hoje os céus sobre o desolado norte dão lugar às mais curtas rotas aéreas entre os Hemisférios Oriental e Ocidental.

Por um certo número de anos, cientistas soviéticos reuniram dados sobre as regiões árticas da União. Estações isoladas de exploradores soviéticos foram erguidas não longe do Pólo Norte. Alguns cientistas levantaram as suas tendas cor de laranja sobre as camadas de gelo no Pólo Norte e andaram centenas de milhas em temperaturas inferiores a zero.

Faróis para quebra-gelos — Faróis se erguem muito acima do Círculo Ártico para auxiliar as frotas soviéticas de quebra-gelos. Pioneiros soviéticos cruzaram a Passagem de Nordeste entre o Atlântico e o Pacífico, nos seus navios de boca larga.⁴

No extremo noroeste, estendendo-se através da fronteira finlandesa, vivem os nômades Lapões em tendas de pele de rena, conduzindo as renas que vivem do musgo da tundra.

No sul, de leste a oeste, a Rússia Soviética se limita com a Mandchúria, ocupada pelos japoneses, com a Mongólia Exterior, o Sin-Kiang, o Afganistão, o Irã e a Turquia. Através da parte ocidental da Sibéria e das Repúblicas Soviéticas asiáticas, passou Owen Latimore numa recente viagem para Chung-King, a capital da China de tempo de guerra (*National Geographic Magazine*, dezembro de 1944, pág. 641).

Nos extremos ocidentais da União Soviética estão sendo escritos hoje acidentados capítulos da longa história da Rússia.

Os exércitos nazistas penetraram fundo na União Soviética na sua maré crescente de conquistas.⁵ Leningrado foi sitiada; Moscou estava em perigo; Stalingrado foi assaltada; a Transcaucásia foi invadida; os campos petrolíferos de Baku foram ameaçados. Toda a rica Ucrânia, a Crimeia e a Rússia Branca estavam nas mãos de Hitler. A sede do governo soviético foi mudada 540 milhas para leste, para Kuibyshev, nas margens do rio Volga.

Um décimo da União Soviética, habitado por 50 a 60 milhões de pessoas, tinha sido percorrido pelo inimigo. Es-

te um décimo era, com larga vantagem, o trecho mais desenvolvido da nação. Cerca da metade das minas soviéticas de carvão em funcionamento, três quintos do minério de ferro, metade da indústria de aço e de máquinas, mas de um terço da colheita, metade da força elétrica, um terço das ferrovias e a maioria das melhores cidades estavam nas mãos dos nazistas.

O mapa mostra os Estados limítrofes — A Rússia Branca e a Ucrânia — que sofreram o choque dos ataques. O nome Rússia Branca não tem relação com os defensores e exilados do regime czarista, que se chamavam "brancos" em oposição ao emblema vermelho dos bolchevistas. Ela é, chamada Rússia Branca para distinguir os seus povos do principal ramo da raça russa.

O mapa mostra 16 Repúblicas — A Rússia Branca, ou R.S.S. da Bielo-Rússia, é uma das dezesseis repúblicas que compõem a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O mapa representa essas Repúblicas em cores contrastantes.

Das dezesseis, a maior, com grande vantagem, é a República Socialista Federativa Soviética da Rússia (R.S.F.R.) que compreende 75 por cento de todo o território da Rússia e tinha antes da guerra uma população de 109 000 000, mais do que a dos Estados Unidos antes de 1920. Leningrado, Moscou e Stalingrado ficam dentro dos seus limites e ela se estende por quase 5 000 milhas de um extremo ao outro, através da União Soviética até a costa do Pacífico. Este vasto e populoso Estado foi invadido pelos nazistas, que chegaram até perto das suas duas principais cidades e entraram em Stalingrado.

Toda a Rússia Branca foi tragada pela invasão nazista. Uma grande parte desta região é um pantanal plano; um trecho grande dela estava sendo drenado antes da irrupção da guerra. Agora muitas milhas quadradas serão plantadas de novo na próxima primavera com centeio e batata, à medida que os russos recuperam os seus pântanos.

Ao sul da Rússia Branca fica a Ucrânia, cubçada por Hitler desde o tempo que ele escreveu o *Mein Kampf*. A Ucrânia ocupa a maior parte da Rússia européia meridional confrontando com o mar Negro. Quase toda a área é uma fértil estepe, e a sua perda para os nazis sobrecarregou terrivelmente as outras áreas produtoras de alimentos da Rússia.

⁴ Ver "Mapa dos Hemisférios Norte e Sul", *National Geographic Magazine*, abril de 1943.

⁵ Ver "I learn about Russians" (Aprendi sobre os russos), por Eddy Gilmore, *National Geographic Magazine*, novembro de 1943.

Para ajudar a aliviar essa deficiência, os Estados Unidos mandaram mais de três milhões de toneladas de produtos alimentícios para a Rússia, inclusive 17 000 toneladas de sementes.

Enormes fazendas coletivas, com maquinaria moderna, arava o solo da Ucrânia. Agora, os tratores e outros instrumentos agrícolas, destruídos pelos alemães, estão sendo rapidamente substituídos e uma vez mais a paisagem está pontilhada com os campos crivados de grãos baloiçantes.*

As minas de ferro e de carvão da Ucrânia oriental fizeram desta região a principal área industrial da União Soviética. Mas, mesmo antes da invasão, novos centros industriais, tais como Magnitogorsk⁷ e Karaganda na R.S.S. Kazak, estavam se desenvolvendo. Estes e outros centros industriais, tais como Tchelyabinsk e Nizhni Tagil, nos Urais, foram enormemente expandidos durante a guerra para compensar a perda da indústria ucraniana. Mas as fábricas estão sendo reconstruídas e a Ucrânia tomará novamente o seu lugar como um centro importante.

Cinco novos Estados fronteiriços — Mostram-se no mapa cinco novos Estados limítrofes, incorporados à União Soviética em 1939 e 1940. Todos os cinco têm sido campos de batalha.

O mapa mostra também as últimas mudanças nas fronteiras da União Soviética em expansão, como resultado do acordo russo-finlandês, assinado em Moscou em 19 de setembro de 1944. Uma é a inclusão do distrito finlandês de Petsamo, excluindo a Finlândia do Oceano Ártico e dando à União Soviética uma fronteira comum com a Noruega. A península de Porkkala, no golfo da Finlândia, tornar-se-á sede de uma base naval russa.

A Estônia, a Látvia e a Lituânia — províncias russas antes da Guerra Mundial I e posteriormente nações independentes — foram agora proclamadas pela União Soviética, Repúblicas Socialistas Soviéticas da Estônia, Látvia e Lituânia, partes integrantes da União.

* Ver "Liberated Ukraine" (A Ucrânia Libertada), por Eddy Gilmore, National Geographic Magazine, maio de 1944.

⁷ Ver "Magnetic City, Core of Valiant Russia's Industrial Might" (A Cidade Magnética, cerne do poder industrial da valente Rússia), por John Scott, National Geographic Magazine, maio de 1933.

O quinto novo Estado é a República Socialista Soviética da Moldávia, constituída principalmente da velha província da Bessarábia. A Romênia adquiriu a Bessarábia depois da Guerra Mundial I. Ela foi devolvida à Rússia em 1940. Depois, quando Hitler invadiu a União Soviética e a Romênia tornou-se sua aliada, a Bessarábia retornou à Romênia. A União Soviética nunca desistiu de suas reclamações sobre a Bessarábia, e agora reconquistou aquele território.

Três outras repúblicas soviéticas que foram ameaçadas pelo invasor por um período relativamente breve são: o Adzerbaidjão, a Geórgia e a Armênia, na Transcaucásia, aquela rica extremidade de território entre os mares Negro e Cáspio, separada do resto da nação pelas montanhas do Cáucaso.*

As mais seriamente danificadas pela guerra foram a Rússia Branca e a Ucrânia. Reconstruir as grandes cidades é uma tarefa extraordinária. Para julgar o alcance de tal reabilitação comparemos onze das principais cidades soviéticas destruídas pelos alemães com cidades norte-americanas de tamanho comparável:

<i>Rússia Soviética</i>	<i>1939 População</i>
Sebastopol	111 946
Rzhev	54 081
Kursk	119 972
Kharkov	833 432
Kiev	846 293
Odessa	604 223
Rostov	510 253
Novorossisk	95 280
Stalingrado	445 476
Smolensk	156 677
Dnepropetrovsk	500 662

<i>Estados Unidos</i>	<i>1940 População</i>
Gary	111 719
Kalamazoo	54 097
Fort Wayne	113 410
Baltimore	850 100
Cleveland	878 336
São Francisco	634 536
Buffalo	575 901
El Paso	96 810
Cincinnati	455 610
Des Moines	159 819
Nova Orleans	494 537

* Ver "Roaming Russia's Caucasus" (Rumando para o Cáucaso da Rússia), por Rolf Singer, National Geographic Magazine, julho de 1942.

O trabalho está sendo feito num tempo *record*. A proporção que os nazistas saíam, equipes de trabalhadores entravam nas cidades e principiavam a reconstruir. As primeiras facilidades a serem restauradas eram as padarias, os suprimentos de água, energia, transportes e escolas.

Poucas semanas depois que o exército vermelho libertou Stalino, dezesseis mil alunos estavam freqüentando as 65 escolas.

Logo que os alemães foram afastados, Kursk plantou 15 000 hortas da vitória e em Rzhev uma faixa de plantações de verduras circundava a cidade prostrada.

As mulheres ajudam a construir lares — Cerca de 8 000 casas foram construídas em Stalingrado dez meses depois que os nazistas se renderam lá. As mulheres que também combateram o inimigo com as armas, voltaram com martelos e serras. Depois das horas regulares de trabalho, guarda-livros tornavam-se pedreiros, fundidores de aço trabalhavam como carpinteiros, professores viravam construtores de tetos.

Em agosto e setembro de 1943, cerca de 1 200 casas danificadas pelas bombas em Moscou foram reparadas.

O novo mapa proporciona uma chave para a localização das possibilidades do após-guerra da Rússia.

Quatro minerais vitalmente importantes para o desenvolvimento industrial são: o alumínio, o ferro gusa, o cobre e o manganês. Em 1921 a produção da Rússia Soviética de todos os quadros era desprezível. No tempo em que Hitler invadiu a Rússia, a produção soviética de alumínio era de 75 000 toneladas por ano, excedida somente pelos Estados Unidos, a Alemanha e o Canadá.

Em 1940, a produção de ferro gusa tinha alcançado 15 520 000 toneladas, superada somente pelos Estados Unidos e a Alemanha. Em 1940, a produção de cobre tinha alcançado 125 000 toneladas por ano, ultrapassada somente por quatro outros países. Na produção de manganês, a Rússia Soviética se contava por mais que a metade da produção mundial em 1937.

Embora os mais velhos campos carboníferos da Rússia estejam na bacia do Donetz, na Ucrânia, outros importantes campos foram abertos na bacia de Kuznetsk, no sudoeste da Sibéria, e em Karaganda, nas estepes do Kazakhs tão, e no Extremo Oriente. O minério de ferro vem principalmente de Krivoi Rog, 200 milhas a oeste do Donetz e desde muito tempo o principal centro produtor, e também dos Urais.

O cobre vem de Dzhez Kazgan, 300 milhas a sudoeste de Karaganda; de Kounrad, no campo do lago Balkash, e de Leninogorsk (Ridder), distrito ao sul da bacia de Kuznetsk. A península de Kola é rica em depósitos de níquel, e mais quantidades deste mineral se encontram nos Urais.

A Rússia Soviética conta com dez por cento do suprimento mundial de petróleo, e 85 % destes vem do Cáucaso. Emba, Ural-Volga, Sakhalina e os campos da Ásia Central fornecem o resto.

Novas cidades com crescimento rápido — A Rússia Soviética estabeleceu mais de 350 novas cidades. Algumas destas mostraram um grande desenvolvimento. Por exemplo:

Novosibirsk, com uma população de 5 000 habitantes em 1900, tinha mais de 400 000 em 1939. Kemerovo saltou de 21 730 em 1926 para 133 000 em 1939. Stalinsk, centro de ferro e aço, cresceu em 13 anos de 3 890 para 169 540 no rompimento da guerra.

Quando as fábricas da Rússia Ocidental forem restauradas, a sua produção, junto com a destes vastos centros industriais novos, farão da Rússia um grande produtor de materiais acabados.

O mapa mostra o sistema ferroviário da Rússia e a rede de auto-estradas. A construção de estradas de ferro ocupará grande parte do esforço russo de após-guerra, pósto que as 59 000 milhas completadas em 1940 estavam inadequadas.

Dez grandes rios suportam um pesado tráfego por via líquida. Na Europa, o Volga e os seus tributários, o Dnieper, Don, Dniester, e o Dvina do

Norte, levam enormes quantidades de carga.

No leste o Amur corre para o Pacífico, e o Ob, o Irtysh, o Yenisei e o Lena drenam para o norte em direção ao Ártico.

O novo mapa, como o mapa da Ásia e regiões adjacentes, publicado em dezembro de 1942, é baseado na projeção cônica transversa de Deetz. Esta

projeção, pouco conhecida até que foi publicado o mapa da Ásia da *National Geographic Society*, foi escolhida porque representa uma grande extensão do globo de leste a oeste com um mínimo de distorção".

O mapa a que se refere o comentário acima, encontra-se à disposição dos interessados na Mapoteca Central do C.N.G.

Contribuição

bibliográfica especializada

Brasil *

Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia

— II —

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADA DE FERRO

Mapa da Viação do Estado de Minas Gerais — 1:1 500 000 — 1937 — Inspetoria Federal das Estradas — M.V.O.P. — Companhia Litográfica Ipiranga. — São Paulo — 0,750 x 0,912 — 2.

Mapa da Viação Férrea do Estado da Bahia. — 1:1 500 000 — 1938 — Inspetoria Federal das Estradas — M. V. O. P. — Companhia Litográfica Ipiranga, São Paulo — 0,881 x 0,879 — 3.

Mapa da Viação Férrea do Estado do Rio Grande do Sul — 1:1 500 000 — 1938 Inspetoria Federal das Estradas — M. V. O. P. — Companhia Litográfica Ipiranga, São Paulo — 0,560 x 0,672 — 3

Mapa da Viação Férrea dos Estados de Paraná e Santa Catarina — 1:1 500 000 — 1938 — Inspetoria Federal das Estradas — M.V.O.P. — Companhia Litográfica Ipiranga, São Paulo — 0,520 x 0,596 — 3.

Mapa da Viação da República dos EE. UU. do Brasil — 1:4 000 000 — 1939 — Inspetoria Federal das Estradas — M. V. O. P. — Companhia Litográfica Ipiranga, São Paulo — 1,138 x 1,166 — 6.

Mapa da Viação dos Estados de Goiás e Maranhão — 1:3 000 000 — 1939 — Inspetoria Federal das Estradas — M. V. O. P. — Companhia Litográfica Ipiranga, São Paulo — 0,796 x 0, 508 — 3.

Mapa da Viação Férrea do Estado de São Paulo — 1:1 000 000 — 1942 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro — M.V.O.P. — Gráfica Pimentata de Melo — Rio — 0,656 x 1,450 — 3.

Plano Geral da Viação Férrea e Fluvial do Brasil — 1:6 000 000 — 1938 — Inspetoria Federal das Estradas — M. V. O. P. — Companhia Litográfica Ipiranga — São Paulo — 0,795 x 0,840 6.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estrada pela margem esquerda do rio Paraíba — (do Km. 1,050 ao Km. 1,100) — Original — 0,600 x 1,020 — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — M.V.O.P. — Tipo de folha de cadastro de rodovia.

Estrada Rio-Bahia — Tipo de folha de projeto de rodovia — Perfil — 0,330 x 1,270 — Cópia em ozalide — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — M.V.O.P.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Projeto de regularização do rio Bengala — planta do eixo projetado — Esc.: 1:2 000 — 1944 — 0,404 x 2,130 — cópia ozalide — Departamento Nacional de Obras e Saneamento — M.V.O.P.

* N.R. — O B.G. referente ao mês de Janeiro — N.º 22 — Ano II — publicou parte desta relação.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Pôrto de Ilhéus — Planta Topo-hidrográfica — 1:2 500 — 1941 — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais — M.V.O.P. — 0,680 x 1,703 — Original.

DIRETORIA DE ROTAS AÉREAS

Carta de navegação aérea — *Rio de Janeiro-Paranaguá* — 1:1 000 000 — 1943 — Diretoria de Rotas aéreas — Diretoria de Navegação — M. da Marinha — 0,660 x 0,230 — 5 côres.

Carta de navegação aérea — *Salvador - Recife* — 1:1 000 000 — 1943 — Diretoria de Rotas Aéreas — Diretoria de Navegação — Min. Marinha — 0,680 x 0,300 — 5 côres.

Carta de navegação — São Paulo - Três Lagoas — 1:1 000 000 — 1943 — Diretoria de Rotas Aéreas — Diretoria de Navegação — M. Marinha — 0,630 x 0,300 — 5 côres.

Carta de navegação aérea — São Paulo - Três Lagoas — 1:1 000 000 — 1943 — Diretoria de Rotas Aéreas — Diretoria de Navegação — M. Marinha — 0,630 x 0,300 — 5 côres.

Carta de navegação aérea — Rota do Tocantins - S. Paulo — Ipameri — Goiânia — 1:1 000 000 — 1944 — Diretoria de Rotas Aéreas — Diretoria de Navegação — M. Marinha — 0,900 x 0,230 — 5 côres.

Carta de navegação aérea — Rota do Rio S. Francisco — Fôlha II — Belo Horizonte-Carlinhanha — 1:1 000 000 — 1944 — Diretoria de Rotas Aéreas — Diretoria de Navegação — M. Marinha — 0,960 x 0,230 — 5 côres.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DE SÃO PAULO

Carta dos excursionistas — 1:200 000 — 1935 — Instituto Geográfico e Astronômico de S. Paulo — Comp. Litográfica Ipiranga — 0,580 x 0,590 — Côres das convenções cartográficas.

Carta geológica do Estado de São Paulo — 1:1 000 000 — 1929 — Comissão Geográfica e Geológica — Companhia Litográfica Ipiranga — 8 côres — 1,070 x 0,660.

Carta geral do Estado de S. Paulo — 1:2 000 000 — 1929 — Comissão Geográfica e Geológica — Comp. Litográfica Ipiranga — 0,330 x 0,560 — 3 côres.

Carta Geral do Estado de S. Paulo 1:1 000 000 — 1941 — Comissão Geográfica e Geológica — Ipiranga — São Paulo — 6 côres — 0,650 x 0,970.

Carta geral do Estado de S. Paulo — 1:1 000 000 — 1941 — Instituto Geográfico e Geológico — Ipiranga — 6 côres — 0,97 x 0,65.

Carta hipsométrica do Estado de São Paulo — 1:1 000 000 — 1943 — Instituto Geográfico e Geológico — Ipiranga — São Paulo — 4 côres — 0,970 x 0,650.

Carta isogônica do Estado de São Paulo, mostrando as declinações magnéticas em 1 de julho de 1922 — 1:2 000 000 — 1923 — Comissão Geográfica e Geológica — Estab. Gráfico da Cia. Melhoramentos — 3 côres — 0,330 x 0,530.

Estado de São Paulo — *Carta dos Excursionistas* — Quinta Secção — 1:2 000 000 — 1928 — Comissão Geográfica e Geológica — Companhia Litográfica Ipiranga — 0,780 x 0,550 — Das convenções cartográficas.

Estado de S. Paulo — *Fôlha de Itu* — 1:1 000 000 — 1905 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Estab. Gráfico Weiszflog & Irmãos — S. Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas.

Estado de S. Paulo — *Fôlha de Atibaia* — 1:1 000 000 — 1907 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Estabelecimento Gráfico Weiszflog & Irmãos — São Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas.

Estado de S. Paulo — *Fôlha Rio Claro* — 1:1 00 000 — 1907 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Estabelecimento Gráfico Weiszflog & Irmãos — S. Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas.

Estado de S. Paulo — *Fôlha de Botucatu* — 1:100 000 — 1907 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Estabelecimento Gráfico

fico Weiszflog & Irmãos — S. Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas.

Estado de São Paulo — Fôlha de Bragança — 1:100 000 — 1909 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Comp. Lit. Hartmann, Reichenback — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas.

Estado de S. Paulo — Fôlha de Riraina — 1:100 000 — 1914 — Comissão Geográfica e Geológica do E. de São Paulo — Duprat & Cia — Das convenções cartográficas — 0,550 x 0,520

Estado de S. Paulo — Fôlha de S. Simão — 1:100 000 — 1919 — Comissão Geográfica e Geológica do Est. de S. Paulo — Litografia-Cartografia — Amador B. Amard — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de S. Paulo — Fôlha Ouro Fino — 1:100 000 — 1919 — Comissão Geográfica e Geológica do Est. de S. Paulo — Duprat & Cia. — S. Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas.

Estado de S. Paulo — Fôlha Franca — 1:100 000 — 1920 — Comissão Geográfica e Geológica do Est. de S. Paulo — Estabelecimento Gráfico Weiszflog & Irmãos — S. Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de São Bento — 1:100 000 — 1920 — Comissão Geográfica e Geológica do Est. de S. Paulo — Cia. Melhoramentos de S. Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de S. Paulo — Fôlha de Moji-Mirim — 1:100 000 — 1921 — Comissão Geográfica e Geológica do Est. de São Paulo — Cia. Melhoramentos de S. Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de S. Paulo — Fôlha de Ribeirão Preto — 1:100 000 — 1925 — Comissão Geográfica e Geológica do Est. de S. Paulo — Cia. Melhoramentos de S. Paulo — 0,550 x 0,520 — Côres das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Rincão — 1:100 000 — 1926 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Cia. Melhoramentos de São Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Jaboticabal — 1:100 000 — 1927 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Cia. Melhoramentos de São Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Carta dos Excursionistas — Sexta Secção — 1:200 000 — 1927 — Comissão Geográfica e Geológica — Cia. Litográfica Ipiranga — 0,200 x 0,560 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Araraquara — 1:100 000 — 1928 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Companhia Litográfica Ipiranga — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Barretos — 1:100 000 — 1928 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Cia. Litográfica Ipiranga — 0,550 x 0,520 — Côres das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Orlândia — 1:100 000 — 1929 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Companhia Litográfica Ipiranga — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha da Barra de Santos — 1:100 000 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Secção Cartográfica do Estabelecimento Gráfico Weiszflog & Irmãos — São Paulo e Rio — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Casa Branca — 1:100 000 — 1930 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Cia. Litográfica Ipiranga — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Guaraci — 1:100 000 — 1930 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Cia. Litográfica Ipiranga — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Guaira — 1:100 000 — 1930 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Secção cartográfica da Cia. Litográfica Ipiranga — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Piraçununga — 1:100 000 — 1930 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Igarapava — 1:100 000 — 1930 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Cia. Litográfica Ipiranga — 0,550 x 0,520 — Côres das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Pindamonhangaba — 1:100 000 — 1930 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Duprat & Cia. — São Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Estado de São Paulo — Fôlha de Barretos — 1:100 000 — 1942 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Cia. Litográfica Ipiranga — São Paulo — 0,550 x 0,520 — Das convenções cartográficas — Levantamento topográfico.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

Revista Marítima Brasileira

Relação, por autor, dos trabalhos de caráter geográfico, publicados na
Revista Marítima Brasileira — [1881-1943]

IV

(Letra R)

- REBELO, — *Henrique* — Nos mares, págs. 465, vol. 77, 2.º semestre 1920.
- REBELO, — *Henrique* — Vida polar, pág. 867, vol. 78, 1.º semestre 1921.
- REBELO, — *Henrique* — Nos mares, págs. 571, 741, 803, vol. 78, 1.º semestre 1921.
- REBELO, — *Henrique* — Vida polar, pág. 47, vol. 79, 2.º semestre 1921.
- REBELO, — *Henrique* — Nos mares, pág. 207, vol. 79, 2.º semestre 1921.
- REBELO, — *Henrique* — Nos mares, págs. 589, 685, vol. 80, 1.º semestre 1922.
- REBELO, — *Henrique* — Vida polar, pág. 1 217, vol. 92, 1.º semestre 1928.
- REDAÇÃO, — *Projeto de melhoramento da barra da provincia do Rio Grande do Sul*, pág. 59, vol. 3, 2.º semestre 1882.
- REDAÇÃO — *O Furacão de Samoa*, pág. 251, vol. 16, 1.º semestre 1889.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*: (Crônica marítima), Neutralização dos bancos de Terra-Nova, pág. 44, vol. 16, 1.º semestre 1889; Expedição ao Pólo Norte, pág. 280, vol. 16, 1.º semestre, 1889.
- REDAÇÃO — *Carta das correntes do Atlântico Norte* — Levantada pelo Príncipe de Mônaco, pág. 148, vol. 22, 1.º semestre, 1892.
- REDAÇÃO — *Crônica*: Exploração da Groenlândia setentrional, pág. 201 vol. 32, 1.º semestre, 1898; Correntes do Atlântico, pág. 260, vol. 32, 1.º semestre, 1898; Os nevoeiros da Terra - Nova, pág. 26, vol. 32, 1.º semestre, 1898; Exploração dos mares árticos, pág. 310, vol. 32, 1.º semestre, 1898; O nível do Mediterrâneo — Canal dos dois mares no Japão, pág. 311, vol. 32, 1.º semestre, 1898; Paquetes para o Pólo Norte; Uma ilha magnética, pág. 367, vol. 32, 1.º semestre, 1898. As observações meteorológicas do Atlântico, pág. 368, vol. 32, 1.º semestre, 1898. Expedição Antártica Alemã, pág. 427, vol. 32, 1.º semestre, 1898.
- REDAÇÃO — *Crônica* — Assinalação dos escolhos, pág. 128, vol. 33, 2.º semestre, 1898; Canal entre o Mar Báltico e o Mar Negro, pág. 130, vol. 33 2.º semestre, 1898; Tromba na costa do Brasil, pág. 241, vol. 33, 2.º semestre, 1898.
- REDAÇÃO — Os recursos comerciais e industriais marítimos do Brasil (Navegação baiana) pág. 1 404, Vol. 40, 1.º semestre, 1902.
- REDAÇÃO — *Climatologia do Brasil*, pág. 657, vol. 55, 2.º semestre, 1909.

- REDAÇÃO — *Informações diversas* —** Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, pág. 659, vol. 55, 2.º semestre, 1909.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** Altura das vagas, pág. 291, vol. 55, 2.º semestre, 1909; Exploração do Pilcomayo, pág. 292, vol. 55, 2.º semestre, 1909; o canal de Panamá, pág. 439, vol. 55, 2.º semestre, 1909; Descoberta do Pólo Norte, pág. 629, vol. 55, 2.º semestre, 1909; O Pólo Sul, pág. 809, vol. 55, 2.º semestre, 1909.
- REDAÇÃO — *Noticiário Marítimo*:** Expedição à ilha da Trindade, pág. 2 107, vol. 56, 1.º semestre, 1910; Expedição ao Pólo Sul, págs. 1 599 e 1938, vol. 56, 1.º semestre, 1910.
- REDAÇÃO — *Miscelânea*:** As quedas do Niágara, pág. 2 089, vol. 56, 1.º semestre, 1910.
- REDAÇÃO — *Miscelânea*:** Dimensões das ondas do mar, pág. 131, vol. 57, 2.º semestre, 1910; Desaparecimento de uma ilha, pág. 574, vol. 57, 2.º semestre, 1910; Os maiores portos do mundo, pág. 583, vol. 57, 2.º semestre, 1910; Os tesouros da ilha da Trindade, pág. 989, vol. 57, 2.º semestre, 1910.
- REDAÇÃO — *Miscelânea Marítima*:** Paris, pôrto de mar, pág. 1 294, vol. 58, 1.º semestre, 1911; Geografia militar, pág. 1 298, vol. 58, 1.º semestre, 1911; Os principais portos do mundo, pág. 1 617, vol. 58, 1.º semestre, 1911; O canal de Panamá, pág. 1 969, vol. 58, 1.º semestre, 1911.
- REDAÇÃO — *Noticiário Marítimo*:** Viagem polar, pág. 113, vol. 59, 2.º semestre, 1911.
- REDAÇÃO — *Miscelânea*:** Icebergs, pág. 914, vol. 61, 2.º semestre 1 912; O túnel submarino do Passo de Calais, pág. 916, vol. 61, 2.º semestre, 1912.
- REDAÇÃO — *Noticiário Marítimo*:** Viagens de instrução — (Marinha Nacional) pág. 831, vol. 62, 1.º semestre, 1913.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** A exploração das profundidades do mar, pág. 445, vol. 62, 1.º semestre, 1913; O fim trágico de uma exploração polar, pág. 618, vol. 62, 1.º semestre, 1913.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** Canal de Panamá, pág. 497, vol. 63, 2.º semestre, 1923.
- REDAÇÃO — *Miscelânea*:** As viagens ao redor do mundo, pág. 1 099, vol. 64, 1.º semestre, 1914.
- REDAÇÃO — *Noticiário Marítimo*:** Marinha Nacional — Expedição à ilha da Trindade, pág. 721, vol. 68, 1.º semestre, 1916.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** A obstrução do canal de Panamá, pág. 450, vol. 68, 1.º semestre, 1916.
- REDAÇÃO — *Noticiário Marítimo*:** Ilha da Trindade, pág. 149, vol. 73, 2.º semestre, 1918.
- REDAÇÃO — *Miscelânea*:** Exploração magnética, pág. 711, vol. 74, 1.º semestre, 1919.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** A situação do golfo de Riga, pág. 321, vol. 71, 2.º semestre, 1917.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** Aplicação da fotografia à hidrografia, pág. 481, vol. 77, 2.º semestre, 1920; A meteorologia na guerra, pág. 183, vol. 77, 2.º semestre, 1920.
- REDAÇÃO — *Noticiário* —** A ilha de Heligoland, pág. 373, vol. 83, 2.º semestre, 1923.
- REDAÇÃO — *Nas profundidades do Oceano*,** pág. 168, vol. 91, 2.º semestre, 1927.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** Exploração no Antártico (Expedição Byrd) — Mapa — pág. 1775, vol. 94, 1.º semestre, 1929; A Groenlândia — Carta, pág. 1 522, vol. 94, 1.º semestre, 1929.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** Expedição oceanográfica, pág. 1 125; Correntes marítimas, pág. 1 001; Recifes coralinos, pág. 1 140; Utilização industrial do mar de Sargãos, pág. 1 488, vol. 96, 1.º semestre, 1930.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** Estudos oceanográficos, pág. 380; Novo processo cartográfico, pág. 657, vol. 97, 2.º semestre, 1930.
- REDAÇÃO — *Revista de Revistas*:** As ilhas Faroé (Crônicas de Charcot, pág. 741; Ilha abandonada, pág. 866, vol. 98, 1.º semestre, 1931.

- REDAÇÃO — Levantamento da planta hidrográfica da baía da ilha Grande**, pág. 615, vol. 102, 1.º semestre, 1932.
- REDAÇÃO — Noticiário (Brasil) — Exploração das cabeceiras do Amazonas**, pág. 877, vol. 100, 1.º semestre, 1932.
- REDAÇÃO — Revista de Revistas: O Adriático “mar sujo”**, pág. 527; Afusado dos continentes; mares austrais, pág. 839, vol. 100, 1.º semestre, 1932.
- REDAÇÃO — Secção de Pesca**, pág. 145, vol. 101, 2.º semestre, 1932.
- REDAÇÃO — O Oceano Pacífico**, pág. 145, vol. 101, 2.º semestre, 1932.
- REDAÇÃO — Os “Descabezados”** pág. 239, vol. 101, 2.º semestre, 1932.
- REDAÇÃO — Revista de Revistas: Os vulcões dos Andes**, pág. 456, vol. 101, 2.º semestre, 1932.
- REDAÇÃO — Revista de Revistas: Dados sísmicos**, pág. 703; Descobrimientos geográficos da Zona Antártica, pág. 704, vol. 103, 2.º semestre, 1933.
- REDAÇÃO — A pesca de conchas de madreperolas no Brasil; Uma grande indústria de grandes possibilidades**, pág. 1 514, “Diário de Notícias”, 8-4-934, vol. 104, 1.º semestre, 1934.
- REDAÇÃO — Revista de Revistas: Es-tratosfera**, pág. 205; Geografia geral dos mares, pág. 1 484, vol. 105, 1.º semestre, 1934.
- REDAÇÃO — Noticiário: A expedição Iglesias ao Amazonas**, pág. 1 383; 1.ª Conferência Oceanográfica Ibero - Americana, pág. 1 384, vol. 106, 1.º semestre, 1935.
- REDAÇÃO — Pôrto de Paranaguá**, pág. 1 205, vol. 106, 1.º semestre, 1935.
- REDAÇÃO — Revista de Revistas: Novo mapa da América do Sul**, pág. 160; O Japão e as ilhas sob mandato, pág. 620, vol. 107, 2.º semestre, 1935.
- REDAÇÃO — Respiga: Nova feição fisiográfica da América do Sul**, pág. 845, Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, 17-1-936, vol. 108, 1.º semestre, 1936.
- REDAÇÃO — Revista de Revistas: O desenvolvimento das regiões árticas russas**, pág. 308; A campanha do navio hidrográfico alemão *Meteor* No Atlântico Setentrional em 1937, pág. 544, vol. III, 2.º semestre, 1937.
- REDAÇÃO — Respiga: Um planisfério de 1514 — (oferecido à Mapoteca do Itamarati)** pág. 1 038, no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, de 279-9-37, vol. 112, 1.º semestre, 1938.
- REDAÇÃO — Respiga: A navegação do Parnaíba**, pág. 809 — Assis Memória — “Jornal do Brasil” — Rio, 15-12-939, vol. 116, 1.º semestre, 1940.
- REDAÇÃO — A visita do Sr. Presidente da República ao Sul (março 1940)** — pág. 947, vol. 116, 1.º semestre, 1940.
- REDAÇÃO — Respiga: Américo Ves-púcio na História do Brasil**, pág. 1 541, Rio, abril, 1940 — Gago Coutinho, antigo geógrafo colonial, “in Jornal do Comércio”, Rio, 28-4-940, vol. 117, 2.º semestre, 1940.
- REDAÇÃO — A viagem do Sr. Presidente da República à Bolívia e ao Paraguai**, pág. 3 009, vol. 119, 2.º semestre, 1941.
- REDAÇÃO — A viagem do Sr. Ministro da Marinha a Mato Grosso**, pág. 3 029, vol. 119, 2.º semestre, 1941.
- RÊGO — José Luís do — Respiga: Ainda Cabo Frio**, pág. 192, “O Jornal”, Rio, 19-6-38, vol. 113, 2.º semestre, 1938.
- RODRIGUES — O. A. de Azevedo, Capitão - tenente — O Atol das Rocas (Cartas Fotogr.)**, pág. 1 181, vol. 116, 1.º semestre, 1940.
- R. T. — Noticiário Marítimo — Viagens de instrução**, pág. 991, vol. 40, 1.º semestre, 1902.

Mapoteca central do C. N. G.

CATÁLOGO GERAL

XIII

(MAPAS DE NS. 816 A 830)

- 816 — Mapa do Pará — 0,740 x 0,660 —
1: 2 250,000 — 1908. Geológica da Província de São Paulo — A. Lallemand.
- 817 — Planta do Distrito Federal, divisão em distritos — 0,580 x 0,310 — 1: 125 000 — 1943 — Departamento de Geografia e Estatística.
- 818 — Carta — Isogônica do Estado de São Paulo — 0,530 x 0,330 — 1: 2 000 000 — 1923 — Comissão Geográfica e Geológica — Cia. Melhoramentos.
- 819 — Mapa rodoviário do Estado da Paraíba — 0,490 x 0,260 — 1: 1 000 000 — 1937 — Diretoria de Viação e Obras Públicas.
- 820 — Northern and Southern Hemispheres — 0,520 x 1,020 — 1: 40 000 000 — 1943 — American Geographic Society — The National Geographic Magazine — Baltimore, Md. U. S. A.
- 821 — Carta geral do Estado de São Paulo — 0,960 x 0,650 — 1: 1 000 000 — 1941 — Instituto Geográfico — Diretoria de Navegação do Ministério da Marinha.
- 822 — Planta do rio Paranapanema — 0,540 x 0,310 — 1: 1 000 000 — 1886 — Comissão Geográfica e
- 823 — Mapa das estradas de rodagem do Estado do Ceará — 0,490 x 0,620 — 1: 1 000 000 — 1925 — I. F. O. C. S.
- 824 — Dominion of Canadá — 0,860 x 0,620 — 1: 6 336 000 — 1937 — Department of Mines and Resources.
- 825 — Carta do município de Belém com a divisão judiciária — 0,740 x 0,560 — 1: 250 000 — 1905 — José de Paula Muniz.
- 826 — Planta da cidade de Porto Alegre — 0,580 x 0,750 — Livraria do Globo.
- 827 — Carta da cidade de Santa Cruz — 0,410 x 0,330 — 1: 7 500 — 1922 — Intendência Municipal.
- 828 — Plano rodoviário do Estado do Rio de Janeiro — 0,650 x 0,460 — 1942 — Imprensa Nacional.
- 829 — Mapa de viação rodoviária do Estado do Paraná — 0,950 x 0,660 — 1923 — Impressora Paranaense.
- 830 — Município de Guaporé — 0,730 x 0,510 — 1: 200 000 — 1938.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis publicados no mês de janeiro de 1945

*Decreto-lei n.º 7 014, de 1 de novembro de 1944.
— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 257 900,00, para pagamento de pessoal extra-numerário do Departamento Federal de Segurança Pública.

"Diário Oficial" de 9-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 161, de 7 de dezembro de 1944.
— Altera as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 190, de 22 de dezembro de 1944.
— Transforma, cria e suprime cargos de professor no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 10-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 205, de 29 de dezembro de 1944.
— Cria uma agência do Departamento Federal de Compras na cidade de São Paulo e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 3-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 206, de 29 de dezembro de 1944.
— Autoriza o arrendamento da Estrada de Ferro Bragança, ao Estado do Pará.

"Diário Oficial" de 3-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 210, de 29 de dezembro de 1944.
— Dispõe sobre as condições especiais de financiamento para a construção de edifícios do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

"Diário Oficial" de 3-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 211, de 29 de dezembro de 1944.
— Dispõe sobre a idade para o exercício de atividades na mineração de carvão, durante o estado de guerra.

"Diário Oficial" de 3-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 212, de 29 de dezembro de 1944.
— Autoriza aquisição de imóveis no município de Itaparica, Estado da Bahia.

"Diário Oficial" de 3-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 216, de 30 de dezembro de 1944.
— Altera a carreira de Bibliotecário do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cria a carreira de Bibliotecário-auxiliar e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 4-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 217, de 30 de dezembro de 1944.
— Extingue no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, cria no Departamento Administrativo do Serviço Público o Escritório Técnico da Cidade Universitária do Brasil e dispõe sobre os recursos necessários ao início dos trabalhos deste último.

"Diário Oficial" de 4-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 218, de 30 de dezembro de 1944.
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 391 140 000,00 para a aquisição de locomotivas e de material metálico e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 4-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 219, de 30 de dezembro de 1944.
— Prorroga até 31-12-945 a vigência do Decreto-lei n.º 5 542, de 3-6-943 que abriu ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 2 480 500,00 para atender às despesas com obras e instalações no Instituto Nacional de Óleos, atual Instituto de Óleos.

"Diário Oficial" de 4-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 219-A, de 30 de dezembro de 1944. — Dispõe sobre o imposto de consumo.

"Diário Oficial" de 5-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 220, de 30 de dezembro de 1944.
— Altera o art. 4.º do Decreto-lei n.º 6 920, de 3 de outubro de 1944, que dispõe sobre o pessoal do Instituto Nacional do Pinho.

"Diário Oficial" de 5-1-945.

*Decreto-lei n.º 7 221, de 30 de dezembro de 1944.
— Dispõe sobre a eletrificação do trecho de São Paulo a Jundiaí, da linha de Santos a Jundiaí.

"Diário Oficial" de 5-1-945.

* N.R. — Decretos-leis baixados em dezembro e publicados em janeiro.

Decreto-lei n.º 7 222, de 4 de janeiro de 1945 —
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$
5 600 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 6-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 223, de 4 de janeiro de 1945 —
Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 68 460,80, para classificação de despesas.

"Diário Oficial" de 6-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 224, de 4 de janeiro de 1945 —
Abre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$
1 846 509,60, para pagamento do passivo da Rádio Ipanema S. A.

"Diário Oficial" de 5-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 225, de 4 de janeiro de 1945 —
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 4 500 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 6-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 226, de 4 de janeiro de 1945 —
Suspende a vigência do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942".

"Diário Oficial" de 6-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 227, de 4 de janeiro de 1945 —
Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2 803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que mediona, situado no Distrito Federal; concede-lhe aforamento condicional, com isenção de foros à Sociedade Nacional de Agricultura.

"Diário Oficial" de 6-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 228, de 4 de janeiro de 1945 —
Fixa o efetivo do Quadro de Estado Maior do Exército e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 229, de 5 de janeiro de 1945 —
Reorganiza o Departamento do Interior e da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 8-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 230, de 5 de janeiro de 1945 —
Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 69 964,30, para pagamento de diferença de vencimentos e vantagens de magistério.

"Diário Oficial" de 8-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 231, de 5 de janeiro de 1945 —
Dispõe sobre o regime escolar nas Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária.

"Diário Oficial" de 8-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 232, de 8 de janeiro de 1945 —
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 80 400,00, para pagamento de gratificação de representação.

"Diário Oficial" de 9-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 233, de 8 de janeiro de 1945 —
Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 708, de 18 de julho de 1944.

"Diário Oficial" de 10-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 234, de 8 de janeiro de 1945 —
Renova a prorrogação do mandato da Comissão Censitária Nacional.

"Diário Oficial" de 10-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 235, de 8 de janeiro de 1945 —
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 59 950 000,00 para a subscrição de ações do Banco de Crédito da Borracha S. A.

"Diário Oficial" de 10-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 236, de 8 de janeiro de 1945 —
Dá a garantia do Tesouro Nacional ao empréstimo que realizar a Companhia Vale do Rio Doce S. A. com o Export-Import Bank, de Washington.

"Diário Oficial" de 10-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 237, de 8 de janeiro de 1945 —
Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 5 686, de 22 de julho de 1943.

"Diário Oficial" de 10-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 238, de 9 de janeiro de 1945 —
Transfere o Campo Experimental de São Borja, do Ministério da Agricultura, para o Estado do Rio Grande do Sul.

"Diário Oficial" de 11-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 239, de 10 de janeiro de 1945 —
Dispõe sobre o pessoal do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará.

"Diário Oficial" de 12-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 240, de 11 de janeiro de 1945 —
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 1 840 000,00 para despesas da Comissão de Controle dos Acordos de Washington.

"Diário Oficial" de 13-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 241, de 11 de janeiro de 1945 —
Altera sem aumento de despesas o orçamento do Plano de Obras e Equipamentos na parte referente ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

"Diário Oficial" de 13-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 242, de 15 de janeiro de 1945 —
Dispõe sobre o crédito aberto pelo Decreto-lei n.º 6 999, de 30 de outubro de 1944.

"Diário Oficial" de 17-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 243, de 15 de janeiro de 1945 —
Dispensa, enquanto durar o estado de guerra, do pagamento da anuidade e obrigações contidas no art. 1.º do Decreto-lei n.º 3 955, de 31 de dezembro de 1941, os profissionais habilitados de acordo com o Decreto n.º 23 569, de 11 de dezembro de 1933.

"Diário Oficial" de 17-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 244, de 15 de janeiro de 1945 —
Considera associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos os trabalhadores por conta própria que servem a bordo dos navios e embarcações nacionais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 245, de 15 de janeiro de 1945 —
Modifica a forma de administração dos IAP dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Marítimos e dos Bancários, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 246, de 16 de janeiro de 1945 —
Cria o cargo de Representante do Brasil no Conselho Administrativo de Repartição Internacional do Trabalho e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 18-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 248, de 16 de janeiro de 1945 —
Altera o art. 11 de Decreto-lei n.º 2 869, de 13 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o serviço de abastecimento d'água do Distrito Federal e cancela débitos.

"Diário Oficial" de 18-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 249, de 16 de janeiro de 1945 —
Autoriza a manutenção, pelas empresas, de postos de abastecimento para seus empregados e respectivos dependentes.

"Diário Oficial" de 18-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 250, de 17 de janeiro de 1945 —
Altera a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

"Diário Oficial" de 19-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 251, de 17 de janeiro de 1945 —
Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde.

"Diário Oficial" de 19-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 252, de 18 de janeiro de 1945 —
Abre créditos especiais para a classificação de despesas provenientes dos aumentos e do regime do salário-família, de que trata o Decreto-lei n.º 5 976, de 10 de novembro de 1943.

"Diário Oficial" de 19-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 253, de 18 de janeiro de 1945 —
Autoriza a realização de um empréstimo interno em apólices da Dívida Pública Fundada, denominado "Empréstimo de Conversão da Dívida Externa", e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 20-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 254, de 18 de janeiro de 1945 —
Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr. 17 400 000,00, para despesas com a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai.

"Diário Oficial" de 20-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 255, de 18 de janeiro de 1945 —
Dispõe sobre o cancelamento de dívidas do imposto territorial e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 20-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 256, de 18 de janeiro de 1945 —
Autoriza a permuta dos imóveis que menciona e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 20-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 257, de 18 de janeiro de 1945 —
Autoriza o prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de imposto de doação concorrente com o de compra e venda, na aquisição do prédio para moradia da viúva e do filho menor de Augusto do Monte Teixeira, 3.º maquinista do "Cabedelo", navio brasileiro torpedeado na guerra atual.

"Diário Oficial" de 20-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 258, de 18 de janeiro de 1945 —
Altera a carreira de Desenhista do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 20-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 259, de 18 de janeiro de 1945 —
Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura.

"Diário Oficial" de 20-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 260, de 19 de janeiro de 1945 —
Altera a carreira de Médico do Trabalho, da Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

"Diário Oficial" de 22-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 261, de 19 de janeiro de 1945 —
Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar o Dispensário São José do pagamento do imposto que menciona.

"Diário Oficial" de 22-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 262, de 22 de janeiro de 1945 —
Cria funções gratificadas para o Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 263, de 22 de janeiro de 1945 —
Dispõe sobre a rescisão de contrato de trabalho de empregados dos estabelecimentos bancários de que trata o Decreto-lei n.º 4 612, de 24 de agosto de 1942.

"Diário Oficial" de 24-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 264, de 22 de janeiro de 1945 —
Dispõe sobre as operações imobiliárias realizadas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

"Diário Oficial" de 24-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 265, de 24 de janeiro de 1945 —
Cria uma taxa para financiamento dos serviços da Comissão Executiva Têxtil.

"Diário Oficial" de 26-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 266, de 24 de janeiro de 1945 —
Extingue cargos de coletor e de escrivão (de Coletoria) e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 267, de 24 de janeiro de 1945 —
Extingue cargos de coletor e de escrivão (de Coletoria) e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 268, de 24 de janeiro de 1945 —
Extingue cargos de coletor e de escrivão (de coletoria) e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 269, de 25 de janeiro de 1945 —
Dispõe sobre as férias dos Ministros do Tribunal de Segurança Nacional.

"Diário Oficial" de 27-1-1945.

Nota: O Decreto-lei n.º 7 247, ainda não foi publicado.

Decreto-lei n.º 7 270, de 25 de janeiro de 1945 —
Regula os casos de invalidez e de incapacidade física para o serviço militar, dos oficiais da reserva de 2.ª classe, praças, talleiros da Aeronáutica, grumetes e soldados, quando convocados, em estágio ou encorporados às forças armadas ativas; cria a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 27-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 271, de 25 de janeiro de 1945 —
Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 24 000,00 para indenização de despesas efetuadas com exposição.

"Diário Oficial" de 27-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 272, de 25 de janeiro de 1945 —
Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 7 794 397,20 para o fim que especifica.

"Diário Oficial" de 27-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 273, de 25 de janeiro de 1945 —
Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1 361 736,80 para pagamento à "Metropolitan Vickers Electrical Export Company Limited".

"Diário Oficial" de 27-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 274, de 26 de janeiro de 1945 —
Estabelece que os depósitos feitos em virtude do Decreto-lei n.º 4 166, de 11 de março de 1942, não rendem juros em favor dos respectivos titulares, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 29-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 275, de 27 de janeiro de 1945 —
Estende aos médicos, enfermeiros e serventes dos Gabinetes de Radiologia dos Serviços de Saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, as gratificações de que trata o art. 117 do Decreto-lei n.º 3 759, de 25 de outubro de 1941.

"Diário Oficial" de 29-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 276, de 29 de janeiro de 1945 —
Altera a carreira de Almoxarife do quadro III — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

"Diário Oficial" de 31-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 277, de 29 de janeiro de 1945 —
Prorroga por 60 dias o prazo para a execução de Decreto-lei n.º 7 219 A, de 30 de dezembro de 1944.

"Diário Oficial" de 31-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 278, de 29 de janeiro de 1945 —
Estabelece novo prazo para que os atuais posseiros e ocupantes de terrenos de marinha regularizem sua situação.

"Diário Oficial" de 31-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 279, de 29 de janeiro de 1945 —
Prorroga o prazo a que se refere o art. 4.º do Decreto-lei n.º 1 763, de 10 de novembro de 1939.

"Diário Oficial" de 31-1-1945.

Decreto-lei n.º 7 280, de 29 de janeiro de 1945 —
Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 698 400,00 às dotações que especifica do orçamento vigente.

"Diário Oficial" de 31-1-1945.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 7 211, de 29 de dezembro de 1944

Dispõe sobre a idade para o exercício de atividades na mineração do carvão, durante o estado de guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Durante a vigência do estado de guerra, o limite mínimo de idade para o trabalho nas minas de carvão é fixado em 18 anos, para os filhos de mineiros, devendo ser atendidas as condições de robustez física dos trabalhadores para a fixação de suas funções.

Art. 2.º — Aos maiores de 16 anos, filhos de mineiros, e que já tenham completado o curso escolar primário, é permitido o trabalho em serviços auxiliares, durante o dia, na superfície da mina.

Art. 3.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1944,
123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

(D.O. — 3-1-945).

★

Decreto-lei n.º 7 232, de 8 de janeiro de 1945

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 80 400,00 para pagamento de gratificação de representação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 80 400,00 (oitenta mil e quatrocentos cruzeiros), para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento da gratificação de representação de US\$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco dólares) mensais, no período de 12 (doze) meses, a Ezequiel Martins da Silva, telegrafista, classe J, do Quadro III — Parte Suplementar — do mesmo Ministério, que obteve autorização para se afastar do país, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de beneficiar-se com bolsa de estudos oferecida pela Federal Communications Commission, em Washington, e estudar, pormenorizadamente, a organização das telecomunicações naquela Comissão.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

(D.O. — 9-1-945).

★

Decreto-lei n.º 7 234, de 8 de janeiro de 1945

Renova a prorrogação do mandato da Comissão Censitária Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando o que propõe o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo em vista as disposições legais em vigor sobre a responsabilidade da Comissão Censitária Nacional na aprovação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940, decreta:

Art. 1.º — Fica prorrogado até a publicação dos resultados do Recenseamento Geral de 1940, de conformidade com o disposto nos arts. 7.º e 9.º do Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, o mandato da Comissão Censitária Nacional mantida sua atual composição.

Art. 2.º — Na vigência do presente decreto-lei a Comissão se reunirá mediante convocação do respectivo presidente, revogados o art. 8.º do Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

(D.O. — 10-1-945).

★

Decreto-lei n.º 7 251, de 17 de janeiro de 1945

Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde (S.E.E.S.), as seguintes funções gratificadas:

1 Chefe de Seção (S.E.P. — S.E.E.S.), com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.E.G. — S.E.E.S.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.A.C. — S.E.E.S.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.A.U. — S.E.E.S.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.A.M. — S.E.E.S.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.E.A. — S.E.E.S.) com Cr\$ 6 000,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.A. — S.E.E.S.) com Cr\$ 4 200 anuais.

Art. 2.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei, na importância anual de Cr\$ 37 200,00 (trinta e sete mil e duzentos cruzeiros), correrá, no atual exercício, à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, Anexo do Ministério da Educação e Saúde, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Gustavo Capanema.

(D.O. — 19-1-945).

★

Decreto-lei n.º 7 254, de 18 de janeiro de 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 17 400 000,00 para despesas com a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de dezasseis milhões e quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 17 400 000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos), inclusive às realizadas até a presente data e ainda não liquidadas, com o prosseguimento e conclusão da construção da ponte internacional "Brasil-Argentina", sobre o rio Uruguai.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
P. Leão Veloso.
A. de Sousa Costa.

(D.O. — 20-1-945).

★

Decreto-lei n.º 7 258, de 18 de janeiro de 1945

Altera a carreira de Desenhista do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Desenhista do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Jodo de Mendonça Lima.

(D.O. — 20-1-945).

(Nota — A tabela a que se refere o decreto-lei supra foi publicada na mesma edição do D.O.).

★

Decreto-lei n.º 7 259, de 18 de janeiro de 1945

Cria funções gratificadas para o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, para o Serviço de Estatística da Produção (S.E.P.), as seguintes funções gratificadas:

1 Chefe de Secção (S.P.E. — S.E.P.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.A.P. — S.E.P.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.C.R. — S.E.P.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.E.A. — S.E.P.) com Cr\$ 6 000,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.A. — S.E.P.) com Cr\$ 4 200,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.M. — S.E.P.) com Cr\$ 4 200,00 anuais.

Art. 2.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto-lei, na importância anual de Cr\$ 30 800,00 (trinta mil e seiscientos cruzeiros) correrá, no atual exercício, à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, Anexo n.º 14 — Ministério da Agricultura, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apolônio Sales.

(D.O. — 20-1-945).

★

Decreto-lei n.º 7 262, de 22 de janeiro de 1945

Cria funções gratificadas para o Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, as seguintes funções gratificadas:

1 Chefe de Serviço (S.D. — D.A.) com Cr\$ 7 800,00 anuais;

1 Chefe da Mapoteca (Map. — S.D. — D.A.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe do Arquivo Histórico (A.H. — S.D. — D.A.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.Pb. — S.D. — D.A.) com Cr\$ 5 400,00 anuais;

1 Chefe de Secção (S.I. — S.D. — D.A.) com Cr\$ 5 400,00 anuais.

Art. 2.º — Fica suprimido, nos mesmos Quadro e Ministério, o cargo isolado, de provimento em comissão, padrão N, de chefe do Serviço de Documentação.

Art. 3.º — O chefe do Serviço de Documentação será designado pelo Presidente da República e escolhido dentre os funcionários da carreira de Diplomata.

Art. 4.º — Para atender, no corrente exercício à despesa com as funções gratificadas

criadas por força do disposto neste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 29 400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 5.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

P. Leão Veloso.

A. de Sousa Costa.

(D.O. — 24-1-945).

★

Decretos

Decreto n.º 17 578, de 12 de janeiro de 1945

Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel necessário à ampliação do Parque no Museu Imperial, situado em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, e de acordo com o art. 6.º do Decreto-lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública, para desapropriação, nos termos do art. 5.º, letra k, do Decreto-lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941, o terreno com área de 1 100 metros quadrados, testada de 22 metros para a avenida Sete de Setembro e 50 metros para a praça Pedro II, inclusive pequeno trecho confinando com outro imóvel, situado em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — O terreno a que se refere o artigo anterior tem a forma e as dimensões indicadas na planta organizada, na escala de 1:1 000, pela Diretoria do Domínio da União e constante do processo n.º 24 987-43 do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

(D.O. — 13-1-945).

★

Decreto n.º 17 621, de 18 de janeiro de 1945

Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica alterada, na forma da relação anexa, a Tabela Ordinária de Extranumerário-mensalista do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

(D.O. — 20-1-945).

(Nota: — A relação a que se refere o decreto supra foi publicada na mesma edição do D.O.).

★

Decreto n.º 17 668, de 25 de janeiro de 1945

Restabelece cargo na carreira de Estatístico auxiliar do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica restabelecido, no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, a partir de 16 de novembro de 1944, um cargo da classe 16 da carreira de estatístico-auxiliar, que foi suprimido pelo Decreto n.º 17 108, de 13 de novembro de 1944.

Art. 2.º — A despesa decorrente deste decreto-lei, no presente exercício correrá à conta do saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

(D.O. — 27-1-945).

★

Decreto n.º 17 680, de 26 de janeiro de 1945

Cria a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica criada, conforme a relação anexa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto, na importância de Cr\$ 50 400,00 (cinquenta mil e quatrocentos cruzeiros) anuais correrá, no presente exercício, à conta da Verba I — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, Anexo n.º 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Orçamento Geral da República para 1945.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alexandre Marcondes Filho.

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL

Tabela numérica e ordinária

Número de Funções	SÉRIES FUNCIONAIS	Referências
	Auxiliar de Escritório	
1		X
1		IX
2		VIII
3		VII
7		

(D.O. — 29-1-1945).

★

Decreto n.º 17 684, de 26 de janeiro de 1945

Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), baixado com o Decreto n.º 10 652, de 16 de outubro de 1942, passa a vigorar com as modificações introduzidas pelo presente decreto.

Art. 2.º — A expressão Secção de Orientação e Fiscalização, existente no art. 2.º, será substituída pela seguinte: Secção de Orientação e Assistência (S.O.A.).

Art. 3.º — O art. 3.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º — As I.R. serão em número de 9, assim discriminadas:

1.ª Inspeção Regional (I.R.1), com sede em Manaus (Amazônias) e jurisdição sobre o Estado do Amazonas e Territórios Federais do Acre e do Rio Branco;

2.ª Inspeção Regional (I.R.2), com sede em Belém (Pará) e jurisdição sobre o Estado do Pará e parte do Estado do Maranhão e Território Federal do Amapá;

3.ª Inspeção Regional (I.R.3), com sede em São Luís (Maranhão) e jurisdição sobre parte do Estado do Maranhão;

4.ª Inspeção Regional (I.R.4), com sede em Recife (Pernambuco) e jurisdição sobre os Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais;

5.ª Inspeção Regional (I.R.5), com sede em Campo Grande (Mato Grosso) e jurisdição sobre o Estado de São Paulo e sul de Mato Grosso;

6.ª Inspeção Regional (I.R.6), com sede em Cuiabá (Mato Grosso) e jurisdição sobre o centro e norte do Estado de Mato Grosso e Território Federal de Ponta Porá;

7.ª Inspeção Regional (I.R.7), com sede em Curitiba (Paraná) e jurisdição sobre os Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Território Federal de Iguaçu;

8.ª Inspeção Regional (I.R.8), com sede em Goiânia (Estado de Goiás) e jurisdição sobre o Estado de Goiás e sudeste do Estado do Pará;

9.ª Inspeção Regional (I.R.9), com sede em Porto Velho (Território Federal de Guaporé) e jurisdição sobre o Território Federal de Guaporé."

Art. 4.º — O art. 8.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º — A S.E. compete:

a) estudar, sob o ponto de vista geográfico e econômico, as regiões habitadas por índios e fazer levantamentos estatísticos das populações indígenas, classificando-as por agrupamentos lingüísticos ou culturais, bem como pela respectiva distribuição pelos Postos;

b) realizar estudos e investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio, promovendo a divulgação dos resultados obtidos;

c) realizar trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravação de discos e cinematografia sonora, não só para documentação como para estudos etnográficos;

d) cooperar com o Museu Nacional nos estudos etnográficos;

e) estudar e solucionar questões relativas a terras do índio;

f) estudar, permanentemente, o processo de assistência ao índio;

g) estudar e projetar o tipo de habitação a ser construída para o índio;

h) manter um museu na sede e mostruários nas Inspetorias, com artefatos, filmes cinematográficos, gravações sonoras e documentação fotográfica sobre o índio e sobre as realizações que em seu benefício sejam levadas a efeito pelo S.P.I.;

i) promover a divulgação dos vários aspectos da vida indígena através de conferências ilustradas e exposições, despertando o interesse do público pelo índio;

j) cooperar com as universidades e colégios, fornecendo documentação e material ilustrativo para ensino;

l) guardar e conservar livros, mapas e publicações, mantendo os registros e catálogos necessários;

m) manter arquivo de projetos ou plantas de construção de casas para índios,

estradas, pontes e outras obras executadas.
Art. 5.º — O art. 9.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9.º — A S.O.A. compete:

a) orientar, coordenar e fiscalizar todos os trabalhos de assistência ao índio, a cargo das Inspetorias, bem como os serviços especiais, extraordinários e obras que se levarem a efeito em benefício d'elles;

b) elaborar, anualmente, o programa de trabalhos da Secção;

c) estudar e justificar medidas tendentes à criação de Inspetorias e Postos, bem como a respectiva mudança de sede;

d) promover a construção de estradas ligando as tribos aos centros de consumo e a outros de interesse económico;

e) propor ao diretor, mediante requisição do chefe de Inspetoria competente, o recolhimento à colônia disciplinar ou, na sua falta, ao Posto Indígena designado pelo diretor, e pelo tempo que este determinar nunca excedente a 5 anos, de índio que, por infração ou mau procedimento, agindo com discernimento, fôr considerado prejudicial à comunidade indígena a que pertencer, ou, mesmo, às populações vizinhas, indígenas ou civilizadas;

f) organizar os inventários do patrimônio indígena e efetuar a escrituração dos bens que o constituem;

g) fiscalizar o emprego das rendas do patrimônio indígena;

h) efetuar o levantamento e registro de todos os Postos que produzem renda proveniente de lavoura, criação, indústria extrativa ou exploração do subsolo, bem como o de outros proventos oriundos de fontes diversas e que constituem o patrimônio do índio, a fim de que seja efetuada a respectiva contabilidade e controle de sua aplicação;

i) promover, em colaboração com os órgãos próprios, a exploração das riquezas naturais, das indústrias extrativas ou de quaisquer outras fontes de rendimentos relacionadas com o patrimônio indígena ou d'ele provenientes, no sentido de assegurar, quando oportuno, a emancipação económica das tribos;

j) publicar o Boletim do S.P.I."

Art. 6.º — O art. 10 passa a ter a redação seguinte:

"Art. 10 — A S.A. compete:

a) receber, registrar, distribuir e arquivar papéis recebidos e expedir a correspondência da Repartição;

b) prestar informações sobre o andamento de papéis;

c) zelar pela guarda, conservação e asseio do edificio;

d) promover a aquisição do material especializado, necessário a sede do S.P.I., bem como a do que fôr destinado ao Serviço nos Estados e que deva ser adquirido nesta capital;

e) manter um registro e controle do material adquirido na sede do S.P.I. e destinado às Inspetorias e Postos;

f) manter um registro e controle de todo o material adquirido pelas Inspetorias e Postos, tendo em vista os documentos de despesas efetuadas à conta dos sub-adiantamentos feitos aos chefes de Inspetorias e encarregados de Postos;

g) estipular os períodos em que as Inspetorias e Postos deverão remeter, para o devido controle, os mapas demonstrativos de carga e descarga do material e semoventes, para o registro de que trata a alínea f;

h) zelar pela guarda e conservação do material;

i) organizar os inventários e efetuar a escrituração dos bens do patrimônio nacional;

j) fiscalizar, nos Estados, a gestão do patrimônio nacional a cargo do S.P.I.;

l) atender às despesas miúdas de pronto pagamento;

m) manter a escrituração dos adiantamentos recebidos e despesas que forem efetuadas por conta dos créditos distribuídos ao S.P.I.;

n) controlar a aplicação dos suprimentos distribuídos às dependências do S.P.I. nos Estados, exigindo as respectivas prestações de contas, nos prazos fixados pelo responsável pelo adiantamento, propondo ao diretor a apuração de responsabilidade e aplicação, em cada caso, das penalidades cominadas pela legislação em vigor, quando a apresentação de tais prestações, à Secção, não fôr feita nos prazos determinados;

o) organizar o fichário do pessoal;

p) remeter à Divisão do Pessoal, do Departamento de Administração, todos os dados que digam respeito aos servidores do S.P.I.;

q) organizar a proposta orçamentária do S.P.I., tendo em vista o programa anual de trabalho.

Parágrafo único — A S.A. observará as normas e métodos de trabalho prescritos pelo Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.

Art. 7.º — Fica redigida do seguinte modo a alínea h do art. 11:

"h) fazer à S.O.A., quando fôr necessário, a requisição de que trata a alínea e do art. 9.º."

Art. 8.º — Passa a ter a seguinte redação a alínea e do art. 15:

"e) prestar contas à S.A., referentes ao material e demais bens do patrimônio nacional sob sua guarda; e à S.O.A., relativamente aos bens do patrimônio indígena, que se acharem, igualmente, sob sua responsabilidade."

Art. 9.º — O art. 19 fica assim redigido:

"Art. 19 — Ao secretário do diretor incumbem:

a) atender as pessoas que procurarem o diretor, encaminhando-as ou dando a este conhecimento do assunto a tratar;

b) representar o diretor, quando para isso designado;

c) redigir a correspondência pessoal do diretor."

Art. 10 — Os atuais arts. 19, 20, 21, 22 e 24 passam a ter, respectivamente, os ns. 20, 21, 22, 23 e 25.

Art. 11 — O atual art. 23 passa a ter o n.º 24 dada a sua alínea a a seguinte redação:

"a) o diretor, por um chefe de Secção de sua indicação, designado pelo ministro de Estado."

Art. 12 — O atual art. 25 passa a ter o n.º 26, com a seguinte redação:

"Art. 26 — A gestão do patrimônio indígena compete ao S.P.I., por intermédio do seu diretor, diretamente responsável pela mesma e que a fiscalizará, através da S.O.A., pela forma estabelecida em lei e neste regimento."

Art. 13 — Os atuais arts. 26 a 29, inclusive este, passam, respectivamente, a constituir os de ns. 27 a 30.

Art. 14 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Apódoio Sales.

(D.O. — 29-1-1945).

★

ATOS DIVERSOS

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Exposição de Motivos

N.º 3 713 — Em 28-12-944 — O Ministério da Guerra solicita o destaque da importância de Cr\$ 13 200,00, da parcela de Cr\$ 2 506 700,00, da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 08 — Novas admissões, etc., do respectivo orçamento a fim de admitir extranumerários-diaristas para o Gabinete Fotocartográfico da Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

2. A proposta se encontra devidamente justificada e o expediente elaborado obedeceu ao que prescreve a Circular n.º 1-44 da Secretaria da Presidência da República.

3. O D.A.S.P. opinou favoravelmente à autorização solicitada.

Autorizado — 29-12-44. — G. VARGAS.

(D.O. — 18-1-1945).

★

N.º 220 — Em 23-1-1945 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

O Serviço de Proteção aos Índios solicitou a este Departamento fossem redistribuídas várias funções de seus órgãos, a fim de conseguir, com esta providência, melhor desempenho-las.

2. Com o mesmo objetivo, pleiteou, também, pouco depois de expedido seu atual regimento — baixado com o Decreto n.º 10 652, de 16 de outubro de 1942 — a transferência de algumas atividades da Secção de Estudo para o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, no que foi, aliás, atendido.

3. Assim, por Decreto n.º 12 317, de 27 de abril de 1943, foi aprovado o atual regimento daquele Conselho, pelo qual se lhe atribuiu a execução de certos trabalhos, outorou a cargo da referida Secção, e, por Decreto n.º 12 318, da mesma data, ficou definida a competência desta, em face da modificação ocorrida.

4. Pretende, agora, o referido Serviço sejam novamente efetuadas outras alterações em seu regimento, de maneira que alguns encargos da Secção de Estudos venham a passar para a de Orientação e Fiscalização, transferindo-se outros desta para a de Administração.

5. Como decorrência é, então, sugerida a mudança de designação destas duas unidades, que passariam, respectivamente, a receber a denominação de Secção de Orientação e Assistência e Secção de Administração e Fiscalização.

6. Estas são, portanto, em linhas gerais, as modificações propostas.

7. Depois de proceder ao respectivo exame, chegou, porém, este Departamento à conclusão de que, se algumas delas podem, efetivamente, ser adotadas, outras, no entanto, não se justificam.

8. De fato, dentre as providências solicitadas, pelo referido Serviço, figura aquela em que se pretende a transferência, da Secção de Estudos para a de Orientação e Fiscalização, dos seguintes encargos:

a) estudar e solucionar questões relativas a terras do índio;

b) estudar, permanentemente, o processo de assistência ao índio;

c) estudar e projetar o tipo de habitação a ser construída para o índio;

d) manter arquivos de projetos ou plantas de construção de casas para índios, estradas, pontes e outras obras executadas.

9. Ora, qualquer destas atribuições incide, com perfeita propriedade, no campo de ação da secção em que se encontram, não havendo, assim, justificativa alguma para passá-las a outro órgão.

10. Realmente, ao verificar-se a competência da Secção de Estudos, vamos encontrar, em percentagem elevada, dentre os trabalhos que lhe estão afetos, os de natureza especulativa, tais como pesquisas e investigações de diversas espécies, relativas ao índio brasileiro.

11. Sendo assim, não há como pretender-se atribuir à outra secção o desempenho das mencionadas atividades, uma vez que se acham elas perfeitamente enquadradas na esfera de ação daquela em que, hoje em dia, se encontram.

12. Todavia, é oportuno lembrar, agora, ser de todo conveniente incumbir-se a Secção de Estudos de realizar, também, pesquisas sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio brasileiro e como consequência cooperar com o Museu Nacional em estudos etnográficos.

13. E' que, cessados, atualmente, os motivos que determinaram a supressão, temporária da execução desses trabalhos, pela referida secção, não mais se justifica deixarmos de integrá-la, inteiramente, em seus verdadeiros objetivos.

14. E' bem verdade que vamos encontrar, dentre as atribuições do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, a de promover e orientar tais estudos e investigações e efetuar a cooperação ali prevista com o Museu Nacional.

15. Entretanto, é necessário atentar para o fato de a ação do aludido Conselho situar-se em plano diferente daquele da Secção de Estudos.

16. Efetivamente, enquanto que ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios, como órgão normativo, que é, caberá delinear as di-

retrizes a serem seguidas, estabelecendo, em linhas gerais, a orientação a ser observada pelo Serviço de Proteção aos Índios, a este, como órgão executivo, competirá realizar trabalhos de assistência ao selvícola, na base da orientação promanada do aludido Conselho, e efetuar, como consequência do trato continuado com o índio, estudos e pesquisas, cujas normas para a respectiva realização, serão, também, estabelecidas por aquele Conselho.

17. Como se vê, não haverá superposição de funções entre estes dois órgãos — o Serviço de Proteção aos Índios e o Conselho Nacional de Proteção aos Índios — mas, sim, um complemento da ação de um pela do outro.

18. Esclarecido, portanto, este aspecto, passemos, então, a apreciar o restante da proposta.

19. Manifestava-se, inicialmente, aquele Serviço de maneira favorável à transferência dos cargos relativos ao registro e escrituração, quer fôsse de bens do patrimônio nacional a seu cargo, quer do patrimônio indígena, da Secção de Orientação e Fiscalização, a que cabem, atualmente, para a de Administração.

20. No entanto, em entendimento direto com o aludido Serviço, foi este Departamento inteiramente desejar aquele, apenas, a transferência, para a Secção de Administração, dos trabalhos de escrituração e registro dos bens do patrimônio nacional, a seu cargo.

21. Dêse modo, continuaria com a Secção de Orientação e Fiscalização a incumbência de executar os trabalhos dessa natureza, relativos ao patrimônio indígena.

22. Efetuada essa redistribuição de encargos, ficará, realmente, melhor enquadradas as referidas atividades nos órgãos aos quais deverá competir sua execução.

23. Na verdade, cabendo à Secção de Orientação e Fiscalização orientar as atividades de proteção ao índio, executadas pelas inspetorias e postos, e competindo-lhe, também, fiscalizar estes órgãos, no que diz respeito ao desempenho satisfatório das respectivas incumbências, não convém atribuir-lhe a realização de quaisquer outros trabalhos que não estejam estreitamente relacionados com o seu objetivo principal, qual seja o de pôr em prática, por todos os meios, o programa de proteção ao nosso selvícola.

24. Mas, por isso mesmo, não deve ser retirada dessa Secção a incumbência de efetuar o levantamento e registro dos postos que produzem renda, oriunda do patrimônio do índio, nem, tampouco, transferir-se dela para a outra — a Secção de Administração — a ação fiscalizadora sobre o emprego dessa renda.

25. De fato, desde que à Secção de Orientação e Fiscalização cabe promover a exploração das riquezas do patrimônio indígena, por ser a que, dado o seu campo de ação, pode dispor, melhor que qualquer das outras, de elementos capazes de possibilitar-lhe a execução de tal tarefa, razoável é que a ela incumba efetuar os registros e a escrituração decorrentes do desempenho dessa atividade, exercendo, consequentemente, com esses elementos, a fiscalização sobre o emprego dessas rendas.

26. Vê-se, porém, que, com a redistribuição de encargos a que se referem os itens 20 e 21, ficará repartida a ação fiscalizadora entre as duas Secções — a de Orientação e Fiscalização e a de Administração — cabendo àquela efetuar-lhe, como atrás se esclareceu, no que se refere ao patrimônio indígena, e a esta, no que diz respeito ao patrimônio nacional a cargo daquele Serviço.

27. Dêse modo, melhor será, realmente, passar a primeira a denominar-se Secção de

Orientação e Assistência, por serem dêsse gênero as atividades que irá desempenhar, permanecendo, todavia, com a sua atual designação a Secção de Administração, desde que os novos encargos que se lhe atribuem agora estão perfeitamente enquadrados na esfera de ação de órgãos dêsse tipo, existentes na administração federal brasileira.

28. Ocorre, porém, que, durante a fase em que se efetuavam os estudos da referida proposta, foi apresentado a este Departamento um projeto de regimento para aquele Serviço, instituindo três (3) Delegacias Regionais.

29. Entretanto, sob o ponto de vista da técnica de organização, a medida não se justifica, desde que não iriam tais Delegacias exercer, diretamente, ação protetora sobre o índio, por caber esta às Inspetorias e Postos, nem qualquer ação orientadora sobre as Inspetorias e Postos, de vez que esta deve promanar das Secções que integram a sede do Serviço de Proteção aos Índios.

30. Assim, só viriam, pois, constituir aqueles novos órgãos elementos de interferência na orientação e nas determinações emanadas do órgão central, sem, todavia, trazer sua existência qualquer vantagem para o Serviço.

31. Pelo contrário, apresentaria o aparecimento daquelas Delegacias todos os inconvenientes que derivam da presença de intermediários interceptando ordens e recomendações oriundas dos órgãos próprios.

32. Finalmente, propunha o aludido Serviço fôsse feita a substituição eventual do diretor, não pelo chefe da Secção de Estudos, conforme o regimento em vigor estabeleceu, mas sim pelo dirigente da Secção de Orientação e Fiscalização, por ser o que, dada a natureza de suas funções, está "mais habilitado a orientar e coordenar, de maneira geral, as atividades de todos os órgãos do Serviço".

33. Em vista disso, melhor será que o regimento disponha de maneira mais flexível sobre essa substituição, atribuindo-a a um dos chefes de Secção, designado pelo ministro, por proposta do diretor do Serviço.

34. Nestas condições, tem este Departamento a honra de submeter à elevada consideração de V. Excia. o anexo projeto de decreto, que vem alterar, na forma julgada conveniente, alguns dispositivos do regimento do Serviço de Proteção aos Índios.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacir Briggs*, substituto do Presidente.

Sim. — G. VARGAS.

(Assinado Decreto n.º 17 684, em 26 de janeiro de 1945).

(D.O. — 29-1-945).

★

Portaria n.º 19

O substituto do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, tendo em vista o que consta do Processo n.º 317-45 do mesmo Departamento, resolve designar o assistente de pessoal, referência XIX, Arnaldo Augusto Maia, para reorganizar o Serviço de Pessoal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo período de 120 dias, a partir de 22 do corrente mês.

Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1945. — *Moacir Briggs*.

(D.O. — 22-1-945).

★

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Ordem de Serviço n.º 13

Fixa orientação para os trabalhos do Departamento de Estradas.

I — Ao Departamento de Estradas (D.E.) da Fundação Brasil Central compete o estudo, projeto, orçamento, execução e administração de todos os serviços de construção e conservação de estradas e obras de arte que, por determinação da Presidência, sejam incluídos no campo do trabalho da F.B.C.

O Departamento de Estradas da F.B.C. estabelecerá ligação com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e com os órgãos correspondentes dos governos estaduais interessados, a fim de que os seus trabalhos não colidam com a orientação dos órgãos oficiais, com os quais deverão colaborar.

II — As atividades do D.E. intimamente articuladas com os demais órgãos da F.B.C., se dividirão em três partes:

- a) Escritório Central;
- b) Serviços de Construção; e
- c) Serviços de Conservação.

III — Ao Escritório Central compete:

a) executar, dentro das normas adotadas pela F.B.C. a contabilidade, o controle de pessoal e material e a apuração de custos de serviços do D.E.;

b) controlar, gráfica e analiticamente, o andamento dos diversos trabalhos a cargo do Departamento, preparando os relatórios periódicos a serem apresentados à Presidência;

c) manter atualizados os arquivos de documentos, desenhos, estudos e projetos do Departamento;

d) organizar os serviços de administração e fiscalização de trabalhos da competência do Departamento, cuja execução tenha sido entregue a terceiros pela F.B.C.

IV — Aos Serviços de Construção compete:

a) estudar, projetar e orçar, dentro da orientação que lhe será dada pela chefia do Departamento, os serviços de novas construções e obras de arte;

b) estudar padrões e normas a que deverão obedecer as estradas e obras de arte construídas ou mandadas construir pela F.B.C.;

c) organizar e centralizar as atividades das equipes de construção, tomando as providências para que seja assegurado o suprimento de suas necessidades.

V — Aos Serviços de Conservação compete:

a) manter as boas condições de tráfego e a segurança das estradas e obras de arte existentes ou a construir e que, por determinação da Presidência, devam ser conservadas pela F.B.C.;

b) organizar e centralizar as atividades das residências, zelando pela boa ordem dos seus trabalhos e estabelecendo os programas gerais de suas atividades;

c) preparar, para que sejam submetidos pelo Departamento à Presidência da F.B.C., os estudos para a instalação de novas residências ou de atividades que a elas devam ser entregues.

VI — Os Serviços de Construção serão executados por equipes independentes, com equipamento mecânico adequado, dentro das instruções estabelecidas pelo chefe do Departamento.

VII — Os Serviços de Conservação serão distribuídos pelas residências instaladas dentro do trecho que for atribuído a cada uma delas, com extensão de aproximadamente 150 quilômetros quadrados.

Essas residências serão instaladas de preferência fora de núcleos urbanos, em terreno de propriedade da F.B.C. com um mínimo de 100 hectares, oferecendo as condições convenientes à fixação dos trabalhadores e suas famílias.

VIII — Serão previstas, nas residências, construções para escritório, alojamentos, enfermaria, depósitos, oficinas, etc.

Essas construções deverão ser feitas obedecendo às condições de segurança e higiene, em caráter definitivo, logo que possível.

IX — Será estabelecido, em cada residência, um armazém dos Entrepósitos Comerciais F.B.C. Ltda. que deverá, no entanto, obedecer às determinações de caráter disciplinar estabelecidas pelo Departamento.

X — O Departamento de Estradas organizará os estudos e projetos necessários e instalará as residências de maneira a que elas se possam constituir em um centro de atração e de civilização, de forma a radicar os trabalhadores e suas famílias, oferecendo-lhes para isto os meios necessários à melhoria de seu padrão de vida e elevação de seu potencial de trabalho.

XI — As turmas de conservação subordinadas a cada residência, equipadas como unidades autônomas, deverão se concentrar pelo menos quinzenalmente na sede da residência para, além de prestarem contas dos serviços e receberem novas instruções, submeterem o pessoal à inspeção médica, e o material à revisão necessária.

XII — Serão promovidas, nas residências, nos dias de concentração, diversões e outras práticas de caráter social, de maneira a estimular entre os seus componentes o espírito de companheirismo e o bom ânimo para o trabalho.

XIII — Ao chefe do Departamento compete:

a) a direção geral dos serviços do Departamento dentro da orientação dada pela Presidência da F.B.C.;

b) a direção efetiva dos trabalhos previstos nos itens anteriores, enquanto as exigências do serviço não impuserem o seu desdobramento;

c) estudar e propor à Presidência os planos a que deverão obedecer os trabalhos do Departamento, bem como as normas para a sua execução;

d) estudar e propor à Presidência as aquisições de equipamentos e instalações cuja importância não possa ser considerada apenas nos orçamentos determinados para cada serviço;

e) estudar e propor à Presidência as remunerações básicas para o pessoal permanente e variável utilizado nos serviços do Departamento, considerando a natureza e as condições do trabalho a ser executado;

f) tomar todas as providências necessárias para que os serviços aprovados e determinados pela Presidência sejam executados dentro das condições, prazo e orçamentos previstos;

g) zelar pela eficiência dos trabalhos do Departamento dentro das finalidades da F.B.C., disciplinando o comportamento individual de seus servidores no que possa afetar o programa da F.B.C.;

h) zelar pela proteção aos trabalhos em serviço, articulando-se com os órgãos competentes da F.B.C. de maneira a assegurar-lhes boas condições físicas e o gozo dos direitos que lhes confere a legislação em vigor;

1) estabelecer íntimo contacto com os demais órgãos da F.B.C., de maneira a conseguir a maior harmonia em suas atividades;

j) baixar as instruções a que devem obedecer todos os serviços do Departamento;

l) inspecionar, em companhia dos respectivos encarregados, pelo menos uma vez por mês, todos os trabalhos do Departamento, apresentando um relatório sobre o andamento dos mesmos à Presidência.

m) instalar as residências que forem criadas pela Presidência, por proposta do Departamento. — *João Alberto, Presidente.*

(D.O. — 19-1-945).



Ordem de Serviço n.º 14

Atendendo às necessidades constantes na região do rio Tapajós, na zona em que opera a Fundação Brasil Central, resolvo criar, junto à expedição desbravadora daquele rio, na Base de Coletoria, um Serviço de Assistência Social.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1945. — *João Alberto, Presidente.*

(D.O. — 19-1-945).



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de Motivos n.º 3 474

Em 21 de dezembro de 1944.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

1. Com a Exposição de Motivos n.º 782 — Gabinete, de 11 de maio de 1938, submeti à consideração de Vossa Excelência o processo em que a Prefeitura Municipal da cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, pretendia que se declarasse, como de sua propriedade, as marinhas e acrescidos, naquela parte do litoral, sob a alegação de haverem sido cedidos à respectiva Câmara Municipal, por Decreto Imperial de 9 de dezembro de 1830.

Naquele expediente, tive oportunidade de ressaltar, consoante os pareceres do consultor jurídico do Ministério da Viação e Obras Públicas, que

“já está perfeitamente esclarecido que o artigo único do referido decreto não tem a latitude que se lhe quer emprestar, sendo, ao contrário, uma concessão restrita aos terrenos caídos em comissão e, de consequente, não extensiva aos que não houvessem sido aforados.”

E, assinalando que o domínio da União sobre os terrenos de marinha fora reconhecido por acórdão do Supremo Tribunal Federal, inspirado em magistral e erudito parecer do Dr. Eptácio Pessoa, e atendendo a que, contra a pretensão, se insurgia a própria segurança nacional, propus que se não reconhecesse o direito pleiteado e que se dispensassem os emolumentos e taxas em atraso, para efeito de se tornarem exigíveis somente a partir da decisão final de Vossa Excelência.

Este parecer foi aprovado por Vossa Excelência, por despacho de 14 de maio de 1938.

2. A referida Prefeitura, porém, solicitou reconsideração desse despacho, e apresentou longo memorial, no qual se contesta que o decreto imperial de 9 de dezembro de 1830 se

referia a terrenos de marinha e seus acrescidos, e se pretende demonstrar que os terrenos em apreço, mesmo que fossem de marinha, já teriam sido adquiridos por seus ocupantes, em virtude de prescrição ocorrida muito antes da vigência do Código Civil.

Pretende-se ainda que, no município do Rio Grande, nunca foi demarcada, por impossível, a linha do preamar médio, de acordo com o preceituado na Lei de 15 de novembro de 1831, no Decreto n.º 24 643, de 10 de julho de 1934 e no Decreto-lei n.º 2 490, de 16 de agosto de 1940.

3. Sobre a impossibilidade da demarcação da linha do preamar, foi ouvido o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o qual designou uma comissão para examinar o assunto.

4. Essa comissão declarou, no trecho de seu parecer, sob o título — *As marés do porto do Rio Grande:*

“Sobre as marés no Rio Grande do Sul, pode-se dizer o seguinte:

a) *Há marés muito fracas* com a predominância das ondas diurnas, sendo que na barra (Pontal Sul), antes da construção dos molhes, em 1908, a amplitude máxima determinada pela análise harmônica de curto período, calculado por Dr. Alix Lemos, foi de 0,74 m.

Essas marés são completamente perturbadas pelo fator meteorológico (vento e pressão barométrica) determinando variações completamente anômalas — obedecendo exclusivamente à ação desse fator que atua com grande irregularidade nessa região da costa brasileira” (São meus os grifos).

E, depois de expender outras considerações, dentre as quais:

“Os quadros indicando as observações de seis anos dos máximos e mínimos — no Pontal Sul e no Porto Novo não representam absolutamente as variações do nível d'água devidas à ação atrativa luni-solar, isto é, *maré propriamente dita.*”

O mareógrafo do Pontal Sul registra hoje não a maré oceânica, mas as variações de nível do canal formado pelos molhes da barra, sujeito a um regime hidráulico peculiar. No Porto Novo, pode-se dizer que predomina em absoluto o regime da lagoa dos Patos cujas variações de nível atendem mais ao fator meteorológico — ventos, pressão barométrica e ainda cheias do rio” (São meus os grifos),

concluiu:

“... o método da análise harmônica, aplicada à previsão da maré local, não dá resultados que permitam estabelecer o nível do preamar máximo, exigido pelo Decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942. Os fatores meteorológicos e o deflúvio que atuam sobre as lagoas perturbam, por completo, a regularidade do fenômeno da maré, impedindo que se possam considerar como exatas, do ponto de vista objetivo, as constantes harmônicas calculadas para o porto do Rio Grande.

Dada a impossibilidade manifesta de ser aplicado o art. 3.º do citado decreto-lei, e estendendo-se tal impossibilidade a outros portos do Sul, parece necessário o estabelecimento de critério especial a ser seguido nos portos em causa em aditamento ao decreto-lei para delimitar-se uma faixa marginal, da mesma maneira que se procede para as fronteiras terrestres do país” (São meus os grifos).

5. Para elucidar a situação dos terrenos marginais da cidade do Rio Grande, o Serviço de Patrimônio da União, reportando-se àquele parecer, solicitou ao Departamento citado:

"a remessa dos níveis máximos e mínimos do mar, nos últimos anos de observação, indicados pelos aparelhos registradores ali instalados, e, bem assim, o resumo da análise harmônica de longo período, porventura, efetuada, na conformidade do Decreto-lei n.º 4 120"...

Em resposta remeteu o Departamento:

"o quadro com as cotas dos níveis máximos e mínimos das águas, tirados dos gráficos registrados pelos aparelhos instalados no Pontal da Barra, há cerca de 5 quilômetros das cabeças dos molhes, e no Pôrto Novo, cidade do Rio Grande, região lagunar, correspondentes às observações realizadas durante 6 anos — bem como os quadros com os valores das constantes harmônicas, deduzidas das análises de curto e longo período, sendo que a primeira, antes da construção dos molhes, corresponde às observações de marés no litoral oceânico, e a segunda, depois da construção dos molhes, às observações das variações dos níveis d'água, em pleno canal" (São meus os gráficos).

ressaltando, entretanto,

"No Pôrto Novo — onde estão os terrenos marginais à cidade do Rio Grande — não foi feita a análise harmônica das observações aí realizadas, pois os fenômenos de variações d'água, nessa região, são na maior das vezes aperiódicos".

Em face dos elementos recebidos, o Serviço do Patrimônio da União verificou que a amplitude total da maré determinada pela análise de longo período, no Pontal da Barra, é de 1,152 metros, enquanto que a diferença entre o nível máximo das águas, indicado pelos aparelhos registradores é de 1,83 metro (fl. 110). Reporta-se, em seguida, ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942, segundo o qual a origem da faixa dos terrenos de marinha é a linha do preamar máximo atual e não a do nível das águas, cuja determinação seria difícil para certos portos, — para concluir:

"a) O "nível máximo" determinado pela análise harmônica de longo período, no período de 1929 a 1930 é de 1,152 metro;

b) O preamar máximo a ser fixado nos termos do § 2.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 4 120, de 21-2-42, pela repartição competente, — o Domínio da União, — é o indicado acima, isto é, com a cota de 1,152 metro."

6. A Procuradoria Geral da Fazenda Pública, reportando-se ao laudo da comissão do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, designada para examinar a controvérsia, e ao resumo de análise de longo período da maré, posteriormente remetido pelo mesmo Departamento, e em face do qual concluiu o Serviço do Patrimônio da União que pode ser fixada a linha do preamar máximo atual, — expendeu as seguintes considerações:

"Efetivamente, as dificuldades na fixação dessa linha não induzem à inexistência de marinhas. Ao contrário, da ocorrência de marés resulta logicamente a existência daquela linha e, portanto, dos terrenos de marinha."

7. Nesta fase, a Prefeitura da cidade do Rio Grande, por seu advogado — Dr. Alberto de Araújo Cunha, pediu e obteve vista do processo, a fim de apresentar valiosos elementos, que, no seu entender, viriam facilitar os estudos finais do caso.

8. Pois bem: A referida Prefeitura solicitou ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais que lhe certificasse se as informações que enviara ao Serviço do Patrimônio da União, posteriormente ao seu parecer, invalidavam a este.

A certidão foi negativa, dentre outros motivos, porque

"... não seria cabível a adoção da cota de + 1 152 metros para a amplitude máxima da maré na cidade do Rio Grande, não somente porque esse nível, calculado pela análise harmônica feita em 1929 das observações de altura d'água registradas no Pontal Sul da Barra é absolutamente inexpressivo como também porque o local das observações se encontra distante cerca de 17 quilômetros da cidade do Rio Grande.

... as marés na cidade do Rio Grande se apresentam completamente perturbadas pelos fatores meteorológicos e regime da lagoa dos Patos, não sendo possível a aplicação de método de análise harmônica para adoção da mesma cota da amplitude máxima calculada pelas observações no Pontal Sul da Barra, já por si inexpressivas;

Esta foi sempre a doutrina sustentada pela antiga Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais e pelo atual Departamento Nacional de Portos e Navegação, o que se verifica através das suas publicações oficiais. E tanto assim é que o *Governo Provisório pelo Decreto n.º 21 235, de 2 de abril de 1932, assegurou ao Estado do Rio Grande do Sul o domínio das terras marginais e acrescidos de rios e lagos e das ilhas que nos mesmos se formarem*". (São meus os gráficos).

9. Além dessa certidão, juntou a Prefeitura da cidade do Rio Grande um ofício do diretor da Divisão de Hidrografia do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, no qual se declara, em referência ao parecer do mesmo Departamento e ao

"caso dos pretendidos terrenos de marinha na cidade do Rio Grande":

"No citado parecer se conclui, taxativamente, que no pôrto do Rio Grande, o fenômeno de variação do nível d'água não pode ser apreciado como um fenômeno de maré, e que portanto, os terrenos marginais da cidade do Rio Grande não são terrenos de marinha.

A determinação da linha do preamar médio de 1832, bem como a do preamar máximo atual, do recente Decreto-lei n.º 5 666, de 15 de julho de 1943, não poderá ser feita pelas razões expostas no mesmo parecer, de acordo mesmo com a doutrina sempre mantida por este Departamento e que tem sido reconhecida pelo Governo Federal".

10. Retornando o processo ao Serviço do Patrimônio da União, providenciou este, preliminarmente, no sentido de serem anexados 35 maregramas dos meses de março, abril, setembro e outubro de 1943, relativos ao Pôrto Novo, cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e copiados na Divisão de Hidrografia do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (fls. 150-156).

11. Com fundamento em tais elementos, o Dr. Armando Godói Filho, diretor da Divisão de Cadastro, do Serviço do Patrimônio da União, emitiu o longo parecer de fls. 158-170, com o qual concordou o diretor do referido Serviço (fls. 170).

12. Nesse trabalho aduzem-se ponderosas considerações de ordem técnica, comenta-se a legislação pertinente aos terrenos de marinha e estudam-se os gráficos copiados na Divisão de Hidrografia do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, esclarecendo-se:

"Para que as variações máximas e mínimas do nível das águas dos mares, lagos ou rios, possam ser consideradas marés, devem elas, na sua periodicidade, no que diz respeito aos intervalos de tempo decorridos, sucessivamente, entre aqueles acontecimentos, corresponder pelo menos aproximadamente, ao ciclo periódico da Lua, como principal agente das marés, nas suas passagens repetidas pelo meridiano do lugar.

Aplicando, assim, esse conceito, ao estudo do fenômeno das variações periódicas do nível das águas no Porto Novo, cidade do Rio Grande, vemos, pelos gráficos de fls. 151 a 156, que caracterizam aquela fenômeno, o seguinte:

I — Na folha 151, as distâncias, respectivamente, medidas pela diferença de suas abscissas (eixo dos tempos), entre os pontos A e B, B e C, C e D, E e F, etc., que correspondem aos preamares, são aproximadamente, iguais à duração do ciclo diurno da Lua, 12 h 50 m.

II — Na folha 152, para o caso dos pontos A, B, C, D, etc., a coisa se passa da mesma forma e, assim, sucessivamente, como se pode ver, para os preamares indicados nas folhas seguintes.

E, daí, podemos concluir, sem receio, que há marés no Porto do Rio Grande, com a predominância da onda diurna.

A análise daqueles gráficos, feita de um ponto de vista verdadeiramente técnico, mostra-nos, de fato, que há influências perturbadoras, de natureza meteorológica, que afetam a regularidade da manifestação das marés no Porto Novo, cidade do Rio Grande. Acontece, porém, que tais influências, em absoluto não se manifestam com a energia suficiente, capaz de mascarar ou suplantar as outras, muito mais importantes, de ordem astronômica (atrações lunis-solares), que são, principalmente, os agentes das variações periódicas do nível das águas naquele local.

Assim, pois mais uma vez afirmo: há marés no Porto do Rio Grande" (São meus os grifos).

Trata-se, em seguida, da análise harmônica, aplicada ao estudo do fenômeno das marés, declarando-se, dentre outras coisas:

"Tudo, portanto, no caso da aplicabilidade da análise harmônica ao estudo das marés, para este ou aquele porto, é uma questão de maior ou menor tolerância no erro admissível, inevitavelmente cometido, entre os resultados do processo teórico na obtenção do preamar máximo e a verificação experimental do fenômeno, para esse fim de controle planejada.

Cabe, pois, aqui uma interrogação:

Dará o processo da análise harmônica, aplicado ao fenômeno das marés no Porto Novo, cidade do Rio Grande, em vista das atribuições aperiódicas, de natureza meteorológica, que afetam a regularidade daquele

fenômeno, — resultados tão distanciados do verdadeiro, quanto ao preamar — máximo, que, de fato, possam invalidar a recomendação técnica do processo, como exceção, para as marés ali existentes?

Quanto a isso, há opiniões divergentes. No processo, por exemplo, segundo estou informado, em que o assunto foi estudado no D. N. P. R. C., do M. V. O. P., antes da constituição da Comissão de Engenheiros da repartição que emitiu aquele parecer já mencionado, outros engenheiros, com experiência e tirocínio na matéria, já haviam se manifestado a favor da aplicabilidade da análise harmônica ao caso das marés do Porto do Rio Grande.

Seria, portanto, interessante, no meu entender pelo menos, que este M. F., por intermédio do Gabinete, requisitasse, a título de esclarecimento, ao M. V. O. P., aquele processo, antes de qualquer deliberação a respeito desta delicada questão.

Eu, no entanto, apesar de não me julgar, de modo algum autoridade na matéria, filio-me à corrente dos que acreditam na aplicabilidade do processo" (São meus os grifos).

E, finalmente, sugere-se uma das seguintes soluções:

"I — Reconhecidos, como já o foram pela Superior Autoridade, os direitos da União sobre os terrenos de marinha nas margens lagunares da cidade do Rio Grande, pósto que, conforme bem o reconhece a Prefeitura dessa cidade, em sua representação, às fls. 4, pode ser aceita como verdadeira a tendência geológica para a formação de acrecidos naquelas margens, desprezar-se a recomendação do art. 1.º, do D. L. 5 666, quanto à procura da linha de encontro ou traço (teoricamente irrealizável devido à falta de elementos que indiquem a conformação exata dos terrenos, que existia em 1831) do plano de nível, de cota igual à do preamar máximo atual, com o terreno que havia em 1831, para adotar-se aquela critério, defendido e esclarecido neste parecer, da utilização sensata das plantas antigas na determinação da linha básica dos terrenos de marinha que existem naquelas margens (trabalho que, em boa parte, já foi realizado pela administração da antiga D.U.U. naquele Estado).

II — Em caso contrário, designar o Governo uma Comissão de Engenheiros, assistida por um jurista deste M. F., para, não só resolver a questão da aplicabilidade do processo da análise harmônica às marés do Porto do Rio Grande, como também apresentar sugestões, de ordem geral, que lhe parecerem convenientes, para a solução administrativa e técnica do complexo problema dos terrenos de marinha. E essa comissão a meu ver, sob a presidência de emérito especialista na matéria, poderia ser assim constituída:

1 representante do D. N. P. R. C., do M. V. O. P.

1 representante deste S. P. U.

1 representante do Observatório Nacional do M. E. S."

13. Antes de estudarmos o mérito da questão, cumpre-nos fazer os comentários abaixo, em torno do parecer do Departamento e dos esclarecimentos complementares:

Como vimos, afirma-se no referido parecer:

"Dada a impossibilidade manifesta de ser aplicado o art. 3.º do citado Decreto-lei (trata-se do Decreto-lei n.º 4 120, de 21-2-42, que alterou a legislação sobre *terrenos de marinha*, sendo que o dispositivo indicado determinou a forma, mediante a qual será fixada a origem da faixa de 33 metros dos *terrenos de marinha*), e estendendo-se tal impossibilidade a outros portos do Sul, parece necessário o estabelecimento de critério especial a ser seguido nos portos em causa em aditamento ao decreto-lei para delimitar-se uma faixa marginal, da mesma maneira que se procedeu para as fronteiras terrestres do país".

Esse trabalho, portanto, não concluiu, nem expressa, nem implicitamente pela inexistência de terrenos de marinha, na cidade do Rio Grande, mas, pelo contrário aconselhando a adoção de um critério especial, para delimitar-se uma faixa marginal, propendeu pela existência desses terrenos.

O Decreto n.º 21 235, de 2 de abril de 1932, não tem, para o caso a importância decisiva que se lhe quis emprestar, visto como esse diploma assegurou aos Estados o domínio dos terrenos marginais dos rios e lagos navegáveis, "*em todas as zonas não alcançadas pela influência das marés*".

Por outro lado, este Ministério ouviu o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, somente sobre as observações e previsões de marés para efeito da demarcação da linha do preamar máximo atual na cidade do Rio Grande (vejam-se parecer da Procuradoria a fls. 94v., despacho a mesma fls. e o § 2.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 4 120).

Destarte, a declaração constante dos esclarecimentos prestados posteriormente ao parecer do Departamento, de que

"os terrenos marginais da cidade do Rio Grande não são de marinha"

representa apenas uma simples opinião pessoal, respeitável de certo, mas que não deve ser considerada senão sob esse aspecto. E' que a decisão do assunto depende, também, de estudo jurídico.

Relativamente à declaração que se faz sobre a impossibilidade de ser determinado o preamar máximo atual, do recente Decreto-lei n.º 5 666, de 15 de julho de 1943, de certo (não se diz porque) em face do dispositivo, segundo o qual

"No caso de ser reconhecida a existência de aterros naturais ou artificiais, *assim considerados os formados depois do ano de 1831*, tomar-se-á como linha básica das marinhas, a que resultaria do preamar máximo atual, se não existissem esses aterros",

convém salientar que o assunto foi tratado exaustivamente na Exposição de Motivos deste Ministério n.º 1 775 Gabinete, de 9 de setembro de 1942, tendo o Dr. Hildebrando Góis, autor do projeto convertido no Decreto-lei n.º 4 120, concordado em que se mantivesse o ano de 1831, para origem, no tempo, da contagem dos acrescidos.

14. Afigura-se imprescindível, para a solução do caso, que examinemos, através das ordens, avisos, instruções e das leis:

- a) a definição dos terrenos de marinha; e
- b) o critério para a delimitação desses terrenos.

I — Quanto à letra a —

O Aviso de 18-11-1818 declarou:

"... da linha d'água para dentro sempre são reservadas 15 braças *pela borda do mar* para serviço público, nem entram em propriedade alguma dos confiantes *com a marinha*"... (São meus os grifos).

O Aviso de 29 de abril de 1826 mandou limitar a construção de obras particulares, a que se referiu.

"à distância de 15 braças do *bater do mar em marés vivas*, de forma que fique desembarçado o terreno intermediário, *que compreende o que se chama propriamente marinha*" (São meus os grifos).

O Aviso de 13 de julho de 1827 declarou, por sua vez,

"que o espaço de terreno que propriamente se chama marinha é aquêle que se compreende em 15 braças entre o *bater do mar* nas águas vivas" (São meus os grifos).

A Ordem de 20 de outubro de 1832, do Ministério da Fazenda, estipulou que:

"por marinha se consideram 15 braças de terreno, contadas do ponto onde chega a maré nas maiores enchentes".

As Instruções n.º 348, de 14 de novembro de 1932, do Ministério da Fazenda, baixadas para a execução do art. 51, § 14, da Lei de 15 de novembro de 1831, dispõem, no seu art. 4.º:

"Hão de considerar-se terrenos de marinha todos os que, *banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis*, vão até a distância de 15 braças craveiras para parte da terra, contadas estas desde os pontos a que chega o preamar médio" (São meus os grifos).

O Decreto n.º 4 105, de 22 de fevereiro de 1868, estabeleceu no § 1.º do seu art. 1.º:

"São terrenos de marinha todos os que, *banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis*, vão até a distância de 15 braças craveiras (33 metros) para a parte da terra, contadas desde o ponto a que chega o preamar médio" (São meus os grifos).

Resulta, assim, que a legislação transcrita considerava como característica primordial dos terrenos de marinha o de serem estes "*banhados pelas águas do mar*". (Mar — grande massa de água salgada. Marinha — praia, borda do mar, beira-mar — Caldas Aulete).

Portanto, onde houvesse água do mar, água salgada — havia, consequentemente, terreno de marinha.

O Decreto-lei n.º 2 490, de 16 de agosto de 1940, considerou terrenos de marinha

"os que, *banhados pelas águas do mar e pelas dos rios e lagoas até onde alcance a influência das marés*"... (São meus os grifos).

Caracterizaram-se, assim, os terrenos de marinha, nas margens dos rios e lagoas, pela "*influência das marés*". (Influência — ação de uma coisa sobre outra — Caldas Aulete).

Ora, a ação das marés sobre as águas dos rios e lagoas, consiste, também, em tornar salgadas essas águas. Por conseguinte, desde

que os terrenos marginaes dos rios e lagoas fossem banhados pela água salgada, seriam de marinha.

Essa inteligência decorre, também, sem maior esforço, do citado Decreto-lei n.º 4 105, quando distinguindo os terrenos de marinha (os que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, vão até a distância de 15 braças, etc.) dos terrenos reservados para servidão pública (os que, banhados pelas águas dos rios fora do alcance das marés, vão até a distância de 7 braças, etc.), estatui:

“O limite que separa o domínio marítimo do domínio fluvial, para o efeito de medirem-se e demarcarem-se 15 ou 7 braças, conforme os terrenos estiverem dentro ou fora do alcance das marés, será indicado pelo ponto onde as águas deixarem de ser salgadas de um modo sensível, ou não houver depósitos marinhos, ou qualquer outro fato geológico, que prove a ação poderosa do mar” (são meus os grifos).

O Decreto-lei n.º 3 438, de 17 de julho de 1941, porém, que esclareceu e ampliou o de n.º 2 490, prescreveu que a influência das marés, nas margens dos rios e lagoas,

“é caracterizada pela oscilação de cinco centímetros, pelo menos, do nível das águas atração luni-solar) que ocorra em qualquer época do ano”.

Nessa conformidade, a existência, de terrenos de marinha, nas margens dos rios e lagoas, está ligada à oscilação do nível das águas, em proporção nunca inferior a cinco centímetros, por efeito da ação da maré (atração luni-solar), em qualquer época do ano.

II — Quanto à letra b

O Aviso de 29 de abril de 1826 determinou que as 15 braças,

“que compreendem o que se chama propriamente marinha”,

fôsem contadas

“do bater do mar em marés vivas”.

O Aviso de 13 de julho de 1827 deu como origem dos terrenos de marinha

“o bater do mar nas águas vivas”.

A Ordem do Ministério da Fazenda, de 20 de outubro de 1832, fixou o ponto

“onde chega a maré nas maiores enchentes”.

As Instruções n.º 348, de 14 de novembro de 1832, do Ministério da Fazenda, expedidas

“para reconhecimento, medição e demarcação dos terrenos de marinha”,

determinaram que as 15 braças craveiras, que constituem os terrenos de marinha, assim considerados os

“banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis”,

fôsem contadas,

“para a parte de terra”, desde os pontos a que chega o preamar médio”.

A Ordem n.º 373, de 12 de julho de 1833, estabeleceu, a respeito das medições dos terrenos de marinha, que

“deve observar-se a maior enchente da maré de uma lunação, e tomado o ponto médio d'ela, contar-se as 15 braças”.

A Ordem n.º 616, de 21 de outubro de 1833, do Ministério da Fazenda,

“sobre a existência de terrenos de marinha em qualquer litoral, e modo de achar o seu ponto de contagem” (são meus os grifos).

dispôs (peço a atenção para a norma aqui estabelecida, que veio dirimir, na época, o mesmo caso, reeditado no processo anexo):

“na falta de marés regulares, que produzam o preamar médio dentro de uma lunação, para assim achar os pontos de contagem para as quinze braças determinadas no regulamento, sirvam para o mesmo fim os pontos aonde chegam as águas na sua elevação média no decurso de um ano, produzida esta elevação, ou pela ação dos ventos em algumas das estações do ano, ou por maior cópia de águas nas fontes, que alimentam os rios, que banham o litoral”... (São meus os grifos).

A Ordem de 14 de maio de 1839 reza:

“as medições, nas margens dos rios, devem ser feitas quando os rios se acharem em seu estado natural e livres de enchentes.”

O Decreto n.º 4 105, de 22 de fevereiro de 1868, fixou, para limite dos terrenos de marinha,

“o ponto a que chega o preamar médio”,

declarando ainda que este ponto se refere

“ao estado do lugar no tempo da execução da Lei de 15 de novembro de 1831, art. 51, § 14 (Instruções de 14 de novembro de 1832, art. 4.º)”.

Interpretando o § 1.º, art. 1.º do Decreto n.º 4 105, mencionado, o Aviso deste Ministério, n.º 155, de 14 de setembro de 1903, esclareceu

“que, usando da expressão — preamar médio — a lei quis evitar que para a linha de onde se contam os 33 metros de marinhas fôsse adotada a que corresponde ao lugar onde as águas do mar só chegam em marés excepcionalmente grandes, para adotar a que corresponde ao limite a que chegam as águas em marés normais de preamar;

que nenhum processo em condições práticas atende a esse fim (o de reservar à borda d'água uma faixa de 33 metros de terreno enxuto para certos serviços) do que a adoção, como testada do terreno de marinha, da linha assinalada por vestígios acentuados pelo mar nas praias e rochedos, indicando que as águas nela batem insistentemente e continuamente; e, finalmente, que a linha figurada nas plantas e aceita pelo Governo é a que nas praias e nas rochas se acha assinalada clara e distintamente, visto como a nenhuma outra espécie de observações tem recorrido a administração pública.” e

determinou que a demarcação dos terrenos de marinha fôsse feita,

“contando-se 33 metros para o lado de terra, a partir da linha assim gravada pelo mar, que é a do preamar médio a que se refere o decreto citado (Decreto n.º 4 105, de 22-2-1868)”.

A inteligência dada ao Decreto n.º 4 105, aludido, pelo Aviso a que acabamos de nos referir foi encorporada à legislação pertinente à demarcação dos terrenos de marinha, *ex-vi* do art. 215 do Regulamento baixado com o Decreto n.º 16 197, de 31 de outubro de 1923, *verbis*:

"São terrenos de marinha todos os que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis ou que se tornem navegáveis e lagoas, vão até a distância de 33 metros, para a parte da terra, contados desde o ponto a que chega a preamar média. Este ponto refere-se ao estado do local no tempo da execução da Lei de 15 de novembro de 1831 e *Aviso do Ministério da Fazenda n.º 155, de 14 de setembro de 1903*" (São meus os grifos).

As instruções para os serviços técnicos da Diretoria do Domínio da União (Circular n.º 2, de 2-5-33), exemplificam, indicando, como elementos para serem considerados na demarcação dos terrenos de marinha, a natureza dos terrenos, os títulos, as plantas antigas, as informações dos moradores no local, etc. Mas alertam o engenheiro encarregado dessa demarcação:

"Casos haverá, talvez, em que a locação da linha de preamar se fundará apenas nas determinações constantes do *Aviso de 14 de setembro de 1903, do ministro Bulhões, ao engenheiro Silveira da Mota*" (*Aviso n.º 155, de 14-9-903, do Ministério da Fazenda*).

O Decreto-lei n.º 2 490, de 16 de agosto de 1940, nada inovou sobre a demarcação dos terrenos de marinha. O de n.º 3 438, de 17 de julho do mesmo ano (art. 29 e seus parágrafos), mantendo, em linhas gerais, as normas anteriores, declara que a posição da linha do preamar médio de 1831 será feita

"à vista de documentos e plantas de *autenticidade irrecusável* relativos a esse ano, ou, *quando não obtidos*, da época que do mesmo mais se aproxime" (são meus os grifos).

E, além disso, institui um regime, em virtude do qual os interessados têm amplo conhecimento do trabalho a realizar e da linha demarcada, de modo que apresentem os seus recursos, antes de aprovada a demarcação, pela Diretoria do Domínio.

Em substituição às normas legais e administrativas, que fixavam o preamar médio de 1831, como origem dos terrenos de marinha, e o processo para demarcar essa linha básica, surgiu o Decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942, em face do qual

"A origem da faixa de 33 metros dos terrenos de marinha será a linha do preamar máximo atual, determinada, normalmente, pela análise harmônica de longo período.

Na falta de observações de longo período, a demarcação dessa linha será feita pela análise de curto período.

Para os efeitos deste artigo, a *análise de longo período deve basear-se em observações contínuas durante 370 dias*.

Para a *análise de curto período, o tempo de observação será, no mínimo, de 30 dias consecutivos*.

A posição da linha do preamar máximo atual será fixada pela Diretoria do Domínio da União de acordo com as observações e previsões de marés, feitas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, ou pela Diretoria de Navegação do Ministério da Marinha" (são meus os grifos).

III — Do exposto se infere que as nossas leis e os atos da administração pública, até 1940:

a) Deixaram um requisito primordial, para a caracterização dos terrenos de marinha: o de serem estes banhados pelas águas do mar, ou pelas águas salgadas;

b) que nunca adotaram, para a determinação da linha básica das marinhas, a previsão das marés, de acordo com os métodos hoje conhecidos, seguindo, ao revés, um critério, mais ou menos arbitrário, tanto assim que

1.º — nos lugares banhados pelo mar, mas onde não havia marés regulares, exigiam apenas os pontos de elevação média das águas, produzida ou pela ação dos ventos ou por maior cópia de águas nas fontes (*Ordem citada, n.º 616, de 21-10-1833*);

2.º — dispensavam as observações rigorosamente científicas (análise de longo ou curto período), para adotarem ou a observação da maior ou menor enchente da maré de *uma lunação*, tomando o ponto maré (*Ordem n.º 373, de 12-7-833*); ou a linha gravada pelo mar, nas praias e rochedos, pelo bater insistente e continuado das águas (*Aviso do Ministério da Fazenda n.º 155 de 14-9-903 e Circular da D.D.U., n.º 2, de 2-5-33*).

A esse respeito disse o Dr. Hildebrando de Góis (Exposição que acompanhou o processo convertido no Decreto-lei n.º 4 120, de 21-2-942), que a determinação da linha básica de contagem da faixa de 33 metros dos terrenos de marinha, era feita, em muitos casos, de acordo com as leis então existentes.

"por um critério mais ou menos arbitrário que não se coaduna com os métodos modernos de previsão de marés".

E' de presumir que devem ter contribuído para a adoção do processo empírico, até então seguido, a observação e a experiência, no tocante à parte do litoral brasileiro, onde as marés eram e são irregulares.

Por outro lado, é preciso notar que até então (1940) reproduziram as nossas leis o princípio constante das Instruções n.º 348, de 14 de novembro de 1832, do Ministério da Fazenda, e do Decreto n.º 4 105, de 2 de fevereiro de 1868, segundo o qual ficou fixado para limite dos terrenos de marinha o ponto a que chega o preamar médio de 1831. E não se poderia ter cogitado, nessas épocas, (14-11-32 e 2-2-1868) de critério técnico para a determinação da linha do preamar, e muito menos do método de análise harmônica das marés, porque a divulgação desse método, idealizado por Lord Kelvin, somente se verificou em 1867.

No Decreto-lei n.º 3 438, de 17 de julho de 1940, já se nota a tendência para a adoção de métodos científicos, na demarcação da linha básica das marinhas (vêde art. 1.º e seu parágrafo único). E assim, em relação dos rios, em vez dos "pontos onde chegam as águas na sua falta de marés regulares" ou das medições das margens, quando os mesmos rios se acharem em seu estado natural e livres de enchentes", preferiu-se recorrer à influência das marés, restringida esta à

"oscilação de cinco centímetros, pelo menos, do nível das águas (*atração luni-solar*) que ocorra em qualquer tempo do ano".

Com o advento do Decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942, foi completa a adoção dos métodos técnicos, para a demarcação dos terrenos de marinha, não importando a

situação destes, pois que para fixar o preamar atual, apenas à análise de longo período (370 dias) ou à análise de curto período (30 dias consecutivos, no mínimo). E onde fôr impossível fazer essas observações, impossível será também demarcar os terrenos de marinha.

15. Diante do parecer do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e dos esclarecimentos pelo mesmo prestados, posteriormente, infere-se:

a) que as marés no litoral da cidade do Rio Grande são irregulares;

b) que, ali, as variações do nível das águas não resultam da ação atrativa luni-solar, isto é, da maré propriamente dita;

c) que o método da análise harmônica, exigido pelo Decreto-lei n.º 4 120, de 21-2-42, não pode ser aplicado naquele local;

d) que o maregrafo no Pontal Sul registra hoje (a asserção nos dá a impressão de que até as obras do porto concorreram para tornar irregulares as marés) não a maré oceânica, mas as variações de nível do canal formado pelos molhes da barra, sujeito a um regime hidráulico peculiar;

e) que o nível calculado nesse Pontal, pela análise harmônica em 1929 é inexpressivo hoje;

f) que o S.P.U. serviu-se desse cálculo, para afirmar a possibilidade da demarcação dos terrenos de marinha, na cidade do Rio Grande, indicando a cota de + 1 152 m; mas

g) que essa cota, que nada exprime, atualmente (item b), resultou de observações em local distante 17 quilômetros da cidade.

16. Frente à legislação vigente, não nos podemos furtar ao seguinte raciocínio:

Nas margens dos rios e lagos, os terrenos de marinha são caracterizados pela influência das marés (letra a do art. 1.º do Decreto-lei n.º 3 438, de 17-7-40).

Considera-se influência das marés, no caso, a oscilação de cinco centímetros, pelo menos, do nível das águas (atração luni-solar), no preamar máximo atual, determinado pela análise harmônica de longo período ou de curto período (parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 3 438, de 17-7-40, combinado com o art. 3.º do Decreto-lei n.º 4 120, de 21-2-42).

Ora se no litoral da cidade do Rio Grande a oscilação do nível das águas (embora do mar ou salgada) não fôr devida à atração luni-solar, ou se não fôr possível aplicar-se, ali, o processo da análise harmônica, para a determinação do preamar máximo atual, — então, teremos, como conclusão lógica, que naquela localidade não existem mais terrenos de marinha. Isto porque a lei nova, deu aos terrenos de marinha na margem dos rios e lagos, características diferentes dos que lhes dava a legislação anterior.

17. Acontece; porém, que enquanto o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais afirma:

a) que, no litoral da cidade do Rio Grande, as variações do nível das águas não resultam da ação atrativa luni-solar, isto é, da maré propriamente dita; e

b) que o método de análise harmônica, exigido pelo Decreto-lei n.º 4 120 de 21-2-42, não pode ser aplicado naquele local, o Serviço do Patrimônio da União, com base em estudo sobre os maregramas relativos ao Porto Novo da mencionada cidade, declarou:

a) que as influências perturbadoras, de natureza meteorológica, que afetam a regularidade da manifestação das marés no Porto Novo, cidade do Rio Grande, não se produzem com a energia suficiente, capaz de mascarar ou suplantar as outras, muito mais importan-

tes, de ordem astronômica (atrações luni-solares), que são principalmente os agentes das variações periódicas do nível das águas naquele local;

b) que há marés no porto do Rio Grande, com a predominância da onda diurna; e

c) que se inclui (êle Serviço do Patrimônio da União) na corrente dos que acreditam na aplicação do processo da análise harmônica no litoral da aludida cidade.

18. É certo que ao Serviço do Patrimônio da União cabe fixar a linha do preamar máximo atual

“de acordo com as observações e previsões de marés feitas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação ou pela Diretoria de Navegação do Ministério da Marinha” (§ 2.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 4 120);

e que aquêle Departamento já afirmou serem impossíveis tais observações e previsões (análise harmônica), na cidade do Rio Grande.

Não obstante isso, e porque a solução jurídica do processo esteja subordinada a uma questão de ordem técnica, controversa, mesmo entre os técnicos do citado Departamento, conviria que se não considerasse encerrado o caso, para submetê-lo ainda ao exame de uma comissão especial.

Dita comissão, a que incumbirá requisitar os elementos a que se alude a fls. 69-69v., poderia ficar constituída:

Pelo Procurador Geral da Fazenda Pública;

Pelo Professor da Escola Politécnica — Maurício Joppert da Silva;

Por um técnico do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais;

Por um técnico do Serviço do Patrimônio da União;

Por um técnico do Observatório Nacional do Ministério da Educação e Saúde e

Pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góis.

A mesma comissão poderia também, paralelamente ao estudo do presente caso e sem retardar o andamento do processo respectivo, fazer as sugestões de ordem geral, que se alviam a fl. 170, “para a solução administrativa e técnica do complexo problema dos terrenos de marinha”.

19. No tocante às outras razões constantes do recurso da Prefeitura da cidade do Rio Grande, e em que pesem a pertinência e o grande saber jurídico do seu ilustre patrono, não cabe à administração apreciá-las, adstrita que está às normas legais que lhe disciplinam os atos.

Destarte, e porque

“A União não reconhece e tem por insubsistentes e nulas quaisquer pretensões sobre o domínio pleno de terrenos de marinha e seus acrescidos” (art. 3.º do Decreto-lei n.º 3 438),

o caso concreto não poderia, administrativamente, ser encerrado senão sob o aspecto da existência ou não de terrenos de marinha na cidade do Rio Grande.

20. Não é demais ressaltar, neste comenos, que a intenção do autor do projeto convertido no Decreto-lei n.º 4 120 era aumentar o patrimônio da União, mesmo na cidade do Rio

Grande, a que se referiu de modo expresso, quando preconizando a adoção do preamar máximo para origem dos terrenos de marinha, disse:

"Para se ter uma idéia de como se aumentaria o patrimônio da União, com esta modificação, basta cotejar os seguintes dados que revelam a diferença de quota entre o preamar médio e o preamar máximo, previsto pela análise harmônica, em quatro pontos da costa do Brasil:

Rio Grande (Rio Grande do Sul)	
Preamar máximo:	0,819 m
Preamar médio:	0,639 m

21. Pareceu-me interessante ainda, para ilustrar a questão e demonstrar que não é de agora que se pretende não sejam de marinha os terrenos em lide, transcrever, na íntegra, a

"Ordem n.º 616, de 21 de outubro de 1833, do Ministério da Fazenda.

Sobre a existência de terrenos de marinha em qualquer litoral, e modo de achar o seu ponto de contagem.

Cândido José de Araújo Viana, Presidente do Tribunal do Tesouro Público Nacional, deliberou, em sessão do mesmo Tribunal, em consequência do Ofício do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, de 23 de agosto, n.º 76, e à vista da correspondência entre este e a Tesouraria sobre o reconhecimento dos terrenos de marinha da Província, à qual serve de base a informação dada pelo Patrão-mor do porto à solicitação do Presidente em Conselho, que: 1.º não procedem os motivos que fizeram sustar o aforamento de tais terrenos naquela Província, podendo apenas ser tizadas de especiosos pretextos as razões donde concluiu o Presidente em Conselho a não existência de terrenos de marinha no extenso litoral do interior da Província, por isso que a falta de marés regulares, em tais paragens quando muito poderia servir para duvidar-se dos pontos da contagem na medição dos terrenos em questão, mas nunca de sua existência, visto como bem expressamente se acham eles compreendidos na disposição do art. 4.º; 2.º na falta de marés regulares, que produzam o preamar médio de uma lunação para assim achar os pontos de contagem para as quinze bra-

ças determinadas no regulamento, sirvam para o mesmo fim os pontos aonde chegam as águas na sua elevação média no decurso de um ano, produzida esta elevação, ou pela ação dos ventos em algumas das estações do ano, ou por maior cópia de água nas fontes, que alimentam os rios, que banham o litoral do interior dessa Província, para conhecimento dos quais pontos bastará ouvir alguns peritos, que residam nas respectivas localidades. O que participa ao Presidente da sobredita Província, a fim de dar-lhe o devido cumprimento, recomendando-lhe a maior atividade e cooperação de sua parte no bom desempenho deste negócio.

Tesouro Público Nacional, em 21 de outubro de 1833 — Cândido José de Araújo Viana" (São meus os grifos).

Art. 22. Ante o exposto, proponho, com a devida vênia, que se adote a providência alvitada no item 18 desta Exposição.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — A. de Sousa Costa.

Despacho: — Aprovado. Em 21-12-44. — G. VARGAS.

(D.O. — 16-1-945).

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Comissão de Metrologia

Resolução n.º 18

A Comissão de Metrologia, usando da atribuição que lhe confere a alínea e do art. 107, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 4257, de 16 de junho de 1939;

Resolve:

Fixar para início do art. 74 do citado Regulamento, as seguintes datas:

1 de janeiro de 1945, para o Distrito Federal.

1 de janeiro de 1946, para a capital do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1944. — Dulcídio A. Pereira, Presidente.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico

AMAZONAS

Decreto-lei n.º 1 340-A, de 17 de novembro de 1944.

Abre, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr\$ 100 000,00.

O Interventor Federal no Estado do Amazonas, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito especial de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100 000,00) destinado à contribuição da instituição Fundação Getúlio Vargas, criada pelo Decreto-lei federal n.º 6 693.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco em Manaus, 17 de novembro de 1944. — *Alvaro Botelho Maia*, Interventor Federal. — *Rui Araújo*, Secretário Geral do Estado.

(D.O. Amazonas — 21-11-944).

★

PIAUI

Decreto-lei n.º 384, de 12 de dezembro de 1944.

Abre o crédito especial de Cr\$ 60 000,00 como contribuição às comemorações do centenário da cidade de Parnaíba.

O Interventor Federal no Estado do Piauí usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto, no Departamento da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 60 000,00 (sessenta mil cruzeiros), para pagamento da contribuição que faz este Estado às comemorações que terão lugar na cidade de Parnaíba, por ocasião da passagem do seu centenário.

Art. 2.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O secretário geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 12 de dezembro de 1944; 56.º da República (L. do S.). — *Leônidas de Castro Melo*. — *Alvaro Sisifo Correia*.

(D.O. Piauí — 14-12-944).

★

RIO GRANDE DO NORTE

Conselho Administrativo

Parecer

Proc. n.º 5/45.

Classe 1.ª.

Altera vários artigos da Lei de Organização Judiciária do Estado.

Interventoria Federal.

As modificações trazidas pelo presente projeto à organização judiciária do Estado consultam o interesse público, porisso que, atendem a uma melhor e mais lógica classificação e distribuição do serviço da Justiça citadas pelas experiência.

E' ponto pacífico que, a classificação das comarcas em entrâncias se deve reger, principalmente, pelo critério de sua importância econômica e do nível cultural de sua população, a cujos índices sempre corresponde o movimento forense.

Não seria justo que a comarca de Calço permanecesse na entrância inferior com o grande desenvolvimento econômico e cultural advindo àquela importante cidade do Estado, nos últimos anos, a ponto de se haver até instalado uma agência do Banco do Brasil, usinas de beneficiamento de algodão, firmas exportadoras de minérios — hospital, maternidade, colégio para meninas, ginásio equiparado com fiscalização do Governo Federal, sendo ainda sede de bispado, ponto terminal da estrada de rodagem de maior tráfego do Estado e estando nos planos do Ministério da Viação levar até àquela populoso núcleo da zona seridoense a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

Ademais, a referida comarca compreende três termos judiciários: o da sede, o de Serra Negra do Norte e o de Jucurutu, estes dois últimos, com juizes municipais formados, de cujas decisões cabe recurso para o juiz de direito, sendo em consequência o trabalho d'este mais compatível a um magistrado experimentado na missão de julgar do que a um iniciante na carreira.

Quanto à criação de uma terceira promotoria na capital e à distribuição do serviço entre os três representantes do Ministério Público desta comarca, não há dúvida, de que se trata, no projeto em exame, de corrigir uma falha da atual organização judiciária, portanto, havendo, como há em Natal, quatro juizes de direito e dois juizes municipais, não são suficientes dois promotores para se desincumbirem, junto a esses seis juizes, de todos os vários serviços que estão afetos ao Ministério Público, nos processos criminaes, nas causas de acidente do trabalho, curadoria geral de órfãos e de menores abandonados, interditos, ausentes, massas

falidas, provedoria e resíduos, assistência judiciária, etc. sendo aconselhável — que o serviço de cada um dos três promotores seja legalmente discriminado, como previsto está na modificação proposta.

Ainda, outra providência que se contém no projeto, é a atribuição conferida ao juiz de direito da 4.ª Vara da capital para exercer a jurisdição sobre menores, providência esta decorrente da amplitude e evidência que têm tomado, nos últimos tempos, os assuntos relacionados à infância abandonada e delinqüente.

Somos, pois, pela aprovação do projeto, condicionada, porém, sua conversão em lei à alta apreciação de Sua Excelência o Sr. Presidente da República *ex-vi* do artigo 32, alínea XIX, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939.

Este é o meu parecer, salvo melhor interpretação.

Natal, 11 de janeiro de 1945. — *Francisco Gonzaga Galvão*, Relator.

(D.O. Rio Grande do Norte — 12-1-945).

★

RIO GRANDE DO SUL

Decreto-lei n.º 720, de 29 de dezembro de 1944.

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, que vigorará, sem alteração, de 1 de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1948 e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, usando das suas atribuições e:

Considerando os dispositivos das Leis Nacionais ns. 311, 3 599 e 5 901, de 2 de março de 1938, de 6 de setembro de 1941 e 21 de outubro de 1943 respectivamente, que dispõe sobre a divisão territorial do país, simultaneamente administrativa e judiciária tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia;

Considerando que o prazo para execução do novo quadro territorial brasileiro, de vigência quinquenal, deveria dar-se no dia 1.º de janeiro de 1944 com a solene comemoração em todas as cidades brasileiras do "Dia do Município", nos termos do Decreto-lei Nacional n.º 848, de 9 de novembro de 1936;

Considerando que o prazo para execução do que é determinado pelas citadas leis, foi prorrogado até o dia 1.º de janeiro de 1945, *ex-vi* do Decreto-lei federal n.º 6 549, de 31 de maio de 1944:

Decreta:

Art. 1.º — A divisão territorial do Estado, que vigorará a 1.º de janeiro de 1945, a 31 de dezembro de 1948, é a fixada nesta lei.

Art. 2.º — A referida divisão, dentro do mencionado prazo de quatro anos, não sofrerá qualquer modificação, não se entendendo como tal, porém, os atos interpretativos de linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que vierem a se tornar necessárias para melhor e mais fiel caracterização dessas linhas, à luz de documentação geográfica mais perfeita, desde que da interpretação não resulte um deslocamento da divisória tal que uma qualquer cidade ou vila saia do seu âmbito municipal ou distrital.

§ 1.º — Constituem as únicas exceções à inalterabilidade da divisão territorial ora fixada:

a) as alterações que o governo da União houver por bem promulgar;

b) a anexação de um município a outro, motivada pelo fato da respectiva Prefeitura não apresentar o mapa do território municipal, até 31 de dezembro de 1945, desde que o âmbito territorial correspondente tenha sofrido modificação, por força da presente lei;

c) a recondução de uma circunscrição à situação anterior, devido ao fato de não haver nela sido preenchidos os requisitos legais indispensáveis à sua efetiva instalação a 1.º de janeiro vindouro.

§ 2.º — A anexação ou a recondução, previstas no § anterior serão objeto de ato do governo do Estado que, além de determinar uma ou outras das providências, fixará a data e as formalidades para a sua efetivação.

Art. 3.º — A divisão administrativa e judiciária do Estado, para o período quadrienal, compreende 56 comarcas, 92 termos, 92 municípios e 394 distritos, estes com a categoria única de circunscrição primária do território estadual para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º — Do anexo n.º 1, parte integrante deste decreto-lei, consta a relação apresentando, sistemática e ordenadamente os nomes de todas as circunscrições administrativas e judiciárias, bem como a categoria das respectivas sedes, todas com a mesma denominação da própria circunscrição.

§ 2.º — Em observância ao disposto no § 1.º do artigo 16 da Lei Nacional n.º 311 e de acordo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, em virtude do mesmo dispositivo, fica também apenso a este decreto-lei como parte integrante dele, o anexo 2, contendo a descrição sistemática dos limites circunscriçionais, onde se definem, para cada município, o perímetro municipal e cada uma das divisas interdistritais, quando houver.

Art. 4.º — As autoridades municipais competentes, sob pena de responsabilidade, tomarão as medidas administrativas apropriadas para que, em cada cidade (sede municipal), no dia 1.º de janeiro de 1945, em ato público solene, se declare efetivamente em vigor o quadro territorial fixado nesta lei, no que concernir não só às circunscrições (distrito, município, termo e comarca) que tiverem sede na mesma cidade, como também aos demais distritos que integram o respectivo município.

§ 1.º — A solenidade prevista neste artigo será presidida:

a) sendo a cidade sede de comarca, pelo juiz de Direito;

b) sendo a cidade apenas sede de termo, pelo juiz respectivo;

c) sendo a cidade sede de município sem fôro, pelo prefeito municipal;

§ 2.º — No caso de impedimento eventual das autoridades referidas, a substituição delas se fará automaticamente na seguinte ordem:

a) a do juiz de Direito pelo juiz do termo;

b) a do juiz do termo pelo prefeito municipal;

c) a do prefeito municipal pelo secretário da Prefeitura Municipal, cabendo a substituição deste, se também impedido, à mais alta autoridade que se encontrar na cidade.

§ 3.º — A solenidade inaugural do novo quadro territorial, na parte que interessar a cada cidade do Estado, obedecerá ao ritual sugerido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia (anexo 3), como parte integrante desta lei passando a ter, pela simultaneidade e conformidade com as solenidades congêneres realizadas nas demais cidades brasileiras, a integral significação histórico-cívico-nacionalista,

decorrente dos princípios fixados na Lei Orgânica federal n.º 311, de 2 de março de 1938.

§ 4.º — Da data da solenidade realizada em cada sede municipal a respectiva Prefeitura enviará duas cópias autenticadas ao Diretório Regional de Geografia, na capital do Estado, destinando-se uma a figurar em arquivo próprio e a outra a ser enviada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Rio de Janeiro, cabendo ainda ao Diretório Regional a obrigação de providenciar para a publicação de todas as atas no órgão oficial do Estado.

Art. 5.º — Das disposições da legislação estadual que regular em suas modificações do quadro territorial continuarão em vigor as que nem direta nem indiretamente colidirem com as normas deste decreto-lei.

Art. 6.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de 1.º de janeiro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Pôrto Alegre, 29 de dezembro de 1944. — *Ernesto Dornelles*, Interventor Federal. — *Cylon Rosa*, Secretário do Interior. — *Homero Oliveira*, respondendo pela Secretaria de Obras Públicas. — *J. P. Coelho de Sousa*, Secretário de Educação e Cultura. — *Ataliba de F. Paz*, Secretário da Agricultura.

(D.O. Rio Grande do Sul — 30-12-1944).

NOTA — Os anexos a que se refere o decreto supra foram publicados na mesma edição do D.O.).

★

Conselho Administrativo

Parecer n.º 75, de 1945

O presente projeto, da Prefeitura Municipal de Ribeira, institui naquele município o Diretório Municipal de Geografia.

A proposição é, em quase tudo, similar a muitas outras já aprovadas por este Conselho para mim digna também de aprovação, com as emendas sugeridas por nossa Consultoria Jurídica, a fls. 4.

Favorável ao projeto assim emendado, é o seguinte:

Projeto de Resolução n.º 60, de 1945

O Conselho Administrativo do Estado aprova, com emenda e nos termos abaixo, o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Ribeira, remetido com o ofício n.º 14 967-44, do Departamento das Municipalidades.

Teor do projeto de decreto-lei nos termos em que é proposto:

O Prefeito Municipal de Ribeira, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica instituído neste município o Diretório Municipal de Geografia, como órgão do Conselho Nacional de Geografia, diretamente articulado com o Diretório Regional de Geografia do Conselho, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Compõem a Diretoria, nos termos do art. 13, do Regulamento:

- a) como presidente — o prefeito municipal;
- b) como secretário e suplente do presidente — o coletor estadual;
- c) como membros — o escrivão da Coletoria estadual; o diretor da Caixa Econômica; o diretor do Grupo Escolar; o secretário da Prefeitura.

Art. 3.º — Os trabalhos do Diretório observarão as disposições da Resolução n.º 4, de 12 de julho de 1937, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º — Compete ao Diretório Municipal:

- a) promover um melhor conhecimento do território do município, quer dos seus acidentes naturais (rochas, terras, relevo, rios, lagos e clima), quer das suas características humanas (definição das linhas divisórias municipais e interdistritais, situação e caracteres das localidades, povoamento e sua distribuição, estradas de ferro e de automóvel, caminhos carroçáveis e de tropa; navegação, linhas telegráficas e telefônicas, localização da produção extrativa, agrícola, pecuária e industrial);
- b) colher e remeter devidamente criticadas e ratificadas as informações solicitadas pelos órgãos do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 5.º — O Diretório Municipal, para a coleta de dados e informações territoriais, disporá dos Informantes Municipais, que nos termos do Regulamento do Conselho, serão pessoas residentes no município, eleitas para esse cargo pelo Diretório Regional do Estado, mediante proposta do Diretório Municipal, de cujas reuniões poderão participar, sem direito a voto.

Art. 6.º — O prefeito municipal baixará portaria ou ato fixando a data da instalação do Diretório Municipal ora criado, dentro de 10 (dez) dias a partir da presente data, e anunciando os nomes dos componentes do Diretório.

Art. 7.º — É nulo de pleno direito o Decreto-lei n.º 11, de 20 de janeiro de 1943, baixado sem a audiência do Conselho Administrativo do Estado.

Art. 8.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 18 de janeiro de 1945. — *César Costa*, Relator.

(Diário do Executivo — São Paulo — 21-1-1945).

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

MANAUS

Decreto n.º 29, de 1.º de dezembro de 1944.

Dispõe sobre os bilhetes de ingresso para diversões públicas ao pagamento do sêlo de Estatística.

O Prefeito Municipal de Manaus, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º II, do Decreto-lei federal, n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e nos termos do art. 2.º, parágrafos 3.º 4.º e 5.º, do Decreto-lei n.º 190, de 24 de agosto de 1942; e art. 2.º, item IV, e art. 7.º, item II, do anexo à Resolução n.º 190, de 18 de agosto de 1944, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, decreta:

Art. 1.º — Os bilhetes de ingressos para as diversões públicas, sujeitas ao pagamento do sêlo de Estatística, são expedidos de acôrdo com os modelos anexos a êsse decreto.

Parágrafo único — No prazo de quinze (15) dias contados da publicação dêste decreto, os empresários, proprietários, arrendatários ou quaisquer pessoas, individual ou coletivamente, responsáveis pelas diversões públicas, referidas neste artigo, obrigam-se a apresentarem à Inspeção Regional de Estatística os bilhetes de ingresso que ainda possuem em talonários

convenientemente picotados, afim de que sejam estipuladas as condições de seu aproveitamento.

Art. 2.º — Os modelos de que trata o artigo anterior, aplicam-se aos seguintes casos:

a) Modelo n.º 1 — Ao bilhete de ingresso que contiver designação de lugar numerado ou fixado para o seu comprador ou possuidor.

b) Modelo n.º 2 — Ao bilhete de ingresso sem a designação de lugar numerado ou fixado para o seu comprador ou possuidor.

Art. 3.º — O preço do ingresso, constante do respectivo bilhete, quando não seja impresso poderá ser declarado por meio de carimbo exarado sobre o bilhete.

Art. 4.º — A parte do bilhete de ingresso a ser entregue ao interessado, será destacada por meio de picote, de maneira que se inutilize o competente sêlo, após ao mesmo, rompendo-se ao meio.

Art. 5.º — Aos infratores do presente decreto serão aplicadas as penas previstas na legislação respectiva vigente.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Manaus, 1.º de dezembro de 1944. — *Francisco do Couto Vale.* — *Sebastião Norões.*

MODELO N.º 1

A	B	C
N.º.....	(1)	(1)
(4)	N.º..... Cr\$......	N.º..... Cr\$. N.º.....
	(2)	(2)
	 N.º.....	
	(3)	(3)

Observações:

Largura do bilhete — 0,m05.

Comprimento do bilhete — 0,m14 (sendo 0,m02 para o canhoto).

Espaço (1) destinado ao nome da empresa ou pessoa responsável pela diversão.

Espaço (2) destinado ao nome e número do lugar (cadeira, frisa, camarote, etc.).

Espaço (3) destinado à designação do local para a diversão.

Espaço (4) destinado ao selo.

A parte B do bilhete não deverá conter outras inscrições senão as indicadas no modelo.

A declaração do preço do ingresso quando não seja impressa poderá ser indicada por meio de carimbo.

A numeração dos bilhetes de ingresso deverá obedecer à sequência ordinária.

Secretaria da Prefeitura Municipal de Manaus, 1 de dezembro de 1944. — *Sebastião Norões*, Secretário.

MODELO N.º 2

N.º-----	(1) N.º----- Cr.\$-----
	(2)

Observações:

Largura do bilhete — 0,m05.

Comprimento do bilhete — 0,m09 (sendo 0,m02 para o canhoto).

Espaço (1) destinado ao nome da empresa ou pessoa responsável pela diversão.

Espaço (2) destinado para a designação do local da diversão.

O bilhete não deverá conter outras inscrições senão as indicadas no modelo.

O preço do ingresso poderá ser declarado por meio de carimbo quando não fôr impresso.

A numeração dos bilhetes de ingresso deverá obedecer à sequência ordinária.

Secretaria da Prefeitura Municipal de Manaus, 1.º de dezembro de 1944. — *Sebastião Norões*, Secretário.

(D.O. Amazonas — 7-12-944).

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Estatística
Junta Executiva Central

Ementário das Resoluções n.ºs 172 a 203 aprovadas no ano de 1944

- Resolução n.º 172, de 7 de janeiro de 1944 — Retifica a distribuição orçamentária proposta na Resolução 155 desta Junta.
- Resolução n.º 173, de 7 de janeiro de 1944 — Fixa os quantitativos orçamentários para 1944, retificando a distribuição proposta na Resolução n.º 154 desta Junta.
- Resolução n.º 174, de 7 de janeiro de 1944 — Dispõe sobre a distribuição do auxílio do Instituto aos órgãos do sistema no exercício de 1944.
- Resolução n.º 175, de 28 de janeiro de 1944 — Concede um auxílio especial à Sociedade Brasileira de Estatística.
- Resolução n.º 176, de 25 de fevereiro de 1934 — Dispõe sobre a organização estatística dos novos Territórios e dá outras providências.
- Resolução n.º 177, de 5 de maio de 1944 — Dispõe sobre o adiamento da reunião da Assembléia Geral do Conselho.
- Resolução n.º 178, de 15 de junho de 1944 — Dá a adesão do Conselho ao Décimo Congresso Brasileiro de Esperanto.
- Resolução n.º 179, de 15 de junho de 1944 — Dispõe sobre o regime de promoção do quadro permanente da Secretaria Geral.
- Resolução n.º 180, de 15 de junho de 1944 — Determina providências para a revogação das medidas constantes na Resolução n.º 139.
- Resolução n.º 181, de 6 de julho de 1944 — Dispõe sobre o exame das contas do Instituto no exercício de julho de 1943 a 30 de junho de 1944.
- Resolução n.º 182, de 6 de julho de 1944 — Formula sugestões ao ante-projeto da lei de Accidentes do Trabalho.
- Resolução n.º 183, de 20 de julho de 1944 — Adia a realização do Curso de Aperfeiçoamento.
- Resolução n.º 184, de 3 de agosto de 1944 — Orça as despesas do Conselho Nacional de Estatística e da Secretaria Geral do Instituto para o exercício de 1945.
- Resolução n.º 185, de 3 de agosto de 1944 — Orça as despesas do Instituto para o exercício de 1945.
- Resolução n.º 186, de 3 de agosto de 1944 — Aprova o regulamento da arrecadação das contribuições para a Caixa Nacional de Estatística Municipal e dá outras providências.
- Resolução n.º 187, de 3 de agosto de 1944 — Transforma em Secção de Estatística Militar o Setor de Estatística Militar e dá outras providências.
- Resolução n.º 188, de 3 de agosto de 1944 — Consigna o apoio do Instituto ao Curso de Estatística "Bulhões de Carvalho" e dá outras providências.
- Resolução n.º 189, de 3 de agosto de 1944 — Autoriza o presidente do Instituto a tomar providências relativas à obtenção do acervo bibliográfico da antiga Diretoria Geral de Estatística.
- Resolução n.º 190, de 18 de agosto de 1944 — Aprova o regulamento da execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e dá outras providências.
- Resolução n.º 191, de 18 de agosto de 1944 — Cria as Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística e dá outras providências.
- Resolução n.º 192, de 18 de agosto de 1944 — Aprova as instruções para a organização do quadro nacional de servidores das Agências Municipais de Estatística.
- Resolução n.º 193, de 25 de agosto de 1944 — Dispõe sobre a cobrança da Quota de Estatística.
- Resolução n.º 194, de 15 de setembro de 1944 — Autoriza destaque e suplementações de verbas no orçamento da Secretaria Geral para o exercício de 1944.
- Resolução n.º 195, de 15 de setembro de 1944 — Revoga disposições da Resolução n.º 193, desta Junta.

Resolução n.º 196, de 15 de setembro de 1944 —
Cria, na Secretaria Geral do Instituto, a
Seção Financeira e dá outras providências.

Resolução n.º 197, de 15 de setembro de 1944 —
Dispõe sobre a remuneração do Inspetor
Geral, dos Inspetores Regionais, dos Assis-
tentes-Chefes e demais servidores do quadro
das Inspetorias das Agências Municipais de
Estatística.

Resolução n.º 198, de 7 de novembro de 1944 —
Dá nova estruturação aos setores de traba-
lho da Secretaria Geral do Instituto.

Resolução n.º 199, de 5 de dezembro de 1944 —
Inclui os novos Territórios Federais no
quadro de divisão regional do país.

Resolução n.º 200, de 5 de dezembro de 1944 —
Dispõe sobre a aquisição de exemplares do
livro *Pontos de Estatística*.

Resolução n.º 201, de 19 de dezembro de 1944
Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo
aos servidores da Secretaria Geral.

Resolução n.º 202, de 19 de dezembro de 1944 —
Dispõe sobre a constituição da tabela de
extranumerários da Secretaria Geral.

Resolução n.º 203, de 28 de dezembro de 1944 —
Autoriza a aquisição de um prédio destinado
à sede do Instituto Brasileiro de Geografia
e Estatística.



Se precisar de alguma informação sobre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá pronta e satisfatoriamente.

Conselho Nacional de Geografia

Diretório Central

Ementário das Resoluções aprovadas pelo Diretório Central em 1944

- Resolução n.º 150, de 31 de janeiro de 1944 —
Fixa o orçamento do Conselho para 1944.
- Resolução n.º 151, de 31 de janeiro de 1944 —
Reajusta o quadro da divisão regional do Brasil, em face da criação de novos Territórios Federais e dá outras providências.
- Resolução n.º 152, de 3 de fevereiro de 1944 —
Dispõe sobre o quadro do pessoal do Conselho.
- Resolução n.º 153, de 18 de fevereiro de 1944 —
Concede uma autorização.
- Resolução n.º 154, de 1 de abril de 1944 —
Dispõe sobre a organização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.
- Resolução n.º 155, de 18 de abril de 1944 —
Dispõe sobre uma Missão Cultural.
- Resolução n.º 156, de 18 de abril de 1944 —
Formula encarecido apelo ao ministro da Educação e Saúde sobre o ensino superior da Geografia.
- Resolução n.º 157, de 3 de maio de 1944 —
Promove o adiamento da realização da Assembléia Geral do Conselho relativa ao corrente ano.
- Resolução n.º 158, de 18 de maio de 1944 —
Aprova a indicação do nome do Dr. Luis Palmier para integrar o corpo de consultores técnicos do Estado do Rio de Janeiro.
- Resolução n.º 159, de 19 de junho de 1944 —
Modifica um artigo da Resolução n.º 154 de 18 de abril de 1944, referente à constituição da delegação brasileira à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.
- Resolução n.º 160, de 19 de julho de 1944 —
Aprova a proposta do orçamento do Conselho para 1945.
- Resolução n.º 161, de 3 de outubro de 1944 —
Amplia a Comissão Diretora da Biblioteca Geográfica Brasileira e elege o seu novo membro titular.
- Resolução n.º 162, de 3 de outubro de 1944 —
Estabelece a adesão do Conselho ao Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos.
- Resolução n.º 163, de 3 de outubro de 1944 —
Estabelece o intercâmbio cultural com o Instituto Nacional de Investigações Geográficas da Universidade da República do Uruguai.
- Resolução n.º 164, de 3 de outubro de 1944 —
Faz transferências de verbas orçamentárias.
- Resolução n.º 165, de 3 de outubro de 1944 —
Dispõe sobre a liquidação das despesas com a realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.
- Resolução n.º 166, de 3 de outubro de 1944 —
Dispõe sobre o pessoal do Conselho.
- Resolução n.º 167, de 3 de outubro de 1944 —
Formula agradecimentos e aplausos pelo êxito da realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.
- Resolução n.º 168, de 18 de outubro de 1944 —
Promove a prorrogação do prazo para a entrega dos novos mapas municipais.
- Resolução n.º 169, de 18 de outubro de 1944 —
Autoriza a recatologação dos livros da Biblioteca Central do Conselho.
- Resolução n.º 170, de 18 de outubro de 1944 —
Aprova a participação do Conselho no I Congresso Econômico do Oeste Brasileiro.
- Resolução n.º 171, de 3 de novembro de 1944 —
Designa o representante do C.N.G. no Conselho da Sociedade Inter-Americana de Antropologia e Geografia.
- Resolução n.º 172, de 20 de novembro de 1944 —
Dispõe sobre a viagem ao estrangeiro do diretor técnico dos Serviços Geodésicos e Astronômicos do Conselho.
- Resolução n.º 173, de 4 de dezembro de 1944 —
Estabelece a participação do Conselho no Curso de Férias de 1945, organizado pela Associação Brasileira de Educação para os professores primários do país.
- Resolução n.º 174, de 4 de dezembro de 1944 —
Coloca sob o patrocínio do Conselho o estágio no Brasil de 2 professores de Geografia do Uruguai.
- Resolução n.º 175, de 4 de dezembro de 1944 —
Dispõe sobre a colaboração do Conselho nos trabalhos de levantamento da região limítrofe entre os Estados de Alagoas e Pernambuco.
- Resolução n.º 176, de 18 de dezembro de 1944 —
Dispõe sobre o encerramento do orçamento em 1944.

Íntegra das Resoluções n.ºs 160 a 165

Resolução n.º 160, de 19 de julho de 1944

Aprova a proposta do orçamento do Conselho para 1945

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, dada a feliz orientação atual da administração pública no sentido do estabelecimento duma planificação geral do desenvolvimento do país, cumpre dar à geografia nacional um novo sentido de utilidade imediata, pela qual ela se torne eficiente meio de pesquisa, que permita aos estadistas enfrentarem os problemas nacionais com o indispensável conhecimento da Terra e do Homem brasileiros;

Considerando que, para atender com eficácia a tais finalidades, é necessário e urgente que os órgãos do Conselho Nacional de Geografia, em vez de se limitarem a trabalhos de compilação, intensifiquem os trabalhos de campo, seja adotando processos mais rápidos de levantamentos de cartas, especialmente com o uso da aerofotogrametria, seja aplicando de modo sistemático a moderna técnica de pesquisas de análise regional, que deverão progressivamente se estender a todas as zonas geográficas em que se divide o país;

Considerando que, tal como já fôra solicitado no ano anterior, é indispensável, para a realização dos referidos levantamentos, a aquisição de aparelhagem adequada, aquisição essa que, com grande probabilidade, já se tornará possível em 1945, em condições altamente vantajosas;

Considerando as resoluções e recomendações da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada em Washington em 1943 e na qual o Brasil se fez representar, por intermédio do Conselho Nacional de Geografia, pelas quais foi encarecida a necessidade de cada país do continente desenvolver e acelerar o levantamento de suas cartas geográficas e dar a maior eficiência aos seus serviços cartográficos;

Considerando que, para atender ao gênero de trabalhos a que se dedica o Conselho, cumpre contar com técnicos habilitados e em número suficiente, o que não poderá ser obtido sem justa remuneração do pessoal;

Considerando, que, para a formação dum corpo especial de geógrafos altamente habilitados, é indispensável desenvolver os atuais cursos de aperfeiçoamento dos funcionários do Conselho e proporcionar a estes a possibilidade de adquirirem a mais adiantada técnica moderna em grandes centros científicos;

Considerando que, para atender aos pedidos, em número crescente, dos órgãos da administração pública e das instituições particulares, quanto a mapas e dados geográficos, é necessário ampliar as publicações do Conselho e especialmente proceder à impressão, já por sucessivos anos adiada, da Carta Geral do Brasil, ao milionésimo, a fim de que todos os trabalhos e pesquisas empreendidas pelo seu corpo técnico possam ser realmente utilizados pelos administradores e pelos estudiosos dos problemas nacionais;

Considerando o aumento geral do custo do material consumido, relativamente aos serviços já atualmente a cargo do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto, na proposta orçamentária que encaminhar ao Ministério da Fazenda, incluirá para este Conse-

lho a dotação em 1945 de nove milhões e seiscientos mil cruzeiros (Cr\$ 9 600 000,00).

Art. 2.º — Destina-se a referida dotação a atender às despesas previstas para o Conselho no ano vindouro, obedientes à discriminação:

Verba I — Pessoal

01 — Vencimentos do pessoal extranumerário do Conselho	Cr\$ 2 070 000,00
02 — Gratificação ao Secretário (Decreto-lei n.º 218)	Cr\$ 13 200,00
03 — Gratificação de diversas naturezas	Cr\$ 160 000,00
04 — Ajudas de custo e diárias	Cr\$ 30 000,00
05 — Auxílio para fardamento	Cr\$ 8 400,00
TOTAL DA VERBA I	Cr\$ 2 281 600,00

Verba II — Material

Consignação — Material permanente

01 — Livros, mapas, documentos, revistas e outras publicações especializadas.	Cr\$ 40 000,00
02 — Móveis em geral, máquinas e utensílios de escritório	Cr\$ 250 000,00
03 — Filmes geográficos	Cr\$ 50 000,00
04 — Objetos para o Museu de Geografia do Brasil	Cr\$ 15 000,00

Consignação II — Material de consumo

05 — Artigos de expediente, de desenho e congêneres, fichas e impressos	Cr\$ 250 000,00
---	-----------------

Consignação III — Diversas despesas

06 — Aluguel de sede	Cr\$ 288 000,00
07 — Assinaturas de recortes de jornais e revistas ...	Cr\$ 5 000,00
08 — Despesas miúdas de pronto pagamento, condução e transportes urbanos	Cr\$ 18 000,00
09 — Luz, telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas, portes do correio	Cr\$ 40 000,00
10 — Consertos e conservação de móveis e instalações e limpeza da sede	Cr\$ 20 000,00
11 — Publicações (<i>Boletim mensal, Revista trimestral, Anuário Geográfico, volumes da Biblioteca Geográfica Brasileira</i>) ..	Cr\$ 520 000,00
12 — Representação social (solenidades, recepções, homenagens)	Cr\$ 15 000,00
13 — Serviços de encadernação	Cr\$ 10 000,00
TOTAL DA VERBA II	Cr\$ 1 521 000,00

Verba III — Serviços e encargos

01 — Passagens para os delegados à Assembléa Geral	Cr\$ 25 000,00	13 — Curso de Cartografia, cursos de especialização e missões culturais no exterior	Cr\$ 340 000,00
02 — Ajudas de custo, indenização de despesas de estada aos mesmos delegados	Cr\$ 35 000,00	14 — Fundo especial para a aquisição de material post-guerra	Cr\$ 200 000,00
03 — Despesas com a realização da Assembléa Geral	Cr\$ 15 000,00	TOTAL DA VERBA III	Cr\$ 5 635 000,00
04 — Impressão de mapas	Cr\$ 1 000 000,00	Verba IV — Eventuais	
05 — Campanha das coordenadas geográficas	Cr\$ 370 000,00	01 — Suplementação de verbas, eventuais e despesas extraordinárias autorizadas pelo Diretório Central	Cr\$ 162 400,00
06 — Campanha altimétrica	Cr\$ 250 000,00	TOTAL DA VERBA IV	Cr\$ 162 400,00
07 — Aparelhagem aerofotogramétrica, de vôo e restituição	Cr\$ 2 500 000,00	RESUMO	
08 — Excursões científicas e pesquisas de análises regionais	Cr\$ 250 000,00	Verba I — Pessoal	Cr\$ 2 281 600,00
09 — Participação do Conselho em certames e exposições, Concurso Anual de Monografias	Cr\$ 270 000,00	Verba II — Material	Cr\$ 1 521 000,00
10 — Assistência aos órgãos regionais	Cr\$ 180 000,00	Verba III — Serviços e encargos	Cr\$ 5 635 000,00
11 — Quota anual de adesão do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História	Cr\$ 100 000,00	Verba IV — Eventuais	Cr\$ 162 400,00
12 — Auxílio para a impressão dos <i>Anais do Congresso de Geografia</i>	Cr\$ 100 000,00	TOTAL GERAL	Cr\$ 9 600 000,00

★

Resolução n.º 161, de 3 de outubro de 1944

Amplia a Comissão Diretora da Biblioteca Geográfica Brasileira e elege seu novo membro titular

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando a deliberação tomada pela respectiva Comissão;

Resolve:

Art. 1.º — A Comissão Redatora da *Revista Brasileira de Geografia* e da *Biblioteca Geográfica Brasileira*, instituída no art. 3.º da Resolução n.º 68, de 12 de julho de 1942, da Assembléa Geral, e constituída por esse Diretório com a Resolução n.º 112, de 4 de setembro de 1942, fica ampliada de mais um membro titular.

Art. 2.º — E' eleito o Prof. Jorge Zarur membro titular da Comissão Redatora da *Revista Brasileira de Geografia* e Diretora da *Biblioteca Geográfica Brasileira*.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Moraes Sarmiento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 162, de 3 de outubro de 1944

Estabelece a adesão do Conselho ao Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando as vantagens do intercâmbio cultural em assuntos de interesse geográfico;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia adere ao Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos, que tem sede na cidade do México, na qualidade de membro efetivo.

Art. 2.º — Fica fixada a quota anual do Conselho em vinte dólares, cujo pagamento correrá pela verba própria do orçamento vigente, a partir do ano corrente.

Art. 3.º — A Secretaria Geral tomará ao seu cargo proporcionar aos técnicos brasileiros especializados nos estudos em aprêço as facilidades que decorrerem da presente adesão.

Art. 4.º — É delegada ao Dr. Renato F. M. de Mendonça, enquanto servir na Embaixada do Brasil no México, a missão de representar o Conselho Nacional de Geografia junto à direção do Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos, do qual é um dos dignos fundadores.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Moraes Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 163, de 3 de outubro de 1944

Estabelece o intercâmbio cultural com o Instituto Nacional de Investigaciones Geográficas da Universidade da República do Uruguai

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Tomando na mais alta consideração a apresentação formulada pelo Instituto Nacional de Investigaciones Geográficas, do Uruguai, e encaminhada a este Conselho pela ilustre delegação do país irmão à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia manterá intercâmbio cultural com o Instituto Nacional de Investigaciones Geográficas da Universidade de la Republica, de Montevideu — Uruguai.

Art. 2.º — O intercâmbio interessará à cultura geográfica dos dois países, compreendendo:

a) permuta de publicações de interesse geográfico;

b) troca de informações sobre as atividades geográficas e sua adequada divulgação;

c) mútuas facilidades para a realização de estudos e pesquisas geográficas;

d) recíproca cooperação, dentro das possibilidades respectivas, em favor da viagem cultural de técnicos, estudantes e professores de um país para realizarem noutro país, estudos, cursos e conferências;

e) autorização automática para a recíproca reprodução de trabalhos nas publicações das duas entidades intercambiantes;

f) aproximação das entidades e técnicos dos dois países, aplicados nas mesmas especializações da geografia.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Moraes Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 164, de 3 de outubro de 1944

Faz transferências de verbas orçamentárias

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que a não realização da Assembleia Geral do Conselho estabelecida no Decreto-lei n.º 6 588, de 14 de junho do corrente ano, criou possibilidades no orçamento vigente do Conselho;

Considerando as necessidades do serviço;

Resolve:

Art. 1.º — Transferem-se para a Verba IV — Eventuais, sub-consignação 01, Suplementação de verbas, eventuais e despesas extraordinárias autorizadas pelo Diretório Central, os seguintes quantitativos:

a) Cr\$ 25 000,00 da sub-consignação 01 — Passagens para os delegados à Assembleia Geral, da Verba III — Serviços e encargos;

b) Cr\$ 35 000,00 da sub-consignação 02 — Ajudas de custo e indenização de despesas aos mesmos delegados, da Verba III — Serviços e encargos;

c) Cr\$ 15 000,00 da sub-consignação 03 — Despesas com a realização da Assembleia Geral, da Verba III — Serviços e encargos;

d) Cr\$ 35 000,00 da sub-consignação 11 — curso de cartografia, cursos de especialização e missões culturais no estrangeiro, da Verba III — Serviços e encargos;

e) Cr\$ 50 000,00 da sub-consignação 07 — Assistência aos órgãos regionais, da Verba III — Serviços e encargos.

f) Cr\$ 100 000,00 da sub-consignação 04 — "Impressões de mapas" da Verba III. Serviços e encargos.

Art. 2.º — Fica a Secretaria Geral do Conselho autorizada a processar o pagamento de contas de outras verbas orçamentárias, que se apresentarem deficientes, mediante destaque da verba "Eventuais" assim reforçada.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Moraes Sarmento*, Secretário Assistente interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 165, de 3 de outubro de 1944***Dispõe sobre a liquidação das despesas com a realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia***

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que o crédito especial concedido ao Conselho com o Decreto-lei n.º 6 576, de 9 de junho de 1944, foi deficiente para atender às despesas com a realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, devido sobretudo ao fato da vinda de delegados estrangeiros em número muito superior ao previsto;

Resolve:

Art. 1.º — A Secretaria do Conselho representará à direção do Instituto, no sentido de serem prontamente pagas as contas de despesas com a realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, para as quais não disponha o Conselho de

recursos, por terem sido excedidas as dotações respectivas.

Art. 2.º — O pagamento será promovido, sob a forma de adiantamento, dos recursos de reserva do Instituto.

Art. 3.º — A cobertura desses pagamentos será feita com as disponibilidades dos orçamentos anuais do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º — A Presidência do Instituto examinará a possibilidade do concurso dos outros órgãos da instituição, para maior presteza da cobertura dos pagamentos ora previstos.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Laura de Moraes Sarmiento*, Secretário Assistente Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

 Precisando de alguma informação sobre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente, se a consulta não for de caráter sigiloso.

Diretórios Regionais

RIO DE JANEIRO

Íntegra das Resoluções n.ºs 6 a 10

Resolução n.º 6, de 12 de outubro de 1939.

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1927, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta formulada pelo Diretório Municipal de Parati;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Parati, para que os Srs. Pedro Peres dos Santos, João Apolônio dos Santos Pádua, Otávio Gama, Tancredo Jordão dos Santos, Aureliano de Oliveira Celi, Manuel Valfrido da Silva, Manuel Antônio de Barros, Jesuino de Castro Rubem, Rangel Paulo dos Santos e Rui Lindenberg Quintanilha constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói, 12 de outubro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luís de Sousa*, Secretário do D.R.G. — Publique-se. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

Resolução n.º 7, de 12 de outubro de 1944.

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Araruama;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Araruama, para que os Srs. Aristides Novais, Argemiro de Assis Silva Ribeiro e a senhora Alda Freire Canela constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório.

Niterói, 12 de outubro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luís de Sousa*, Secretário do D.R.G. — Publique-se. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

Resolução n.º 8, de 12 de outubro de 1939.

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de São Sebastião do Alto;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de São Sebastião do Alto, para que os Srs. Cícero da Rocha Queirós, Aldro Pereira de Queirós e Antônio Estêves constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói, 12 de outubro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luís de Sousa*, Secretário do D.R.G. — Publique-se. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

Resolução n.º 9, de 12 de outubro de 1939

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta apresentada pelo Diretório Municipal de Nova Friburgo;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Nova Friburgo, para que os Srs. Juvenal Marques, Antônio Meneses Wanderley, José Carlos Coutinho, Albertino Freitas de Vasconcelos, Matias Borges Filho, José Pestana da Silva, José Anselmo Pereira, Juvenal Leal Condack, Alfredo da Silveira, Antônio Luís Braga, Dídimo Angel Frossard, Jerônimo Alexandre Frossard, Jorge Leo-

poldo Berbert, Nazário Montezuma e Eugênio Guilherme Apitz constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal,

Niterói, 12 de outubro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D.R.G. — Publique-se. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

Resolução n.º 10, de 12 de outubro de 1939

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Maricá;

Resolve:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Maricá, para que os Srs. Alvaro Gomes de Matos, capitão Eduardo Rodrigues de Figueiredo, Dacilde Teixeira da Silva, Vaguir Mendes, e Sras. Maria Celeste Madeira e Noêmia Nunes Madeira constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói, 12 de outubro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do D.R.G. — Publique-se. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

